G20
Esther Duflo defende taxação de múltis e de grandes fortunas para compor fundo climático A16



China
Economia do país cresceu 5,3% no primeiro trimestre, mas dá sinais de desaceleração A13



Carro voador
Protótipo da aeronave elétrica desenvolvida pela Eve Air Mobility, da Embraer, deve iniciar testes até o fim do ano B4

Quarta-feira, 17 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5982 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Dólar encosta em R$ 5,27, com risco fiscal e expectativa de queda menor do juro nos EUA

Finanças Moeda fecha no nível mais alto desde março de 2023, bolsa cai e juros futuros disparam; analistas veem espaço cada vez menor para cortes da Selic

Matheus Prado, Victor Rezende, Gabriel Roca e Alexandra Bicca
De São Paulo e Washington

O mercado brasileiro teve ontem mais um dia muito negativo, com alta forte do dólar, queda da bolsa e aumento dos juros futuros. No cenário interno, pesam as incertezas crescentes sobre as contas públicas, com o anúncio do governo da redução da meta de resultado primário de 2025 para zero e de afrouxamento do esforço fiscal nos próximos anos. No cenário externo, os investidores se ajustam à expectativa de que os juros americanos vão demorar mais para cair e recuar menos que o esperado, uma combinação desfavorável para as moedas emergentes.

Nesse ambiente, o dólar subiu 1,64%, na quinta alta consecutiva, fechando a R$ 5,2697 — a maior cotação desde 23 de março de 2023. O Ibovespa caiu 0,75%, encerrando o pregão aos 124.388 pontos, o menor nível desde novembro. No mercado futuro de juros, a taxa do contrato para janeiro de 2027 aumentou de 10,765% para 11,06% ao ano.

Mau humor nos mercados

Dólar comercial
Cotação - em R$/US$
4,9787 (27/mar/24) · 5,0648 (5/abr) · 5,0774 (10/abr) · 5,2697 (16/abr)

Juro futuro
DI-jan/27 - em % a.a.
10,14 (27/mar/24) · 10,28 (3/abr) · 10,39 (8/abr) · 11,06 (16/abr)

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

O cenário negativo afetou o mercado de títulos públicos. No leilão realizado ontem pelo Tesouro, as NTN-Bs (atreladas à inflação) com vencimento em 2060 foram emitidas com taxas de 6,1%, o maior nível em um ano. O resultado disparou um sinal de alerta em relação ao encarecimento dos custos de financiamento do governo. Com o quadro adverso, as projeções para a Selic no fim do ciclo de queda dos juros têm sido elevadas. O BTG Pactual, por exemplo, espera agora que a taxa básica, hoje em 10,75% ao ano, encerre 2024 em 9,75%, e não mais em 9,5%; para o fim de 2025, a projeção subiu de 8,5% para 9%. Uma medida importante de risco país, o CDS (espécie de seguro contra calotes) de cinco anos também piorou nas últimas semanas. O indicador brasileiro iniciou abril em 137 pontos e, ontem, chegou a 161 pontos — alta de 17%, mais intensa que a de outros mercados emergentes no período.

Em Washington, ao falar sobre o movimento do real, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o cenário externo explica dois terços do que ocorre no mercado brasileiro. **Páginas A6, C1 e C2**

Nova operação contra o PCC mira contratos públicos em SP

Marcos de Moura e Souza e Claudia Violante
De São Paulo

Pela 2ª vez em uma semana, o Ministério Público paulista deflagrou operação para desbaratar esquema que envolve a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em contratos com a administração pública. Na semana passada, o alvo havia sido dirigentes de companhias de ônibus. Ontem, o foco foi a ligação com empresas de limpeza e fiscalização contratadas por municípios. Um dos contratos suspeitos é com órgão (não divulgado) do governo do Estado. A maior das empresas apontadas como peças do PCC chegou a movimentar R$ 200 milhões. Foram 13 presos, 3 deles são vereadores.

Segundo o promotor Frederico Silvério, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), "pensar essa facção criminosa como atrelada unicamente ao tráfico de drogas, ao roubo e a outros crimes violentos, isso, de longe, não mais corresponde à verdade". **Página A10**

Três Poderes e sociedade devem evitar retrocesso fiscal, diz Ceron

Guilherme Pimenta, Estevão Taiar e Lu Aiko Otta
De Brasília

A piora do mercado ontem se deveu principalmente a turbulências externas, mas a mudança da meta do resultado primário para 2025, anunciada na segunda-feira, teve impacto negativo em variáveis como o câmbio, avalia o secretário do Tesouro, Rogério Ceron. Para ele, é um sinal para que os Três Poderes e "toda a sociedade" entendam a importância do equilíbrio das contas públicas e evitem "retrocessos" fiscais. Ceron diz que as alterações não representam abandono do compromisso do governo com o ajuste, mas reconhece que elas geraram "dúvidas nos agentes em relação ao compromisso fiscal" e "ruídos de curtíssimo prazo". Ele destaca a necessidade de aprovação, pelo Congresso, de projetos como o que muda o Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse), para que a dívida pública tenha uma trajetória sustentável. **Página A4**

Competição



LEO PINHEIRO/VALOR

Por questões tributárias, o Brasil está perdendo para o Paraguai investimentos europeus na expansão de centros de dados para suportar o avanço da inteligência artificial (IA) usando fontes renováveis. O alerta foi feito por Marcio Aguiar, diretor da Nvidia na América Latina, em entrevista ao 'Valor' no Web Summit Rio. Página B4

Construtoras vencem PPP do litoral paulista

Taís Hirata
De São Paulo

O Consórcio Nova Litoral, formado pelas empresas CBI (Companhia Brasileira de Infraestrutura) e CDL (antiga Consladel), venceu o leilão da parceria público-privada (PPP) do Lote Litoral Paulista. Ao longo de 30 anos de concessão, deverão ser investidos R$ 4,3 bilhões em obras, entre elas a duplicação de pistas entre Arujá e Mogi das Cruzes, e entre Santos e Bertioga.

O grupo ofereceu desconto de 10,17% sobre as contraprestações que deverão ser pagas pelo governo do Estado, cujo valor máximo era de R$ 199 milhões ao ano. A outra concorrente foi a espanhola Acciona, com proposta de 1% de desconto. A Ecorodovias, que opera o sistema Anchieta-Imigrantes, não participou do certame. **Página B9**

Locação de escritórios avança em São Paulo

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

No início deste ano, pelo terceiro trimestre consecutivo, a locação de escritórios de alto padrão na capital paulista superou a devolução de áreas, resultando em absorção líquida de 37 mil m², segundo a consultoria especializada Colliers. A taxa de vacância no segmento encerrou o mês de março em 18,7%, conforme a CBRE Brasil.

Outro sinal positivo no mercado foi a volta das locações de grandes áreas por uma única companhia, conforme relato de profissionais do setor. Desde o início da pandemia, a maior parte das novas ocupações estava restrita a espaços pequenos, de até mil metros quadrados, afirma Yara Matsuyama, diretora da divisão de escritórios da JLL. "É sinal não só de imóvel de qualidade e com boa localização, mas de reaquecimento do mercado", diz Raquel Dias, gerente-sênior da CBRE.

As consultorias destacam a falta de novos projetos para grandes ocupantes. "Se continuar como está, a tendência é ter aumento da absorção líquida, e como há menos entregas previstas do que em 2023, a vacância deve cair", diz Felipe Giuliano, diretor de locação da CBRE. **Página B2**

O que preocupa é a competição global, afirma CEO da B3

Daniele Camba
De São Paulo

Nas últimas semanas, a B3 se deparou com notícias de que há pelo menos dois grupos se movimentando para montar bolsas no Brasil. A primeira foi a CSD BR, que tem como sócios a Chicago Board Options Exchange (CBOE), Santander e BTG Pactual; e mais recentemente a ATS, do fundo Mubadala. O presidente da B3, Gilson Finkelsztain, diz que o mercado é aberto e que a empresa já enfrenta concorrência em vários segmentos — e tem lançado vários novos produtos para reafirmar sua liderança. "A competição local é ótima para provocar a gente a cada vez mais fazer as coisas melhor e mais rápido. O que mais me preocupa é a competição global, porque as bolsas emergentes acabam exportando liquidez para os mercados globais, como Nova York, Londres e Chicago." **Página C6**

Enfrentar e vencer os desafios climáticos é plenamente possível
Carlo Pereira B2

Indicadores

Ibovespa	16/abr/24	-0,75 % R$ 26,5 bi
Selic (meta)	16/abr/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	16/abr/24	10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	16/abr/24	5,2628/5,2635
Dólar comercial (mercado)	16/abr/24	5,2691/5,2697
Dólar turismo (mercado)	16/abr/24	5,3003/5,4803
Euro comercial (BC)	16/abr/24	5,5923/5,5951
Euro comercial (mercado)	16/abr/24	5,5963/5,5969
Euro turismo (mercado)	16/abr/24	5,6627/5,8427



Destaques

CNJ revoga suspensão de magistrados
O Conselho Nacional de Justiça formou maioria e revogou o afastamento dos juízes Gabriela Hardt e Danilo Pereira. O presidente do órgão e do STF, Luís Roberto Barroso, classificou a medida, determinada na véspera, como ilegítima, arbitrária e desnecessária. Também pediu vista para analisar a abertura de processo disciplinar contra os magistrados. **A12**

PL do 'streaming'
A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou, em caráter terminativo, PL que regulamenta serviços de "streaming". A matéria vai à Câmara. O texto define que empresas de "streaming" sejam cobradas em até 3% pela Condecine. As regras se estendem a plataformas de compartilhamento de conteúdo audiovisual e plataformas que oferecem canais de TV on-line. **A12**

Senado aprova PEC das drogas
O Senado Federal aprovou ontem, em dois turnos, proposta que insere na Constituição a criminalização do porte ou da posse de qualquer quantidade de drogas. A matéria vai à Câmara dos Deputados. A PEC foi aprovada por 53 votos a nove em 1º turno e, em 2º turno, por 52 a nove. Eram necessários pelo menos 49 votos para a aprovação. **A12**

É micro o ajuste pelo lado das despesas



Lu Aiko Otta

Enquanto o mercado mergulhava no mau humor por causa da piora no cenário externo e do afrouxamento na condução das contas públicas nos próximos anos, no Ministério do Planejamento o clima era de celebração. Não, evidentemente, pela mudança das metas fiscais. Mas pela introdução, no aparato orçamentário, do processo de revisão de gastos.

A estreia se deu no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, apresentado ao Congresso Nacional na última segunda-feira.

"Não é um grande movimento, que vai gerar uma economia trilionária", disse à coluna o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sergio Firpo. As revisões de gastos não podem sequer ser encaradas como sinônimo de redução de despesas, pois nem sempre são. "Não resolve o problema do primário, como vários analistas gostariam", admitiu.

Ou seja, não é por aí que o governo dará uma resposta definitiva à pergunta que não quer calar: onde está o ajuste das contas públicas pelo lado das despesas.

Porém, é o início de algo sempre muito demandado pela sociedade: gastar melhor os recursos públicos.

"É um caminho sem volta", disse o secretário de Orçamento, Paulo Bijos. Assim como foram incluídas no PLDO, economias com revisões de gastos poderão impactar as estimativas de despesas em outras peças, como o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLDO), a ser encaminhado ao Congresso no dia 31 de agosto, ou os relatórios bimestrais de projeções de receitas e despesas, informou.

O processo é demorado, mas pode impactar os juros sobre a dívida pública, disse Firpo. A revisão de gastos permite que sejam recompostos os orçamentos de políticas públicas mais bem avaliadas e serviços públicos com melhor regulação. Com isso, aumenta a produtividade da economia brasileira e há impacto na capacidade de repagamento da dívida, explicou.

"A revisão periódica de gastos é importante e louvo o início do processo", comentou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto. "Contudo, precisa ser mais abrangente e tem de ser incorporado à parte central do gasto para que possa produzir efeitos mais robustos e duradouros, a meu ver."

No PLDO 2025, a economia com as revisões de gastos com benefícios previdenciários e Proagro chegará a R$ 37,3 bilhões até 2028. Uma cifra modesta, considerando que a despesa projetada para os benefícios é de R$ 946,46 bilhões só no ano que vem.

Mas, explicou Bijos, essa não é toda a história. Com base nos trabalhos que já ocorrem, seria possível apresentar números mais arrojados. No entanto, optou-se por usar apenas aquelas economias que já estão consolidadas, explicou.

Em seu anexo fiscal, o PLDO aponta para economias maiores no caso do Proagro. Limitações aprovadas na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) vão permitir uma economia de R$ 8,7 bilhões até 2028. O Banco Central propôs outras duas medidas que, se concretizadas, elevarão essa cifra para R$ 14 bilhões.

Além dos benefícios previdenciários e do Proagro, o governo revisa os gastos do seguro-defeso. Foi identificado que o número de beneficiários é bem superior ao de pescadores cadastrados. Um cruzamento de dados ajudará a eliminar pagamentos feitos de maneira indevida.

O trabalho prosseguirá com outros benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por exemplo, os benefícios assistenciais.

As revisões estão focadas nos gastos obrigatórios do governo federal, que têm apresentado forte crescimento. Neste ano, representarão 16,86% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano que vem, 17,24% do PIB. O objetivo é abrir espaço no Orçamento para as despesas discricionárias do Executivo. Conforme dados do PLDO, elas devem recuar de 2,07% do PIB para 1,72% do PIB no período.

Os próximos passos, segundo o PLDO, incluem revisar gastos tributários e benefícios financeiros e creditícios. Juntos, os três itens consomem perto de 5% do PIB. Além desses, estudos para identificar ineficiências na aplicação de recursos.

Por mais que a revisão de gastos seja ampliada para toda a Esplanada, como pretende o Planejamento, isso não será suficiente para conter o crescimento das despesas obrigatórias. Técnicos reconhecem isso e debatem o problema internamente no governo.

O Tesouro Nacional, por exemplo, fez simulações sobre quanto seria aberto de espaço para despesas discricionárias, caso fossem mudadas as atuais regras de indexação das despesas com saúde e educação (receita corrente líquida e receita líquida de impostos, respectivamente). Se o critério passasse a ser o crescimento populacional, por exemplo, o ganho seria de R$ 23 bilhões em 2026.

O calendário eleitoral e a polarização política impõem cuidado extra em abrir essa discussão, reconhecem. Não se espera que propostas venham a público antes das eleições deste ano.

Assim, é estreito o espaço para reduzir despesas. O afrouxamento das metas fiscais reflete, em certa medida, o reconhecimento desse cenário: com a trilha do ajuste pelo lado das receitas perto do esgotamento, não resta muito a fazer no curto prazo.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Relações externas Coalizão de mais de 30 entidades entrega carta com pedido a ministros de Finanças e presidentes de BCs para focar em mais inclusão e igualdade

Organizações sugerem transição econômica 'justa e sustentável' no G20



Marsílea Gombata
De São Paulo

Organizações da sociedade civil entregaram ao sherpa brasileiro Mauricio Lyrio e líderes do Brasil no G20 uma carta em que pedem transição econômica justa e sustentável, com foco no combate às desigualdades e na emergência climática. O documento, entregue na segunda-feira à tarde, foi elaborado pelo G20 pelo Impacto, coalizão global formada por mais de 30 organizações nacionais e internacionais como B Lab, Skoll Foundation, Catalyst 2030, Global Steering Group for Impact Investing.

O objetivo é pressionar lideranças para que foquem, durante a presidência do Brasil, em um sistema mais inclusivo e equitativo, às vésperas da segunda reunião de ministros das Finanças e presidentes de banco centrais do G20 neste ano, que ocorre nestas quarta e quinta-feira em Washington.

"A expectativa é que, com o compromisso da participação social sob a presidência do Brasil no G20, a carta seja compartilhada com os demais sherpas e lideranças internacionais a fim de sensibilizá-los de que não podemos colocar os temas estruturais de forma secundária em virtude da tensão crescente e ampliada no Oriente Médio", afirma Marcel Fukayama, cofundador da Din4mo, organização idealizadora do G20 pelo Impacto. "A carta busca sensibilizar as lideranças do G20 de que os desafios estruturais devem permanecer na agenda."

Fukayama lembra que no último encontro ministerial do G20, no fim de fevereiro, a presidência do Brasil não conseguiu uma declaração oficial conjunta do grupo porque não houve consenso sobre uma questão semântica em torno das expressões "guerra à Ucrânia" ("on Ukraine", posição defendida pelo G7) e "guerra na Ucrânia" ("in Ukraine").

Ele acredita que o encontro ministerial desta semana deve ser ainda mais tenso após o G7 se unir contra o Irã [em decorrência dos ataques contra Israel]. Além disso, argumenta, Rússia e China devem dificultar o debate, contribuindo para as chances de a presidência do Brasil no G20 ser cooptada por essa agenda.

"É evidente que o atual modelo econômico está esgotado e os compromissos globais, como o Acordo de Paris e a Agenda 2030, estão próximos de fracassar. Vivemos uma emergência climática, em uma rota de 2,5 graus de aquecimento médio do planeta até o fim do século. A onda de calor que vivemos em São Paulo em novembro de 2023 trouxe um aumento elevado de temperatura", afirma sobre a importância de temas contemplados na carta.


DIVULGAÇÃO
Marcel Fukayama: "É evidente que o atual modelo econômico está esgotado"

Ao mesmo tempo, observa, a concentração de riqueza chegou a patamares distorcivos. "Estudo recente da Oxfam mostrou que estamos mais próximos de ter o primeiro trilionário do que de erradicar a pobreza. Precisamos redefinir mecanismos para uma sociedade mais justa, com mentalidade regenerativa para um planeta saudável", afirma.

A relação entre mudança climática e desigualdade, afirma Fukayama, é cada vez mais crescente. "É possível termos, a partir de 2050, mais de 1 bilhão de pessoas saindo de suas casas por causa de pobreza, fome, mudança do clima e guerras. Nos últimos anos no Brasil, mais de 4,2 milhões de pessoas se tornaram refugiados climáticos", afirma.

"A palavra de ordem da próxima década será adaptabilidade. Todos teremos que nos adaptar, mas essa necessidade será ainda mais acentuada para as classes mais vulneráveis que já vivem em situações extremas."

O documento reforça ainda a necessidade de se debater a proposta de taxação dos super ricos, uma das propostas mais ambiciosas na história do G20, que tem peso importante na pauta de redução de desigualdades.

"O Brasil tem historicamente desempenhado um papel como construtor de pontes no cenário global, e esperamos que continue dessa forma como o atual presidente do G20", diz a carta. "Apelamos a uma liderança ousada do G20 para acelerar a transição para um futuro que proteja o nosso planeta e garanta a prosperidade para todos. As decisões tomadas na reunião em Washington repercutirão na história."

Mais G20 na página A16

"Modelo econômico está esgotado e os compromissos globais, próximos de fracassar"
Marcel Fukayama

Integrantes do B20 terão artigos no site do 'Valor'

De São Paulo

O **Valor Econômico** lança, nesta quinta-feira, 18, uma iniciativa que levará aos leitores as principais ideias dos líderes das forças-tarefa do B20, o fórum oficial da comunidade empresarial do G20. O projeto faz parte da cobertura especial feita em parceria com "O Globo" e CBN sobre o fórum que reúne as maiores economias do mundo e é presidido pelo Brasil neste ano.

Serão artigos inéditos, produzidos por empresários e executivos das empresas participantes do B20. Nos textos, que estarão disponíveis na página especial criada no site do **Valor** para o evento, representantes das forças-tarefa abordarão os desafios das respectivas áreas, as oportunidades que se abrem em um mundo em rápida transformação e as propostas que serão encaminhadas aos chefes de governo que se reunirão na cúpula final do G20, marcada para novembro, no Rio de Janeiro.

Nesta edição do B20, as discussões serão norteadas pelo lema "Crescimento inclusivo para um futuro sustentável". Sob a liderança da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os debates foram divididos em sete forças-tarefa: 1) comércio e investimento; 2) emprego e educação; 3) transformação digital; 4) transição energética e clima; 5) finanças e infraestrutura; 6) integridade e compliance; 7) e sistemas alimentares sustentáveis e agricultura. Um conselho de ação, por sua vez, debaterá mulheres, diversidade e inclusão nos negócios.

O B20 é formado por mais de mil representantes empresariais dos membros do G20, de países convidados e de organizações internacionais. O grupo reuniu-se pela primeira vez em 2010, na cúpula do G20 organizada pelo Canadá, para discutir a crise financeira de 2008 e propor soluções aos líderes globais.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

UMA CARTA ABERTA AOS LÍDERES DO G20

CAROS LÍDERES DO G20

ASSINADA E ENVIADA EM ABRIL DE 2024



Caros líderes do G20,

Há 80 anos, à sombra da Segunda Guerra Mundial, os seus antecessores reuniram-se no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods. Lá eles criaram as instituições financeiras mundiais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

O experimento foi imperfeito. Mas os ideais fundadores do sistema eram explícitos: a prosperidade era um meio para a paz; a riqueza serviria ao bem comum. Pela primeira vez, no rescaldo da guerra, as pessoas sentiram uma sensação de otimismo. "É maravilhoso", escreveu Keynes, "experimentar novamente a esperança".

80 anos depois, precisamos de outro momento Bretton Woods. O mundo está abalado por conflitos, insegurança alimentar, perda de biodiversidade e inflação em espiral. Tudo isto agravado pela devastação provocada pelas alterações climáticas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão ameaçados. Muitos vivem em escassez, austeridade, desespero.

Esta é uma oportunidade única, talvez a última. As instituições financeiras mundiais perderam a força. Vocês, líderes do G20, podem trazer estas instituições para o século XXI. É possível desbloquear o colossal potencial de investimento público e privado das energias renováveis, da agricultura sustentável e da adaptação climática. Vocês podem investir em um fundo melhor e maior para as pessoas e o planeta: a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA).

É possível consertar os sistemas de pagamento de dívidas falidos que pesam sobre o desenvolvimento econômico. É possível reformar os regimes fiscais que garantem impunidade aos poluidores, e fazer com que aqueles que têm mais recursos paguem de forma mais justa.

A eliminação de dívidas onerosas permite que os países invistam no futuro de suas populações: na resiliência, na educação, na saúde e na nutrição. Isto impulsiona o crescimento e cria parceiros fortes com os quais negociar. Quando as pessoas vivem livres da fome e da discriminação de gênero, também são livres para inventar, gastar e iniciar negócios. Cada um de nós tem a ganhar com a estabilidade, a redução dos custos alimentares e energéticos , e a proteção da natureza.

A mudança já está em andamento. Os arquitetos do Banco Mundial e do FMI conquistaram seus lugares na história. Esta é a oportunidade de cumprir a promessa original: transformar estes instrumentos para a paz e a prosperidade, e colocá-los verdadeiramente trabalhando pelo interesse comum.

Tripliquem o investimento. Acabem com a dívida paralisante. Façam os poluidores pagarem.

É hora de provar a esperança novamente.

Abaixo-assinado

Eliane Dias
ADVOGADA

Rodrigo Pipponzi
CO FUNDADOR E PRESIDENTE DO GRUPO MOL

Alice Braga
ATRIZ E EMPRESÁRIA

Lilia Moritz Schwarcz
HISTORIADORA E ANTROPÓLOGA

Konrad Dantas Kondzilla
EMPRESÁRIO

Juliano Ribeiro Salgado
PRESIDENTE DO INSTITUTO TERRA

David Hertz
CO FUNDADOR E PRESIDENTE DA GASTROMOTIVA

Rafael Steinhauser
PRESIDENTE DA ALPHA CAPITAL ACQUISITION COMPANY

Raull Santiago
ATIVISTA

Her Excellency
Dr Joyce Banda
EX PRESIDENTE DA REPUBLICA DO MALAWI

Her Excellency
Helle Thorning-Schmidt
EX PRIMEIRA MINISTRA DA DINAMARCA

The Right Honourable
Helen Clark
EX PRIMEIRA MINISTRA DA NOVA ZELÂNDIA E ADMINISTRADORA DA UNDP, CO-PRESIDENTE DA COMISSÃO OUR COMMON AIR

Her Excellency
Graça Machel
ATIVISTA DE DIREITOS HUMANOS

Christiana Figueres
EX SECRETÁRIA EXECUTIVA DA UNFCCC

David Miliband
PRESIDENTE E CEO DA INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE

Paul Polman
LÍDER EMPRESARIAL, ATIVISTA E CO-AUTOR IMPACTO POSITIVO

Nile Rodgers
COMPOSITOR, MÚSICO E ATIVISTA

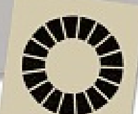
Forest Whitaker
ATOR E ATIVISTA SOCIAL

Annie Lennox OBE
CANTORA COMPOSITORA E ATIVISTA

Dia Mirza
ATOR, EMBAIXADOR UN ENVIRONMENT GOODWILL E DEFENSOR DOS ODSS

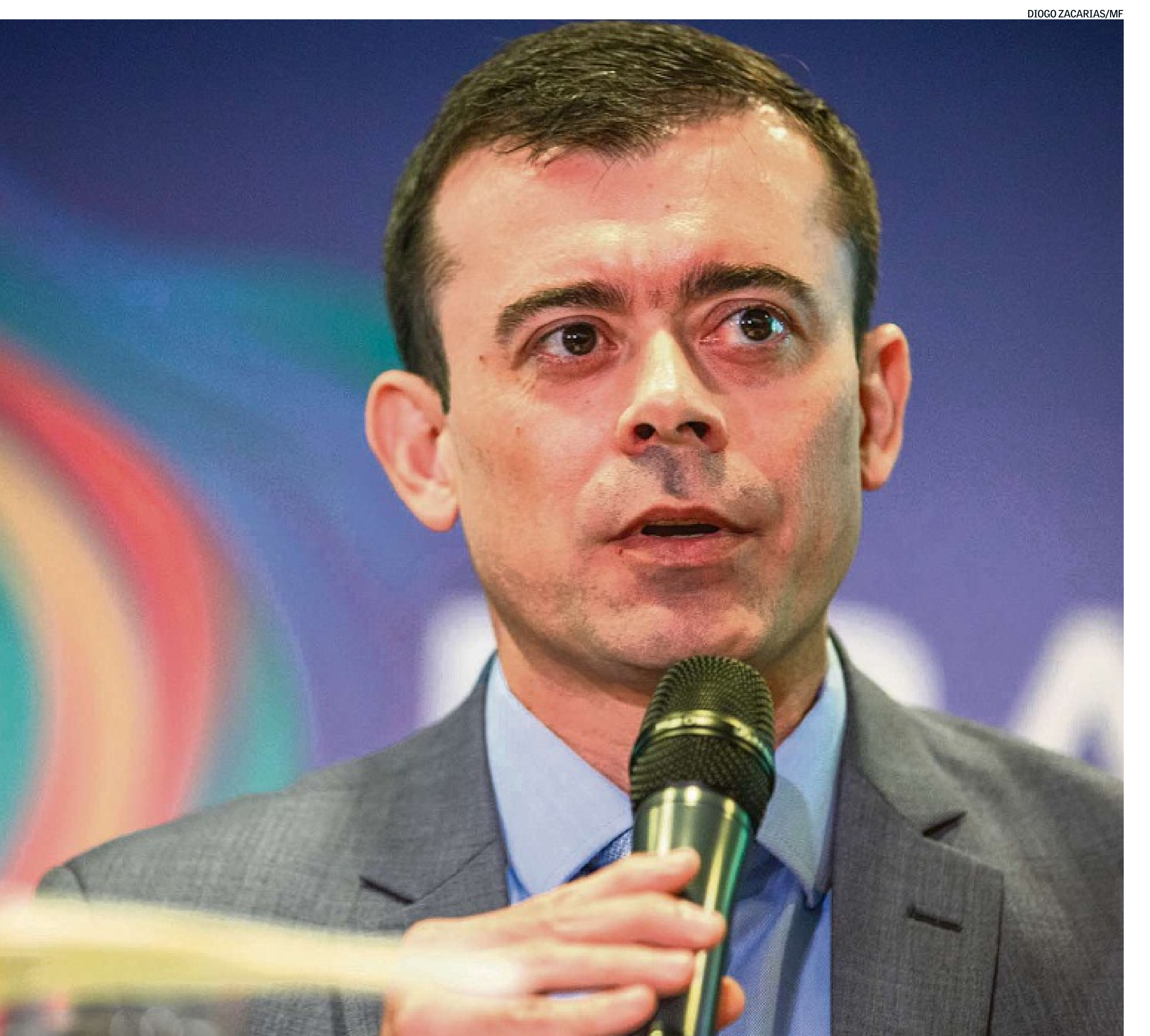
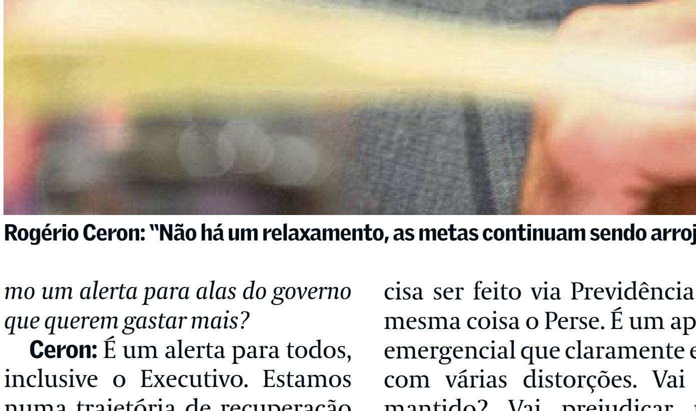
Esses 20 signatários são apoiados por 100 líderes em suas áreas. Veja a lista completa em globalgoals.org/dearG20

TRIPLIQUEM O INVESTIMENTO
ACABEM COM A DÍVIDA PARALISANTE
FAÇAM OS POLUIDORES PAGAREM



Contas públicas Secretário nega que mudança na meta de superávit represente abandonar arcabouço

Ceron prega equilíbrio para evitar ‘retrocessos fiscais’

DIOGO ZACARIAS/MF

Rogério Ceron: "Não há um relaxamento, as metas continuam sendo arrojadas; para atingir aqueles resultados, temos de superar os reveses que tivemos"

Guilherme Pimenta, Estevão Taiar e Lu Aiko Otta
De Brasília

Embora a piora vista ontem no mercado tenha sido fruto principalmente de turbulências externas, a mudança da meta de resultado primário do governo central para o ano que vem teve impacto negativo em variáveis como o câmbio. Por isso, é necessário que os três Poderes, incluindo o Executivo, e "toda a sociedade" entendam a importância do equilíbrio das contas públicas e evitem "retrocessos" fiscais.

A avaliação foi feita pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista concedida nesta terça-feira, 16, ao **Valor**.

Na segunda-feira, os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram a revisão da meta para 2025, de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para déficit zero. Já as metas de 2026, 2027 e 2028 foram propostas no campo positivo: respectivamente 0,25%, 0,5% e 1%, sempre em relação ao PIB. Antes da revisão, o governo pretendia atingir um superávit de 1% já em 2026.

Ceron afirma que as alterações não representam abandono do compromisso do governo federal com o equilíbrio das contas públicas. Mas reconhece que elas geraram "dúvidas dos agentes em relação ao compromisso fiscal" e "ruídos de curtíssimo prazo". No mercado à vista, o dólar terminou o dia de ontem com alta de 1,64%, em R$ 5,26, o maior nível desde 23 de março do ano passado.

Por isso, o secretário destaca a necessidade de projetos que vêm sendo discutidos com Congresso Nacional, como as mudanças no Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Evento (Perse), para que a dívida pública tenha uma trajetória sustentável nos próximos anos.

De acordo com ele, "retrocessos" fiscais seriam "contraproducentes" por prejudicar, por exemplo, o controle da inflação. Daqui para a frente, o comportamento do câmbio e "quanto teremos de inflação" serão fortemente influenciados pela atenção que Poderes e sociedade darão para o equilíbrio fiscal.

O secretário ainda afirma que, mesmo com as turbulências no mercado, a gestão da dívida pública não sofreu maiores abalos ontem, já que o leilão previsto de títulos "foi tranquilo".

Ceron avalia que há avanços na revisão de despesas por parte do Ministério do Planejamento, mas reconhece que "poderíamos estar mais céleres nesse processo".

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Valor: *O mercado interpretou que o governo renunciou ao compromisso fiscal, ao alterar as metas para os próximos anos. Como o senhor avalia essa turbulência?*

Rogério Ceron: Não afeta em nada o compromisso, nossa trajetória de recuperação fiscal é irretratável. Temos um contexto de curto prazo com três fatores importantes: elevação significativa no risco geopolítico global, reprecificação em função de uma clara sinalização de uma postergação do ciclo de flexibilização monetária nos EUA e, óbvio, um ruído interno em função de dentro de um ambiente já tensionado, estressado. Qualquer faísca adiciona ruído. Nós tínhamos uma data limite para o envio do PLDO e precisávamos indicar qual seria a nossa posição. Mas é claro que o ambiente não é o melhor para uma comunicação dessa devido, de fato, a um cenário externo bastante estressado.

Valor: *A mudança não passa uma mensagem negativa?*

Ceron: Mesmo reduzidas, as metas para 2025 e 2026 são muito mais agressivas do que a expectativa do mercado. Mantê-las em 0,5% do PIB e 1% do PIB não traria mais credibilidade. Indicaria que estaríamos blefando ou que teríamos de adotar medidas tão agressivas para adicionar mais de 1% do PIB de arrecadação que os investidores iriam parar para ver o que ia acontecer.

Valor: *Analistas avaliam que a medida erodiu a confiança no arcabouço fiscal.*

Ceron: Há uma mistura conceitual. Não há nenhuma alteração para o arcabouço. O marco fiscal traz regras que continuam absolutamente intactas. Foi feito um ajuste na trajetória, mas continuamos indicando um ciclo de quatro anos de resultado equilibrado e positivo, o que não acontece no Brasil há mais de uma década.

"Não há alteração no arcabouço. O marco fiscal traz regras que continuam intactas"

Valor: *O presidente do Banco Central falou em desancoragem da política fiscal, que poderia afetar a política monetária.*

Ceron: O que ouvi da declaração dele é que uma desancoragem fiscal poderia ter um reflexo sobre a política monetária. E que ele era favorável a uma manutenção, acha ruim alteração das metas por mais que elas não possam ser atingidas. O BC vivenciou períodos de não cumprimento de metas sequenciais. Foi opção do Conselho Monetário Nacional manter as metas, a despeito do descumprimento. O fato é que isso não muda a realidade. O Banco Central não passou a cumprir a meta porque ela não foi alterada. Dificilmente algum agente do mercado vai dizer que nós iríamos atingir aqueles resultados.

Valor: *O que isso mostra?*

Ceron: Esse estresse mostra que o fiscal continua demandando cuidados, não podemos brincar com o fiscal. Esse ruído de curtíssimo prazo tem uma função importante também para alertar todos os agentes econômicos, todos os Poderes, de quão importante é manter a ancoragem e o compromisso com a recuperação fiscal.

Valor: *Houve impacto no dólar.*

Ceron: Muitos agentes não compreendem o que significa o impacto sobre a dívida pública, se a dívida pública vai crescer ou não. Já o câmbio é algo que as pessoas compreendem melhor pois gera efeito sobre a inflação e toda a população entende muito bem o quanto machuca a inflação, principalmente os mais pobres.

Valor: *Essa piora pode servir como um alerta para alas do governo que querem gastar mais?*

Ceron: É um alerta para todos, inclusive o Executivo. Estamos numa trajetória de recuperação fiscal. Não é o fiscal pelo fiscal. É o fiscal pela saúde macroeconômica do país, por um câmbio estável, por uma inflação estável, com renda real das famílias crescendo. Se a inflação voltar a desancorar, as famílias vão perder renda real. Isso vai prejudicar o bem-estar de todos.

Valor: *O relaxamento das metas não pode gerar o efeito oposto e servir como um incentivo para a não aprovação de medidas no Congresso?*

Ceron: Não há um relaxamento, as metas continuam sendo arrojadas. Para atingir aqueles resultados, temos de superar os reveses que tivemos, se não o resultado efetivo vai ser pior do que aquelas metas que estão lá. Antes, exigiria um nível [de medidas] que poderia soar descrédito também.

Valor: *O governo errou ao ter sugerido aquelas metas quando apresentou o arcabouço fiscal?*

Ceron: Não. Cumpriu um papel super importante nesse processo de ancoragem das expectativas e aprovação de medidas. Mas, durante o processo de diálogo, fomos perdendo uma parte das receitas. Isso vai tornando mais difícil um horizonte mais agressivo. E inegavelmente temos uma piora do cenário internacional. Essas [novas] metas agora podem ser atingidas, mas não dá para ficarmos sentados no sofá. Precisa ser feito um compromisso dos três Poderes. E neste momento, quando você tem um cenário de maior desconfiança, é importante que todos os atores relevantes se posicionem em prol da responsabilidade fiscal.

Valor: *O senhor concorda com a avaliação de que o ajuste fiscal, principalmente pelo lado das receitas, está se aproximando do esgotamento?*

Ceron: Nós escolhemos um caminho e ele sempre foi transparente, de recuperação das políticas públicas essenciais. A população ainda precisa desse suporte. Mas ele não vai ser feito sob pena de uma piora do déficit fiscal. Será feito com balanceamento, com combate a gastos tributários, com distorções e com setores que deveriam ser tributados e por alguma razão não são. Então, esse processo avançou. Ele pode continuar? Pode.

Valor: *Tem medidas ainda para continuar?*

Ceron: Tem. Nós precisamos, novamente, desse compromisso de não recuar, como no Perse e na desoneração. Não se trata do mérito, se os pequenos municípios precisam de apoio. Mas, isso precisa ser feito via Previdência? A mesma coisa o Perse. É um apoio emergencial que claramente está com várias distorções. Vai ser mantido? Vai prejudicar nos atingimentos das metas, que vai gerar uma desancoragem, reflexo no câmbio e inflação para a camada mais pobre. Ou então vamos ter que encontrar medidas compensatórias.

Valor: *Há medidas compensatórias?*

Ceron: Nós temos várias medidas que podem ser feitas, mas nós precisamos do compromisso, dessa continuidade do alinhamento entre os Poderes. E há medidas do lado das despesas. O ministro já comentou sobre isso. Vamos começar pelo andar de cima? Vamos começar a olhar algumas distorções relevantes. Por exemplo: acho muito difícil que alguém defenda a morte fictícia. Um militar pode roubar, pode estuprar alguém, ele será expulso e ganhará uma pensão vitalícia. Isso faz sentido, sob algum ponto de vista, moralmente, para a sociedade brasileira? Só que o país se recusa a fazer algumas discussões. E para essas discussões nós precisamos do apoio do Congresso Nacional, muitas vezes do Judiciário.

Valor: *E pelo lado da arrecadação? Ela veio bem no início do ano.*

Ceron: Há um processo de recuperação que é inequívoco. Ninguém vai discordar no mercado de que há uma recuperação e que ela precisa continuar. Se a gente começar a perder, volta a ter problemas com a Previdência, com benefícios como o Perse, que abre margem para excessos... Se tirar os ganhos que foram obtidos de recuperação fiscal, isso [recuperação] começa a se perder novamente. Então é importante que a gente não tenha retrocesso.

Valor: *O Ministério do Planejamento prometeu um anexo e uma lista de gastos a serem revisados, mas não há um anexo nem houve uma lista: apresentaram somente duas medidas já conhecidas. Não está demorando muito essa agenda de revisão de gastos?*

Ceron: Nós temos avanços. Poderíamos estar mais céleres nesse processo, sem dúvida. Não é um trabalho fácil. É só pensar em qual ciclo de governo nos últimos 20 anos tivemos revisões de despesas de forma intensa. É uma agenda delicada. É inegável que estamos tentando trazer discussões para a luz do sol. Demanda cuidado, dosagem. Agora nós começamos essa agenda. De fato, é hora de intensificá-la e fazer discussões corretas. Em 2024, essa agenda entrou para valer, ganhou tração.

Valor: *A revisão da meta de 2024 entrou em debate?*

Ceron: Não. Não há nenhuma previsão de alteração da meta de 2024. Se você olhar a de 2025, o resultado efetivo está 0,1% [positivo]. Nós até discutimos se nós colocaríamos a meta 0,1% ou zero. Dadas as condições que temos, dá para continuar avançando. Mas, num ritmo mais gradual, para evitar um cenário mais agressivo de medidas que poderiam criar mais incerteza e mais insegurança do que benefício. Mas isso não significa descompromisso ou redução do ritmo. Significa uma análise de razoabilidade do limite do possível. Isso ainda continua demandando medidas e apoio de Legislativo e Judiciário.

Valor: *Mesmo com esses retrocessos atuais, como Perse, está mantida a meta zero em 2024?*

Ceron: Esses retrocessos estão em curso, não quer dizer que eles se materializaram completamente. Nós estamos adotando todas as medidas para reverter. E se a análise final é de que há necessidade de manter alguma parte de um benefício, como o Perse, é importante encontrar fonte de compensação. Já o regime previdenciário é algo mais complexo ainda, não se trata só da compensação, se trata do desequilíbrio no regime de Previdência. Vamos precisar muito de serenidade, compromisso, diálogo e construção, tanto com Legislativo quanto com Judiciário. O primeiro trimestre mostrou que nós temos condições de atingir o resultado.

"O reforço do compromisso fiscal é importante para trazer tranquilidade aos agentes"

Valor: *Mas a serenidade está um pouco escassa. Tem possibilidade muito grande de ser derrubado o veto a R$ 5,6 bilhões de emendas. Como isso atrapalha a programação para o ano?*

Ceron: Qualquer sinal de retrocesso gera desancoragem significativa. Precisamos dessa compreensão, sob pena de punir a população. Isso certamente é caro para todo o Executivo, Legislativo e Judiciário.

Valor: *O crédito suplementar vai ser usado para dar reajuste para o funcionalismo maior do que o previsto?*

Ceron: Nós temos um limite do que podemos fazer para atendê-los. Dentro desse limite, será feito. O compromisso com os servidores públicos é inequívoco no governo. Mas temos que cuidar, primeiro, das despesas obrigatórias e, segundo, das previstas no Orçamento. Para 2024, é muito difícil imaginar que teremos espaço para ampliações.

Valor: *O Tesouro já sabe quanto vai receber de dividendos da Petrobras?*

Ceron: Não sei ainda se haverá distribuição de dividendos extraordinários. É uma decisão que envolve a governança da companhia. É saudável que isso seja feito com transparência, previsibilidade para os acionistas. Tendo condições para distribuição, ela será muito útil na magnitude que for para o cumprimento das metas fiscais de 2024. Esses recursos não estão previstos no Orçamento, e o ingresso deles ajudaria a mitigar riscos ou compensar receitas que eventualmente não desempenhem como esperado. O que a equipe econômica defende é que as regras sejam cumpridas. Se a distribuição não comprometer o plano de investimento, e essa é a prioridade pelas regras da governança da companhia, ela deve ocorrer naturalmente.

Valor: *Quanto a piora de ontem do mercado preocupa?*

Ceron: Às vezes a gente precisa ter essa serenidade de não olhar só o curto prazo. Estamos em um momento em que há dúvida dos agentes econômicos como um todo quanto a esse compromisso com a recuperação fiscal do país. Nos momentos difíceis, os Poderes precisam se unir e passar essa mensagem clara e inequívoca de compromisso fiscal. Não porque o fiscal é um fim em si mesmo. Mas porque com isso vamos garantir que a atividade econômica continue respondendo bem, os investimentos retornando, o desemprego baixo, a renda real das famílias crescendo, tudo isso com a inflação controlada. Se houver piora do cenário externo, precisaremos de mais compromissos ainda do país para com essa agenda. Não há caminho de retorno. O reforço do compromisso fiscal, e ele precisa ser reforçado em momentos como este, desempenha um papel importante para trazer tranquilidade aos agentes e garantir que nada mudou e que o percurso e o caminho seguem firmes. O movimento do câmbio daqui para a frente e consequentemente da inflação dependerá dessa sinalização dos Poderes da União em relação ao compromisso irretratável com a recuperação fiscal do país.

Valor: *O cenário de turbulência muda a gestão da dívida?*

Ceron: Quando há tensionamento, procuramos não adicionar volatilidade. Nós fizemos um leilão hoje que foi tranquilo. Quando o mercado está tensionado, a gente acaba privilegiando as LFTs. Colocamos quase R$ 25 bilhões, mais ou menos a média de todos os leilões.

INÊS249

Conjuntura Moeda americana alcança maior patamar em mais de um ano, após governo federal apresentar nova meta fiscal até 2028

Cenário externo explica maior parte da alta do dólar, defende Haddad

Alexandra Bicca
Para o **Valor**, de Washington

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira em Washington que notícias externas ao Brasil explicam "dois terços" do que está ocorrendo no cenário interno.

A alta da moeda americana nos últimos dois dias coincide com a nova meta fiscal do governo, que agora prevê resultado zero em 2025, ante previsão de superávit de 0,5% do PIB. Em um dia ruim para as moedas emergentes no mundo, o dólar subiu ontem 1,64%, cotado a R$ 5,2697, no maior nível de fechamento desde 23 de março de 2023. Na máxima do dia, a moeda americana chegou a R$ 5,2873.

De acordo com Haddad, entre os fatores que afetam a cotação do dólar, estão dados que indicam atividade econômica aquecida nos EUA, dados de inflação americana "que ainda não foi totalmente digerida" e a escalada do conflito no Oriente Médio, após o ataque de Irã a Israel, com impacto na cotação do barril de petróleo.

Para o ministro, a alta do dólar no Brasil também decorre, em parte de uma turbulência causada pela nova divulgação para a meta fiscal. "É preciso explicar melhor ao longo do tempo o que vai acontecer com as contas públicas brasileiras."

O ministro afirmou que a nova meta é realista e embute um aprendizado do governo nos últimos meses. Ele também defendeu que o objetivo está em linha com a meta de longo prazo de estabilizar a dívida pública.

Analistas destacam, porém, que, enquanto o superávit primário não chegar perto de 1% do PIB, a dívida bruta continuará subindo. O governo previa antes alcançar a economia de 1% do PIB em 2026, mas agora só vê isso acontecendo em 2028 — portanto, em um novo mandato presidencial. Para 2026, agora, a previsão é de superávit de 0,25% do PIB.

Ele disse que o Brasil vive uma semana de turbulência e que, após o momento tenso, "as coisas acomodam depois". Mas aproveitou para afirmar que pode ser um bom momento para "repensar estratégias".

"O lado externo não está ajudando. O lado interno, nós estamos corrigindo, corrigindo com diálogo no Executivo, com diálogo no Legislativo. Já que a questão está mais delicada, vamos fazer agora um momento de repensar a estratégia e redefinir o papel de cada um para reestabilizar as expectativas."

Em Washington para a reunião semestral do FMI e do Banco Mundial, Haddad deu exemplos de programas como o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), cuja relatora, a deputada Renata Abreu (Pode-SP), defende renúncias fiscais de R$ 5 bilhões por ano.

"Nós entendemos que o Congresso tem os seus objetivos, mas nós temos que trazer esse programa para perto da normalidade, para perto da razoabilidade. Está muito sem freio, está aberto a fraudes que aconteceram e já estão sendo combatidas pela Receita."

Haddad afirmou que o país não pode sair da "trilha do crescimento". "O que está acontecendo hoje é recado para o Executivo, é recado para o Legislativo, é recado para o Judiciário, é recado para a Fazenda, é recado para o Planejamento, é recado para o Banco Central. Vamos entender e reposicionar. Nós não temos razão nenhuma do ponto de vista dos fundamentos da economia brasileira para sair da trilha correta de fazer esse país voltar a crescer com baixa inflação e gerando emprego", afirmou.

Após as novas projeções do FMI para economia brasileira, ele disse esperar que o organismo reveja "para melhor" as estimativas de crescimento do PIB do país. "Vamos também acompanhar o que acontece na economia global, porque nós dependemos disso também."

O FMI divulgou nesta terça-feira que estima que a economia brasileira crescerá 2,2% neste ano e 2,1% em 2025. A previsão para o PIB brasileiro deste ano é 0,5 ponto percentual maior do que a divulgada pelo Fundo em janeiro. Já a previsão para o próximo ano foi elevada em 0,2 ponto percentual.

As projeções do FMI estão maiores que as do boletim Focus, coletadas semanalmente pelo BC, que preveem alta do PIB de 1,95% neste ano e de 2% em 2025.

"Continuamos projetando 2,2% [de alta do PIB em 2024], embora os indicadores de atividade estejam aquecidos. Estamos recebendo boas notícias da ponta, tanto do ponto de vista de arrecadação, quanto do ponto de vista de produção e venda, sobretudo o crédito está aumentando no Brasil. Mas nós vamos ser parcimoniosos, vamos continuar mantendo a nossa expectativa de 2,2%, mas com um pequeno viés de alta", afirmou.

> "Vamos também acompanhar o que acontece na economia global"
> *Fernando Haddad*

Haddad disse ainda que acredita que, apesar das turbulências, há espaço para cortes nos juros básicos do Brasil.

Segundo ele, os fundamentos da economia brasileira "estão melhores do que um ano atrás". Para ele, os ajustes realizados pelo governo garantiram melhora tanto do ponto de vista da receita quanto do ponto de vista da despesa. Entretanto, expressou preocupação com as contas da Previdência após a aprovação de projetos no Congresso e disse que o governo deve recorrer na Justiça.

"Não vamos ter o gasto primário que tivemos no ano passado. Nós não vamos ter a receita primária que nós tivemos no ano passado. A receita vai ser bem melhor, a despesa vai ser bem menor. De onde vem a arrecadação? Das medidas que o Congresso aprovou", disse.

Questionado sobre o esgotamento das medidas, ele destacou que a renovação da desoneração, em especial dos municípios, não estava no radar de ninguém.

"Desonerar a folha de município é uma coisa que esbarra na reforma da Previdência, que todo mundo defendeu, desse ponto de vista, o tempo todo. Todos os partidos defenderam que a Previdência não podia perder receita. Aí entra uma emenda, em um PL. O presidente veta, derrubando o veto, nós reabrimos a discussão", afirmou.



DIOGO ZACARIAS/MF

Fernando Haddad: "É preciso explicar melhor ao longo do tempo o que vai acontecer com as contas públicas"

Tebet nega mudança de meta fiscal para este ano

Jéssica Sant'Ana e Edna Simão
De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, negou que esteja colocada na mesa uma possível mudança na meta fiscal de 2024, diferentemente do que afirmou no começo deste mês.

Em entrevista à GloboNews, a ministra disse estar "muito confiante, não só esperançosa" de que o governo entregará um resultado primário dentro da banda do novo arcabouço fiscal.

Tebet afirmou também que o "ideal seria não mexer na meta" fiscal, mas o arcabouço fiscal é "maior que isso".

Segundo ela, a grande trava do arcabouço fiscal é a da limitação da expansão das despesas e isso é algo que o governo não tem intenção de mudar.

"O grande núcleo do arcabouço continua, e nós não temos intenção de mudar. A despesa vai crescer até 70% da receita, no máximo 2,5% ao ano", disse.

Segundo Tebet, mesmo com as mudanças anunciadas ontem, o objetivo é perseguir o déficit zero. "Vamos perseguir a meta zero não só neste ano como no ano que vem", disse.

Tebet destacou que não houve participação do núcleo político na decisão da meta fiscal para o ano que vem. Ela ressaltou ainda que não é cogitada mudança na meta deste ano. "Não cogitamos. Não é colocada na mesa mudança na meta de 2024", afirmou.

Segundo Tebet, as críticas feitas à mudança da meta são "bem-vindas, quando são construtivas, só que têm que ser inseridas no todo".

A ministra afirmou que o governo foi "conservador" ao incluir apenas duas políticas públicas na agenda de revisão de gastos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 para evitar "pressão e lobby" dos setores afetados.

Ela disse que outros programas também serão revistos, mas que o governo fará isso de maneira discreta, como fez com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ao aprovar na semana passada no Conselho Monetário Nacional (CMN) mudanças nas regras que endureceram o acesso ao benefício.

"Nós não estamos querendo anunciar [a lista de revisão de gastos] antes da hora para evitar qualquer tipo de pressão, de recuo antes da hora. O Proagro, nós fizemos quietinhos, ninguém sabia, fomos lá no CMN e fizemos a resolução", disse a ministra.

Crescimento está 'mais estruturado', mostra Monitor do PIB

Rafael Rosas
Do Rio

O resultado de fevereiro do Monitor do PIB, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), mostra que a economia do país cresce de forma "mais estruturada" que no ano passado. Para Juliana Trece, economista e coordenadora da pesquisa, a tendência para o ano é de um consumo mais forte, impulsionado por juros e endividamento menores.

Em fevereiro, o Monitor do PIB apontou um avanço de 0,8% na economia do país frente ao mês anterior. Os dados anuais mostram um crescimento de 3,5% frente a fevereiro do ano passado, com alta de 3% em 12 meses e de 3,3% no trimestre móvel interanual terminado em fevereiro.

Na comparação de fevereiro com janeiro, Trece destaca as altas de 0,7% do consumo das famílias e de 4,7% da formação bruta de capital fixo (FBCF), que mede os investimentos na economia.

"O crescimento está mais estruturado, principalmente se compararmos com o ano passado, que foi muito puxado pelo agro", diz Trece. "O investimento está voltando, ainda em nível baixo, mas recuperando. E há uma perspectiva boa com a queda de juros. Embora a expectativa seja de crescer menos neste ano, esse crescimento está bem melhor do que foi [em 2023], pois está mais estruturado."

Trece frisa que, do lado da oferta, os serviços crescem acima das projeções, com alta de 0,4% em fevereiro ante janeiro, enquanto a indústria teve um leve recuo de 0,1% em fevereiro frente a janeiro — quando havia caído 2,6% ante o mês anterior —, mas permanece em patamar superior a 2023. Assim como a exportação, apesar a queda de 9,8% ante janeiro.

"A indústria e a exportação podem mostrar dificuldade de crescer na ponta, mas avançam na comparação com 2023", diz a economista, que destaca que a queda de 0,1% da indústria em fevereiro está próxima da estabilidade.

Ela lembra que o setor de serviços mostra avanço em praticamente todas as atividades, o que ainda não acontece na indústria, que é um setor muito atrelado aos juros. "Mas a tendência é que isso melhore ao longo do ano", afirma.

Em termos de perspectiva, a economista acredita em um 2024 com o consumo em alta, uma vez que a expectativa é de juros menores e do efeito de programas de equacionamento de dívidas — como o Desenrola — já com efeitos positivos não apenas para a queda do endividamento, mas também da inadimplência.

Além disso, lembra ela, o ano eleitoral, com pleitos municipais em outubro, contribuiu para segmentos como a construção civil, o que também pode beneficiar diversos setores da economia, inclusive os investimentos.

Sobre riscos ao cenário atual, Trece cita os possíveis desdobramentos do ataque do Irã a Israel, mas pondera que, por enquanto, esse efeito "não parece claro". Em caso de escalada das tensões a ponto de um conflito real, as consequências mais imediatas para a economia brasileira podem ser nas exportações e no câmbio.

Trece argumenta que, uma alta do dólar poderia influenciar negativamente a importação de bens intermediários, que tem aumentado e é importante para o crescimento da indústria e dos investimentos no país.

Decreto realoca verba para acelerar obra

Renan Truffi
De Brasília

O governo deve publicar nesta quarta-feira, 17, um decreto para tentar destravar obras paralisadas no âmbito do Novo PAC, como é conhecida a versão repaginada do Programa de Aceleração do Crescimento. A proposta de retomar obras abandonadas é uma antiga promessa da gestão petista, mas vem esbarrando em entraves jurídicos desde o início do mandato.

O **Valor** apurou que o texto em questão, a ser publicado no "Diário Oficial da União", traz um artigo que abre espaço para que a União e os entes utilizem "saldos remanescentes", depositados em conta corrente vinculada a determinada obra, para executar o empreendimento abandonado em questão.

O trecho do decreto, ao qual a reportagem teve acesso, diz também que, além dos saldos, podem ser utilizados os "rendimentos auferidos" na conta corrente. Desta forma, esse recurso deve ser utilizado, inclusive, para pagar eventuais "reajustes" entre o valor original da obra e o complemento necessário para a retomada do empreendimento.

O decreto foi uma forma que o governo encontrou para destravar o imbróglio de obras paralisadas pelo país, principalmente aquelas relacionadas à educação e à saúde. A explicação do governo é que, quando há a paralisação de uma obra, isso gera uma atualização dos valores de custos que, muitas vezes, Estados e municípios não conseguem arcar.

Atualmente, quando há saldo remanescente de uma obra paralisada, o governo precisa fazer uma nova contratação para, em seguida, fazer a análise do recurso remanescente. Além disso, muitas vezes é necessário um laudo para certificação do montante de recursos disponível na conta corrente.

Por causa dessas regras, esses recursos ficam depositados, geralmente, em contas específicas. E os entes federados, por sua vez, (como União, Estados e municípios) acabam não conseguindo usar ou reaver esse dinheiro.

A esperança do governo é que, desta forma, seja possível proporcionar "maior agilidade" na análise "dos projetos de obras de engenharia necessários à implementação do Novo PAC", diz um resumo da proposição. "É muito mais complexo retomar uma obra do que fazer uma nova obra", explica um interlocutor do governo.

O decreto também traz um artigo que dispensa de novas aprovações, "pelo repassador ou pela mandatária", os projetos cujas adequações necessárias não ultrapassem em 5% o valor do orçamento original.

Governo 'represa' remédio para hemofilia

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

Medicamentos que poderiam amenizar sintomas, dores e limitações em pacientes com a doença não foram distribuídos pelo governo, conforme a Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia (Abraphem). Segundo a Abraphem, esses produtos deveriam ter sido distribuídos em agosto de 2022. Passados 500 dias, ainda não estão disponíveis. O Brasil tem 14 mil pessoas com hemofilia.

"O governo tem, atualmente, a possibilidade de oferecer melhores produtos para o tratamento da hemofilia A, que afeta 80% do total de pessoas com hemofilia, e ainda diminuir custos através da distribuição dos fatores de coagulação de longa duração incorporados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec)", diz nota da associação.

Pesquisa da Federação Mundial de Hemofilia com 12 dos 19 países do G20 mostra que deles utilizam fatores de coagulação de longa duração. Brasil e África do Sul não disponibilizam o fator.

O tratamento da hemofilia foi atualizado mundialmente em 2018 com a introdução de medicamentos de infusão subcutânea semanal ou quinzenal, mais modernos, capazes de oferecer mais proteção contra hemorragias. Até então, o tratamento consistia em infusões endovenosas em dias alternados. Segundo a Abraphem, o Ministério da Saúde incorporou o medicamento só para pacientes com hemofilia A com inibidor, que representam 20% das pessoas com a hemofilia A. Para a entidade, os demais pacientes deveriam receber o mesmo tratamento. "Enquanto isso, o produto está disponível em outros 83 países, sendo que 72 fornecem o medicamento também para pacientes sem inibidor."

Questionado, o Ministério da Saúde informou que toda incorporação de novas tecnologias no Brasil segue um rito que passa pela análise da Conitec e publicação de portaria. Disse ainda que a "afirmação de que 72 países fornecem este medicamento deve ser analisada à luz de que a maioria não possui sistemas de saúde pública de alcance nacional como o SUS".

Monumentos espalhados pelo Brasil vão receber iluminação especial em alusão ao Dia Mundial da Hemofilia, nesta quarta-feira, 17. A ação ocorre em dez Estados. Com o tema "Vivendo Cuidadosamente com hemofilia: Cuidado Integral e Saúde Mental" a campanha de 2024 visa incentivar as pessoas com a doença e seus familiares a procurar continuamente informações sobre o tratamento.

Estados Tarcísio diz que crime organizado está infiltrado no poder político e fala em mais operações

Operação mira novo elo entre PCC e contratos com administração pública em São Paulo

Marcos de Moura e Souza e Claudia Violante
De São Paulo



MPSP

Promotores Flavia Flores, Yuri Fisberg, Frederico Silvério e o coronel da PM Emerson Massera: buscas em 13 cidades e prisões temporárias de três vereadores

Pela segunda vez em uma semana, promotores públicos de São Paulo realizaram nessa terça-feira uma operação para desbaratar um esquema que envolvia integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em contratos públicos.

Na semana passada, o alvo havia sido dirigentes de duas empresas de ônibus com contratos com a prefeitura de São Paulo. As empresas, segundo as investigações, foram usadas por criminosos da organização com o intuito de lavarem dinheiro do narcotráfico e também de receberem parte da receita com o transporte público.

Nessa terça, os promotores e policiais militares estiveram no encalço de outro tipo negócio explorado por membros do PCC: empresas de limpeza e fiscalização contratadas por prefeituras paulistas e por câmaras de vereadores. Um dos contratos sob suspeita é com um órgão do governo do Estado. O Ministério Público não revelou qual o órgão.

O esquema teria começado há cinco anos. A maior das empresas apontadas como peças do PCC chegou a movimentar R$ 200 milhões, disse o MP. As investigações começaram no ano passado a partir de suspeitas de irregularidades em um contrato em Guarulhos.

Houve buscas em Guarulhos, Ferraz Vasconcelos, Mogi das Cruzes, Guararema, Poá, Itatiba, Santos, Guarujá, Sorocaba, Buri, Cubatão, Santa Isabel e Arujá. Ao todo, 15 mandados de prisão temporária foram expedidos. Entre os presos, três vereadores: Ricardo Queixão (PSD-Cubatão), Flávio Batista de Souza (Podermos-Ferraz de Vasconcelos) e Luiz Carlos Alves Dias (MDB-Santa Isabel).

"Tanto a operação de hoje [terça-feira] quanto a operação da semana passada deixam claro que, hoje em dia, pensar essa facção criminosa como atrelada unicamente ao tráfico de drogas, ao roubo ou a outros crimes violentos, isso, de longe, não mais corresponde à verdade", disse a jornalistas Frederico Vieira Silvério, promotor público de Guarulhos e membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP paulista.

Ele e outros dois promotores deram detalhes sobre a chamada Operação Munditia.

Ao **Valor**, Silvério disse que o MP e outros órgãos têm priorizado um cerco ao crime organizado por meio da asfixia financeira.

"Há uma compreensão que o efetivo combate a organizações criminosas só se faz com asfixia financeira, com a retirada dos bens, dos valores, dos imóveis que são adquiridos pelos criminosos. Porque esses valores são reinseridos na cadeia criminosa. Então, o que temos feito é intensificar muito essa asfixia em qualquer tipo de atividade de repressão."

Assim como no caso das empresas de ônibus, as empresas de "facilities" suspeitas eram fontes de receita e também instrumentos de lavagem do dinheiro do crime.

As investigações apontaram que as empresas prestavam de fato serviços de limpeza e fiscalização, no entanto, a escolha delas era marcada por licitações fraudulentas e por superfaturamentos. Algumas estão registradas em nome dos próprios criminosos da facção; outras, em nome de laranjas.

> "A facção influencia os rumos de contratações públicas"
> *Yuri Fisberg*

O esquema, de acordo com a promotoria, era mantido pela atuação de três núcleos:

1º) Empresários e funcionários das empresas de "facilities" que tinham vínculos com a facção criminosa.

2º) Advogados que prestavam serviços para dar ares de legalidade aos contratos e que ajudavam na movimentação dos recursos.

3º) Políticos e servidores que facilitavam a contratação das empresas, de modo fraudulento, mediante o pagamento de propina.

Segundo o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o crime organizado está ficando cada vez mais ousado e é um risco para o país. "Um crime que está se infiltrando no poder político, um crime que está lavando dinheiro cada vez mais em atividades lícitas e ficando cada vez mais poderoso." E acrescentou: "Isso subtrai divisas, isso acaba com atividades produtivas e traz competição desleal." O governador afirmou ainda que outras operações estão para ser deflagradas. "É mais uma operação. Acontecerão outras. Há outras sendo gestadas."

Promotores não revelaram nomes, mas disseram que o arranjo desmantelado tinha ligação com lideranças do PCC. A influência de criminosos era tamanha que em algumas situações em que houve disputas ou divergências entre empresas por um contrato, quem decidiu qual delas seria contratada foram os integrantes da organização criminosa e não a Justiça, disse o promotor Yuri Fisberg, também do Gaeco.

Fisberg citou outro promotor do Gaego, Lincoln Gakiya — que tem longo histórico de ações contra o PCC. "É exatamente como ele disse na semana passada: a facção está influenciando os rumos de contratações públicas."

Fisberg disse que não havia até essa terça indicação de vínculo dos vereadores ou dos agentes políticos com o PCC. "O vínculo é entre as empresas com o PCC. Em relação aos agentes públicos vai ser feita uma análise segundo o que a gente apreendeu."

O PCC é considerado a maior organização criminosa do país, com forte presença nos presídios e com negócios baseados, sobretudo, no comércio anual de toneladas de cocaína para países da Europa.

O MP estima que o faturamento da organização gire em torno de R$ 1,2 bilhão ao ano e que os métodos de lavagem dos recursos ilícitos envolvem estruturas contratais complexas, investimentos no mercado financeiro, em criptoativos e na participação como sócios ocultos de empresas privadas.

A visão dos promotores é que serviços públicos têm sido um nicho não tanto para a cúpula do PCC, mas para alguns de seus integrantes limparem recursos ou ampliarem seus negócios ilícitos.

Na semana passada, o coordenador do Gaeco na capital paulista, o promotor Fábio Bechara, afirmou ao **Valor**: "Por que o interesse do crime pelos contratos públicos? Pelo alto volume financeiro. E porque o poder público enfrenta uma série de dificuldades para detecção de quem é que está disputando a licitação e isso cria um espaço de oportunidade enorme para o crime voar abaixo do radar."

valor.com.br
Fernando Exman volta a escrever no dia 24 de abril
www.valor.com.br

Legislativo Presidente da Câmara reagiu ao pautar urgência para dois projetos da bancada ruralista que penalizam invasões de terra

Demissão de primo de Lira faz crescer atrito com o governo

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A demissão de seu primo da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas contrariou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e elevou o número de atritos com o governo Lula (PT). Lira já negociava uma substituição, mas dois pontos causaram incômodo: a forma como a demissão ocorreu, publicada no "Diário Oficial da União" sem uma reunião prévia; e o momento, dias após ele criticar publicamente o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o que causou ruídos no mundo político de que seria uma retaliação do Executivo.

Horas depois, Lira pautou e a Câmara aprovou, por 293 votos a 111, requerimento de urgência para projeto da bancada ruralista que visa a evitar as invasões realizadas pelos movimentos da reforma agrária. O texto impede que os invasores possam receber auxílio do governo ou participar de programas sociais federais (como o próprio programa da reforma agrária). A proposta contou com apoio dos partidos de centro-direita da base aliada do governo, mas o governo, em si, protestou contra a votação.

A demissão de César Lira foi publicada na manhã de ontem no "Diário Oficial da União". Ele ocupava o cargo há três anos, desde o governo Bolsonaro (PL), e movimentos sociais como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) pressionavam para que fosse trocado com a acusação de ser um "bolsonarista infiltrado", crítica com a qual Lira não concorda.


ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lira ficou irritado com momento da dispensa que não teve consulta prévia

Teixeira tinha prometido aos movimentos que a substituição ocorreria em abril, quando César Lira planejava sair para concorrer a prefeito de Maragogi (AL), cidade hoje comandada por outro primo do presidente da Câmara. O grupo político escolheu outro candidato e César tinha ficado no cargo, embora ainda exista a possibilidade de ele concorrer a vereador pelo PP.

Os movimentos sociais, então, mandaram uma carta ao governo ameaçando invadir a unidade do Incra em Alagoas em protesto se a troca não ocorresse até essa segunda-feira. Teixeira avisou Lira no domingo e tentou marcar uma reunião em Brasília na segunda-feira, mas o presidente da Câmara só chegou à meia-noite e o encontro não ocorreu. O ministro assinou a demissão na segunda-feira e o ato foi publicado.

O presidente da Câmara disse a interlocutores que, de fato, negociava a substituição, mas que não foi avisado diretamente da demissão, não concordava com a substituição com base em "ameaça" dos movimentos e que sequer teve tempo de falar com o primo — que, na conversa, poderia sair "a pedido" e não demitido, como consta do "Diário Oficial".

Segundo fontes, Lira tinha convocado organizações de produtores rurais e cooperativas de Alagoas para reunião nesta terça-feira em Brasília para discutir um nome "ponderado", que não tivesse a pecha de bolsonarista, mas também não fosse favorável às invasões de terra.

O governo indicou que o presidente da Câmara poderá escolher o novo superintendente do Incra, mas isso ainda não está certo. Do lado de Lira, inclusive, fontes relatam que a insatisfação foi tão grande com o modo que a saída ocorreu que ele avaliaria não aceitar mais o cargo, numa escalada maior de insatisfação com o governo Lula (PT).

César foi demitido quatro dias depois de Lira atacar publicamente o ministro Alexandre Padilha, a quem ele chamou de "desafeto pessoal" e "incompetente". Padilha é o responsável pela interlocução com o Congresso e pela negociação de cargos com os parlamentares. O momento da troca fez suscitar ruídos de que a demissão ocorreu como "retaliação" de Padilha, o que Teixeira negou peremptoriamente ao **Valor**. "Isso foi decisão minha, não foi discutida com a área política do governo, foi decisão minha", disse o ministro.

Segundo Teixeira, a substituição foi necessária por causa da "extrema animosidade" de César com os movimentos da região. "Essa decisão, de forma nenhuma, desrespeita o presidente Arthur. O tempo político [da decisão] foi meu porque o nível de hostilidade do César com os movimentos estava crescendo a um nível inadministrável", afirmou.

Lira e Teixeira se encontraram na manhã desta terça-feira para conversar sobre a demissão e tentar diminuir a temperatura. Em outro aceno à oposição, contudo, ele indicou em reunião com os líderes dos partidos no almoço que instalará nos próximos dias comissões parlamentares de inquérito (CPIs) já protocoladas.

Haddad irrita Congresso ao incluí-lo no rol de pressões fiscais

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Ministro que atravessou o ano de 2023 com a maior vitória no Congresso com a aprovação histórica da reforma tributária, Fernando Haddad despertou reações negativas na Casa ao colocar a atuação dos parlamentares no rol das razões pelas quais o governo foi obrigado a recuar de um superávit de 0,5% para zero na meta fiscal de 2025.

Depois que o dólar bateu a maior alta desde março de 2023, chegando a R$ 5,28, o ministro voltou a se pronunciar sobre a redução da meta em Washington. Disse que o país não crescerá gastando mais do que arrecada. E, apesar de atribuir dois terços da turbulência local ao cenário externo, mencionou os obstáculos que vem enfrentando no Congresso. Disse que nas negociações para equilibrar receita e despesa, a Fazenda acaba "desfalcada de algum pedaço que era importante para o fechamento das contas". E que nem tudo que a Fazenda entende que é "justo, correto e vai na direção correta vai ser recebido pelo Congresso com a mesma sensibilidade".

A fala agradou a setores do mercado, mas entornou o caldo no Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), queixaram-se a aliados de que não é apenas a "sensibilidade" que é diferente mas também o volume de gastos de iniciativa dos dois Poderes.

Nas contas que apresentam, ao longo de quatro anos, a elevação no volume de gastos do Executivo, com a valorização real do salário mínimo e com a recomposição de despesas na saúde e na educação, principalmente, levará a um aumento de gastos de R$ 600 bilhões em quatro anos. No mesmo período, a elevação de despesas promovida pelo Congresso terá sido de R$ 200 bilhões.

Defrontam-se aí um Executivo com um plano de governo a ser honrado e um Congresso ávido por mais poder sobre o Orçamento. Num governo sem maioria parlamentar é esta a correlação de forças a ser administrada. Os parlamentares queixam-se da pressão pela aprovação da regulamentação da reforma tributária, que, na visão deles, vai aumentar a arrecadação do governo quando, em contrapartida, o Executivo não apresenta um plano consistente de redução de despesas. Nisso não colidem com Haddad, que, em entrevista à GloboNews na segunda, reconheceu que seu cargo naturalmente o isola dentro do governo, porque está sempre a negar gastos para toda a Esplanada.

O governo queixa-se das emendas que, de fato, foram inflacionadas, mas o Ministério do Planejamento ainda indefinidamente a apresentação de um projeto para uma nova lei de finanças públicas, quando poderia ser debatido um novo modelo para a garfada parlamentar no Orçamento.

As dificuldades entre Haddad e o Congresso já haviam ficado patentes na aprovação, na semana passada, do "puxadinho" no arcabouço fiscal que permitiu a antecipação de mais de R$ 15 bilhões de receita, a serem divididos entre emendas parlamentares e reajuste para servidor. A negociação foi encabeçada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, e contou, no limite, com a anuência do ministro da Fazenda.

Parlamentares experientes apostam que o azedume nas relações entre o ministro da Fazenda e o Congresso terá como teto a deterioração dos indicadores econômicos. Neste momento, dizem, soará o alarme para que todos voltem a se sentar à mesa.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,7	2,4	0,1	1,0	0,0	1,0	-0,4	0,3	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,3	0,9	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	abr/24	mar/24	2024	2023	12 meses	abr/24	mar/24	dez/23	abr/23
IBGE									
IPCA	-	0,16	1,42	4,62	3,93	-	6.869,14	6.773,27	6.649,99
INPC	-	0,19	1,58	3,71	3,40	-	7.064,43	6.954,74	6.868,53
IPCA-15	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
IPCA-E	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
FGV									
IGP-DI	-	-0,30	-0,97	-3,30	-4,00	-	1.094,76	1.105,54	1.128,81
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,50	-1,84	-5,92	-6,79	-	1.270,47	1.294,35	1.341,66
IPA-Agro	-	0,92	-1,59	-11,34	-11,56	-	1.756,96	1.785,32	1.926,82
IPA-Ind.	-	-1,02	-1,94	-3,77	-4,89	-	1.073,32	1.094,53	1.117,39
IPC-DI	-	0,10	1,27	3,55	2,93	-	743,02	733,67	725,48
INCC-DI	-	0,28	0,68	3,49	3,36	-	1.095,74	1.088,31	1.061,64
IGP-M	-	-0,47	-0,91	-3,18	-4,26	-	1.113,84	1.124,07	1.152,31
IPA-M	-	-0,77	-1,75	-5,60	-7,05	-	1.310,88	1.334,20	1.389,86
IPC-M	-	0,29	1,41	3,40	3,14	-	726,53	716,46	707,62
INCC-M	-	0,24	0,68	3,32	3,29	-	1.093,50	1.086,15	1.061,07
IGP-10	-0,33	-0,17	-0,73	-3,56	-3,81	1.135,05	1.138,81	1.143,35	1.180,05
IPA-10	-0,56	-0,40	-1,62	-6,02	-6,40	1.344,60	1.352,24	1.366,78	1.436,52
IPC-10	0,21	0,48	1,78	3,43	3,13	733,68	732,11	720,87	711,43
INCC-10	0,33	0,27	1,09	3,04	3,32	1.081,84	1.078,34	1.070,21	1.047,12
FIPE									
IPC	-	0,26	1,18	3,15	2,87	-	683,22	675,27	667,00

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 1ª prévia abr/24 -0,25% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana abr/24 0,26%
Fontes : FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	fev/23 Valor	fev/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público / Fluxos acumulados em 12 meses	**fev/24 Valor**	**fev/24 % do PIB**	**jan/24 Valor**	**jan/24 % do PIB**	**fev/23 Valor**	**fev/23 % do PIB**
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	fev/24 Valor	fev/24 Var. %	jan/24 Valor	jan/24 Var. %	fev/23 Valor	fev/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noniminais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS249

Poderes Colegiado manteve suspensão de Thompson Flores e Loraci de Lima; Luís Roberto Barroso criticou decisão do corregedor nacional

CNJ reverte afastamento de Gabriela Hardt e Danilo Pereira Júnior

Isadora Peron
De Brasília

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reverteu a decisão de afastar os juízes Gabriela Hardt e Danilo Pereira, respectivamente a ex e o atual titular da 13ª Vara de Curitiba, responsável pela Operação Lava-Jato. O colegiado, no entanto, manteve o afastamento dos desembargadores Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, que atuam no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Oito dos 15 conselheiros votaram para derrubar a decisão do corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, que determinou o afastamento dos quatro magistrados na segunda-feira. Dois conselheiros (Guilherme Caputo Bastos e João Paulo Schoucair), no entanto, manifestaram-se contra o afastamento de Gabriela e Pereira, mas a favor da medida em relação aos desembargadores.

O CNJ também desmembrou o caso envolvendo o senador e ex-juiz da Lava-Jato, Sergio Moro (União-PR), que deverá ser analisado separadamente em outra oportunidade. A situação de Moro é diferente, porque ele não atua mais no Poder Judiciário desde 2018.

O julgamento sobre a Lava-Jato opôs Salomão e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, que também comanda o CNJ. Ele abriu a divergência e votou contra a decisão de afastar os quatro magistrados que atuaram na operação. Barroso também pediu mais tempo para analisar a proposta de abrir processo administrativo disciplinar contra eles.

Ao pedir vista, o ministro disse que devolveria o caso para a pauta na próxima sessão do colegiado, em 21 de maio. Ele afirmou que só teve acesso aos autos na véspera e que, mesmo se fosse um "super-homem", não conseguiria ler as mais de mil páginas do processo. "Entendo e respeito todas as visões, mas tal como vejo essa matéria, se chancelarmos isso, estamos cometendo uma injustiça, quando não uma perversidade", afirmou.

Em seu voto, Barroso criticou o fato de Salomão ter dado uma decisão monocrática (individual) sobre o assunto. "Nada justifica que essa decisão tenha sido tomada monocraticamente. Foi uma decisão ilegítima, arbitrária, desnecessária e sem nenhuma urgência que não pudesse aguardar 24 horas para a decisão do plenário", disse Barroso.

Em sua fala, o ministro disse que não queria ser irônico, mas apontou que essa decisão contrariava "frontalmente" o entendimento do Supremo. Esse foi um dos argumentos usados por Salomão para justificar o afastamento dos magistrados.

Barroso apontou que a Corte tem levado a plenário casos sensíveis, para a apreciação colegiada. Ele lembrou que, hoje, casos assim podem ser submetidos ao plenário virtual, o que não justificaria uma decisão individual.

O ministro também saiu em defesa de Gabriela, que, segundo ele, é uma juíza que tem "reputação ilibada". "Essa moça está sendo punida sumariamente, antes mesmo de um processo ser aberto, por homologar um acordo, um ato jurisdicional", disse.

Ele também classificou os três integrantes do TRF-4 como juízes "sérios", que até podem errar, mas que não mereciam ser afastados do cargo.

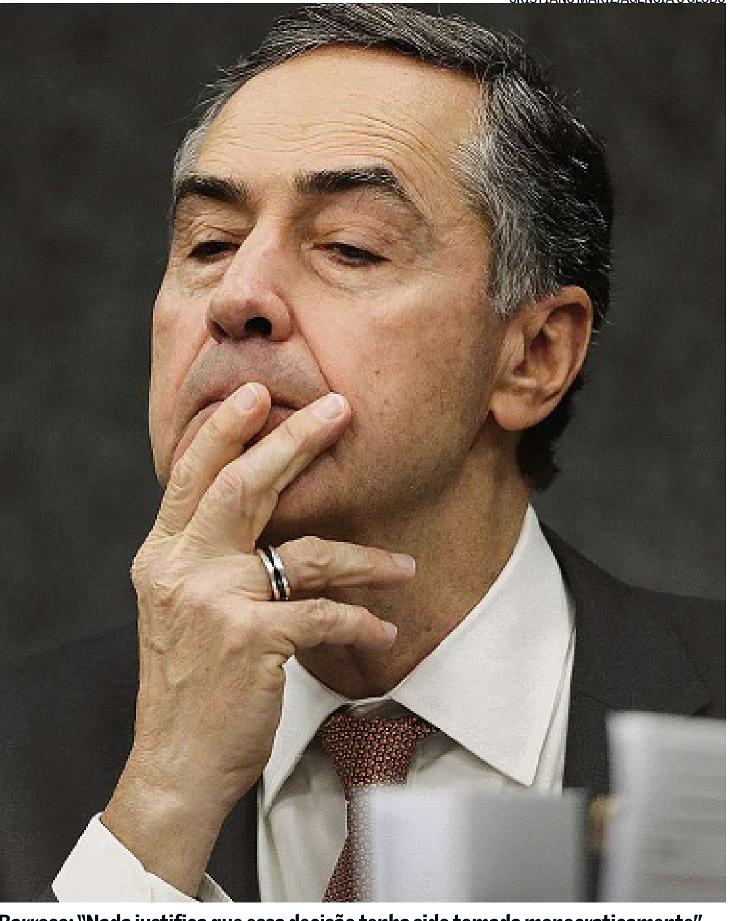
Primeiro a votar na terça-feira, Salomão defendeu que fosse mantido o afastamento dos quatro magistrados e para que o CNJ abrisse processo administrativo disciplinar contra eles.

Em relação a Gabriela, o ministro apontou a participação da magistrada na suposta "gestão caótica" de valores arrecadados pelos acordos de colaboração e de leniência fechados pela força-tarefa da Lava-Jato. A magistrada foi a responsável por homologar o acordo fechado com a Petrobras, que previa o direcionamento de recursos para a criação de uma fundação que seria gerida pelos próprios integrantes do Ministério Público. A iniciativa foi barrada pelo Supremo.

Para o corregedor, a força-tarefa da Lava-Jato transformou a ideia de combate à corrupção em uma espécie de "cash back" para interesses privados, para que o dinheiro recuperado voltasse para a mão dos procuradores.

Já em relação aos desembargadores, o principal argumento é que eles desrespeitaram "de forma deliberada" decisões tomadas pelo Supremo. "Diante desses fatos, eu poderia ficar silente? São fatos graves", questionou Salomão.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO



Barroso: "Nada justifica que essa decisão tenha sido tomada monocraticamente"

MP deve abrir espaço bilionário nas regras fiscais

Raphael Di Cunto, Jéssica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A medida provisória (MP) das compensações tributárias pode tirar bilhões de reais do controle das novas regras fiscais, segundo dados divulgados nessa terça-feira pelo governo. O texto foi aprovado em votação simbólica numa comissão do Congresso e agora irá à análise pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A proposta determina o parcelamento das compensações tributárias com valor a partir de R$ 10 milhões. Segundo o relator da MP, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), valerá mais a pena para o contribuinte pedir o pagamento via precatório do que por compensação tributária quando o valor a receber for superior a R$ 100 milhões.

Vitórias judiciais com valor abaixo dessa linha poderão ser compensadas em até um ano. Acima disso, contudo, a MP determina que o contribuinte terá que parcelar o abatimento dos impostos por até cinco anos. Nesses casos, será melhor a empresa recorrer a um precatório (que é pago no ano seguinte).

Esses créditos superiores a R$ 100 milhões, segundo documento divulgado na terça-feira pelo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, correspondiam a R$ 23, 1 bilhões em agosto de 2023. "Não acreditamos que esses valores maiores serão parcelados. Será mais conveniente para o contribuinte pedir esse valor à vista", disse ele, durante audiência pública na comissão do Congresso.

A mudança na forma de ressarcimento dará maior previsibilidade ao governo sobre o Orçamento, já que o volume de precatórios é conhecido de um ano para o outro, enquanto as compensações dependem apenas da decisão da empresa sobre em qual momento e condição usar. Há outra diferença, contudo, que pode ampliar o espaço para despesas do governo federal.

As compensações reduzem a arrecadação e, com isso, diminuem o espaço para gastos no ano seguinte (que é determinado, segundo o novo arcabouço fiscal, pelo crescimento das receitas no ano anterior). Já os precatórios, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), serão excluídos da regra fiscal e da meta de resultado primário até 2026 nos valores que superarem o teto de pagamentos criado no governo Bolsonaro (PL) — que será R$ 47 bilhões em 2025.

Esse ponto foi criticado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que tenta alterar a MP. "Caso haja uma migração relevante dos contribuintes da sistemática da compensação para os precatórios, podem ocorrer efeitos danosos ao arcabouço fiscal e à estabilidade de longo prazo do equilíbrio fiscal. O desequilíbrio fiscal penaliza as empresas com o aumento de juros e a redução da sua competitividade", disse.

O valor exato que ficará de fora do arcabouço fiscal é difícil de estimar agora, mas o governo estima, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que R$ 39,85 bilhões em precatórios serão pagos fora do limite de gastos no próximo ano e R$ 47 bilhões em 2026. Além disso, os R$ 23 bilhões divulgados por Barreirinhas tratam-se de números de agosto do ano passado. Novos créditos podem ter surgido desde então ou parte daqueles ter sido usada.

Rubens Pereira defendeu a MP. Afirmou que a maioria dos contribuintes poderá abater os créditos em até um ano e que menos de 100 empresas serão afetadas. "Estou convicto de que o modelo proposto é o melhor para garantir a previsibilidade para as contas públicas. É um modelo de Estado, não de governo", disse. "Uma nova tese do século certamente surgirá e o governo estará preparado para isso."

Senado aprova PEC das drogas em dois turnos

Julia Lindner
De Brasília

O Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (16), em dois turnos, a proposta que insere na Constituição a criminalização do porte ou da posse de qualquer quantidade de drogas. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

A PEC foi aprovada por 53 votos a nove em primeiro turno e, em segundo turno, por 52 a nove. Eram necessários pelo menos 49 votos para a aprovação.

Apresentada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a PEC é uma resposta direta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que trata da descriminalização da posse de maconha para uso pessoal. O tema debatido na Corte é visto por Pacheco e outros senadores como uma invasão nas prerrogativas do Parlamento.

O julgamento na Corte tem cinco votos favoráveis à descriminalização, mas foi interrompido em março deste ano após um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. São necessários seis votos para formar maioria.

O texto aprovado mantém a necessidade de diferenciar o traficante de drogas do usuário, aplicando a este último penas alternativas à prisão e tratamento contra a dependência.

PL que regulamenta serviços de 'streaming' passa e vai à Câmara

De Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nessa terça-feira (16), em caráter terminativo, o projeto de lei (PL) que regulamenta os serviços de "streaming" (oferta de vídeo sob demanda) no país. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O texto determina que empresas de "streaming" sejam cobradas em até 3% pela Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

As novas regras também se estendem para plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais e às plataformas que oferecem canais de televisão em serviços online.

A redação deixa claro, ainda, que os dispositivos da lei devem ser aplicados às empresas que ofereçam os serviços a usuários brasileiros, "independentemente da localização da sua sede ou da infraestrutura para a prestação do serviço".

Um dos princípios do texto envolve a "valorização do conteúdo audiovisual brasileiro e do conteúdo audiovisual brasileiro independente". Para isso, o projeto prevê quantidades mínimas de conteúdos audiovisuais brasileiras nos serviços de "streaming", que são variáveis de acordo com o catálogo de cada um.

O cumprimento da nova legislação, se aprovada, pode ser gradual e concluído em até oito anos.

Pela redação final, "streamings" com até 2 mil obras devem reservar 200 delas para conteúdo audiovisual brasileiro; aqueles com 3 mil obras devem reservar 150; os com 5 mil devem reservar 250; e os com 7 mil devem reservar 300.

Caso a tramitação seja concluída, os agentes econômicos provedores do serviço de vídeo sob demanda, as plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais e os provedores de televisão por aplicação de internet devem solicitar seu credenciamento perante a Ancine até 180 dias após o início da oferta do serviço ao mercado brasileiro. *(JL)*

AMBEV S.A.

CNPJ nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941 ("Companhia")

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Março de 2024, Lavrada em Forma de Sumário

1. Data, Hora e Local. Em 28 de março de 2024, com início às 10h00, na sede da Companhia, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 4º andar, São Paulo/SP. **2. Convocação e Participantes.** Convocação devidamente realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia. Presentes o Sr. Michel Dimitrios Doukeris, presidente, e os Srs. Victorio Carlos De Marchi, Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa, Claudia Quintella Woods, Fabio Colletti Barbosa, Fernando Mommensohn Tennenbaum, Lia Machado de Matos, Luciana Pires Dias, Marcos de Barros Lisboa, Milton Seligman e Nelson José Jamel. **3. Composição da Mesa.** Presidente: Michel Dimitrios Doukeris; Secretária: Letícia Rudge Barbosa Kina. **4. Deliberações.** Foi deliberado, por unanimidade e sem ressalvas, o que segue: 4.1. Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023. Aprovar a submissão aos acionistas da Companhia, para deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), da seguinte proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Lucro líquido	R$ 14.501.943.640,79
Valor destinado para a Reserva de Incentivos Fiscais	R$ 2.552.742.772,26
Valor destinado para o pagamento de juros sobre o capital próprio (valor bruto), declarados com base no lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023	R$ 11.500.204.792,68
Valor destinado para a Reserva de Investimentos(1)	R$ 3.730.197.243,38

(1) Incluindo valores referentes (i) à reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente no montante de R$ 11.823.167,53; e (ii) ao efeito da aplicação da IAS 29/CPC42 (hiperinflação) no montante de R$ 3.269.378.000,00, conforme detalhado no Anexo A.II da Proposta da Administração disponibilizada aos conselheiros. 4.2. Remuneração dos Administradores e dos Membros do Conselho Fiscal - 2024. Aprovar a submissão aos acionistas da Companhia, para deliberação na próxima AGO, da seguinte proposta de limite máximo de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2024 (ou seja, entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024): - Remuneração global dos administradores no montante global anual de até **R$ 183.982.172,00**; e - Remuneração global do Conselho Fiscal no montante anual de até **R$ 2.316.015,00**, com a remuneração dos membros suplentes correspondendo à metade do valor recebido pelos membros titulares, o que atende ao disposto na Lei nº 6.404/76.

Previsto 2024(*)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	13,00	13,00	6,00	**32,00**
Número de membros remunerados	7,00	13,00	6,00	**26,00**
Remuneração fixa anual	–	–	–	–
Salário ou pró-labore	8.814.030	20.886.960	2.316.015	**32.017.005**
Benefícios diretos e indiretos	–	1.630.561	–	**1.630.561**
Remuneração variável	–	–	–	–
Participação nos resultados	–	31.179.036	–	**31.179.036**
Benefícios Pós-Emprego	–	1.735.566	–	**1.735.566**
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	13.198.509	106.537.510	–	**119.736.019**
Total da remuneração	**22.012.539**	**161.969.633**	**2.316.015**	**186.298.187**

(*) Conforme entendimento da Comissão de Valores Mobiliários (Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP), a remuneração global dos administradores deve estar líquida dos encargos sociais de ônus do empregador. 4.3. Reforma e Consolidação do Estatuto Social. Aprovar a submissão aos acionistas da Companhia, para deliberação em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), das seguintes propostas de reforma do estatuto social da Companhia: (i) alterar o caput do artigo 5, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, até a data da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia; (ii) retificar o artigo 15, §5º, inciso "h", para a inclusão da palavra "não", deixando expresso que, para a configuração de independência dos membros do Conselho de Administração, estes não poderão ter fundado a Companhia e ter influência significativa sobre esta; (iii) alterar os artigos 22, 32 e 33, e excluir o artigo 34, para reformular a composição da Diretoria da Companhia, renomeando e redistribuindo as competências de determinados cargos; (iv) renumerar os atuais artigos 34 a 46 e consolidar o estatuto social da Companhia, de modo a refletir os ajustes decorrentes das alterações referidas acima. 4.4. Convocação da AGOE 2024 da Companhia. Determinar a convocação da AGO e da AGE, a serem realizadas no dia 30 de abril de 2024, para submeter aos acionistas da Companhia as matérias constantes do Edital de Convocação anexo à presente ata como **Anexo I**. **5. Encerramento.** Nada mais tratado, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada pela unanimidade dos conselheiros participantes, foi por todos assinada. Assinaturas: Sr. Michel Dimitrios Doukeris, presidente, e os Srs. Victorio Carlos De Marchi, Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa, Claudia Quintella Woods, Fabio Colletti Barbosa, Fernando Mommensohn Tennenbaum, Lia Machado de Matos, Luciana Pires Dias, Marcos de Barros Lisboa, Milton Seligman e Nelson José Jamel. Secretária: Letícia Rudge Barbosa Kina. *Certifico que o presente extrato é cópia fiel de deliberações constantes da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 28 de março de 2024. **Michel Dimitrios Doukeris -** *Presidente;* **Letícia Rudge Barbosa Kina -** *Secretária.* **JUCESP** nº 141.159/24-8 em 08/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I -** Edital de Publicação - *Inteiro teor do documento foi publicado pela Companhia no Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias: (i) 29, 30 e 31 de março e 1º de abril de 2024; (ii) 2 de abril de 2024; e (iii) 3 de abril de 2024, nas páginas C7, A12 e B7, e em formato digital.*

enel

ENEL BRASIL S.A.

CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2024

1. Local, Data e Hora: Reunião realizada em 01 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar a respeito do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado pelo artigo 6º do estatuto da Companhia, no montante de R$ 1.612.022.500,00 (um bilhão, seiscentos e doze milhões, vinte e dois mil e quinhentos reais), com a subscrição particular de 37.220.561 (trinta e sete milhões, duzentos e vinte mil e quinhentas e sessenta e uma) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 43,31 (quarenta e três reais e trinta e um centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A.; e (ii) eleição de Antonio Scala para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.612.022.500,00 (um bilhão, seiscentos e doze milhões, vinte e dois mil e quinhentos reais), passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 43.393.413.243,43 (quarenta e três bilhões, trezentos e noventa e três milhões, quatrocentos e treze mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos) para R$ R$ 45.005.435.743,43 (quarenta e cinco bilhões, cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos) mediante a emissão, por subscrição particular, de 37.220.561 (trinta e sete milhões, duzentos e vinte mil e quinhentas e sessenta e uma) novas ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 43,31 (quarenta e três reais e trinta e um centavos) por ação, fixado com base no art. 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. As ações ora emitidas são integralmente subscritas, neste ato, pela acionista Enel Américas S.A., conforme Boletim de Subscrição (Anexo 1) e serão integralizadas, até 31/12/2024, em moeda corrente nacional. 5.1.2. O referido aumento se dá dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no art. 168 da Lei nº 6.404/76 e no art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que autoriza o Conselho de Administração a fixar o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital social autorizado, que atualmente é de 5.000.000.000 (cinco bilhões) de ações. 5.1.3. Os demais acionistas da Companhia manifestaram expressamente sua renúncia, de forma irretratável e irrevogável, aos respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações, conforme expressado em cartas que ficam arquivadas na sede da Companhia. 5.2. Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "a", do estatuto social da Companhia, aprovar a eleição do Sr. **Antonio Scala**, italiano, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.767.648-12, portador do RNM nº B029298Q, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, em substituição ao Sr. Guilherme Gomes Lencastre, que deixa o cargo de Diretor-Presidente, nesta data. O Diretor ora eleito tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 4.404/76 e terá mandato coincidente com os demais membros da Diretoria, ou seja, até 15 de dezembro de 2024. O Diretor ora eleito declara, desde já, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária. 5.2.1. Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foram recebidas as declarações mencionadas no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.2.2. A efetiva investidura do Diretor eleito em seu cargo fica condicionada à assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, em até 30 dias contados desta data. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho. **Assinaturas:** Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração:** Guilherme Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 01 de março de 2024. **Mesa: Guilherme Gomes Lencastre** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária. **Anexo 1: Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2024. Boletim de Subscrição de Ações da Enel Brasil S.A.: Enel Américas S.A.**, sociedade constituída de acordo com as leis da República do Chile, com sede na Calle Santa Rosa, 76, na cidade de Santiago, Chile, inscrita no CNPJ sob o nº 05.717.031/0001-81, neste ato, representada por seu representante legal**, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 05.256.451-5, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.533.027-65, residente e domiciliado em Santiago, Chile, com endereço em Rua Santa Rosa 76, subscreve 37.220.561 (trinta e sete milhões, duzentos e vinte mil e quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Enel Brasil S.A. ("Companhia"), pelo preço de emissão de R$ 43,31 (quarenta e três reais e trinta e um centavos) por ação, perfazendo a subscrição o valor total de R$ 1.612.022.500,00 (um bilhão, seiscentos e doze milhões, vinte e dois mil e quinhentos reais). A integralização do capital ora subscrito será realizada, até 31 de dezembro de 2024, em moeda corrente nacional, conforme deliberado em ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 01 de março de 2024. São Paulo, 01 de março de 2024. **Enel Américas S.A.** - p.p. Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira **JUCESP** nº 129.140/24-7 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cenário Resultado reflete a estratégia de Pequim de estimular a economia com aumento da produção industrial e das exportações

China surpreende e cresce 5,3% no 1º tri, mas consumo segue fraco

Jason Douglas
Dow Jones Newswires, de Cingapura

A economia da China acelerou no primeiro trimestre, com a estratégia de Pequim para impulsionar o crescimento injetando dinheiro nas fábricas começando a mostrar resultados. Mas essa abordagem resulta em uma recuperação desequilibrada e alimenta tensões comerciais no exterior, com os governos ocidentais e algumas grandes economias emergentes reclamando de uma onda crescente de importações chinesas baratas que, segundo eles, ameaçam os empregos e as indústrias nacionais.

Com persistentes sinais de fraqueza no consumo e no setor de imóveis no primeiro trimestre, muitos economistas dizem que Pequim precisa fazer mais para apoiar as famílias e promover uma recuperação mais equilibrada.

A perda de algum dinamismo em março, em comparação com os dois meses anteriores, reforçou as expectativas de que serão necessários mais estímulos para garantir o cumprimento da meta de crescimento de cerca de 5% para o ano.

A China informou que a sua economia cresceu 5,3% ao ano no primeiro trimestre, de 5,2% no último trimestre de 2023, informou ontem o órgão de estatística chinês.

A recuperação foi impulsionada pelo aumento da produção industrial e maior investimento nas fábricas para compensar a relutância dos chineses em gastar e a contínua crise no setor imobiliário.

Pequim também busca liderança nas mais recentes indústrias de alta tecnologia, como veículos elétricos e equipamentos de energia renovável — setores que conta entre as "novas forças produtivas" para impulsionar a próxima fase da ascensão econômica do país.

Só que essa estratégia está causando tensão no mundo, com os governos alardeando o risco para suas indústrias de uma potencial repetição do "choque chinês" do início dos anos 2000, quando uma torrente de importações chinesas atingiu a produção de bens baratos nos EUA, afetando cerca de dois milhões de empregos.

Os EUA e a Europa estão reagindo contra os veículos elétricos, os painéis solares e as turbinas eólicas chineses, novas indústrias que também procuram dominar. As economias emergentes também sentem os efeitos do excesso de produção da China, com o Brasil, a Índia e o México entre aqueles que investigam se os produtos chineses, como aço e cerâmica, são despejados em seus mercados a preços abaixo do custo de produção.

Os dados de ontem expuseram os resultados da estratégia de Pequim, com a produção industrial aumentando 6,1% ao ano no primeiro trimestre, impulsionando o crescimento geral. O investimento na indústria aumentou 9,9%.

Mas há sinais dos limites dessa estratégia. Há uma desfasagem crescente entre o aumento da oferta e a fraca demanda, com as fábricas da China reportando uma queda de 0,7 ponto porcentual na taxa de ocupação da capacidade instalada para 73,6%. Indústrias como automóveis e máquinas elétricas têm uma ociosidade maior. Em fevereiro, os estoques de produtos acabados eram 2,4% superiores aos do ano anterior.

"É um presságio positivo para a economia mundial que a China pareça estar superando uma fase difícil. Mas esses dados não reduzirão as preocupações de que uma recuperação liderada pela produção e fraco consumo possam levar a China a impulsionar as exportações para manter a sua recuperação", disse Eswar Prasad, professor de política comercial e economia na Universidade Cornell e ex-chefe da divisão chinesa do FMI.

O setor imobiliário, que já representou até um quarto da produção econômica, segue sendo um grande obstáculo ao crescimento. O investimento imobiliário caiu 9,5% ao ano no primeiro trimestre, enquanto as vendas no varejo cresceram apenas 4,7%.

Produtos da China baixam inflação global, diz Xi


DING HAITAO/XINHUA VIA AP

Em encontro com o premiê alemão, Olaf Scholz (na foto, à dir.), o presidente da China, Xi Jinping (no centro), rebateu críticas ocidentais sobre o excesso de oferta chinês, alegando que as exportações do país estão ajudando a aliviar a inflação global e no apoio a uma transição para energias limpas. No encontro de ontem, em Pequim, Xi disse que "a China e o Ocidente devem estar atentos ao surgimento do protecionismo". A UE iniciou uma série de investigações anti-subsídio sobre produtos chineses.

Estratégia industrial tem efeito rápido, mas não perene

Análise

Nathaniel Taplin
Dow Jones Newswires

Nas narrativas sobre o "Choque China 2.0", a China não apenas é uma ameaça à segurança e um concorrente de bens baratos, mas também planeja inundar o Ocidente com produtos de alta tecnologia a preços abaixo do mercado. Já os pontos negativos dessa estratégia para a própria China costumam receber bem menos atenção.

O crescimento da China no primeiro trimestre superou a maioria das previsões, com uma alta de 5,3% na comparação anual — graças em grande parte à força da produção industrial e das exportações. Mas os dados também mostraram que o excesso de capacidade de produção é uma questão real e pode ser nocivo para a China.

Embora em janeiro e fevereiro o motor industrial da China tenha acelerado, em março voltou a reduzir a marcha: a produção subiu apenas 4,5% ao ano, bem abaixo dos 7% de janeiro e fevereiro. Ainda mais significativo é fato de que o uso da capacidade industrial instalada teve uma forte queda, para 73,8% no primeiro trimestre — o pior desde pelo menos 2015, sem contar o primeiro trimestre de 2020, afetado pela pandemia. Em termos de volume, as exportações da China atingiram o menor patamar em quase dez anos em março. Em valores, porém, ficaram pouco acima dos números de outubro.

Ou seja, o poder das empresas para determinar os preços que cobram, tanto no mercado interno quanto no externo, diminuiu, e a pressão sobre as margens de lucro provavelmente aumentou.

O mesmo ocorre com o investimento privado na indústria. Se a demanda externa, em termos de valor, não encontrar em breve bases mais sólidas e a economia interna da China continuar apenas morna, então em algum momento esse investimento terá que diminuir. Caso contrário, o governo ou os bancos estatais precisarão começar a absorver mais diretamente o custo do excesso de empréstimos concedidos à indústria, assim como já fizeram com o setor imobiliário e infraestrutura.

A queda na utilização foi especialmente acentuada em alguns dos setores favoritos de Pequim, como o de automóveis e o de equipamentos elétricos — as chamadas "novas forças produtivas", como os veículos elétricos, chips e painéis solares, que as autoridades chinesas destacaram em discursos recentes e têm preocupado os políticos ocidentais.

> Se demanda externa não tiver bases mais sólidas, Pequim terá de diminuir os investimentos

Por outro lado, os setores tradicionais de exportação da China se mantiveram relativamente bem. A utilização na indústria têxtil aumentou no primeiro trimestre. Na área de equipamentos de computação e comunicação houve queda, mas bem menos acentuada.

Por sua vez, a captação de crédito — excluindo a emissão de títulos do governo — perdeu ainda mais força em março, apesar dos rendimentos dos títulos e dos juros estarem perto dos menores patamares em muitos anos. Se a pressão sobre as margens de lucro forçar algumas dessas "novas forças produtivas" a desacelerar os investimentos, a política fiscal precisará intervir para sustentar o crescimento.

De forma alternativa, a China pode continuar direcionando seu excesso de poupança para a supercapacidade da indústria — mas os bancos chineses e Pequim, não só os parceiros comerciais da China, acabarão tendo de pagar a conta.

FMI vê 'pouso suave' da economia global, com crescimento estável

Luiza Palermo
De São Paulo

Contrariando as expectativas pessimistas, a economia global segue mostrando uma notável resiliência, com um crescimento firme, embora desigual, e com a inflação desacelerando rapidamente, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), que divulgou hoje seu mais recente relatório "World Economic Outlook" (WEO). No entanto, o documento alerta para os desafios que persistem, como a crescente divergência no ritmo de crescimento entre os países e a necessidade das autoridades se manterem alertas para a inflação, ainda acima das metas na maioria das economias.

O FMI estima que o crescimento global neste ano e no próximo ano se manterá estável em 3,2% — o dado deste ano foi revisado para cima em 0,1 ponto percentual. Apesar dessa melhora, o FMI alertou que os elevados custos de financiamento e a retirada do apoio fiscal pesam sobre o crescimento no curto prazo, enquanto as perspectivas a médio prazo continuam a ser as mais fracas em décadas devido à baixa produtividade e às tensões comerciais globais.

"A economia global continua a demonstrar uma resiliência notável, com o crescimento se mantendo estável e a inflação em queda, mas ainda há muitos desafios pela frente", disse Pierre-Olivier Gourinchas, economista-chefe do FMI. "A maioria dos indicadores continua a apontar para um pouso suave", acrescentou ele.

Ainda assim, Gourinchas observou que o progresso contra a inflação parece ter "estagnado" até agora este ano e que o ritmo dos aumentos de preços dos serviços, como cuidados de saúde e reparação de automóveis, tem se mostrado especialmente persistente.

O FMI prevê que a mediana da inflação global cairá para 2,8% no fim de 2024, de 4% no ano passado, e para 2,4% em 2025, com as economias avançadas retornando às suas metas de inflação mais cedo do que as economias emergentes e em desenvolvimento.

Mas uma potencial escalada do conflito no Médio Oriente após o ataque de foguetes e drones do Irã contra Israel poderá ter um "forte efeito" na limitação do crescimento, disse Gourinchas, acrescentando que isso levaria a um aumento nos preços do petróleo e na inflação, desencadeando uma política monetária mais restritiva por parte dos bancos centrais.

Os governos dos EUA e aliados estão preparando uma nova rodada de sanções contra o Irã que poderão limitar sua capacidade de exportar petróleo. O "cenário adverso" do WEO descreve uma escalada no Médio Oriente que levaria a um aumento de 15% nos preços do petróleo e os custos de transporte mais elevados aumentariam a inflação global em cerca de 0,7 ponto percentuais.

No mais recente WEO, o FMI observa que a expansão global está sendo impulsionada por um crescimento inesperadamente forte dos EUA. A maior economia do mundo está caminhando para crescer ao dobro da taxa de qualquer outro país do G-7 (grupo das maiores economias ricas) este ano. O Fundo estima um crescimento de 2,7% este ano da economia americana, um aumento de 0,6 ponto porcentual em relação à previsão de janeiro.

"O forte desempenho recente dos Estados Unidos reflete um crescimento robusto da produtividade e do emprego, mas também uma forte demanda numa economia que continua sobreaquecida", observa Gourinchas.

O FMI espera uma modesta recuperação da zona do euro da baixa taxa de crescimento de 0,4% no ano passado para 0,8% este ano e para 1,5% em 2025. Para a Alemanha, o ritmo de recuperação foi revisado para baixo em 0,3 ponto percentual tanto em 2024 quanto em 2025, para 0,2 e 1,3%, respectivamente, em meio a um sentimento do consumidor persistentemente fraco.

Para os mercados emergentes e em desenvolvimento, espera-se que o crescimento seja estável em 4,2% em 2024 e 2025, refletindo a desaceleração das economias da Ásia. O FMI projeta que o crescimento da China deve desacelerar de 5,2% em 2023 para 4,6% em 2024 e 4,1% em 2025, com o fim do efeito positivo de fatores pontuais, como a retomada do consumo pós-pandemia e estímulos fiscais, em meio à persistente fraqueza no setor imobiliário.

"A economia da China continua afetada pela recessão no seu setor imobiliário", observa Gourinchas, acrescentando que o inflar e desinflar do crédito nunca se resolvem rapidamente. "A demanda interna permanecerá fraca, a menos que medidas fortes abordem a causa profunda. Com a demanda interna reprimida, os excedentes externos poderão muito bem aumentar. O risco é que isto exacerbe ainda mais as tensões comerciais num ambiente geopolítico já tenso." *(Com agências internacionais)*

Economia global
PIB, variação em %

	2023	2024*
PIB global	3,2	3,2
Economias ricas	1,6	1,7
EUA	2,5	2,7
Zona do euro	0,4	0,8
Alemanha	-0,3	0,2
França	0,9	0,7
Reino Unido	0,1	0,5
Japão	1,9	0,9
Economias emergentes	4,3	4,2
Rússia	3,6	3,2
China	5,2	4,6
Índia	7,8	6,8
África do Sul	0,6	0,9
América Latina & Caribe	2,3	2,0
Brasil	2,9	2,2
México	3,2	2,4
Argentina	-1,6	-2,8

Fonte: Banco Mundial. * Estimativa. ** Previsão

> "A maioria dos indicadores aponta para um pouso suave"
> *Pierre-Olivier Gourinchas*

Israel exige sanções reforçadas contra o Irã

Agências internacionais

O governo de Israel exigiu ontem sanções mais fortes contra o Irã, enquanto membros do gabinete de guerra se reuniam pelo terceiro dia seguido para definir uma reação ao ataque sem precedentes lançado por Teerã no sábado. O chanceler israelense, Israel Katz, disse que, "juntamente com a resposta militar" que Israel planeja desde o fim de semana, houve contatos com dezenas de países como parte de uma "ofensiva diplomática contra o Irã".

"O Irã deve ser detido agora – antes que seja tarde demais", escreveu Katz no X, o antigo Twitter. Ele disse que também pediu aos aliados que apoiassem sanções ao programa de mísseis do Irã e declarassem a Guarda Revolucionária do país uma organização terrorista.

Quase ao mesmo tempo, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, afirmou que Washington deve reforçar as sanções que mantém contra o Irã nos próximos dias. Ela disse que "todas as opções" estarão sobre a mesa, e que os EUA não hesitarão em trabalhar com aliados para "interromper a atividade maligna e desestabilizadora do regime iraniano".

"Desde o bombardeio deste fim de semana até os ataques dos houthis no Mar Vermelho, as ações do Irã ameaçam a estabilidade da região e podem causar efeitos econômicos", afirmou Yellen.

Os EUA e seus aliados estão empenhados em oferecer a Israel um conjunto mais abrangente de sanções ao Irã coma alternativa a uma retaliação militar israelense — que poderia envolver toda a região em um conflito mais amplo e de consequências imprevisíveis poítica e economicamente.

Josep Borrell, o principal diplomata da União Europeia, disse ontem, após uma reunião virtual com ministros das Relações Exteriores do bloco, que as autoridades de Bruxelas começariam a trabalhar no texto das novas sanções, a pedido dos Estados-membros.

Em uma videoconferência com o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, "reiterou o apoio inabalável do Reino Unido à segurança de Israel e a uma estabilidade regional mais ampla", mas acrescentou que "uma escalada significativa não era do interesse de ninguém e só aprofundaria a insegurança no Oriente Médio".

"Este foi um momento para a calma prevalecer", disse Sunak.

Netanyahu lidera um gabinete dividido sobre a reação ao Irã — com aliados de ultradireita pressionando por uma ofensiva total contra Teerã. O Irã alega que o ataque foi uma retaliação ao bombardeio à sua embaixada em Damasco, que matou vários membros da Guarda Revolucionária.

Fundo eleva projeção para o Brasil para 2,2% este ano

De São Paulo

As projeções para a economia do Brasil neste ano e no próximo foram melhoradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que no entanto ainda vê um ritmo de crescimento moderado em virtude da consolidação fiscal, efeitos defasados da política monetária ainda restritiva e uma menor contribuição da agricultura.

De acordo com o mais recente relatório "World Economic Outlook" (WEO), a previsão para o Brasil subiu 0,5 ponto porcentual, para 2,2% este ano, enquanto a previsão para 2025 foi melhorada em 0,2 ponto porcentual, para 2,1%.

Com isso, as novas projeções do Fundo fica um pouco acima das expectativas do mercado brasileiro, de crescimento de 1,95% este ano e de 2% em 2025, segundo a mais recente pesquisa Focus do Banco Central.

"No ano passado, vimos muita força devido à produção agrícola recorde. E desta vez, vemos uma moderação nisso. Também temos uma melhoria em nossa previsão para este ano como resultado do apoio fiscal, que se espera ser observado no país", explicou em coletiva de imprensa a diretora do departamento de pesquisa do FMI, Petya Koeva Brooks, sobre o os resultados brasileiros. *(LP)*

Mediocridade volátil

Márcio Garcia



Há piadas que machucam. Uma delas é invocar o título do livro de Stefan Zweig e ironizar que o Brasil não só é o país do futuro como sempre o será. Afinal, o desempenho da economia brasileira nas últimas décadas tem sido mesmo desapontador.

Este ano comemoramos três décadas do Plano Real, que marcou o fim (definitivo, esperamos) da hiperinflação. A hiperinflação era uma doença grave, cuja cura concentrava todas as atenções. A esperança era que, quando curada, abriria caminho para uma era de crescimento sustentado e redução da nossa enorme desigualdade.

Como a luta contra a hiperinflação foi muito dura — o Brasil foi o último dos países que viveram hiperinflação nos anos 80 e 90 a acabar com esse mal —, quando afinal a conseguimos derrotar, tivemos a impressão de que o caminho futuro seria mais fácil. Mas não foi bem assim. Éramos como um time que parecia ter finalmente ascendido da segunda para a primeira divisão.

Mas os problemas mal haviam começado. Havia desafios importantes em diversas áreas que tinham ficado desatendidas quando todas as atenções se encontravam voltadas ao combate contra o mal maior da hiperinflação. Corremos atrás e, sem dúvida, obtivemos muitos progressos, nos vários governos, da direita à esquerda, mas permanece a sensação é de que o enorme potencial do Brasil identificado por Zweig afinal ainda não foi devidamente aproveitado.

Áreas fundamentais, como educação, saúde e segurança pública, continuam muito aquém do que se poderia almejar. Ao contrário de muitos países, nosso sistema educacional não funciona como instrumento eficaz para que o jovem pobre possa ascender de vida. No Rio de Janeiro, não bastassem os problemas relativos ao ensino, é frequente que aulas nas escolas da periferia sejam paralisadas devido a tiroteios. Isso sem contar crianças atingidas por balas perdidas.

Os ganhos de produtividade, que constituem o motor do crescimento econômico, andam a passos de cágado, exceto no agronegócio e extração mineral. Com pouca inovação e protegidos da competição externa por tarifas injustificadamente elevadas, vários setores produtivos afastam-se cada vez mais da fronteira internacional. Em vez de investir em aumento a produtividade, é bem mais lucrativo fazer lobby por subsídios. Não é surpreendente que não tenhamos conseguido deflagrar processo sustentado de crescimento desde o fim da hiperinflação.

É verdade que temos três décadas de inflação sob controle, em contraste com vizinhos importantes, como Venezuela e Argentina. O feito da conquista da hiperinflação, ainda que limitado, é fundamental para tentarmos ir além. Infelizmente, ao invés de darmos passos adiante, é cada vez maior o risco de retrocesso.

A deterioração do quadro fiscal, iniciada no final do governo anterior e agravada no atual, vem ameaçando as bases do controle da inflação. O abandono do teto de gastos, substituído pelo atual arcabouço fiscal, indicava claramente que conter o crescimento insustentável dos gastos públicos havia deixado de ser a prioridade. Não chegava a ser o "gasto é vida" dos governos Dilma, que nos levou à longa e penosa recessão, mas mudava equivocadamente a ênfase para a expansão de gasto como base em aumento da arrecadação. Mau sinal.

Mas mesmo isso durou pouco. Na segunda-feira, vimos que o arcabouço fiscal já teve que ser significativamente enfraquecido. Mesmo com as hipóteses róseas adotadas pelo governo, a dívida pública, já muito elevada, seguirá crescendo até o meio do próximo governo. As projeções de mercado são ainda mais pessimistas. O temor é de trajetória insustentável da dívida pública.

A área econômica, recorrentemente derrotada dentro do governo, tem se desdobrado para tentar dar a aparência de que o dano ao arcabouço fiscal não será tão grande, e de que a dívida pública continuará sob controle. Mas se há algo que o mercado sabe fazer é conta. E, as contas não parecem bater. Dólar e juros já responderam negativamente.

Apesar de seu potencial, a economia brasileira, em meio a infindável recorrência de erros, não consegue deslanchar

O presidente do BC reiterou que a política monetária fica muito mais difícil com a percepção de que a âncora fiscal deixou de existir. Mais ainda, como o atual presidente do BC (e mais dois diretores) serão substituídos no final do ano, cresce o temor de que os nomes indicados pelo governo possam ser de defensores de políticas irresponsáveis de juros baixos a qualquer custo, que já causaram grandes danos aqui e alhures.

O exemplo da Turquia, onde o presidente do país guiava a política de juros baixos, é bem eloquente quanto ao estrago que tais políticas equivocadas podem causar. Lula não esconde sua resistência à autonomia do BC para conduzir a política monetária. Recentemente, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, permitiu-se classificar como "burra" a condução da política monetária. Tudo indica que não são infundados os temores que não só a política fiscal, mas que também a política monetária, esteja em franca deterioração.

Eventos internacionais recentes têm contribuído para agravar o quadro de alta incerteza econômica. O Fed, que não vem obtendo o sucesso pretendido em reduzir a inflação nos EUA, sinalizou juros elevados por mais tempo. A conflagração no Oriente Médio eleva riscos para a economia mundial (além do desastre humanitário, é claro). Tudo isso afeta negativamente as perspectivas da nossa economia.

Temos, assim, um crescimento medíocre em médio e longo prazos, aquém do desejável e do possível. E também volátil, por conta não só das incertezas internacionais, mas também das vulnerabilidades que criamos sozinhos ao insistir em velhos erros.

Márcio G. P. Garcia é professor titular da Cátedra Vinci Partners do Departamento de Economia da PUC-Rio e pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management. Escreve mensalmente neste espaço. (https://sites.google.com/view/mgpgarcia

Crescimento tem surpreendido no curto prazo, mas governos pisam em ovos. Por **Martin Wolf**

Sombra da guerra cobre a economia

A decisão do Irã de intensificar seu conflito com Israel ao lançar uma série de mísseis e drones armados aumenta os riscos de uma guerra aberta entre os dois países, possivelmente provocando um envolvimento ainda mais próximo dos Estados Unidos. Não é segredo, afinal, que Benjamin Netanyahu, o assolado primeiro-ministro de Israel, há muito deseja destruir o programa nuclear do Irã. Alguns nos EUA sentem o mesmo. Esta não seria a chance dos linha-dura?



Em artigo publicado em outubro de 2023, argumentei que uma escalada como essa era o principal perigo que o ataque assassino do Hamas a Israel representava para a economia mundial. Mesmo com a "intensidade" de uso do petróleo na economia mundial tendo diminuído em mais da metade nos últimos 50 anos, o petróleo continua sendo uma fonte fundamental de energia. Qualquer interrupção mais séria no fornecimento teria grandes repercussões econômicas adversas.

Além disso, o Golfo Pérsico é de longe o produtor de energia mais importante do mundo. Segundo a Revisão Estatística de Energia Mundial (SRWE, na sigla em inglês) de 2023, a região contém 48% das reservas comprovadas no mundo e produziu 33% do petróleo mundial em 2022. Ainda pior, conforme a Agência de Informações sobre Energia dos EUA (EIA), 20% do suprimento mundial de petróleo passou pelo Estreito de Ormuz, na parte inferior do Golfo Pérsico, em 2018. Este é o gargalo do suprimento global de fontes de energia. Uma guerra entre Irã e Israel, possivelmente envolvendo os EUA, poderia ser devastadora.

Os responsáveis pela economia mundial reunidos em Washington nesta semana para as reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial são espectadores: podem apenas nutrir a esperança de que os conselhos mais sensatos prevaleçam no Oriente Médio. Se o desastre realmente for evitado, como ficaria a economia mundial?

Sobre este assunto, como de costume, o Panorama da Economia Mundial (WEO, na sigla em inglês), do FMI, traz esclarecimentos. Não porque suas previsões possam necessariamente vir a estar corretas. Se algo grande acontecesse, elas, sem dúvida, não estariam. Ainda assim, elas nos dão uma visão sistemática sobre em que situação o mundo está agora.

Principais lições deste relatório do FMI são o recente e surpreendente desempenho econômico, a não ser, de forma preocupante, nos países de baixa renda, junto com uma grande desaceleração no longo prazo, em parte em razão da queda no crescimento da produtividade

Em poucas palavras, como Pierre-Olivier Gourinchas, o economista-chefe do FMI, explica em sua introdução, o desempenho recente da economia mundial tem sido notavelmente melhor do que se temia, apesar dos choques na produção e na inflação provocados pela pandemia, do ataque da Rússia à Ucrânia, do aumento nas cotações das commodities e do forte aperto na política monetária. Como ele observa, "apesar de muitas previsões sombrias, o mundo evitou uma recessão, o sistema bancário mostrou-se em grande medida resiliente, e grandes economias emergentes e em desenvolvimento não sofreram paradas repentinas" nas finanças. De forma notável, o aumento da inflação não desencadeou uma espiral de preços-salários descontrolada. Em termos gerais, a economia mundial se mostrou mais flexível e as expectativas de inflação, mais bem ancoradas do que muitos imaginavam. Isso é uma boa notícia.

É digno de nota que o crescimento acumulado da produção em 2022 e 2023 superou as previsões de outubro de 2022 do FMI para a economia mundial e para todos os agrupamentos significativos dentro dela, exceto, de forma crucial, para os países em desenvolvimento de baixa renda (LIDCs). O mesmo ocorreu com o emprego, a não ser na China e, novamente, nos LIDCs. A economia dos EUA tem se mostrado particularmente sólida, embora a da região do euro, bem menos.

Uma questão interessante é saber por que o aperto monetário teve tão pouco efeito na atividade. Uma explicação é que a política fiscal trouxe sustentação, em especial nos EUA. Outra é que, em razão da inflação alta, as taxas de juros reais caíram, em vez de aumentar. Agora, isso vem mudando. Mais uma explicação é que uma alta porcentagem das hipotecas tem taxas pré-fixadas: houve um aumento particularmente grande dessa proporção no Reino Unido. Além disso, o forte crescimento da poupança na pandemia ajudou a financiar os gastos. Isso, porém, está chegando ao fim. Políticas monetárias contracionistas ainda podem ter um impacto defasado considerável.

Embora o desempenho de curto prazo da economia mundial tenha sido surpreendentemente bom, o desempenho de longo prazo seguiu o rumo oposto. Desde os primeiros anos deste século, têm ocorrido declínios acentuados no crescimento do PIB real per capita em todo o mundo. O colapso no crescimento da "produtividade total dos fatores" (PTF) — a melhor medida de inovação — tem sido particularmente significativo. Nos LIDCs, o crescimento da PTF até ficou negativo entre 2020 e 2023.

A desaceleração no crescimento da PTF foi responsável por mais da metade do declínio geral no crescimento. Segundo o WEO, a crescente má alocação do capital e do trabalho pelas empresas como um todo nos mais variados setores explicou grande parte dessa desaceleração. É possível mudar esse quadro. No entanto, não será fácil fazê-lo. Uma razão para essa desaceleração provavelmente é a perda de dinamismo no comércio mundial, que é sempre uma forte fonte de competição.

As principais lições deste relatório do FMI, portanto, são o recente desempenho econômico surpreendentemente forte, a não ser, de forma preocupante, nos LIDCs, juntamente com uma grande desaceleração no crescimento de longo prazo, em grande parte em razão da desaceleração no crescimento da produtividade da economia como um todo. No entanto, é desnecessário dizer que também existem grandes incertezas.

No lado positivo, podemos ver uma intensificação temporária no afrouxamento fiscal relacionado às eleições. Surpresas positivas, especialmente na oferta de mão de obra, podem acelerar ainda mais a queda na inflação. A inteligência artificial pode proporcionar um surpreendente choque positivo para um crescimento da produtividade, em termos gerais, baixo. Reformas bem-sucedidas também poderiam acelerar o crescimento do produto potencial.

No lado negativo, entretanto, o crescimento da China poderia ter forte desaceleração. Também existem riscos mais do que evidentes para a estabilidade financeira, fiscal, política e geopolítica mundial. O comércio internacional poderia ser abalado pelo protecionismo. Uma guerra de Israel e dos EUA contra o Irã poderia incendiar o Oriente Médio, com imensas consequências para os preços da energia e das commodities. As maiores vítimas de tal caos seriam, como de costume, os mais pobres.

Talvez tenhamos gerenciado os choques melhor do que o esperado. Mas estamos pisando em ovos e precisamos nos mexer com cuidado. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Foi feito um ajuste na trajetória, que permanece inegavelmente arrojada para a recuperação fiscal".

Do secretário do Tesouro, Rogério Ceron, em entrevista ao Valor

Cartas de Leitores

Crime organizado

Uma quadrilha ligada ao PCC tinha várias empresas que forjavam a concorrência para vencer as licitações e, assim, firmar contratos com prefeituras e câmaras municipais. Como se vê, a corrupção grassa nesse país. Dias desses, o presidente Lula disse que o crime organizado estava em todos os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Eis que, na operação deflagrada ontem pelo Gaeco, foram presos vereadores, procuradores e até o advogado do André do Rap por crimes como fraudes documentais e lavagem de dinheiro. Duas coisas ficam evidentes: eles negam na maior cara de pau; e fica demonstrada a falta de controle e fiscalização nesses contratos. Os envolvidos só pensam em propina. E assim o crime organizado vai tomando conta desse país.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Corte de gastos

Fernando Haddad disse que seguirá buscando diálogo com o Congresso para ampliar as receitas. Não seria melhor ele ampliar o diálogo com o presidente Lula e o seu partido para cortar gastos?

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Privatização ruim

A propósito do enfoque "Privatização ruim une direita e esquerda" (**Valor**, 15/04, A10), quando nos inteiramos sobre as demonstrações financeiras das estatais privatizadas, nos deparamos, via de regra, com o fato de que os recursos dos licitantes dos certames são oriundos do Estado, via BNDES, e os valores mobiliários [ações], retornam indiretamente ao paquiderme (União) via BndesPar (BNDES Participações), sem contar que a União, quase sempre detém as ações que valem ouro (golden share).

Arnaldo Cordeiro
gamadvsp@uol.com.br

Reajustes a servidores

Com mais de 20 universidades e institutos federais em greve, além de número semelhante em estado de paralisação, o país enfrenta demandas de profissionais da área visando a reajustes de salários, inalterados, segundo as entidades de classe, há mais de oito anos, e a exigências de equiparação de benefícios concedidos ao Legislativo e Judiciário. Pressionado, o governo entrou em ritmo de negociação e vem propondo soluções que encontram dificuldades de aceitação.

Não restam dúvidas, no entanto, que Lula encontrará caminhos conciliadores que satisfarão a todas as partes, em face da prática que adquiriu em relação a tais cenários. Outro óbice significativo afetando as conversas com os grevistas é a conjuntura externa instável gerada pela turbulência bélica, interferindo no fluxo econômico-financeiro internacional, que poderá pôr em cheque o déficit zero prometido, mas agora adiado para 2027.

Haja sabedoria. Será que há?

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Entrevista Nobel de Economia Esther Duflo apresentará no G20 proposta de direcionar recursos a fundo com ‘gatilho climático’ para transferências diretas

‘Taxar bilionários e múltis paga dívida moral com mais pobres’

G20 no Brasil
UMA INICIATIVA O GLOBO Valor CBN

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A combinação de uma alíquota maior do imposto mínimo sobre multinacionais a um novo imposto internacional sobre bilionários poderia, facilmente, arrecadar o valor para países ricos pagarem a "dívida moral" que têm com os mais pobres, devido ao efeito de suas emissões nas mudanças climáticas e o impacto majorado delas sobre populações vulneráveis.

Essa é a proposta que a economista francesa Esther Duflo, vencedora do Nobel de Economia de 2019, levará a um jantar com ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do G20 nesta quarta-feira em Washington, nos Estados Unidos, a convite do Brasil, que está na liderança rotativa do grupo.

A partir de dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, da sigla em inglês), do Global Impact Lab e das estimativas feitas pela economista Tamma Carleton (Universidade da Califórnia) e colegas, Duflo calcula que a Europa e os Estados Unidos causam, devido a suas emissões, US$ 518 bilhões de danos todos os anos a países de renda baixa e média apenas em vidas perdidas.

"Quanto mais rica uma pessoa é, mais ela consome, e esse consumo gera emissões, mas não necessariamente no local onde ela mora", observa Duflo no estudo.

Negociações globais indicam que países mais ricos e influentes não concordarão com contribuições obrigatórias, alocando suas receitas em outras nações, reconhece a economista. Por outro lado, diz, progressos têm sido feitos no sentido de maior colaboração na taxação internacional.

Em 2021, acordo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estabeleceu em 137 países uma taxação mínima de 15% sobre o lucro das grandes multinacionais — alíquota que Duflo considera baixa.

Além disso, o Brasil introduziu na primeira reunião de ministros das Finanças do G20, em fevereiro de 2024, os debates para uma taxação mínima global das riquezas de pessoas físicas.

Duflo cita o Observatório Fiscal da União Europeia — dirigido pelo economista francês Gabriel Zucman, que também foi convidado a falar ao G20 neste ano —, segundo o qual um imposto de 2% sobre cerca de 3 mil das pessoas mais ricas do mundo arrecadaria mais de US$ 200 bilhões ao ano.

A ideia de Duflo é que essas duas novas taxas, juntas, angariariam anualmente quase todo o valor que os EUA e a Europa "devem" aos cidadãos de nações mais pobres.

Esses recursos seriam usados para financiar um fundo direcionado aos países de baixa e média renda, que Duflo chama de "Fundo de Perdas, Danos e Adaptação" (LDA, da sigla em inglês). A criação de um fundo do tipo foi aceita na Convenção do Clima das Nações Unidas de 2022 (COP27) e ratificada em 2023, mas foi decidido que as contribuições seriam voluntárias. A experiência, diz Duflo, mostra que isso não funciona.

Na COP de 2015, ela lembra no estudo, foi assumido o compromisso de transferir US$ 100 bilhões todos os anos para ajudar a transição de carbono nos países pobres. Não só esse compromisso nunca foi cumprido — o nível anual mais elevado foi de US$ 83 bilhões em 2020 — como 67% do que foi arrecadado foi gasto em mitigação, que beneficia o mundo inteiro, e 72% do total foi de empréstimos, não doações, observa.

Emprestar dinheiro a esses países pode ser uma ideia interessante para acelerar a transição climática, "mas não é assim que os cidadãos ricos do mundo devem compensar os cidadãos pobres pelos danos que lhes estão infligindo", afirma Duflo no documento.

Como compensar diretamente cada vítima das mudanças climáticas não seria uma tarefa possível, Duflo sugere cinco formas de usar os recursos do fundo para proteger os mais pobres dos impactos das alterações climáticas: implementação de um sistema de transferências automáticas de dinheiro para os cidadãos, desencadeado por eventos climáticos; erradicação da pobreza extrema com "transferência de ativos" (dinheiro, capacitação, apoio psicológico etc.); resseguro para governos que enfrentam catástrofes relacionadas ao clima; financiamento a esforços locais para programas de adaptação e mitigação; e financiamento para melhoria da saúde da população no formato de campanhas (por exemplo, de vacinação).

Ao **Valor** Duflo conta que o contato com a representação brasileira no G20 foi intermediado pela diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva. A proposta de Duflo vincula as duas forças-tarefa criadas pelo Brasil: "Aliança Global contra a Fome e a Pobreza" e "Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas".

O objetivo com as sugestões de aplicação dos recursos é alimentar discussões, e não que essa seja uma lista final, diz Duflo no estudo. No documento, ela cita o caso do aumento das temperaturas.

"Quando os países são pegos de surpresa por uma onda de calor pela primeira vez, a mortalidade pode ser alta. Mas, antes que isso aconteça novamente, eles têm a chance de se preparar. No entanto, mesmo em regiões acostumadas a altas temperaturas, o processo de adaptação exige recursos. No Texas, em um dia quente, um trabalhador de escritório vai de sua casa com ar-condicionado para o seu trabalho com ar-condicionado em um carro com ar-condicionado. No Paquistão, um pobre trabalhador da construção civil, após uma noite mal dormida em um quarto quente, terá que trabalhar sob o sol", compara.

Duflo é professora do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e uma das fundadoras do Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel (J-Pal), que realiza pesquisas sobre pobreza e desenvolvimento em diversos países, incluindo no Brasil.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Como foi a abordagem do Brasil para a sra. falar no G20?*

Esther Duflo: Nós nos conectamos por meio da diretora-gerente do FMI [Kristalina Georgieva], que me colocou em contato com a Tatiana Rosito [secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e coordenadora da Trilha de Finanças do G20].

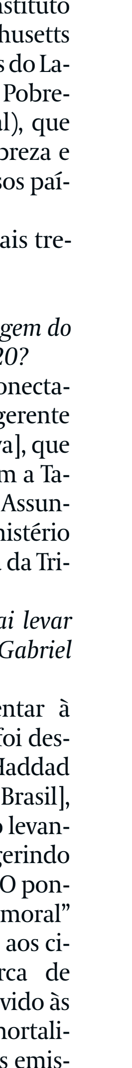
Valor: *A proposta que vai levar difere da apresentada pelo Gabriel Zucman na última reunião?*

Duflo: Ela é complementar à proposta do Zucman, que foi destacada pelo sr. [Fernando] Haddad [ministro da Fazenda do Brasil], porque a dele é sobre como levantar recursos e eu estou sugerindo como gastar esse dinheiro. O ponto básico é que a "dívida moral" dos países ricos em relação aos cidadãos pobres é de cerca de US$ 500 bilhões por ano devido às consequências do clima à mortalidade, causadas pelas nossas emissões. Precisamos desses valores porque a mudança climática já está conosco e, conforme ela avança, vai aumentar a mortalidade. E todo esse aumento de mortalidade vai acontecer em países pobres e


SCOTT EISEN/GETTY IMAGES

Duflo espera avanços neste ano, mas reconhece que decisões do tipo levam tempo

"Refutar taxação mínima justa não pega bem para bilionários"



entre cidadãos mais pobres, porque eles estão em lugares que já tendem a ser quentes, então, eles vão experimentar dias ainda mais quentes e, além disso, eles não têm dinheiro para se proteger, usando ar-condicionado, por exemplo.

Valor: *Como chegou a esse valor da "dívida moral"?*

Duflo: Os especialistas estimam que, até 2100, haverá 6 milhões de pessoas a mais morrendo por ano apenas por causa da temperatura e somente em países pobres. O que eu faço na minha proposta é considerar isso: cada tonelada de carbono que enviamos na atmosfera causa essas mortes. O dano de um tonelada de carbono pode ser estimado em cerca de US$ 37, multiplicado por quanto é emitido nos EUA e na Europa a cada ano, o que dá esse valor [de US$ 518 bilhões].

Valor: *Como angariar isso?*

Duflo: Uma fonte é a taxação [de grandes fortunas em 2%] como na proposta de Zucman, que levantaria cerca de US$ 200 bilhões. Além disso, há outra fonte que poderíamos explorar, que é a taxação mínima das corporações internacionais, que foi fixada em um valor muito baixo, de 15%. Se aumentasse para 18%, seria um adicional de US$ 300 bilhões, levando aos US$ 500 bilhões. Transferências voluntárias não funcionaram.

Valor: *Por quê?*

Duflo: Porque é complicado para o governo dizer aos seus cidadãos que eles precisam encaminhar parte do orçamento, de suas próprias taxas, para outros países. Simplesmente, não é muito fácil de "vender" isso politicamente. Por outro lado, em um fundo, você cria uma obrigação sem criar uma obrigação. Eu acho que isso ajuda a resolver o conflito entre financiamento mandatório, que os EUA, por exemplo, nunca aceitariam, e voluntário, que leva a não ter nenhum financiamento. O melhor modo de gastar esses recursos é prevenindo essas perdas de vidas.

Valor: *Como?*

Duflo: Você poderia fazer isso transferindo dinheiro diretamente para as pessoas. E essa é também uma maneira de desfazer outro conflito, que é quem vai administrar os recursos. A ideia seria dizer que vamos ter regras muito claras: o dinheiro vai direto para as pessoas que vivem em regiões pobres nos países em que os governos concordarem e que estão vivendo um desastre climático. Por exemplo, poderia ter uma regra dizendo que, se tiver cinco dias com mais de 35ºC em um mês — uma onda de calor — todo mundo receberia uma transferência mínima diária. Hoje, quase todo mundo pode estar conectado a um banco, então, essa seria uma maneira rápida de conseguir dinheiro para essas pessoas, para compensá-las e também para ajudá-las a se ajustar.

Valor: *Ainda existem, principalmente no senso comum, críticas a essas políticas de transferências diretas, como o Bolsa Família…*

Duflo: O Bolsa Família foi realmente um dos pioneiros desses programas, mas, desde então, eles estão em todos os lugares. E há muita pesquisa sobre isso, todas mostrando que essas transferências não desencorajam as pessoas de trabalhar e que as pessoas usam o dinheiro muito bem.

Valor: *E quais seriam as outras formas de distribuir os recursos?*

Duflo: Outra forma de gastar esses recursos seria ajudando os governos, porque, no fim do dia, muitas vezes é o governo que vai ter de lidar com os desastres gerados pelas mudanças climáticas, mas, às vezes, ele não tem dinheiro para fazer isso. E, ao contrário de países ricos, eles não podem pegar emprestado, porque ninguém vai emprestar para eles. Outra maneira seria ter dinheiro para as comunidades e governos locais.

Valor: *O momento global está mais propício para discutir esses temas de taxação do que antes?*

Duflo: Sim, parece haver um consenso político se formando por trás disso. Eu acho que há várias razões para isso. Durante a pandemia, quando todo mundo estava sofrendo, mas o bilionário se tornou ainda mais rico, as pessoas acharam isso bastante revoltante. Então, mesmo entre pessoas não muito à esquerda, há uma sensação de indignação. Algo que se tornou claro também é o fato de que os bilionários não são tratados como todos os outros, no sentido de que eles nem pagam impostos sobre sua renda. A proposta do Zucman é uma forma de taxar a renda de um bilionário. Porque com esse dinheiro eles estão obtendo sua única renda, já que isso é investido. Talvez, eles tenham retorno de 5% ao ano, então, 2% de sua riqueza é apenas um terço de sua renda, o que é, provavelmente, o que você está pagando de impostos.

Valor: *Não acha que haverá resistência dos bilionários?*

Duflo: Eu tenho certeza de que eles vão resistir, mas, ao mesmo tempo, não é tanto dinheiro. Se eles estiverem com a mentalidade correta, eles deveriam pensar que é uma boa ideia, pelo menos a maioria deles. Porque ser visto como refutando pagar até mesmo sua parcela mínima justa de impostos, de alguma forma, não pega bem. O uso que eu proponho, de enviar esses recursos para países pobres para ajudar as pessoas, isso é, na verdade, muito popular. Uma pesquisa mostrou que 69% das pessoas nos EUA e 84% na Europa acham que é uma boa ideia. Eu acho também que é algo que tem um apelo político. A justiça tarifária foi encampada pelo presidente francês [Emmanuel Macron], que é de um partido de tipo centro-direita, porque eles também acham que precisam encontrar uma maneira de levantar esse dinheiro.

Valor: *Quais são suas expectativas para o avanço dessas discussões no G20? Acha que poderemos ver algo de concreto até o fim do ano?*

Duflo: Sou um pouco neófita nesse jogo, então, não sei. Espero que haja algo de concreto ao final da presidência do Brasil, mas, se não houver, a presidência vai ser assumida pela África do Sul e o tema vai continuar a ser tocado. Essas coisas, às vezes, demoram muito para chegar, por exemplo, a taxação mínima das corporações levou anos, mas elas precisam ser lançadas em algum momento, elas precisam ser socializadas, e eu tenho certeza de que isso vai acontecer em algum momento.

Finanças
Fusões e aquisições começam a dar sinais de melhora no ano C3

Tecnologia
Embraer X deve ter modelo em escala real de "carro voador" até dezembro, diz Moczydlower B4



Bebidas
Disputa por marcas cresce e INPI tem recorde de pedidos de registros B6

Mineração
Produção de minério da Vale cresce 6,1% no primeiro trimestre B6

On-line Alta da alíquota, de 17% para 25%, é apoiada por grupos locais e questionada por plataformas

Alta de ICMS reacende divergências entre varejo nacional e sites estrangeiros

Adriana Mattos
De São Paulo

A proposta de aumento da alíquota do ICMS, de 17% para 25%, no envio de produtos importados de até US$ 50 ao país, colocou as plataformas estrangeiras e as redes e indústrias nacionais em posições opostas. A alta deve encarecer as compras internacionais dos brasileiros — nesta importação, é o cliente final que paga este imposto.

Esse tema do imposto sobre produtos do exterior reacende divergências antigas entre as empresas.

No ano passado, o debate em torno de uma nova política de itens vindos do exterior de até US$ 50 trouxe desgastes na imagem do governo, e colocou as companhias locais e grupos internacionais, principalmente asiáticos, em campos contrários.

A questão se arrasta na Justiça, mas, neste momento, a regra válida é a cobrança de 17% de ICMS e isenção de imposto de importação (de 60%) para lojistas estrangeiros que seguem um programa de conformidade do governo.

Foi nesse ambiente que o tema da elevação do ICMS ganhou força, principalmente após fevereiro. Nos bastidores, representantes dos setores têm se movimentado em debates junto aos Estados, e cresce nos governos a linha favorável à elevação, para 25%, defendida também pelas empresa locais, apurou o **Valor**.

É uma forma de os Estados recomporem perdas na arrecadação e reforçarem o caixa após 2025. Se a alíquota subir, a mudança será válida após o ano que vem.

Varejistas e a indústria veem risco de o debate ser contaminado pela pauta política

O **Valor** apurou que a alta cúpula dos marketplaces estrangeiros Shein e AliExpress apoiam a manutenção em 17% para evitar uma possível queda nas vendas com o aumento, e já começaram a se posicionar sobre isso — a Shein veio a público questionar uma eventual elevação dias atrás.

Na prática, esses 25% equivalem a uma alíquota no preço final de 32% porque se trata de uma cobrança de imposto que incide sobre ele mesmo, ou sobre outros tributos, e não apenas sobre o valor do produto.

As empresas nacionais defendem o aumento na alíquota para reduzir a diferença na carga tributária que incide sobre os grupos locais e estrangeiros. As companhias alegam que a carga tributária do varejo, da produção à venda, atinge 109%, enquanto para os estrangeiros há apenas os 17% de ICMS.

Já na percepção das plataformas, diz uma fonte, o índice seria menor que os 109%, que considera a tributação na fabricação, que não cabe ao varejo. E empresas como Shein e Shopee já vendem produtos de lojistas locais. Então o impacto do ICMS nos importados tornou-se menos relevante na venda.

Desde a metade de 2023, o IDV, principal instituto do varejo, ao lado da CNC e CNI, as confederações do comércio e indústria, criticam duramente a decisão do governo federal de eliminar o imposto de importação de 60%, dentro das regras do programa Remessa Conforme.

Em 2023, houve pelo menos três reuniões das entidades com o ministério da Fazenda, para se definir nova alíquota do imposto de importação, mas não houve apoio do governo, que manteve a isenção para as plataformas estrangeiras.

É aí que está a maior parte desse incômodo das empresas brasileiras com o tema, que volta à tona com o debate em torno do ICMS.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR



Jorge Gonçalves, do IDV, acredita que os Estados vão caminhar para o aumento do imposto na próxima reunião

"Mesmo com o ICMS indo de 17% para 25% não elimina o fato de que há falta de isonomia tributária entre as empresas. Essa questão continua na mesa para nós. Um aumento da alíquota reduz só uma pequena parte desse grande desequilíbrio", diz Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV, com cerca de 70 redes associadas.

Gonçalves critica a visão de que um aumento afetaria o bolso das famílias mais pobres. Em nota na semana passada, a Shein criticou mudança na alíquota e disse que os principais compradores em sua plataforma são das classes C, D e E.

"Há estudos da Locomotiva [consultoria em consumo] que mostram que a maioria dos compradores em sites e apps estrangeiros é rica e da classe média. Levantar essa questão social não faz sentido". Segundo o estudo 59% dos compradores têm renda familiar acima de R$ 4.849.

A questão do ICMS ganhou relevância maior nos últimos dias por outros dois fatores.

Houve uma reunião, na quinta-feira (11), no Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), em Fortaleza (CE), que tratou do tema e não houve definição sobre a alíquota entre os Estados, após debate que envolveu, inclusive, representantes de plataformas e de indústrias nacionais.

O **Valor** apurou que esses representantes foram ouvidos separadamente no encontro. Um interlocutor não teve acesso a apresentação do outro. Ao fim do dia, o Comsefaz disse que iria adiar a decisão sobre a alíquota "para ampliar análise" e estudos do tema.

Ocorre que essa definição deve ocorrer em nova reunião do comitê apenas em julho, e esse intervalo de tempo pode mudar o cenário.

109%
é a carga tributária das companhias

Varejistas e a indústria entendem que há um risco de o debate acabar sendo contaminado pela pauta política do segundo semestre, período de eleição municipal. "É pouco provável que os Estados queiram falar em aumento de imposto e de preço ao consumidor a poucos meses das eleições, pelo desgaste que isso gera, mesmo sendo eleição municipal e não estadual. Isso pode adiar uma definição", diz uma fonte ligada à indústria de moda.

Para Gonçalves, do IDV, seria possível promulgar uma mudança após outubro ou novembro, fora do periodo eleitoral, o que reduziria o risco político.

Publicamente, as plataformas falam que estão abertas à discussão, chegam a defender equidade tributária, mas batem na tecla de que a alta é prejudicial ao cliente.

Em nota ao **Valor**, o AliExpress disse que permanece disponível ao diálogo, levando em consideração o consumidor. E que pesquisas relatam que o cliente se mostra contrário ao aumento da taxa. Ainda diz que a mudança ocorreria num momento em que o público ainda se adapta ao Remessa Conforme.

A Shein apoia a decisão do Comsefaz de aprofundar o debate, diz que é preciso buscar "justiça tributária", mas lembrou que quem pagará pela alta será o cliente. E defendeu uma solução justa "que não onere" o consumidor. Procurada, a Amazon não se manifestou.

A Shopee informa que tem três milhões de vendedores brasileiros que representam mais de 90% das vendas, e apoiam os empreendedores e mudanças que ajudem o lojista brasileiro.

JULIO BITTENCOURT/VALOR



Em reunião com Lula, executivos do Mercado Livre pedem fim de isenção

Raphael Di Cunto
De Brasília

Representantes do Mercado Livre se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta segunda-feira (15) para apresentar os investimentos da empresa e contratações no país e pediram ao petista que acabe com o desequilíbrio no mercado causado pela isenção do imposto de importação para remessas internacionais de até US$ 50.

O assunto é alvo de polêmica e debates dentro do governo desde o ano passado, quando o fim da isenção foi anunciado pelo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas. Após grande repercussão na internet, o governo recuou, retomou a isenção e anunciou o Remessa Conforme para obter dados sobre o fluxo de operações e definir uma alíquota do imposto, o que não ocorreu até agora.

"Essa isenção beneficia as importações e estrangeiras" *Fernando Yunes*

"Essa isenção beneficia fiscalmente as importações e aí as empresas estrangeiras acabam tendo vantagem sobre os produtores locais. Não defendemos vantagem para os produtores locais, mas uma isonomia", afirmou ao **Valor** o vice-presidente sênior e principal executivo do Mercado Livre no Brasil, Fernando Yunes.

A sugestão do Mercado Livre é que o imposto de importação seja estabelecido entre 25% e 30%, o que se somaria à cobrança de ICMS (que é estadual). Isso, afirmou Yunes, garantiria condições de igualdade de competição. O Ministério da Fazenda estuda desde o ano passado qual a alíquota aplicar, mas, mesmo sob pressão do varejo nacional, não tomou uma decisão e nem dá prazo para que isto aconteça.

Diretor de relações governamentais do Mercado Livre, François Martins ressaltou que a empresa é a principal fonte de renda de um milhão de brasileiros, que são afetados pela concorrência desigual. "A isenção beneficia um milhão de famílias no exterior, que não pagam impostos, enquanto um milhão de famílias no Brasil saem prejudicadas", disse. "O presidente [Lula] pareceu concordar com a ideia de que um equilíbrio é saudável."

Apesar do pedido, o assunto parece longe de resolução. Barreirinha foi questionado sobre o tema em reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) nesta terça-feira e se esquivou. "Não é um tema simples. A Receita tem outras ferramentas para atacar isso", disse aos deputados que pediram o fim da isenção. Ele argumentou que a Receita faz relatórios bimestrais para avaliar o volume de remessas e tomar a decisão, mas destacou que há outros instrumentos para proteger as empresas nacionais, como proibir a entrada de produtos em desconformidade com normas legais.

Na reunião com Lula, o Mercado Livre levou todo o seu peso para a economia nacional para sustentar o pedido. Os representantes da empresa anunciaram 6,5 mil novos postos de trabalho, a abertura de centros logísticos e os planos para o Brasil. Serão R$ 23 bilhões aportados este ano, entre "despesas operacionais" e investimentos, volume recorde e 21% maior do que em 2023. Deve chegar a 29,2 mil funcionários, com 4,5 mil na área de desenvolvimento tecnológico.

O Mercado Livre abrirá três novos centros logísticos neste ano, com a intenção de agilizar o prazo de entrega dos produtos. As unidades serão construídas em Pernambuco, Porto Alegre e Brasília, o que elevará a 13 o número de estruturas no país. O presidente foi convidado para visitar e conhecer as instalações. A do Distrito Federal, anunciada no encontro, será inaugurada até outubro. *(Colaborou Jéssica Sant'Ana)*

INÊS249

Imóveis Mercado retoma com empresas em busca de áreas maiores para acomodar mais funcionários

Locação de escritórios volta a crescer em SP

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O mercado de escritórios de alto padrão em São Paulo voltou a ter locações de grandes áreas, destacam consultorias do setor.

Desde o início da pandemia, a maior parte das novas ocupações ficou restrita a espaços pequenos, de até mil metros quadrados, afirma Yara Matsuyama, diretora da divisão de escritórios da JLL. No final do ano passado, houve duas locações de seis mil metros quadrados, no complexo Parque da Cidade (Zona Sul).

O primeiro trimestre trouxe outras locações volumosas, de 18 mil m² no Auri Plaza Faria Lima (localizado na Vila Olímpia), recém-entregue, e de 8 mil m² no edifício Birmann 32, na Faria Lima, de acordo com a CBRE. "É sinal não só de imóvel de qualidade e com boa localização, mas de reaquecimento do mercado", diz Raquel Dias, gerente sênior de serviços ao ocupante da consultoria.

Segundo ela, os ocupantes querem aumentar a frequência dos funcionários nos escritórios e estão buscando prédios de maior qualidade e com boa acessibilidade. Há ainda um aumento dos metros quadrados por funcionário, que tem subido de 5 ou 6 por metros quadrados por pessoa para até 12. É o inverso do que ocorre nos Estados Unidos, afirma Dias, onde a antiga média de 18 metros quadrados por colaborador tem caído.

"Parte do nosso trabalho é convencer multinacionais de que a situação no Brasil está diferente dos Estados Unidos", afirma, porque a retomada do trabalho presencial tem ocorrido com maior velocidade por aqui, o que movimenta mais as locações.

Segundo a CBRE, a vacância de prédios de alto padrão em São Paulo ficou em 18,7% no primeiro trimestre. Para a JLL, a vacância é maior, de 23,1%, porque a consultoria considera mais áreas, como Alphaville. Há uma leve queda de 0,2 ponto percentual sobre o início de 2023.

De acordo com a consultoria Colliers, foi o terceiro trimestre consecutivo no qual a área locada de lajes corporativas superou a devolvida. A empresa considera uma absorção líquida de 37 mil m². Para a JLL, houve absorção bruta de 109,6 mil m² e líquida de 31,8 mil m² no período.

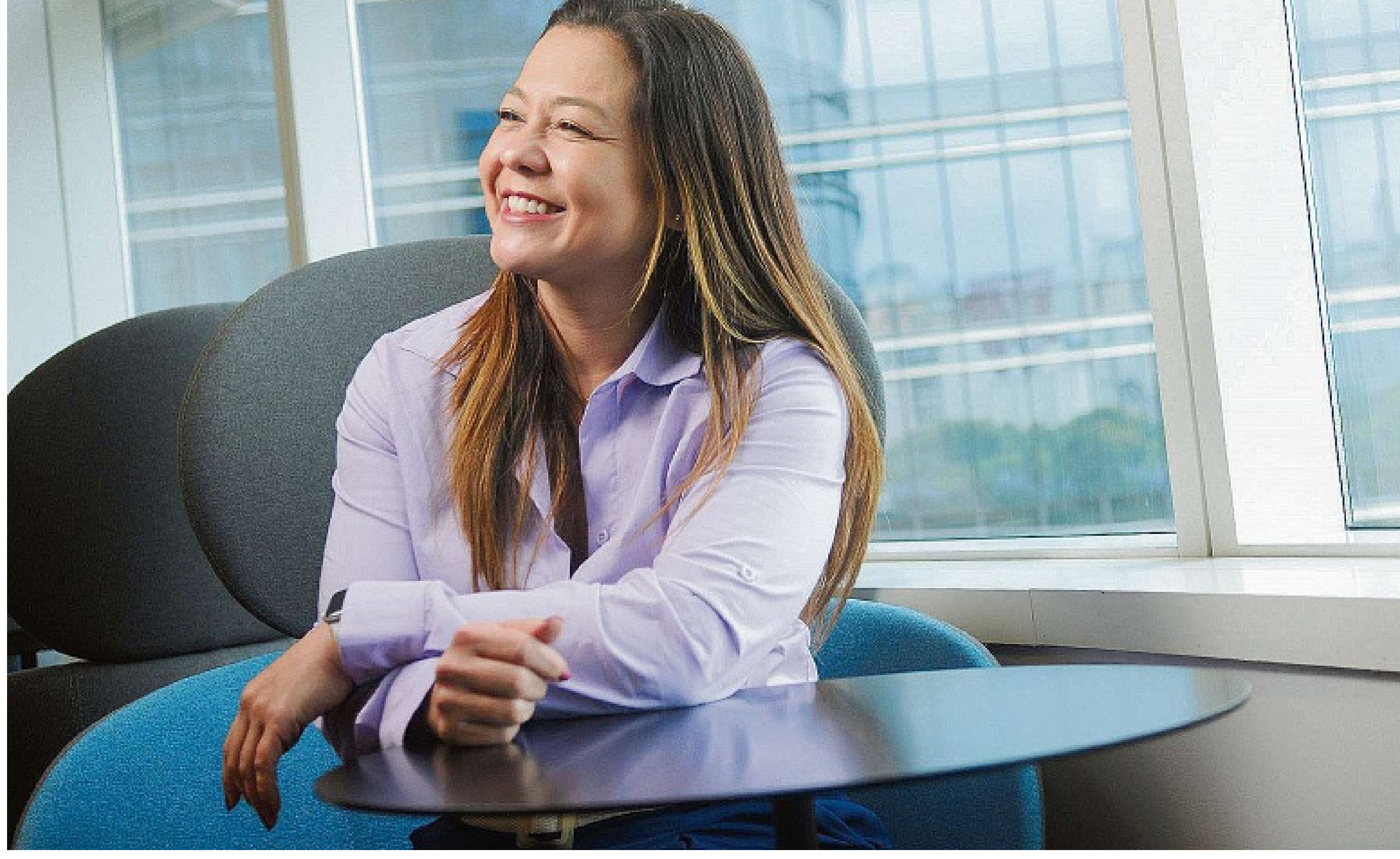
As duas consultorias alertam para a falta de novos projetos com volume para grandes ocupantes. Felipe Giuliano, diretor de locação e pesquisa da CBRE, lembra que há apenas um empreendimento com mais de 20 mil m² para ser entregue neste ano, o JK Square, no Itaim Bibi. Além disso, só são previstos imóveis inferiores a 10 mil m².

Para os próximos anos, afirma Matsuyama, há os projetos Esther Towers, com 66 mil m², e Alto das Nações, com 85 mil m², previstos para 2025.

A Colliers projeta para este ano a entrega de apenas 70 mil m² em novo estoque, em cinco prédios, na Chácara Santo Antônio, Itaim, Pinheiros e Rebouças, o que deve contribuir para a queda da vacância, ainda que não de forma "vertiginosa", como diz Giuliano.

"Se continuar como está, a tendência é ter aumento da absorção líquida, e como há menos entrega prevista do que em 2023, a vacância deve cair um pouco".

CLAUDIO BELLI/VALOR



Yara Matsuyama, diretora da divisão de escritórios da JLL, comemora a volta da procura por espaços maiores, de três e quatro andares, no mercado paulistano

> "É sinal não só de imóvel de qualidade e bem localizado, mas de mercado reaquecido"
> *Raquel Dias*

A Rebouças é uma das avenidas de crescimento dos escritórios, pegando a demanda não atendida pela Faria Lima, mas os projetos são menores, de até 16 mil m², afirma o diretor.

Matsuyama destaca que os empreendimentos da avenida têm tido boa pré-locação, sinal de interesse do mercado. O edifício HY Pinheiros, com entrega prevista para o segundo trimestre, por exemplo, já está 50% pré-locado. A JLL começou a monitorar a área como uma região separada neste trimestre. A vacância está em 51,7%, com preço médio de R$ 142,45. A média do preço em São Paulo foi de R$ 94,79, com pico de R$ 280 no Itaim.

J6 Energia investe R$ 1,65 bi em renováveis

Energia

Fábio Couto
Do Rio

O grupo paranaense J. Malucelli colocou em prática um plano de expansão no mercado de eletricidade, retomando um ritmo de atuação num mercado no qual está há mais de 20 anos. Para isso, a J6 Energia Renovável, ex-J. Malucelli Energia, pretende investir R$ 1,65 bilhão até 2029 em novos projetos solares fotovoltaicos e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Serão 70 megawatts-pico (MWp) de usinas solares e 95 megawatts (MW) de PCHs que serão implantadas ao longo do período.

Os projetos vão se situar em Estados do Sudeste, Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Com isso, a empresa pretende estar posicionada para negociar contratos de energia diante de uma demanda por eletricidade verde cada vez maior. O investimento soma-se aos cerca de R$ 7,7 bilhões aportados pela empresa desde 2001 em geração e transmissão de energia.

Um dos primeiros passos dos investimentos em renováveis serão concretizados na próxima semana, quando a empresa inaugura três centrais fotovoltaicas em Trindade (GO), na modalidade de minigeração distribuída, que totalizam 3 MWp de capacidade instalada, cada uma com 1 MWp.

> **1,57 GW**
> **é a potência total de parques híbridos (eólica e solar) da J6**

De acordo com a presidente da J6 Energia Renovável, Fernanda Sawaia, os investimentos em geração solar se dividem em distribuída e centralizada (cujas usinas negociam energia em leilões e no mercado livre).

"Estamos prospectando outros projetos bem avançados, que podem entrar [com implantação] em paralelo aos nossos. A carteira de desenvolvimento é 100% da companhia, sem sócios", disse a executiva.

No caso das PCHS, a empresa está apostando num mercado que veio perdendo espaço na matriz energética para eólicas e solares nos últimos anos. A dificuldade de licenciamento ambiental tem direcionado a atenção de empreendedores para outras fontes, cuja viabilidade tem sido mais rápida. Segundo a executiva, alguns empreendimentos PCHs da empresa já contam com licença ambiental.

A empresa tem também na carteira os complexos híbridos solar-eólico Joazeiro e Belos Ventos, ambos no Rio Grande do Norte, que somam 1,57 gigawatt (GW) de capacidade instalada. Joazeiro tem 718,7 MW eólicos e 198 MW solares, totalizando 916,7 MW, enquanto Belos Ventos possuem 522,4 MW eólicos e 130,5 MW solares, somando 652,9 MW de potência.

"Nossa carteira é bem diversificada, indo de grandes empreendimentos a projetos menores, como as GDs [usinas de geração distribuída] e PCHs", disse Sawaia. A empresa também tem uma fatia pequena, de 28 MW, na hidrelétrica Belo Monte (PA), de 11.233 MW.

Os projetos híbridos envolvem a construção dos painéis solares dentro das áreas de geração eólica, o que otimiza o uso dos sistemas de transmissão e complementa produção de energia. Em geral, os ventos se dão mais fortemente à noite, opondo-se à incidência de raios solares ao longo do dia.

Sawaia acrescentou que a J6 Energia Renovável quer estar pronta para aproveitar bons momentos de mercado. A empresa não descarta aquisição de projetos de energia, embora não esteja no planejamento, inicialmente. "Nosso plano não é engessado, é dinâmico", afirmou.

No passado, a J6 já desenvolveu, operou e implantou cerca de 1.300 quilômetros de linhas de transmissão mas, posteriormente, a empresa desfez-se desses ativos, concentrando-se na geração.

Curta

Americanas e credores

A Americanas informou o resultado parcial das escolhas de pagamento que a companhia recebeu até o momento de seus credores. No total, as opções somam R$ 42,1 bilhões. As escolhas incluem o valor de R$ 30,19 bilhões referentes à "opção de reestruturação II"; R$ 3,96 bilhões a "credores fornecedores colaboradores"; e R$ 1,76 bilhão a "credores financeiros litigantes com valores retidos ou compensados". A lista foi elaborada a partir de requerimentos dos credores e apresenta valores estimados, com base nas informações disponibilizadas à companhia até a presente data. De acordo com a Americanas, os valores alocados em cada opção de pagamento ainda podem sofrer alterações em razão do resultado das impugnações de crédito e outras questões.

Das páginas policiais para as de inovação

Sustentabilidade



Carlo Pereira

Na década de 1980, São Paulo enfrentava uma grave crise de poluição atmosférica devido à alta densidade de ônibus a diesel e à vasta atividade industrial. A poluição não apenas reduzia a visibilidade, mas também exacerbava problemas de saúde entre os moradores, incluindo aumento de asma, bronquite e doenças cardiovasculares. Como se fumassem alguns maços de cigarro só por andar pela cidade.

Crianças eram particularmente afetadas, com elevadas taxas de hospitalização por condições respiratórias, ilustrando o impacto violento da poluição na saúde pública da metrópole.

Eu nasci e cresci em Americana, no interior de São Paulo, longe dos ônibus a diesel da capital, mas cercado por uma realidade ambiental igualmente desafiadora. Americana, embora possa evocar imagens de ar puro e natureza intacta, carrega um legado de poluição significativo devido à sua história industrial.

Desde criança, lido com rinite alérgica e problemas respiratórios. A Americana da minha infância era famosa, infelizmente, não por sua natureza, mas pela poluição atmosférica severa. Durante a temporada de colheita da cana-de-açúcar, as queimadas eram comuns, cobrindo o céu com uma densa camada de fumaça e fuligem que dificultava a respiração e irritava os olhos.

Além disso, uma fábrica de celulose e papel marcava a paisagem — e o olfato — com um persistente cheiro de enxofre. Dizia-se que você poderia saber que estava se aproximando de Americana mesmo de olhos fechados, apenas pelo odor característico no ar. Em certos períodos, o ar de Americana estava entre os mais poluídos do Estado.

A citação que dá título a este artigo foi ouvida de um dos maiores ambientalistas do Brasil e reflete uma mudança notável na percepção e realidade das indústrias locais. Coincidentemente, eu havia trazido o mesmo conceito em uma reunião dias antes, onde discutíamos como setores previamente considerados como grandes poluidores, como o sucroenergético e o de papel e celulose, estão agora no centro das soluções para problemas ambientais globais.

No passado, a queima da cana-de-açúcar era uma prática comum que contribuía significativamente para a poluição do ar e problemas respiratórios na população local. Hoje, com a adoção de práticas mais sustentáveis, como a colheita mecanizada que elimina a necessidade de queimar os campos, e a utilização do bagaço da cana para a produção de bioenergia, esse setor tem diminuído sua pegada ecológica e contribuído para a produção de energia renovável. Muitas usinas são positivas em água, energia e retornam muito do fertilizante usado. O etanol usado nos carros, puro ou como aditivo na gasolina, assim como o biodiesel no diesel, ajudaram a melhorar o ar de São Paulo.

A modernização das técnicas de produção e o tratamento adequado de efluentes e emissões transformaram a indústria de papel e celulose. Atualmente, muitas fábricas de papel operam com processos quase fechados, reciclando quase toda a água e reduzindo drasticamente as emissões de compostos sulfurosos.

Este panorama nos mostra que enfrentar e vencer desafios como a crise climática não é apenas necessário, mas plenamente possível. A história de Americana é um exemplo de como a intervenção regulatória, combinada com a inovação tecnológica e mudanças nas práticas corporativas, pode resultar em melhorias ambientais significativas. Conclusões e lições aprendidas dessas transformações são vitais. Elas demonstram que, com esforços concentrados e colaboração entre governos, indústrias e a comunidade, é possível revertermos os danos ambientais e caminharmos para um futuro mais sustentável.

A jornada de Americana das páginas policiais às manchetes de inovação ambiental é uma inspiração para outras regiões e setores. Mostra que a mudança é possível, e que o desenvolvimento econômico pode, sim, ser acompanhado de responsabilidade ambiental.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU no Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br



DESEMPENHO FINANCEIRO 2023

Cadeia produtiva contemplada de ponta a ponta, com foco em produtividade e sustentabilidade

2023 foi um ano de superação para a CRAS Brasil, em que comprovamos mais uma vez a consistência da nossa estratégia de verticalização das operações. Conseguimos melhorar os indicadores financeiros, mantendo investimentos (R$ 15 milhões) e efetuando aquisições.

Na Unidade de Negócios de **óleo de amendoim**, alcançamos o primeiro lugar nas exportações, com 28% de *market share*. Somos a primeira colocada no Brasil em produção, moagem e comercialização do produto. Investimos em novas variedades e linhagens de sementes, em parceria com a Embrapa e o IAC. Dobramos a capacidade instalada da fábrica, passando a ter potencial de produção de 200 toneladas de óleo por dia. E conquistamos no RENASEM o direito de produzir a nossa própria semente para comercialização. Esses movimentos estratégicos são muito importantes para aumentar o rendimento do plantio das próximas safras.

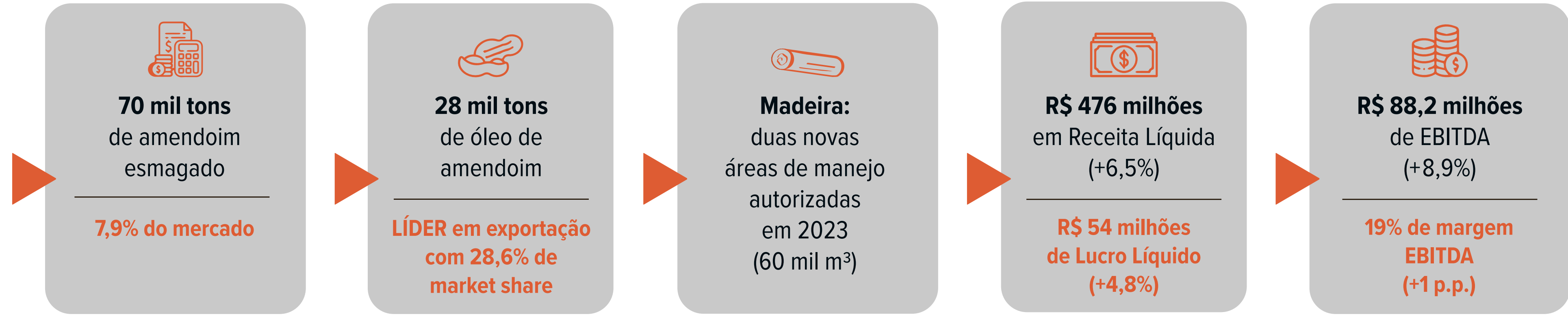
O processamento de **madeira tropical**, proveniente de manejo florestal sustentável no Pará, certificado pelo FSC, também ganhou novos estímulos. Adquirimos junto aos órgãos competentes a autorização para explorar duas áreas de florestas de árvores nativas, em propriedades rurais situadas na região Norte do Brasil. Além disso, no primeiro semestre do ano passado, inauguramos a nossa primeira loja voltada para o mercado B2C. Ainda no primeiro semestre de 2024, abriremos a nossa segunda loja na cidade do Rio de Janeiro e no segundo semestre instalaremos mais uma filial em São Paulo. A expectativa é que esse modelo de unidades comerciais ainda possa ser replicado para outras regiões.

No setor de **energia**, firmamos novas parcerias, o que nos possibilitou alcançar um portfólio completo de soluções para indústrias de óleo e gás, mineração, renováveis, infraestrutura e telecomunicações.

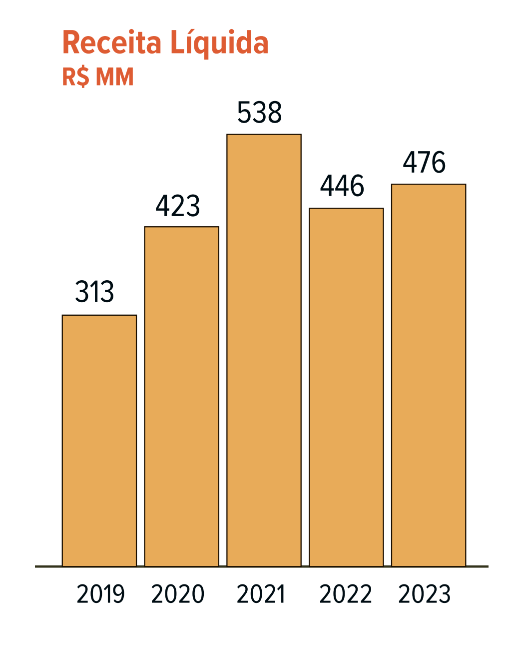
Temos orgulho em ser uma multinacional brasileira, com mais de 400 colaboradores, que vem crescendo ano a ano, impulsionando a cadeia produtiva e gerando empregos e renda de forma sustentável. Desde 2015, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) da receita da CRAS Brasil foi equivalente a 80%.

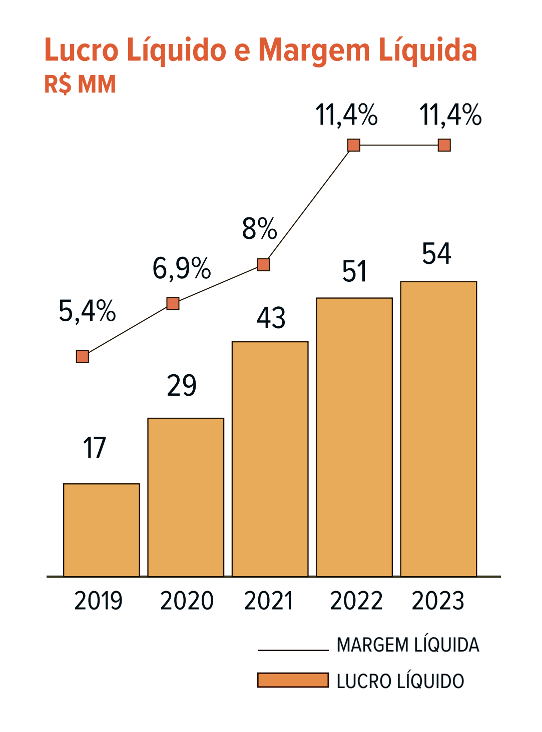
Todo esse caminho que trilhamos até aqui não seria possível sem o apoio dos nossos colaboradores e a confiança dos clientes, fornecedores e parceiros de negócios.

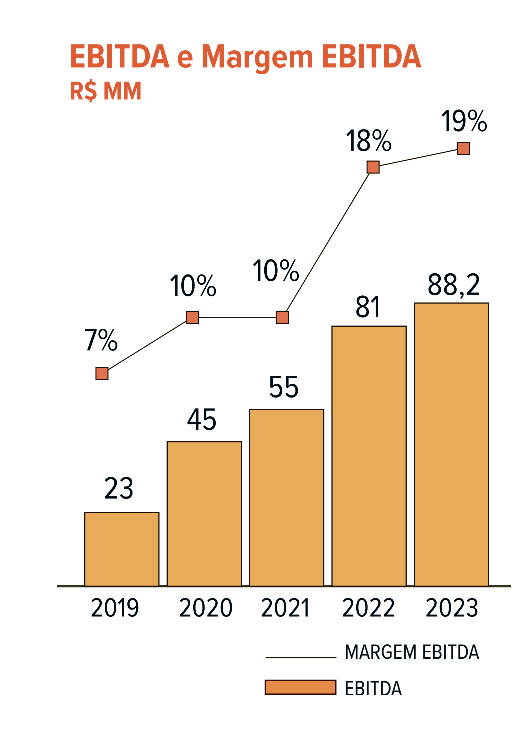
Rodrigo Chitarelli, *diretor presidente da CRAS Brasil.*



Números em parênteses indicam variação em relação à 2022







DESEMPENHO FINANCEIRO

CRAS AGROINDÚSTRIA LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de Reais)

ATIVO

	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	84.195	39.593
Contas a receber de clientes	32.541	53.199
Estoques	161.772	120.500
Ativo biologíco	27.568	-
Impostos a recuperar	56.946	35.652
Contratos derivativos	218.393	250.303
Adiantamentos	26.399	6.535
Outros créditos	7.514	9.488
	615.328	**515.270**
Não circulante		
Impostos diferidos	2.901	2.878
Depósitos judiciais	47	50
Outros créditos	9.148	9.130
Imobilizado	112.246	100.194
Intangível	34.301	176
	158.643	**112.428**
Total do ativo	**773.971**	**627.698**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2023	2022
Circulante		
Fornecedores e contas a pagar	44.832	42.856
Empréstimos e financiamentos	284.292	190.793
Obrigações sociais e trabalhistas	2.646	2.024
Obrigações tributárias	4.139	2.981
Contratos derivativos	108.969	149.561
Adiantamentos de clientes	18.459	3.293
Outras contas a pagar	2.358	965
Total do passivo circulante	**465.695**	**392.473**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	113.261	87.054
Impostos diferidos	18.551	16.725
Partes relacionadas	6.000	1.700
Outras contas a pagar	-	1.524
Total do passivo não circulante	**137.812**	**107.003**
Patrimônio líquido		
Capital social	24.000	4.800
Ajuste de avaliação patrimonial	16.311	17.816
Reservas de lucros	130.153	105.606
Total do patrimônio líquido	**170.464**	**128.222**
Total do passivo	**773.971**	**627.698**

CRAS AGROINDÚSTRIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de Reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	475.652	446.801
(-) Custo das vendas	(329.675)	(312.686)
Lucro bruto	**145.977**	**134.115**
Despesas de vendas	(38.812)	(50.057)
Despesas gerais e administrativas	(21.410)	(10.075)
Outras receitas (despesas) operacionais	(466)	4.119
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**85.289**	**78.102**
Resultado financeiro líquido	(25.560)	(16.765)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**59.729**	**61.337**
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	(3.436)	(9.753)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	(2.238)	-
Lucro líquido do exercício	**54.055**	**51.584**

Demonstrações financeiras auditadas pela BDO Brasil BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.



www.crasbrasil.com.br

INÊS249

Tecnologia Carteira do modelo EVE-100 é 2,8 mil unidades e valor total é de US$ 8,6 bi — companhia ainda espera certificação da Anac

Eve Air começa a entregar carros voadores em 2026

Paula Martini
Do Rio

O primeiro modelo em escala real da aeronave elétrica EVE-100, desenvolvida pela Eve Air Mobility, empresa fundada pela Embraer, tem previsão de ficar pronto até o fim de 2024. O piloto será utilizado para realizar os primeiros testes de voo do veículo elétrico de pouso e decolagem vertical (eVTOL), que está em fase de regulamentação pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O cronograma foi apresentado ao **Valor** pelo presidente da Embraer X, Daniel Moczydlower, nesta terça-feira (16), no Web-Summit, no centro de convenções Riocentro. A operação comercial do veículo elétrico de pouso e decolagem deve começar em 2026, ano em que a companhia espera que seja concluído o processo de certificação pela Anac.

A fase de testes e desenvolvimento tem entre os objetivos abastecer relatórios e dados enviados para a agência. Ainda não existe um regulamento específico para os eVTOLs, uma vez que o modelo é recente na aviação internacional.

Segundo Moczydlower, os testes de voo com o modelo piloto do veículo vão começar até o fim deste ano e serão realizados na fábrica da Embraer em Gavião Peixoto, no interior de São Paulo.

"Uma das grandes vantagens competitivas da Eve é poder contar com toda a infraestrutura que a Embraer já tem. Então isso faz a gente ser mais rápido e ter menos custo de desenvolvimento", disse.

O projeto da aeronave elétrica foi incubado originalmente pela Embraer X. Hoje é tocado pela Eve Air Mobility, empresa listada na Bolsa de Nova York e que tem a Embraer como principal acionista.

A carteira de pedidos do EVE-100 conta com 2.800 encomendas e valor total de US$ 8,6 bilhões. Os clientes são operadores de helicópteros, companhias aéreas, empresas de leasing e plataformas de voos compartilhados de todos os continentes.

A Eve Air Mobility informou que, do total, 335 veículos foram encomendados no Brasil — 100 são para a Avantto, 50 para a Helisul, 50 para a OHI (Revo), 40 para a FlyBIS, 25 para a Flapper e 70 para a Voar. "A primeira leva de encomendas será entregue tão logo a Anac certifique os veículos", afirmou Moczydlower.

DIVULGAÇÃO/EMBRAER



"Primeira leva será entregue tão logo a Anac certifique os veículos"
Daniel Moczydlower

"O que a gente imagina é uma rampa com poucas unidades nos primeiros anos, mas começando a subir em 2027 e 2028", completou o presidente. A primeira fábrica será instalada em Taubaté, também em São Paulo.

O modelo de negócios não prevê a venda direta da aeronave para pessoas físicas. A ideia é que o uso comercial seja parecido ao de companhias de táxi aéreo, com voos de dez a 15 minutos.

O potencial do mercado de mobilidade aérea urbana no mundo é estimado em dois bilhões de passageiros por ano, no período entre 2030 e 2035, segundo estimativas da Embraer X. A ideia da empresa é democratizar o transporte aéreo com viagens urbanas de curta distância e preços acessíveis.

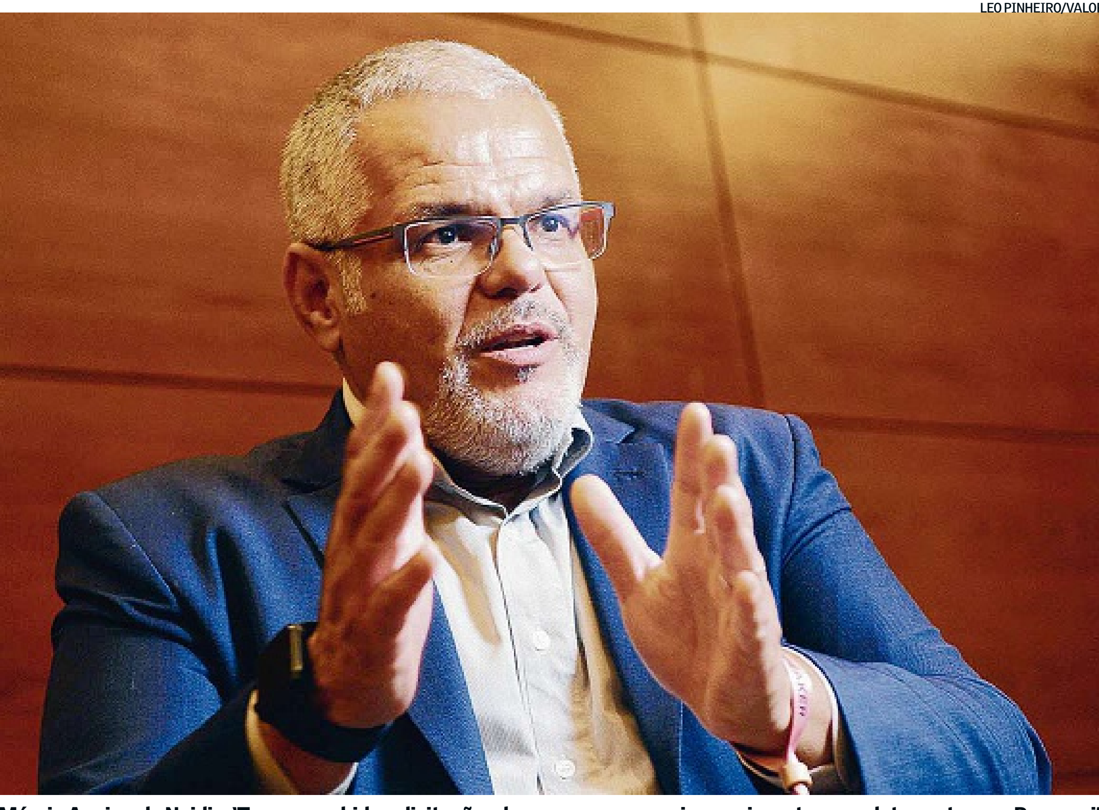
"A nossa projeção é que os voos cheguem a uma faixa de preço que não seja tão acima do que se gastaria em um táxi preso duas horas no trânsito", prevê Moczydlower.

O compartilhamento das viagens, o uso de baterias elétricas e o custo de manutenção são apontados como vantagens dos eVTOLs da Embraer. O veículo será 100% elétrico à bateria e capaz de transportar quatro passageiros e mais o piloto, por até 100 quilômetros.

'Brasil precisa aproveitar melhor a demanda da IA'

Daniela Braun
Do Rio

LEO PINHEIRO/VALOR



Márcio Aguiar, da Nvidia: 'Temos recebido solicitações de empresas europeias que investem em data centers no Paraguai'

O Brasil está perdendo investimentos de grupos europeus para o vizinho Paraguai na expansão de centros de dados para suportar o avanço da inteligência artificial (IA) usando fontes renováveis.

O alerta veio de Marcio Aguiar, diretor executivo de vendas corporativas da Nvidia na América Latina, em entrevista ao **Valor**, durante o evento de inovação Web Summit Rio 2024, que acontece até quinta-feira (18) no Riocentro.

A fabricante americana de unidades de processamento gráfico (GPUs, na sigla em inglês) tem sido a protagonista no fornecimento de capacidade computacional para abastecer a demanda de processamento gerada pela IA. Detinha 83% do mercado de chips de processamento de dados em 2023.

"Temos recebido solicitações de empresas europeias que investem em data centers no Paraguai, onde os impostos de importação são reduzidos e há uma proximidade com a [usina hidrelétrica de] Itaipu", disse Aguiar. Centros de dados são grandes consumidores de energia. Isso tem se intensificado nos últimos seis meses. "Brasil poderia tirar vantagem desse movimento, revisando certos impostos para incentivar as empresas a virem para cá. Esse é o grande passo", comentou Aguiar.

A Nvidia também avança na oferta de capacidade computacional para instituições de pesquisa no país e prevê a entrega de um segundo supercomputador a um instituto de pesquisas brasileiro nos próximos meses. Desde 2015, o supercomputador da empresa batizado de Santos Dumont atende ao Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Petrópolis (RJ).

A proposta da Nvidia também é criar um data center para instituições de pesquisa brasileiras. "Por que não centralizar esse processamento e entregar para as universidades de todo o país maneira remota? É muito mais efetivo e menos custoso para o país", sugere o executivo. "Há vários órgãos do governo interessados nisso".

No mercado corporativo, a concorrência de fabricantes de microprocessadores e a entrada de gigantes de tecnologia [clientes da Nvidia] como Google e Microsoft no segmento de chips para IA parece não incomodar a Nvidia.

"Não estamos aqui brigando por 'market share' (participação de mercado) mas para abrir novos mercados", disse Aguiar, no painel de abertura do Web Summit Rio, na manhã desta terça-feira (16).

83%
é a fatia da Nvidia no setor de chips (GPU)

Além de vender seus chips a grandes provedores de nuvem como Google, Microsoft e Amazon, e a centros de dados locais focados em servidores com GPUs, a Nvidia aposta na demanda das indústrias biofarmacêutica, de robótica e de gêmeos digitais. Esta última, que consiste em representações virtuais de infraestruturas que operam como no mundo real, usando IA, "é uma virada de jogo", diz Aguiar.

A Nvidia fabrica seus chips exclusivamente por meio da taiwanesa TSMC, que se junta a concorrentes da empresa como Intel, AMD e Samsung ao anunciar grandes projetos de produção de chips nos Estados Unidos. Os investimentos superam US$ 200 bilhões, com subsídios do governo Biden da ordem de US$ 53bilhões.

O lançamento de chips próprios para IA por clientes da Nvidia como Google e Microsoft, é visto com naturalidade pelo executivo. "Até a presente data, somos a única empresa que desenvolve plataformas de software e hardware compatíveis com todos os provedores de nuvem", ressalta Aguiar. "Nenhuma empresa quer ficar tão dependente de outra. E isso mostra o valor que esse mercado tem e o quanto já estávamos focados no setor, que para eles é um novo negócio para uso próprio".

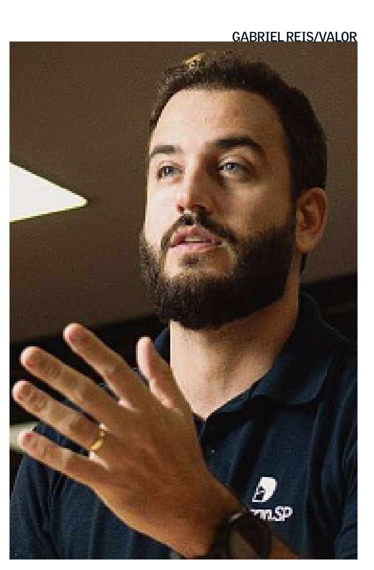
Os investidores acompanham esse movimento. Há uma semana (9 de abril), a Intel divulgou a nova versão do chip de IA, o Gaudi 3, na expectativa de avançar sobre o domínio da Nvidia. Enquanto a notícia circulava, as ações da Intel na Nasdaq começaram a subir, e as da Nvidia despencaram. Mas isso mudou. A Nvidia fechou ontem em alta de 1,64% e a Intel caiu 0,14%. Nos últimos 12 meses o papel da Nvidia acumula alta de 226,80%.

A repórter viajou a convite do Web Summit

Detran investe em automação e prevê acelerar atendimento

Ivone Santana
De São Paulo

GABRIEL REIS/VALOR



"Prazo para transferência de veículo cai de 10 dias úteis para 48 horas"
Eduardo Aggio

Muitos brasileiros usam os serviços do Departamento de Trânsito (Detran). Mas, nem sempre a experiência é boa. Há reclamações sobre morosidade e corrupção. O Detran do Estado de São Paulo promete deixar isso para trás, investindo em transformação digital, sistemas de aprendizado de máquina e inteligência artificial (IA).

Os projetos estão sendo desenvolvidos pela Prodesp, empresa de economia mista com foco em tecnologia, vinculada à Secretaria de Gestão Pública do governo paulista. O Detran tem projetos contratados com a Prodesp no valor de R$ 250 milhões. A Prodesp, por sua vez, prevê investir R$ 600 milhões em projetos de transformação digital em 2024, segundo seu presidente Gileno Barreto. Em 2023, foram R$ 400 milhões.

"Corrupção é um termo mal utilizado", diz ao **Valor**, Eduardo Aggio, diretor-presidente do Detran-SP. O executivo prefere falar em "mau uso, uso inadequado e uso proscrito do sistema", que geram falta de compliance e de conformidade com as normas. Ao eliminar esses caminhos e a exposição de dados, Aggio pretende que o uso do sistema seja intuitivo, simples e não personalizado.

O cidadão não tem acesso a esses sistemas, mas deve perceber as mudanças, principalmente por causa da velocidade no atendimento. O prazo para um serviço que demorava 10 dias passa para 48 horas, nos casos que ainda está sendo feita a digitalização, mas a maioria deles agora é instantânea. Uma transferência de veículo, por exemplo, cai de 10 dias úteis para cerca de 1 minuto, diz o executivo.

A inovação está sendo implantada pela CyberArc, que foi contratada via Prodesp. A modernização ocorre não só no Detran-SP, mas também no Poupatempo.

Anualmente, o Detran-SP — atrelado à Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado — realiza 32 milhões de operações para emissão de registro e licenciamento de veículos (CRV e CRLV), e de Carteira Nacional de Habilitação (CNH); gerencia 35 milhões de veículos da frota do Estado e 25 milhões de condutores. São 75 mil veículos licenciados por dia útil.

"Não há outro meio para ganhar escala e velocidade que não seja através da digitalização e transformação digital, afirma Aggio. Embora sua formação seja jurídica, ele conta que sempre gostou de ciências exatas e tecnologia.

A Prodesp desenvolveu os sistemas proprietários que estão em uso no Detran-SP. Mas, parte deles foi desenvolvida a partir da década de 60, sendo a maior parte nos anos 80 e 90. O Detran-SP ainda tem sistemas legados do computador de grande porte (mainframe) Unisys. Na parte de gestão de identidades, por exemplo, havia um grande gargalo nos serviços, vinculado aos sistemas obsoletos, permitindo operação de forma não idônea, diz Aggio.

A CyberArc cria uma camada de acesso único aos sistemas através de computadores intermediários (middleware) ao mainframe. "Isso nos permite agregar informações relacionadas a gestão de identidade, entre outras ferramentas trazidas pela CyberArc", explica o titular do Detran-SP.

Sem o sistema intermediário, é possível acessar diretamente o banco de dados, fazer uma transferência irregular de veículo, ver as multas. Os controles, como hierarquias e estruturas, são manuais. O novo sistema de produção é sensível e crítico, segundo o executivo. Controla os registros de CNH, de veículos, de multas. "É a primeira Carta de Serviços [compromisso do órgão com o cidadão, detalhando o que está sendo feito e como acessar] do Detran em 100 anos", diz CEO do Detran-SP.

O sistema de aprendizado de máquina e "analytics" na plataforma de IA identifica os desvios estatísticos, como comportamento do usuário, hábitos e horas de uso do sistema. Se isso sai fora do padrão, a inteligência pode derrubar o sistema e inviabilizar o acesso, além de monitorar e resguardar a coleta de informações para posterior análise do órgão.

Pagar por facilidades na compra de CNH deverá ser muito mais difícil. Aggio conta que quase 100% das provas no Estado são digitais, com 1,3 mil tablets, coleta biométrica e GPS. Havia um mercado estruturado que privilegiava esse tipo de conduta, segundo o titular do Detran-SP. Está sendo implantado o reconhecimento facial e, até o fim do ano, as provas serão gravadas em áudio e vídeo. "[Isso] Vai permitir, inclusive, recurso ao cidadão. Não adianta só ser honesto, tem que parecer honesto." Desviar o olhar para uma cola será desafiador diante das câmeras.

As provas práticas de direção serão monitoradas severamente. Está em curso um estudo técnico no órgão para uso de câmeras corporais para os examinadores e também nos veículos.

"Os sistemas dos Detrans são antigos, desenvolvidos ao longo de uns 40 anos. Grande parte roda em mainframe Unisys. É um modelo hermético, não muito 'friendly' [amigável] para inovação. Estamos saindo desse sistema", explica ao **Valor**, o presidente da Prodesp. "Queremos sair do orçamento do Estado e ir para o modelo de pagamento pelo consumo, mais viável."

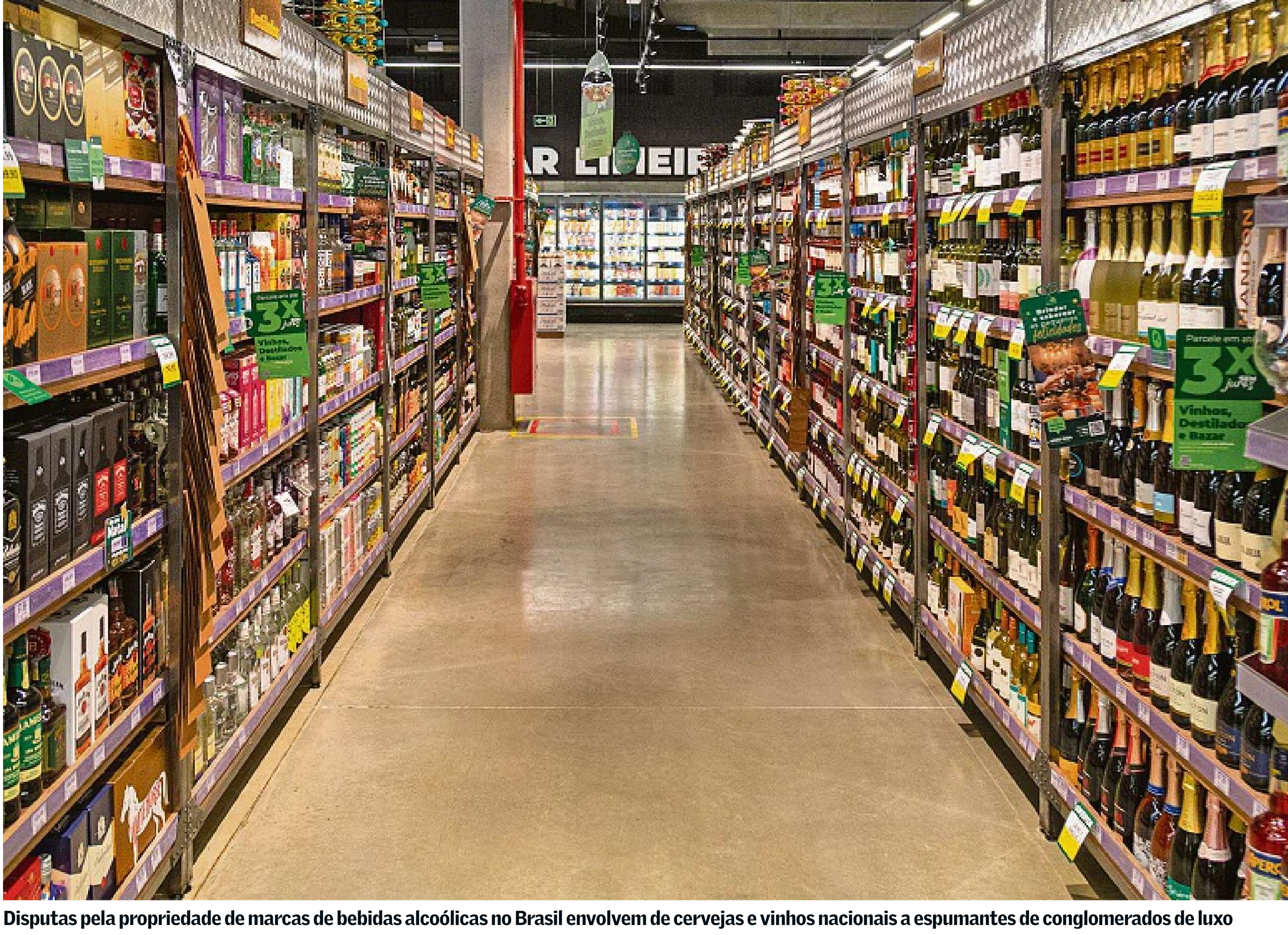
Barreto acrescenta: "Todos gostam do Poupatempo, que, no fim das contas, é baseado em sistema analógico, exige 'back office' muito grande", diz Barreto. O processo para cada serviço ao cidadão tem diversas etapas, todas separadas; o Poupatempo junta tudo. O plano é colocar tudo on-line.

"O Poupatempo é um grande agregador, os serviços estão nas secretarias, mas irão para o site do Detran." Os mais relevantes devem ser totalmente automatizados em dois anos, prevê Barreto.

Consumo Muitos casos chegam à Justiça e processos levam mais de 10 anos para serem encerrados

Disputa por marcas de bebidas cresce e INPI registra alta de pedidos

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo


DIVULGAÇÃO
Disputas pela propriedade de marcas de bebidas alcoólicas no Brasil envolvem de cervejas e vinhos nacionais a espumantes de conglomerados de luxo

Os processos por propriedade intelectual de marcas têm movimentado a indústria brasileira de bebidas alcoólicas nos últimos meses, com disputas envolvendo de cervejas e vinhos nacionais a espumantes de conglomerados de luxo.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e fórmulas, aponta que houve uma forte alta nos pedidos de registros nos últimos anos. Entre 2021 e 2023, a instituição recebeu cerca de 20% de todas as solicitações de sua história. O INPI recebe em média 400 mil pedidos ao ano, sendo que apenas em 2022 foram quase 430 mil solicitações, de acordo com um levantamento feito a pedido do **Valor**.

As categorias 32 e 33, referentes a bebidas alcoólicas, tiveram um salto no número de solicitações. Entre 2004 e 2012 os pedidos de marcas de cervejas variavam de 1,4 mil a 2 mil por ano, enquanto em 2016 foram quase 4 mil processos de registro. O pico foi em 2019, com 4.301 pedidos. Desde então, a média anual tem ficado sempre acima de 3 mil.

O número de registros referentes a bebidas, porém, pode ser ainda maior, considerando que a categoria 35 é referente à prestação de serviços e inclui estabelecimento de todos os setores.

O assistente técnico da diretoria de marcas, desenhos industriais e indicações geográficas do INPI, Rafael Nascimento, explica que os pedidos de registro são publicados na revista mensal da instituição, para que eventuais interessados apresentem contestação. A partir daí, começam a correr duas filas distintas, uma para pedidos em que houve contestação e outra para os demais.

O prazo médio para análise, segundo Nascimento, é de 8 a 13 meses. O INPI tem um manual com os passos necessários para o registro de uma marca. Uma das orientações principais é ter cuidado com a escolha de termos, que não podem remeter a marcas já existentes. As empresas, porém, não podem alegar propriedade intelectual sobre termos genéricos e comuns a todo o mercado.

A propriedade da palavra "caneca" em alemão foi o centro de disputa entre a mineira Krug Bier, que se intitula a primeira cervejaria artesanal de Minas Gerais, e a Krug Champagne, marca de espumantes da holding de luxo LVMH.

Após 13 anos de um processo judicial que chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Krug Bier teve decisão favorável em março e garantiu o uso da marca. "Houve um aprimoramento de decisões judiciais sobre o tema após casos recentes e foram estabelecidos critérios mais objetivos. Isso encoraja empresas pequenas que se sentem desprestigiadas a proteger suas marcas, defender que não há exploração de prestígio ou colidência de mercados", diz André Perdigão, do escritório Corrêa Ferreira Advogados (CFA), que atuou para a Krug Bier. Procurada pelo **Valor**, a LVMH não se pronunciou até o fechamento desta matéria.

O imbróglio começou em 2011, quando a Krug Champagne se opôs ao registro da Krug Bier no INPI. Paralelamente ao processo administrativo, que à época levava anos, a Krug Bier entrou com uma ação judicial contra a Krug Champagne para garantir o direito de marca da cerveja. A cervejaria perdeu o processo em primeira instância e recorreu ao Tribunal Federal Regional (TRF) da 2ª Região. Os desembargadores foram unânimes a favor da Krug Bier, e então a Krug Champagne recorreu à corte superior. Em 2019, num episódio que a defesa da cervejaria classificou como um "requinte de crueldade", a marca francesa chegou a expandir o portfólio e lançar uma cerveja com o mesmo nome.

> O uso da palavra "caneca" em alemão foi disputado pela mineira Krug Bier e a Krug Champagne, da holding LVMH

Após o julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no início deste ano, a Krug Bier conseguiu confirmar a decisão do TRF e garantiu o registro de propriedade intelectual e a continuidade da marca. No processo, a empresa alegou que o termo "krug" significa caneca em alemão e, por isso, não seria suficientemente específico para indicar um plágio da empresa de espumantes. Outro argumento da companhia é de que não há sobreposição total de públicos de uma cerveja artesanal brasileira e de um espumante de luxo importado. A cervejaria, portanto, não estaria se aproveitando de um eventual conhecimento da Krug Champagne pelos consumidores.

"São públicos-alvo distintos, e há inclusive a distinção de classe entre os produtos cerveja e vinhos, que não ficam na mesma categoria de registro no INPI", destaca Perdigão. A diferença de preço — a cerveja a R$ 15 e o champanhe ultrapassando os R$ 2 mil— seria uma das evidências dessa diferença de consumidor, segundo ele.

Outra decisão recente de propriedade intelectual foi tomada a partir de uma disputa foi entre as chilenas Viña Vik e a Casas Patronales, que produz um vinho de marca própria da rede de varejo Vestcasa. O Conselho de Autorregulação e Ética Publicitária (Conar) do Chile, onde o caso foi analisado, decidiu em dezembro que não houve plágio por parte da marca Kim, da Vestcasa, e que a companhia não estava se aproveitando do prestígio da Vik, considerada uma das melhores vinícolas do mundo. A diferença de preços, mais uma vez, foi um dos fatores em discussão no processo: enquanto o rótulo da Vestcasa era vendido a R$ 89,90, uma garrafa do vinho chileno superava os R$ 1 mil.

A disputa por marcas não é uma novidade no setor de bebidas. Um dos casos mais icônicos avaliados pelo INPI, há quase vinte anos, foi entre o uísque Johnnie Walker e a cachaça artesanal João Andante. O processo movido pela multinacional Diageo contra a Agropecuária Santo Antônio do Cerrado também alcançou o STJ e acabou em setembro de 2021, quando a 3ª Turma determinou que a empresa mineira não tinha o direito de produzir ou comercializar produtos sob a marca João Andante.

A decisão do STJ foi unânime e determinou o pagamento de R$ 50 mil em danos morais à Diageo, produtora do Johnnie Walker, abaixo do valor de R$ 200 mil determinado originalmente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A empresa mineira chegou a trocar o nome do produto para "O Andante", argumentou que a associação dos nomes não causava nenhum dano à fabricante de uísque, inclusive pela cachaça ser um tipo de produto distinto.

A Diageo afirmou, em nota enviada ao **Valor**, que as "marcas são nossos maiores ativos e que segurança e qualidade são nossas prioridades".

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

CNPJ nº 62.331.228/0001-11 - NIRE nº 35.300.138.805

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023

Data, Hora, Local: 22.11.2023, às 10h, na sede, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º andar, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: **Jaime Castromil Lassala**, Secretário: **Rui Fernando Ramos Alves**. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** a alteração do Capítulo VII do Estatuto Social a fim de alterar a composição e funcionamento do Comitê de Auditoria conforme o disposto na Resolução CMN 4.910/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação: "*Art. 23. A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por, no mínimo, 3 membros, nomeados pela Diretoria, obedecidos os seguintes critérios de nomeação: pessoas naturais com reputação ilibada, acionistas ou não, residentes no País, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, nos termos da legislação aplicável. §1º Conforme a regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria será composto predominantemente de integrantes independentes, sendo admitido que integrantes do comitê de auditora sejam também membros da Diretoria, desde que constituam menos da metade do total da composição. §2º Considera-se independente da Sociedade o integrante que: a) não for ou não tiver sido, nos últimos 12 meses: I - membro da Diretoria da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, salvo hipótese prevista no §1º deste artigo; II - funcionário da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; III - responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sociedade; IV - membro do conselho fiscal da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente;* ***b)*** *não for cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no item a, acima;* ***c)*** *não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, que não seja relativa à sua função de membro do Comitê de Auditoria; e* ***d)*** *não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse. §3º Os membros do Comitê de Auditoria exercerão mandato por até 5 anos, podendo ser destituídos pela Diretoria a qualquer tempo, obedecidos os seguintes critérios de destituição: descumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social ou regulamentação aplicável, ou por interesse da Sociedade, à critério dos acionistas. Até um terço dos membros do Comitê de Auditoria poderá ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até 10 anos consecutivos. §4º Os membros do Comitê de Auditoria somente poderão voltar a integrar tal órgão na Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 anos do final do seu mandato anterior, ressalvado o disposto no § 1º acima. §5º O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria da Sociedade. §6º Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: I - estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela diretoria, formalizada por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas da Sociedade; II - recomendar à Diretoria, a contratação ou a substituição da auditoria independente; III - revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatório do auditor independente; IV - avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos; V - avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; VI - estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; VII - recomendar à Diretoria a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII - reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com as auditorias independente e interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX - reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com a Diretoria, por solicitação destes, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; X - monitorar e avaliar a independência do auditor independente; XI - cumprir outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil; e XII - elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis. §7º Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere o inciso XII do § anterior. §8º Salvo com relação a Diretores da Sociedade, os membros nomeados ao Comitê de Auditoria perceberão remuneração no cumprimento de suas funções. §9º Os membros do Comitê de Auditoria permanecerão nos seus cargos até a posse de seus substitutos. §10º Conforme facultado pelas normas do Conselho Monetário Nacional, o Comitê de Auditoria será único para todas as instituições que compõem o conglomerado Deutsche Bank no Brasil."*; **(ii)** a eleição para o Comitê de Auditoria, com mandato de 5 anos, a partir de presente data, dos seguintes membros: **Elaine Aparecida do Nascimento**, brasileira, casada, contadora, RG 20.215.675-2 SSP/SP, CPF 116.090.648-36, como membro qualificado do Comitê de Auditoria; **Rosangela dos Santos**, brasileira, em união estável, administradora de empresas, RG 20.074.707-1 SSP/SP, CPF 132.346.298-89, como membro independente do Comitê de Auditoria, e **Alvir Alberto Alberto Hoffmann**, brasileiro, casado, contador, RG 1.126.302 SSP/PR, CPF 076.846.659-87, como membro independente do Comitê de Auditoria; **(iii)** reconhecer o término do mandato dos atuais membros do Comitê de Auditoria: Sr. Jaime Castromil Lassala, e o Sr. Rui Fernando Ramos Alves, com efeitos a partir da data de homologação pelo Banco Central do Brasil dos novos integrantes do Comitê de Auditoria; **(iv)** consolidar o Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I; e **(v)** atualizar o endereço da Companhia para "Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)". **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas:** Deutsche Bank Aktiengesellschaft, por Jaime Castromil Lassala e Sr. Rui Fernando Ramos Alves; e Süddeutsche Vermögensverwaltung GmbH, por Jaime Castromil Lassala e Rui Fernando Ramos Alves. JUCESP nº 103.736/24-4 em 13.03.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Produção de minério da Vale sobe 6,1%

Mineração

Rafael Rosas
Do Rio

A estabilidade nas operações em Minas Gerais, medidas para minimizar os efeitos das chuvas e o maior volume do empreendimento S11D, no Pará, para um primeiro trimestre desde 2020, contribuíram para a Vale aumentar a produção de minério de ferro em 6,1% entre janeiro e março ante igual período de 2023. O volume extraído pela companhia somou 70,8 milhões de toneladas ante 66,7 milhões de toneladas do primeiro trimestre do ano passado.

O relatório de produção e vendas da companhia, divulgado nesta terça-feira (16), mostrou ainda que a produção de pelotas cresceu 1,8% na mesma comparação, para 8,5 milhões de toneladas.

Em Minas Gerais, o Sistema Sul contribuiu com 2,9 milhões de toneladas a mais que nos três primeiros meses de 2023. No relatório, a Vale creditou o aumento à maior estabilidade em Vargem Grande e Mutuca, a iniciativas para minimizar o impacto das chuvas, além de maiores compras de terceiros.

Ainda em Minas, o Sistema Sudeste produziu 1 milhão de toneladas a mais no primeiro trimestre, devido ao desempenho operacional de Brucutu e Timbopeba e maiores compras de terceiros.

No Pará, o S11D superou em 1,4 milhão de toneladas a produção do primeiro trimestre de 2023, com 17,7 milhões de toneladas, maior volume para o período desde 2020, devido a iniciativas que trouxeram, segundo a empresa, "maior estabilidade operacional durante período chuvoso."

A produção de pelotas cresceu no primeiro trimestre frente a igual período do ano passado pelo aumento da disponibilidade de "pellet feed" nas minas dos Sistemas Sudeste e Sul, em Minas Gerais

As vendas de finos de minério, pelotas e run-of-mine (ROM, minério de menor qualidade, sem beneficiamento) somaram 63,8 milhões de toneladas, 14,7% a mais que no primeiro trimestre de 2023. As vendas foram impulsionadas pela ausência de restrições de carregamento portuário que impactaram negativamente o porto Ponta da Madeira (MA) nos três primeiros meses de 2023. "A diferença entre a produção e as vendas é explicada pelos efeitos da cadeia de valor da Vale e pela formação de estoques de cargas em trânsito para os centros de distribuição", disse a Vale no relatório.

O preço médio realizado nos finos de minério de ferro foi de US$ 100,7 por tonelada, 7,3% menor que entre janeiro e março de 2023. Nas pelotas, o preço médio foi de US$ 171,9 por tonelada, alta de 5,8% na comparação anual.

70,8 mi
de toneladas foram produzidas no 1º tri

Nas operações de cobre, a produção foi de 81,9 mil toneladas, alta de 22,2% na comparação com igual período de 2023. Houve aumento da produção em Salobo, no Pará, e no Canadá. As vendas do produto somaram 76,8 mil toneladas no primeiro trimestre, alta de 22,5% frente a igual período de 2023. O preço médio realizado pela Vale com as vendas de cobre foi de US$ 7.687/t, 18,8% menor que em igual período do ano passado.

A produção de níquel entre janeiro e março foi de 39,5 mil toneladas, queda de 3,7% frente a igual período de 2023. As vendas do produto somaram 33,1 mil toneladas no trimestre, queda de 17,5% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado. O preço médio realizado nas vendas de níquel ficou em US$ 16.848 por tonelada, queda de 33,3% frente ao primeiro trimestre de 2023.

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

CNPJ nº 62.331.228/0001-11 - NIRE nº 35.300.138.805

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023

Data, Hora, Local: 23.11.2023, às 10 horas, na sede, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Jaime Castromil Lassala**, Secretário: **Rui Fernando Ramos Alves**. **Deliberações Aprovadas:** (a) Eleição do Sr. **Luís Flávio Muzzi Mendes**, brasileiro, casado, profissão, RG 7.488.118-6 SSP/RJ, CPF 014.669.357-40, residente e domiciliado em São Paulo/SP, para Diretor Presidente, com prazo de mandato coincidente com o dos demais Diretores, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025. O eleito declarou, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade. O Diretor ora eleito tomará posse após homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. As acionistas declaram que o eleito preenche os requisitos da regulamentação aplicável para ocupar seu cargo, inclusive os requisitos constantes da Res. CMN 4.970, de 25.11.2021. (b) Os acionistas reconhecem a renúncia do Sr. **Stephan Wilken** ao cargo de Diretor Presidente em 31/10/2023. (c) Ratificar a composição da Diretoria com os seguintes membros, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025: Diretor Presidente: Sr. **Luís Flávio Muzzi Mendes**, brasileiro, casado, RG 7.488.118-6 SSP/RJ, CPF 014.669.357-40, Diretores sem designação específica, **Eduardo Saito**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG 17.841.112-7 SSP-SP, CPF 125.770.378-13; **Elaine Aparecida do Nascimento**, brasileira, casada, contadora, RG 20.215.675-2, CPF 116.090.648-36; **Guilherme Bernasconi Daniel**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 35.122.273-5 SSP-SP, CPF 326.217.008-96; **Jaime Castromil Lassala**, espanhol, casado, administrador de empresas, RNE 958628-H, CPF 236.623.978-54; **Mateus Praxedes Souza**, brasileiro, casado, RG 24.963.070-9, CPF 255.652.998- 96, **Ricardo Andrade Cunha**, brasileiro, casado, bancário, RG M-8.360.086 SSP-MG, CPF 013.910.576-00; e **Rui Fernando Ramos Alves**, brasileiro, casado, advogado, RG 8.300.946-2 SSP-SP, CPF 038.418.658-01. **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas:** Deutsche Bank Aktiengesellschaft, por seus procuradores **Jaime Castromil Lassala**, **Rui Fernando Ramos Alves**; **Süddeutsche Vermögensverwaltung GmbH**, por seus procuradores, Jaime Castromil Lassala e Rui Fernando Ramos Alves. JUCESP nº 126.945/24-0 em 22.03.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Curta

Romi lucra menos

A Romi obteve lucro de R$ 17,9 milhões no primeiro trimestre, queda de 50,3% sobre o ganho de R$ 36 milhões registrado um ano antes. Na mesma base de comparação, a receita líquida caiu 19,6%, para R$ 208,5 milhões, impactada pela queda de 20,1% no faturamento da divisão de máquinas Romi, a R$ 132 milhões, e recuo de 50,5% na divisão de fundidos e usinados, para R$ 38,8 milhões. Por outro lado, as receitas das máquinas Burkhardt+Weber avançaram 141,6%, para R$ 37,7 milhões. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ficou em R$ 27,3 milhões, queda anual de 47,1%. A margem Ebitda caiu de 19,9% para 13,1%. No critério ajustado pelos impactos do empreendimento Vila Romi Residence, o Ebitda foi 59,9% menor ante o primeiro trimestre de 2023, para R$ 18,2 milhões, e a margem Ebitda caiu de 17,5% para 8,7%.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 28 de março de 2024, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º Andar, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica (1) pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e (2) pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participaram também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Andrea Palma Viegas Maranes, Diretora Financeira; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer*; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; Maria Antonietta Russo, *People, Culture & Organization Officer*; Claudio Croci, Diretor da área de Risk & Compliance; Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de *Environmental, Social & Governance*; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; Flavia Maria Bittencourt, membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e os Srs. André Alves e Victor Figueira, representantes da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda., para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas. **MESA:** Presidente – Sra. Simone Paulino de Barros; Secretária – Sra. Fabiane Reschke. **PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO:** (1) O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram publicados nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2024, nas páginas C9 a C19 do jornal Valor Econômico. Todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária também foram disponibilizados aos acionistas nos sites de Relações com Investidores da Companhia, da CVM, da *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e da B3 S.A. – Brasil Bolsa, Balcão ("B3"); e (2) O Edital de Convocação foi publicado nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro de 2024, nas páginas B5, A7 e B6 do jornal Valor Econômico, respectivamente. **Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (2) Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2023 e de distribuição de dividendos da Companhia; (3) Ratificar a nomeação de membro do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorrida na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2023; (4) Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; (5) Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e (6) Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 17º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado; (2) Deliberar sobre a proposta do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; e (3) Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 48 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. A Presidente da Mesa em seguida propôs: (1) a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; (2) a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente; (3) que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (4) que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades por Ações. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por: **Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. **(2) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2023, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2023, no montante de **R$2.837.422.255,02 (dois bilhões, oitocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos)**, seja destinado da seguinte forma: **(2.1)** Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$237.828.111,99 (duzentos e trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e oito mil, cento e onze reais e noventa e nove centavos)**, referente ao valor de benefícios fiscais utilizados pela Companhia no exercício de 2023; **(2.2)** Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, será destinada a importância de **R$129.979.707,15 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta e nove mil, setecentos e sete reais e quinze centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2023; **(2.3)** Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais)**, à razão do valor bruto de **R$0,66097626827 (zero, vírgula, seis, seis, zero, nove, sete, seis, dois, seis, oito, dois, sete centavos)** por ação, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2023 e pagos nas datas de 09 de maio de 2023, 12 de julho de 2023, 23 de outubro de 2023 e 23 de janeiro de 2024, sendo que: (i) o valor de **R$617.403.608,97 (seiscentos e dezessete milhões, quatrocentos e três mil, seiscentos e oito reais e noventa e sete centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório e (ii) o valor remanescente de **R$982.596.391,03 (novecentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, trezentos e noventa e um reais e três centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e **(2.4) Aprovar**, como dividendos propostos, o montante de **R$1.310.000.000,00 (um bilhão, trezentos e dez milhões de reais)**, à razão do valor bruto de **R$0,54118835070 (zero, vírgula, cinco, quatro, um, um, oito, oito, três, cinco, zero, sete, zero centavos)** por ação, a serem pagos em abril, julho e outubro de 2024, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária, considerando-se a data de 09 de abril de 2024 como data de corte para fins de identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, sendo que: (i) o valor de **R$869.614.435,88 (oitocentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos)** será distribuído com base no lucro do exercício de 2023, e (ii) o valor remanescente de **R$440.385.564,12 (quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e doze centavos)** será distribuído com base no lucro de exercícios anteriores, após a dedução da reserva de expansão. Com base nos valores já distribuídos a título de juros sobre capital próprio (bruto) e conforme a proposta de distribuição de dividendos complementares, o montante global referente ao exercício de 2023 corresponde a **R$2.910.000.000,00 (dois bilhões e novecentos e dez milhões de reais)**, à razão do valor bruto total de **R$1,20216461897 (um real, vírgula, dois, zero, dois, um, seis, quatro, seis, um, oito, nove, sete centavos)** por ação. O valor por ação poderá ser modificado em razão da variação na quantidade de ações em tesouraria, para atendimento ao Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **(3)** Foi colocada em votação a ratificação da nomeação do membro do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorrida na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2023, nos termos do Art. 150 da Lei das S.As e do Art. 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido **aprovada** por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, tendo sido ratificada a eleição do seguinte membro do Conselho de Administração: **(i) Gigliola Bonino**, italiana, casada, bacharel em economia, portadora do passaporte italiano nº YC0517080, válido até 7 de novembro de 2032, domiciliada na cidade de Roma, Itália, em Corso D'Italia nº 41, 00198. A Companhia declarou que obteve da Conselheira, cuja eleição é agora ratificada, a confirmação de que possui as qualificações necessárias e cumpre os requisitos estabelecidos na Lei das S.As., na Resolução CVM nº 80 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **A Conselheira acima referida terá mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025. (4) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes. **(5)** O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei das Sociedades por Ações, tendo a acionista **DOCAS INVESTIMENTOS LTDA.** apresentado a indicação do Sr. **Elias de Matos Brito**, como membro efetivo, e do Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, como suplente; a matéria foi colocada em votação em separado, sem a participação da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A.; como resultado, **foram eleitos, por maioria dos votos proferidos pelos acionistas minoritários** que se manifestaram sobre esta deliberação, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, com votos a favor da acionista **DOCAS INVESTIMENTOS LTDA.**, o Sr. **Elias de Matos Brito**, brasileiro, divorciado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806.03, expedido pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **membro efetivo**; e o Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.5610-0, expedido pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**. A acionista **DOCAS INVESTIMENTOS LTDA.** declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. Em seguida, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 2 (dois) membros efetivos, e respectivos suplentes, conforme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido **aprovada**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**. Assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos: **(i)** como **membro efetivo**, o **Sr. Walmir Urbano Kesseli**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o **Sr. Carlos Eduardo do Nascimento**, brasileiro, casado, graduado em Tecnologia da Informação, portador do documento de identidade nº 433.450.939-87, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 433.450.939-87, domiciliado na Av. Três Marias, nº 1175, casa 24, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; e **(ii)** como **membro efetivo**, a **Sra. Heloisa Belotti Bedicks**, brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 8.394.969-0, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 048.601.198-43, domiciliada na Alameda dos Anapurus, nº 883, apto 141, Moema, Cidade e Estado de São Paulo, tendo como **suplente** a **Sra. Ana Maria Gati**, brasileira, separada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 15893781-8, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 102.095.638-00, domiciliada na Rua Pensilvânia, nº 558 - 52, Cidade de Monções, Estado de São Paulo. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. **Fica consignado que todos os Conselheiros Fiscais ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025.** Os Conselheiros Fiscais serão investidos nos cargos mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e no prazo estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e no Regulamento Novo Mercado da B3. **(6) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I** a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024, nos seguintes termos: **(i)** Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.660.000,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente, em conformidade com as deliberações do Conselho de Administração; **(ii)** Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com as deliberações do Conselho de Administração; **(iii)** Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais)**; e **(iv)** Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$42.814.000,00 (quarenta e dois milhões, oitocentos e quatorze mil reais)**, considerando os valores relacionados a (i) pró-labore; (ii) incentivos de curto prazo/bônus; (iii) incentivos de longo prazo; (iv) benefícios diretos e indiretos; e (v) previsão de eventuais despesas com rescisões e contratações. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2025, com valor em reais equivalente a até **€2.752.523,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e três Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas no dia 26 de fevereiro de 2024, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da CVM, da SEC e da B3 sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato. **(2) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Remuneração e pelo Conselho de Administração, nas reuniões realizadas no dia 6 de fevereiro de 2024 e descrita no item 11 da Proposta da Administração. **(3) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, conforme o mapa consolidado de votação, na forma do **Anexo I**, a proposta da administração de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhada no item 12 da Proposta da Administração, que tem por objetivo melhorar alguns aspectos operacionais da Companhia. Consequentemente, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar nos termos e na forma da versão consolidada constante do **Anexo II** da presente ata. **ESCLARECIMENTOS:** A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo. **MAPA DE VOTAÇÃO:** Em atendimento ao Art. 33, parágrafo 4º, da Resolução CVM nº 80/2022, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pela Secretária da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 28 de março de 2024. **FABIANE RESCHKE** - Secretária da Mesa.

TIM S.A. Companhia Aberta, CNPJ/MF nº 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1. Anexo II. À ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da TIM S.A. 28 de março de 2024. ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO. ARTIGO 1º – A TIM S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **ARTIGO 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, estabelecer ou alterar o endereço da sede, bem como abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. **ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto: I. Implantar, explorar, operar e prestar qualquer modalidade de serviços de comunicações eletrônicas e respectivos conteúdos, na forma da legislação aplicável; II. Construir, gerenciar, implantar, executar, operar, prestar serviços de manutenção, ou comercializar infraestrutura para uso próprio e/ou de terceiros; III. Comercializar bens e/ou mercadorias, prestar serviços, desenvolver atividades e praticar quaisquer atos e/ou negócios jurídicos relacionados, direta ou indiretamente, ou que sejam complementares, associados ou vinculados aos serviços e às atividades previstas no âmbito do objeto social da Sociedade; e IV. Participar do capital de outras sociedades empresárias ou não-empresárias. **Parágrafo Único** - Sem prejuízo do desenvolvimento de novos serviços ou atividades, a Companhia poderá, dentre outras atividades: i. Comercializar, alugar, dar em comodato, prestar serviços de instalação e/ou de manutenção para os bens e/ou mercadorias necessários ou úteis à prestação dos serviços compreendidos em seu objeto social, tais como, aparelhos telefônicos, eletrônicos, computadores e afins tecnológicos, seus acessórios e peças de reposição; ii. Promover e realizar a importação e a exportação de bens e serviços necessários ou úteis à execução de atividades compreendidas no seu objeto; iii. Prestar serviços administrativos, de consultoria, de assessoria, e de planejamento; iv. Prestar serviços e/ou desenvolver atividades relacionados à internet das coisas, inteligência artificial e congêneres; v. Prestar serviços nas áreas de tecnologia da informação e de internet, tais como, os serviços de licenciamento ou cessão do direito de uso de programas de computação, os serviços de suporte técnico em informática, incluindo a instalação, a configuração, o desenvolvimento e a manutenção de programas, de sistemas de computação e de bancos de dados, e os serviços de processamento de dados; vi. Prestar serviços de segurança da informação, de monitoramento e de georreferenciamento; vii. Prestar serviços de comercialização e de suporte a campanhas de marketing e de publicidade próprias ou de terceiros, incluindo, as atividades de elaboração e de envio de ofertas, materiais de propaganda e de publicidade a clientes, através de qualquer meio físico ou virtual; viii. Prestar serviços de representação mercantil e de representação de seguros; ix. Prestar serviços para instituições financeiras, incluindo de correspondente bancário, conforme legislação, incluindo, mas não limitado a: (i) recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança mantidas pela instituição contratante; (ii) recepção e encaminhamento de propostas de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidas pela instituição contratante, bem como outros serviços prestados para o acompanhamento da operação; e (iii) recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da instituição contratante; x. Comprar, vender, ou disponibilizar, através de qualquer meio de comunicação eletrônica, bens e mercadorias digitais, tais como, livros eletrônicos, audiolivros, jornais, periódicos e congêneres; xi. Realizar atividades de cobrança e de gestão de informações cadastrais; e xii. Exercer outras atividades afins ou correlatas às descritas nos itens anteriores. **ARTIGO 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL. ARTIGO 5º** - O capital social, subscrito e integralizado, é de R$13.477.890.507,55 (treze bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos), dividido em 2.420.804.398 (duas bilhões, quatrocentas e vinte milhões, oitocentas e quatro mil, trezentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **ARTIGO 6º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **ARTIGO 7º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. **Parágrafo 1º** - Dentro do limite do capital autorizado de que trata o caput deste Artigo 7º, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** – Dentro do limite do capital autorizado de que trata o caput deste Artigo 7º, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **ARTIGO 8º** - As ações da Companhia serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em instituição financeira, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência de suas ações, nos termos do disposto no Artigo 35, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"). **CAPÍTULO III. ASSEMBLEIA GERAL. ARTIGO 9º** - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. **ARTIGO 10** - Compete privativamente à Assembleia Geral: I. Reformar o Estatuto Social; II. Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; III. Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; IV. Suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei, pelo Estatuto Social ou pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado (o "Regulamento do Novo Mercado") divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); V. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal; VI. Fixar a remuneração global ou individual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; VII. Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; VIII. Deliberar sobre promoção de ação de responsabilidade civil a ser movida pela Companhia contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, na conformidade do disposto no Artigo 159 da Lei 6.404/76; IX. Deliberar, observadas as disposições legais, estatutárias e o Regulamento do Novo Mercado, sobre o aumento do capital social por subscrição de novas ações e sobre a emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, na hipótese do Parágrafo 1° do Artigo 7º e quando o limite do [illegible] **Parágrafo Único** – O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes, que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas na Lei 6.404/76, é determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria. **ARTIGO 11** – A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente consubstanciar o respectivo ato, podendo ser convocada na forma prevista no Parágrafo Único do Artigo 123 da Lei 6.404/76. **ARTIGO 12** – A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou pelo Diretor que o substituir, ou por um procurador expressamente designado pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração, tendo poderes específicos para tanto. O Presidente da Assembleia Geral procederá à nomeação do Secretário. **Parágrafo 1º** – Para fins de comprovação da condição de acionista, será observado o que dispõe o Artigo 126 da Lei 6.404/76, sendo que aqueles detentores de ações escriturais ou em custódia deverão depositar, até 02 (dois) dias úteis anteriores à reunião assemblear, na sede da Companhia, além do documento de identidade e o respectivo instrumento de mandato, quando necessário, o comprovante/extrato expedido pela instituição financeira depositária, este emitido, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis antes da reunião assemblear. **Parágrafo 2º** – Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no Parágrafo 1º acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **ARTIGO 13** – Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Parágrafo 1º** – A ata será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos. **Parágrafo 2º** – Salvo deliberação em contrário da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas. **ARTIGO 14** – Anualmente, nos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, para: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração. **ARTIGO 15** – A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. **ARTIGO 16** – Os acionistas deverão exercer seu direito de voto no interesse da Companhia. **CAPÍTULO IV. DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. SEÇÃO I. NORMAS GERAIS. ARTIGO 17** – A administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Parágrafo 1º** – O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exerce a administração superior da Companhia. **Parágrafo 2º** – A Diretoria é o órgão de representação e executivo de administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência, observadas as limitações estabelecidas nos Artigos 10, 22 e 32 deste Estatuto. **Parágrafo 3º** – As atribuições e poderes conferidos por lei a cada um dos órgãos da administração não podem ser outorgados a outro órgão. **Parágrafo 4º** - Não é permitida a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia pelo mesmo administrador. **Parágrafo 5º** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **ARTIGO 18** – Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. **Parágrafo Único** – A posse nos cargos de membro do Conselho de Administração e membro da Diretoria está condicionada à prévia assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 49 deste Estatuto, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **ARTIGO 19** – No ato da posse, os administradores da Companhia firmarão, além do termo de posse, declaração por meio da qual aderirão aos termos das políticas e do Código de Ética e de Conduta da Companhia. **ARTIGO 20** – Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dar-se-á a vacância do cargo quando o administrador deixar de assinar os termos de posse previstos neste Estatuto no prazo de 30 dias (trinta) dias da eleição, tudo sem justa causa, a juízo do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** – A renúncia ao cargo de administrador é feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornando-se eficaz, a partir desse momento, perante a Companhia e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia na respectiva Junta Comercial e sua publicação. **Parágrafo 2º** – No caso de vacância de cargo de Conselheiro, inclusive do cargo de Presidente do Conselho de Administração, os demais Conselheiros, mediante decisão da maioria dos membros, nomearão um substituto que permanecerá no cargo até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral deverá permanecer no cargo pelo período remanescente para o fim do mandato do membro substituído. **Parágrafo 3º** – Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas ou impedimento, por procurador devidamente constituído, desde que seja este outro membro do Conselho de Administração. **ARTIGO 21** – O mandato dos administradores é unificado e de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** – Os mandatos dos administradores reputam-se prorrogados até a posse de seus sucessores eleitos. **SEÇÃO II. DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. ARTIGO 22** – Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração: i. Deliberar e acompanhar o orçamento anual, o plano de metas e de estratégia de negócios previsto para o período de vigência do orçamento da Companhia e de suas sociedades controladas; ii. Deliberar sobre a emissão de ações e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado na forma do Artigo 7º deste Estatuto, bem como debêntures simples, não conversíveis em ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou por permuta de ações em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei e na regulamentação aplicável; iii. Autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*"); iv. Deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures; v. Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; vi. Deliberar sobre a aprovação de programa de "*depositary receipts*" de emissão da Companhia; vii. Deliberar sobre a aquisição ou alienação, no todo ou em parte, de participação da Companhia ou das sociedades sob seu controle no capital de outras sociedades, bem como de participação em "joint venture", consórcio ou qualquer estrutura similar que preveja a constituição de uma sociedade; viii. Autorizar a permuta de ações ou outros valores mobiliários, bem como a renúncia a direitos de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão de sociedades controladas; ix. Autorizar a constituição ou a liquidação de sociedades controladas ou de subsidiárias; x. Autorizar a Companhia, bem como suas coligadas e controladas, a celebrar, alterar ou rescindir acordos de acionistas; xi. Deliberar acerca da submissão à Assembleia Geral de acionistas da Companhia de proposta de celebração de contratos de mútuo, de prestação de serviços de gerência e de assistência técnica, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, observado o disposto no Artigo 10, inciso x, deste Estatuto; xii. Deliberar sobre a celebração de contratos de qualquer natureza, com exceção daqueles mencionados no Artigo 10, inciso x, deste Estatuto, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, em montante igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), após avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de que os termos e as condições do contrato atendam a padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes; xiii. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de empréstimos, financiamentos, ou quaisquer outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas sociedades controladas, cujo valor total da operação seja superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais). Ficam excetuadas as fianças ou as garantias de qualquer natureza, contratadas pela Companhia ou por suas controladas, para a garantia de processos judiciais ou administrativos; xiv. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de aquisição de bens ou serviços, cujo valor total seja superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais); xv. Deliberar sobre a alienação, a doação, a cessão, ou a oneração de quaisquer bens ou direitos classificados no ativo não circulante da Companhia, ou de suas subsidiárias ou controladas, cujo valor originário de sua aquisição, ou na sua ausência, o valor de mercado, seja superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais); xvi. Deliberar sobre a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros, nestes incluídas as sociedades controladas, em montante superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), exceção feita à prestação de quaisquer garantias em favor de (i) empregados da Companhia ou de suas sociedades controladas no que diz respeito a contratos de locação residencial, nas hipóteses de remanejamentos a pedido da Companhia; e (ii) sociedades controladas ou coligadas com relação a contratos de locação de estabelecimentos, lojas ou pontos comerciais; xvii. Autorizar a celebração pela Companhia, por suas subsidiárias ou sociedades controladas, de acordos, judiciais ou extrajudiciais, termos de ajuste de conduta ou instrumentos similares dos quais resultem na assunção de obrigações financeiras, de fazer ou de não fazer, a doação de bens ou serviços, e/ou a renúncia de direitos, sempre que o montante total envolvido seja superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), e cujo objetivo principal seja (i) evitar a propositura de novos processos; (ii) afastar ou suspender a aplicação de penalidades e/ou a imposição de restrições pelas autoridades competentes; ou (iii) encerrar litígios em trâmite; xviii. Deliberar sobre políticas ou documentos formais equivalentes, a serem respeitados por todos os administradores, membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e empregados da Companhia, e de suas sociedades controladas, que disponham sobre: (a) condutas funcionais pautadas em padrões éticos e morais (Código de Ética e de Conduta da Companhia); (b) práticas de sustentabilidade da Companhia; (c) remuneração dos administradores; (d) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria; (e) gerenciamento de riscos; (f) transações com partes relacionadas; (g) conflito de interesses; e (h) negociação de valores mobiliários da Companhia; xix. Deliberar sobre a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, sempre que o valor envolvido seja superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de Reais); xx. Aprovar a política de previdência complementar da Companhia e das sociedades por ela controladas; xxi. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes suas designações, suas atribuições e seus limites de autoridade específicos, observadas as disposições deste Estatuto, bem como aprovar a atribuição de novas funções aos Diretores e qualquer alteração na composição e nas atribuições dos membros da Diretoria; xxii. Ratear o montante global da remuneração, fixado pela Assembleia Geral, entre os Conselheiros e Diretores da Companhia, quando for o caso; xxiii. Aprovar o seu regimento interno, bem como o regimento interno dos seus comitês de assessoramento; xxiv. Aprovar o Regimento Interno da Diretoria da Companhia, com a respectiva estrutura organizacional; xxv. Indicar os representantes da Companhia na administração de suas sociedades controladas; xxvi. Eleger ou destituir os auditores independentes responsáveis pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, após avaliação e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário; xxvii. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações ; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; xxviii. Deliberar sobre qualquer tema ou proposta a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas, e deliberar sobre sua convocação, sempre que necessário; xxix. rever anualmente o sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo; xxx. deliberar sobre o plano anual de trabalho do auditor independente, após avaliação prévia do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; xxxi. Executar outras atividades que lhe sejam delegadas pela Assembleia Geral; e xxxii. Resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a Lei ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia. **Parágrafo Único** – O Conselho de Administração poderá estabelecer alçadas de aprovação diferenciada para a Diretoria e ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia, sempre observando o disposto neste Estatuto Social. **ARTIGO 23** – O Conselho de Administração é composto de no mínimo 05 (cinco) e no máximo 19 (dezenove) membros efetivos. **Parágrafo 1º** – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 02 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76, observado o disposto no Artigo 16, §3º do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 2º** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 3º** - A qualificação como Conselheiro Independente deve ser deliberada na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração e expressamente declarada na respectiva ata. **ARTIGO 24** – Os membros do Conselho de Administração são eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, devendo o próprio Conselho de Administração escolher, dentre eles, o seu Presidente. **Parágrafo 1º** – O Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O Conselheiro não poderá exercer o direito de voto, nem ter acesso a informações ou participar de reunião do Conselho de Administração, caso se configurem, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os fatores de impedimento indicados neste Parágrafo 1º. **Parágrafo 2º** – É vedado, na forma do Artigo 156 da Lei 6.404/76, o direito de voto em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia. **ARTIGO 25** – O Conselho de Administração se reúne ordinariamente no mínimo 06 (seis) e no máximo 12 (doze) vezes ao ano, e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer 02 (dois) Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. **Parágrafo 1º** – As convocações se fazem por carta ou correio eletrônico entregues com a antecedência mínima de 07 (sete) dias, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, a critério exclusivo do Presidente do Conselho de Administração, devendo a comunicação conter a ordem do dia. **Parágrafo 2º** – Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões por meio de áudio ou videoconferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas. Também serão admitidos votos por carta, correio eletrônico ou registrados por meio de portal de governança corporativa ou qualquer outro meio formal de comunicação, desde que recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto até o momento da respectiva reunião. **Parágrafo 3º -** Também será admitida a realização de reuniões do Conselho de Administração na modalidade de circuito deliberativo virtual, destinadas a submissão e deliberação de matérias sem a necessidade de realização das reuniões na forma presencial, por meio de áudio ou videoconferência. As reuniões realizadas na modalidade de circuito deliberativo virtual deverão ser convocadas, na forma e prazo previstos neste artigo, acompanhadas do material de apoio e respectiva minuta da ata da reunião, sendo equiparadas, para todos os efeitos, às suas equivalentes presenciais. **Parágrafo 4º** – O Presidente do Conselho de Administração poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas pelo Conselho de Administração. Os indivíduos convidados a participar das reuniões do Conselho de Administração não terão direito de voto. **ARTIGO 26** – O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente do Conselho, no caso de empate, o voto de qualidade. **Parágrafo Único** – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Conselheiros participantes e pelo Secretário da reunião. **Subseção I. Dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração. ARTIGO 27** – O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês técnicos e consultivos, em caráter permanente ou não, sempre que julgar necessário. **Parágrafo Único** – Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos seus comitês, incluindo regras sobre competência, composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento e abrangência. **ARTIGO 28** - A Companhia terá um Comitê de Auditoria Estatutário, órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** – O Comitê de Auditoria Estatutário adotará Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções e seus procedimentos operacionais, observadas a legislação em vigor e as normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados os valores mobiliários da Companhia. **Parágrafo 2º** – O Comitê de Auditoria Estatutário funcionará permanentemente e será composto, no mínimo, por 03 (três) e, no máximo, por 05 (cinco) membros, indicados pelo Conselho de Administração, para mandato de 02 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo admitida sua indicação por um período máximo de 10 (dez) anos. **Parágrafo 3º** – Em conformidade com as normas editadas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais: (i) ao menos 01 (um) dos membros independentes do Conselho de Administração deverá integrar o Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) ao menos 01 (um) membro do Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; (iii) todos os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ser independentes; e (iv) todos os seus membros devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 4º** – O mesmo membro do Comitê de Auditoria Estatutário pode acumular ambas as características referidas nos itens (i) e (ii) do Parágrafo 3º acima. **Parágrafo 5º** – É vedada a participação no Comitê de Auditoria Estatutário de pessoas que sejam ou tenham sido, nos últimos 05 (cinco) anos, Diretores ou empregados da Companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, ou de responsável técnico da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da Companhia, ou o cônjuge, parente em linha reta ou linha colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas anteriormente mencionadas. **Parágrafo 6º** - O Comitê de Auditoria Estatutário possuirá um coordenador eleito pela maioria de seus membros, cujas atividades e atribuições deverão estar definidas no Regimento Interno do Comitê. **Parágrafo 7º** - O Comitê de Auditoria Estatutário reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre apreciadas por tal órgão antes de sua divulgação. **ARTIGO 29** – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, dentre outras funções que podem ser atribuídas a este órgão pelo Conselho de Administração ou pela regulamentação aplicável. I. opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente responsável pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, bem como de quaisquer outros serviços, sejam ou não de auditoria; II. analisar o plano anual de trabalho, discutir o resultado das atividades desempenhadas, as revisões efetuadas e avaliar o desempenho dos auditores independentes; III. supervisionar as atividades dos auditores independentes com o objetivo de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados à Companhia, incluindo, na extensão permitida pela legislação, o auxílio na solução de eventuais divergências entre a administração e os auditores independentes no que concerne à apresentação das demonstrações financeiras; IV. supervisionar as atividades desempenhadas pela auditoria interna, devendo, para tanto, analisar o plano anual de trabalho, discutir o resultado das atividades desempenhadas, das revisões efetuadas e avaliar o desempenho dos auditores internos; V. supervisionar e analisar a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (i) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (ii) as informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis, que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; VII. avaliar as denúncias, anônimas ou não, relativas a quaisquer assuntos contábeis, de qualquer impacto nos controles SOx (Sarbanes-Oxley Act), de controles internos ou de auditoria, recebidas pela Companhia, bem como sugerir as medidas que poderão ser tomadas; VIII. examinar, avaliar e opinar, previamente, se os contratos a serem celebrados entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, atendem aos padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes, com base no material apresentado pela administração da Companhia, sendo facultado ao Comitê de Auditoria solicitar esclarecimentos adicionais ou opiniões de terceiros independentes, sempre que julgar necessário; IX. elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia; X. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; XI. avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e XII. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras. **Parágrafo Único** – O Comitê de Auditoria Estatutário, mediante deliberação da maioria de seus membros, poderá contratar consultores externos, inclusive auditores independentes e advogados, para auxiliá-lo no cumprimento de seus deveres e atribuições. **ARTIGO 30** – O Comitê de Auditoria Estatutário possuirá autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração e conforme proposta elaborada pelo próprio Comitê, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. **SEÇÃO III. DA DIRETORIA. ARTIGO 31** – A Diretoria será composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 12 (doze) membros, acionistas ou não. Todos os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo. Dentre os Diretores, serão designados, necessariamente, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro, o Diretor de Relações com Investidores e o Diretor Jurídico, e os demais terão a designação que lhes vier a ser então atribuída pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** – Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, o qual completará o mandato do substituído. **Parágrafo 2º** – Na hipótese de ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor substituto será designado pelo Diretor Presidente ou, na sua impossibilidade, por decisão da maioria da Diretoria. **ARTIGO 32** – Nos termos do disposto no Artigo 143, Parágrafo 2º da Lei 6.404/76, compete à Diretoria como órgão colegiado: i. Aprovar as propostas, planos e projetos a serem submetidos ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral; ii. Deliberar sobre a celebração de contratos de qualquer natureza, com exceção daqueles mencionados no Artigo 10, inciso x, deste Estatuto, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, em montante inferior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), após avaliação prévia do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de que os termos e condições do contrato atendam a padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes; iii. Deliberar sobre a participação da Companhia ou de sociedades por ela controladas em qualquer associação e, desde que não haja previsão de constituição de uma sociedade, em qualquer "joint venture", consórcio ou qualquer estrutura similar; iv. Deliberar sobre a indicação de representantes da Companhia e das sociedades por ela controladas em outras sociedades e associações nas quais participem; v. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de empréstimos, financiamentos, ou quaisquer outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas sociedades controladas, cujo valor total da operação seja inferior ou igual a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais). Ficam excetuadas as fianças ou as garantias de qualquer natureza, contratadas pela Companhia ou por suas controladas, para a garantia de processos judiciais ou administrativos; vi. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de aquisição de bens ou serviços, cujo valor total seja inferior ou igual a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais); vii. Deliberar sobre a alienação, a doação, a cessão, ou a oneração de quaisquer bens ou direitos classificados no ativo não circulante da Companhia e de suas subsidiárias ou controladas, cujo valor originário de aquisição, ou, na sua ausência, o valor de mercado, seja inferior ou igual a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais); viii. Deliberar sobre a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros, nestes incluídas as sociedades controladas, em montante inferior ou igual a R$50.000.000,000 (cinquenta milhões de Reais) e superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), exceção feita à prestação de quaisquer garantias em favor de (i) empregados da Companhia ou de suas sociedades controladas no que diz respeito a contratos de locação residencial, nas hipóteses de remanejamentos a pedido da Companhia; e (ii) sociedades controladas ou coligadas com relação a contratos de locação de estabelecimentos, lojas ou pontos comerciais; ix. Autorizar a celebração pela Companhia, por suas subsidiárias ou sociedades controladas, de acordos, judiciais ou extrajudiciais, termos de ajuste de conduta ou instrumentos similares dos quais resultem a assunção de obrigações financeiras, de fazer ou não fazer, a doação de bens ou serviços, e/ou a renúncia de direitos, sempre que o montante total envolvido seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais), e cujo objetivo principal seja (i) evitar a propositura de processos, (ii) afastar ou suspender a aplicação de penalidades e/ou a imposição de restrições pelas autoridades competentes, ou (iii) encerrar litígios em trâmite; x. Deliberar sobre a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, sempre que o valor envolvido for inferior ou igual a R$2.000.000,00 (dois milhões de Reais); xi. Aprovar a celebração de acordos coletivos pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas; e xii. Estabelecer os limites de alçadas financeiras a serem aplicados ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia, tendo como base os limites definidos neste Estatuto Social para a prática de atos e celebração de contratos, e aqueles que venham a ser aprovados para os Diretores e procuradores da Companhia pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** – Compete ao Diretor Presidente coordenar as ações dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições: i. Assegurar a eficácia e o bom funcionamento do órgão; ii. Organizar e coordenar, com a colaboração do Secretário, a pauta das reuniões; iii. Convocar, diretamente ou por intermédio do Secretário, as reuniões da Diretoria; iv. Instalar e presidir as reuniões da Diretoria; v. Coordenar as discussões e deliberações tomadas nas reuniões da Diretoria, promovendo um debate ativo de todos os membros na tomada de decisões, resguardando sua livre posição, e responsabilizando-se pelo efetivo funcionamento da reunião; vi. Compatibilizar as atividades da Diretoria com os interesses da Companhia, dos seus acionistas e das demais partes interessadas; e vii. A fim de facilitar e ordenar a comunicação com o Conselho de Administração, endereçar as dúvidas e solicitações de informações dos membros da Diretoria ao Presidente do Conselho. **Parágrafo 2º** – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, a seguinte atribuição: i. Garantir o relacionamento com a comunidade financeira nacional e internacional, assegurando o cumprimento das obrigações dos reguladores de mercados de capitais onde as ações da empresa são listadas. **Parágrafo 3º** – Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, a seguinte atribuição: i. Garantir os processos financeiros, administrativos, econômico-gerenciais e tributários. **Parágrafo 4º** – Compete ao Diretor Jurídico, incluindo, mas não se limitando, a seguinte atribuição: i. Assegurar a tutela e o suporte legal da Companhia, com exceção de temas tributários. **ARTIGO 33** – A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por 02 (dois) membros da Diretoria. **Parágrafo 1º** – As convocações para as reuniões de Diretoria far-se-ão por carta ou correio eletrônico entregues com a antecedência mínima de 02 (dois) dias, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, a critério exclusivo do Diretor Presidente. A convocação prévia será dispensada quando todos os Diretores estiverem presentes. **Parágrafo 2º** – Os membros da Diretoria poderão participar das reuniões por meio de áudio ou videoconferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas. Também serão admitidos votos por carta, correio eletrônico ou registrados por meio de portal de governança corporativa ou qualquer outro meio formal de comunicação, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto até o

continua

INÊS249

Lácteos Após integrar operação da DPA, grupo investirá em linhas de valor agregado maior

Lactalis quer ampliar domínio no mercado brasileiro

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Lactalis, maior empresa de lácteos do mundo, planeja consolidar sua liderança no Brasil, passando a deter participação de mercado de 15% até 2028 — no ano passado, a fatia da empresa era de 11%. No curto prazo, a companhia de origem francesa vai concentrar os esforços na integração das operações da DPA Brasil — criada pelas empresas Fonterra e Nestlé. A conclusão do negócio, estimado em R$ 700 milhões, ocorreu em dezembro de 2023, após receber aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A meta da companhia é aumentar de 2,5 bilhões para 3,5 bilhões de litros por ano o volume de leite processado até 2028. Em vendas de laticínios, o objetivo é elevar sua participação de mercado, que foi de 13% em 2023, para 20% em cinco anos.

"O Brasil é um país que consideramos com potencial de crescimento para o grupo. Estamos com um nível de investimentos superior ao peso do país dentro do faturamento do grupo porque é um mercado prioritário", disse ao **Valor** o CEO da Lactalis, Emmanuel Besnier. Ontem, o executivo visitou as operações da Itambé, que pertence ao grupo, com jornalistas franceses.

A Lactalis está no Brasil há dez anos e já investiu € 1,3 bilhão em aquisições e € 300 milhões em melhoria da produtividade e qualidade do leite e no desenvolvimento de produtos. A companhia é dona de 16 marcas no país, incluindo Elegê, Itambé, Cotochés, Parmalat e Batavo. Suas vendas no ano passado foram de € 2,5 bilhões.

Atualmente, a operação brasileira responde por quase 10% da receita global do grupo, disse o CEO da Lactalis no Brasil, Patrick Sauvageot. O país foi o quinto maior mercado para a Lactalis no ano passado, atrás de França, Estados Unidos, Canadá e Itália. No primeiro trimestre deste ano, o Brasil ultrapassou a Itália em vendas.

Para 2024, a prioridade da Lactalis é fazer uma boa integração da operação da DPA. "Vamos manter a empresa independente, mas buscando sinergias com as outras atividades do grupo", disse Besnier. Com a compra, a empresa passou a deter as marcas Chandelle, Chamyto e Chambinho, além do direito de uso da marca Nestlé em produtos refrigerados. A DPA possui duas fábricas, em Garanhuns (PE) e Araras (SP), oito centros de distribuição e emprega 1,3 mil pessoas. A operação gerou vendas líquidas de € 361 milhões em 2023.

> "O Brasil vende muito produto que oferece baixa rentabilidade"
> *Patrick Sauvageot*

Para ganhar participação de mercado a longo prazo no Brasil, a Lactalis tem investido na criação de produtos de valor agregado maior. "O Brasil é um grande mercado de commodities. Vende muito leite UHT e grupos de queijos que oferecem rentabilidade muito baixa", observou Besnier. A intenção é ampliar a oferta de queijos finos, iogurtes e outros produtos lácteos com maior valor agregado.

Sauvageot disse que a Lactalis também sofreu o impacto do aumento das importações de leite em pó da Argentina e do Uruguai no Brasil e da consequente queda nos preços dos lácteos. "Achamos que a cadeia inteira precisa da ajuda do governo para garantir a melhoria da competitividade da produção leiteira no país", afirmou ele.

A Lactalis e outras indústrias e cooperativas do segmento propuseram recentemente ao governo federal aumentar de 50% para 100% a devolução dos créditos de PIS e Cofins. Em troca, as indústrias elevariam de 5% para 10% o percentual dos créditos destinados a investimentos em melhoria de produtividade. Ele calcula que, com isso, os investimentos subiriam de R$ 110 milhões para R$ 440 milhões por ano, em média. Ele observou que, desde a criação da regra de devolução dos créditos de PIS e Cofins com contrapartida de investimentos, em 2015, as indústrias realizaram mais de 1,8 mil projetos, com investimento superior a R$ 900 milhões, beneficiando mais de 168 mil produtores.

GILSON DE SOUZA/IDT



O executivo Emmanuel Besnier, da Lactalis: Brasil é prioritário para o grupo

Amendoim engorda o lucro da Cras Brasil

Balanço

Paulo Santos
De São Paulo

A Cras Brasil, uma das principais processadoras de amendoim do país e com atuação também em trading, energia e madeiras, encontrou no óleo de amendoim o motivo para a melhora de seu resultado financeiro em 2023. A companhia fechou o ano com um lucro líquido de R$ 54 milhões, resultado 6% superior ao de 2022.

A receita líquida cresceu 6,7%, para R$ 476 milhões, e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), cresceu 11,3%, para R$ 90,2 milhões.

Em entrevista ao **Valor**, Rodrigo Chitarelli, diretor presidente da Cras Brasil, atribuiu os resultados à melhora na originação do amendoim, que é processado na unidade de Itaju (SP).

"Dobramos a capacidade instalada da fábrica, passando a ter potencial de produção de 200 toneladas de óleo por dia. Também agora estamos autorizados a produzir a nossa própria semente para comercialização. Esses movimentos estratégicos são importantes para aumentar o rendimento do plantio das próximas safras", destaca.

O volume de amendoim processado pela Cras Brasil cresceu 22,8% no ano, para 70 mil toneladas. Da receita total do grupo, o óleo e o farelo de amendoim garantiram R$ 334 milhões. Neste ano, a previsão é que o segmento fature R$ 400 milhões.

Chitarelli acrescenta que faz um trabalho próximo aos produtores que fornecem a matéria-prima para sua indústria, mostrando as vantagens da aposta no amendoim. Ele está confiante com a safra deste ano — desde que o clima colabore.

"Investimos R$ 15 milhões no ano passado para aumentar a produção. O parque industrial está preparado, mas depende da disponibilidade da matéria-prima. Tivemos seca no início do ano que afetou algumas áreas de soja em São Paulo, mas não sabemos o impacto para o nosso amendoim, que será colhido a partir de maio", diz Chitarelli.

Os produtos derivados do amendoim não foram os únicos a beneficiar o resultado financeiro da Cras Brasil. A empresa passou a negociar madeira no varejo no primeiro semestre do ano passado, e deve continuar apostando no negócio. Para este ano, a companhia planeja abrir duas lojas até o fim de 2024.

Com a expectativa de mais um ano com demanda firme, Chitarelli projeta para o resultado de 2024 uma receita entre R$ 500 milhões a R$ 550 milhões, e Ebitda entre R$ 90 milhões a R$ 95 milhões.

Desvalorização de grãos pressiona VBP do agro

Cenários

Marcelo Beledeli
Para o Valor, de Porto Alegre

O Ministério da Agricultura voltou a reduzir sua estimativa para o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira deste ano, que é agora de R$ 1,147 trilhão. O resultado, caso se confirme, será 1,4% menor que o de 2023.

Esse foi o segundo corte consecutivo que o ministério fez em sua estimativa para o Valor Bruto da Produção do agro nacional em 2024. A projeção anterior era de VBP de R$ 1,151 trilhão neste ano.

A Pasta cortou suas projeções para o valor da produção da agricultura e também da pecuária. No caso das lavouras, a Pasta estima que o VBP cairá 4,4% neste ano, para R$ 775,8 bilhões. A retração deve-se ao clima desfavorável e à queda de preços, principalmente de soja e milho.

O VBP da soja é o que mais deverá cair em relação a 2023 entre as culturas agrícolas — o ministério prevê queda de 19,8%. Em seguida aparece o milho, com perspectiva de retração de 10,8%.

A valorização no mercado internacional deve engordar o valor da produção de algumas lavouras, segundo o ministério. As projeções mais otimistas são para o VBP do cacau, para o qual a Pasta calcula aumento de 59,2%, e da laranja, que deve crescer 56,3%. Para arroz, feijão e café, o ministério projeta elevação de 21,8%, 18,2% e 17%, respectivamente.

Mesmo com um leve corte em relação à estimativa anterior, o valor bruto da produção da pecuária deverá se expandir em relação a 2023. O ministério calcula que o VBP do segmento vai crescer 5,5% em 2024, para R$ 371,4 bilhões. O aumento do valor da produção da suinocultura (65,4%) e da avicultura (9,2%) deve puxar a expansão geral.

Já os demais segmentos de proteína animal devem ter retração, segundo o ministério. A Pasta estima queda de 6% em bovinos e de 4,2% no segmento de leite.

Case conclui ampliação de fábrica em SP

Máquinas

Fernanda Pressinott
De Sorocaba (SP)

A Case IH, marca da CNH Industrial, anunciou a conclusão das obras de modernização de sua fábrica de Sorocaba (SP) para transformá-la em uma plataforma global de exportação de colheitadeiras de grãos. O projeto recebeu um investimento de R$ 100 milhões.

Com o desembolso, a empresa dobrou a capacidade de produção da planta, que chegou a 3,6 mil máquinas por ano. "Essa passou a ser a maior fábrica de colheitadeiras do grupo no mundo", disse Christian Gonzalves, vice-presidente da Case IH para a América Latina.

Ontem, a Case IH lançou a Axial-flow série 160, colheitadeira voltada a médios produtores que substituirá a série 150 e será produzida na planta. A marca prevê exportar 50% das máquinas da série 160.

A jornalista viajou a convite da Case IH

Agroindústria mostra sinais de forte expansão

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A agroindústria brasileira encerrou o primeiro bimestre com forte expansão. No acumulado entre janeiro e fevereiro, o segmento cresceu 4,7%, seu melhor desempenho nesse intervalo em 14 anos, segundo o Índice de Produção Agroindustrial PIMAgro, do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro).

As fabricantes de produtos alimentícios e bebidas puxaram para cima o resultado nos dois primeiros meses do ano, e as indústrias de produtos não alimentícios também se expandiram, ainda que em ritmo bem menor. No resultado geral de fevereiro, as agroindústrias cresceram 5,7%, desempenho que foi o melhor para o mês desde 2008.

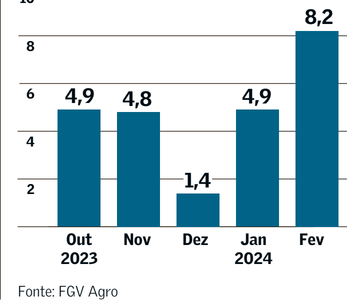
No primeiro bimestre, as indústrias alimentícias e de bebidas cresceram 8,2%, e as indústrias não alimentícias, 2,2%. A FGV observou que o forte aumento refletiu, em parte, uma base de comparação estreita, já que, além de em fevereiro de 2023 as agroindústrias terem tido forte contração, o número de dias úteis em fevereiro deste ano foi maior do que no ano passado.

Em fevereiro de 2024, a indústria alimentícia de melhor desempenho foi a de refino de açúcar, que cresceu 19,5%. No ramo de bebidas, as indústrias de bebidas não alcoólicas se expandiram 10,4%.

Entre as indústrias não alimentícias, insumos agropecuários, com queda de 13,4%, e biocombustíveis, que recuou 11,6%, foram as que tiveram o pior desempenho em fevereiro.

PIMAgro
Índice de Produção Agroindustrial da FGV Agro (% a.a.)

Produtos alimentícios e bebidas

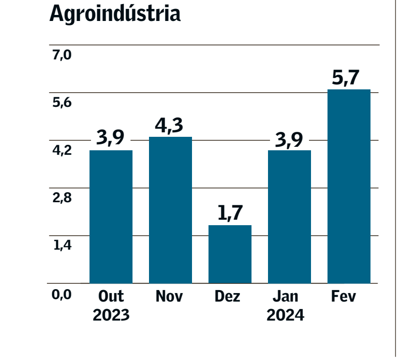


Produtos não alimentícios

4,0 / 3,2 / 2,4 / 1,6 / 0,8 / 0,0

Out 2023	Nov	Dez	Jan 2024	Fev
2,7	3,7	2,1	2,4	2,2

Agroindústria



Fonte: FGV Agro

valor.com.br

Biocombustíveis
JBS terá ponto de biodiesel 100%

A Biopower, produtora de biodiesel da JBS, recebeu aval da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para dar início à operação de um ponto de biodiesel 100% (B100) — o primeiro do país, segundo a companhia. O ponto, em Lins (SP), abastecerá a frota de caminhões da empresa.

valor.com.br/agro

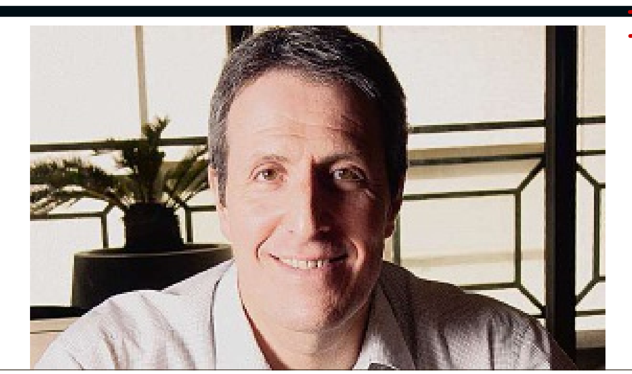
Alimentos
Coopernorte inaugura unidade

A Cooperativa Agroindustrial Paragominense (Coopernorte) deu início às operações de sua primeira indústria de beneficiamento de grãos e farinhas, que recebeu aporte de R$ 73 milhões. A unidade, que fica em Paragominas (PA), vai processar arroz, milho pipoca e feijões carioca, preto e cavalo.

valor.com.br/agro

Pesquisa
Consórcio que inclui brasileiros sequencia o genoma referência do café arábica
valor.com.br

Mercados
Bolsa de valores não é negócio para fintechs, diz Gilson Finkelsztain, presidente da B3 C6



Política monetária
Bancos centrais dos EUA e da zona do euro ficam em lados opostos sobre juros C2

M&A
Após dois anos de forte retração, fusões e aquisições voltam a crescer C3

Criptomoedas
Sócios da Titanium Asset são indiciados pela Polícia Federal C4

Ativos Taxa de contratos de DI para janeiro de 2027 vai a 11,06%, dólar avança para R$ 5,26 e Ibovespa recua ao menor nível desde novembro com piora em cenário

Mercado já vê pouco espaço para BC fazer novos cortes na Selic em 2024

Matheus Prado, Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Investidores voltaram a adicionar prêmios de risco aos ativos locais ontem com a persistência de pressões externas e locais. As taxas dos contratos de juros futuros indicam que o mercado praticamente já não vê mais espaço para que o Banco Central (BC) continue a cortar a Selic em 2024. Enquanto isso, durante o dia o dólar bateu no maior patamar em mais de um ano e o Ibovespa fechou no menor nível desde novembro.

O dólar terminou a sessão com alta de 1,64%, a R$ 5,2697, no maior nível de fechamento desde 23 de março de 2023. Na máxima do dia, a moeda americana chegou a R$ 5,2873. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 disparou de 10,765% para 11,06% no ajuste; enquanto a do DI para janeiro de 2029 saltou de 11,315% para 11,60%. O Ibovespa recuou 0,75%, aos 124.388,62 pontos, seu patamar de fechamento mais baixo desde 14 de novembro.

As incertezas em relação a quando começará o ciclo de afrouxamento monetário nos Estados Unidos e a consequente reprecificação dos juros americanos seguem punindo ativos de risco. E os mercados locais ainda sofrem com a piora na percepção de risco interno, à medida que investidores exigem prêmios de risco mais elevados após o governo ter sinalizado que o ajuste fiscal será mais lento que o anteriormente anunciado.

Parte dessa piora já é refletida, inclusive, no comportamento do credit default swap (CDS) de cinco anos, medida usada para calcular as chances de calote externo. O CDS brasileiro começou o mês de abril em 137 pontos e, ontem, chegou a 161 pontos, maior nível desde novembro. Assim, no acumulado do mês, o risco Brasil exibe uma alta de 17%, mais intensa que o movimento de outros mercados emergentes no mesmo período.

Adicionalmente, a ação inesperada do Banco do Povo da China (PBoC) de enfraquecer a defesa do yuan emitiu um sinal de dólar mais forte para o mercado. Não por acaso, a Indonésia promoveu uma intervenção no câmbio e a Coreia do Sul alertou sobre os riscos da depreciação da moeda.

O sentimento externo, assim, guiou os mercados e as moedas de países da América Latina sofreram de forma expressiva durante a sessão. No fim da tarde, o dólar saltava 2,06% contra o peso mexicano; subia 0,74% em relação ao peso chileno; e tinha alta de 0,84% ante o peso colombiano. Nessa linha, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou durante entrevista em Washington, nos EUA, que notícias externas ao Brasil explicam "dois terços" do que está ocorrendo com o câmbio local.

Na avaliação do economista-chefe do Banco Fibra, Marco Maciel, o nível do câmbio atual, em torno de R$ 5,25 por dólar, é um patamar de "overshooting" (exagero), com riscos superdimensionados. Em seus cálculos, acredita que, em situações extremas, especialmente derivadas de um agravamento do conflito no Oriente Médio, o dólar poderia ir a R$ 5,45 ou R$ 5,50. "Mas, no momento atual, para o nível dos juros americanos que temos visto hoje, o dólar a R$ 5,25 me parece um exagero."

Um valor justo para o câmbio, na visão de Maciel, estaria, neste momento, entre R$ 5,05 e R$ 5,10 por dólar. "Por que não R$ 4,90 ou R$ 5, como muitos no mercado ainda defendem? Porque aí entra a questão fiscal no Brasil. O mercado já tem números piores de resultado do primário no futuro, mas a mudança nas metas de 2025 e 2026 faz diferença. É um pouco prematuro já apresentar um cenário desses. Por isso o mercado digeriu mal, pelo menos por agora. As coisas podem melhorar um pouco mais à frente, mas vejo um valor justo perto de R$ 5,10", afirma.

O economista destaca, como fator essencial, o rumo dos juros nos EUA e a dinâmica dos Treasuries, os títulos do Tesouro americano, de curto prazo. Com as taxas americanas dos papéis mais curtos entre 4,9% e 5%, o dólar estaria mais consistente com o nível de R$ 5,17. Já com os juros americanos um pouco mais baixos, com a taxa de dois anos caindo a 4,7%, seria possível o câmbio buscar o nível de equilíbrio projetado por Maciel.

No curto prazo, diz Leonardo Morales, sócio da SVN Gestão, a piora aguda dos ativos é provocada por um movimento de "stop loss" (limitação de perdas) nos Treasuries, até para gestores brasileiros que tinham posição montada na curva americana. Isso, em sua visão, gera um efeito cascata nos mercados locais, com fundos multimercado sofrendo e fazendo com que gestores vendam outras posições. Pensando nesses produtos mais macro, diz, a bolsa ganha mais competição no curto prazo, já que a piora dos outros mercados pode criar pontos de entrada.

O executivo também opina que, quando ocorrem movimentos como o dos últimos dias, não é possível atribuí-los a uma só razão. "Depois da precificação fortemente otimista — que me pareceu exagerada na altura — de cortes de juros nos EUA neste ano não se materializar, o pêndulo do mercado está caminhando para o outro lado, o que também me parece extremado. A revisão da meta por aqui traz, obviamente, ruído adicional, mas vejo a dinâmica recente como algo muito mais técnico", diz, notando que sua visão é taticamente mais construtiva do que o que tem visto por parte de outros investidores.

Projeções para a Selic ao fim do ciclo de cortes têm sido revistas e, com a piora local, ganharam mais corpo. Enquanto isso, os preços de mercado praticamente anulam o espaço para que o BC continue a cortar a taxa em 2024.

Segundo o BTG Pactual, a deterioração do cenário externo e doméstico levará o BC a reduzir o ritmo de flexibilização monetária a partir da reunião de junho e a cortar a taxa básica de juros menos que o esperado. A projeção do banco para a Selic no fim deste ano passou de 9,5% para 9,75%, enquanto a expectativa para o juro em 2025 subiu de 8,5% para 9%.

Na mesma direção, o BNP Paribas espera agora uma Selic de 9,5% no fim do ano, de 9%. A revisão foi justificada pela piora nas perspectivas de inflação no ano corrente.

Já os preços de mercado embutem um cenário ainda mais restritivo para a taxa Selic no fim do ano, que, segundo a precificação extraída da curva de juros, pode encerrar 2024 em 10,5%. Isso indicaria que o Banco Central não realizaria o corte de 0,5 ponto percentual em maio, que foi sinalizado pelo Copom na reunião de março.

No contexto de piora do ambiente doméstico, o Citi encerrou a recomendação de apostar na queda do DI com vencimento para janeiro de 2025. "O BC mencionou os riscos fiscais como um fator importante para as perspectivas de inflação e taxas, especialmente porque a política fiscal teve um efeito importante na ancoragem da expectativa de inflação. Nesse sentido, estamos preocupados com a possibilidade de o BC voltar atrás em sua orientação futura para a reunião de maio e cortar menos de 0,5 ponto percentual", dizem os estrategistas do banco.


SILVIA ZAMBONI/VALOR

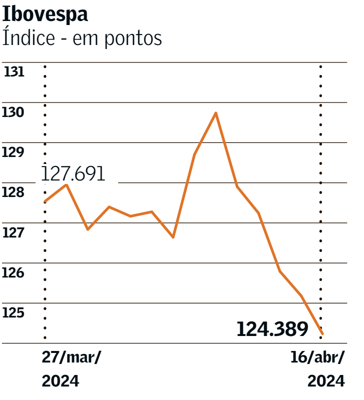
Marco Maciel, economista do Fibra: Dólar a R$ 5,25 está em patamar de 'overshooting' com riscos superdimensionados

> "Piora aguda dos ativos é provocada por um movimento de "stop loss" [limitação de perdas]"
> *Leonardo Morales*

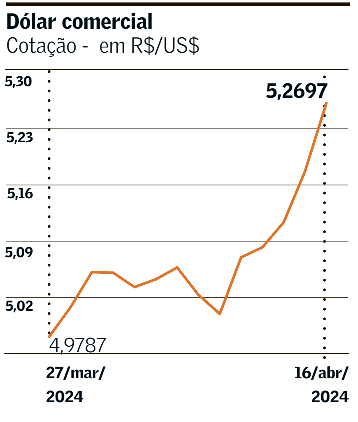


No vermelho
Ativos locais estendem perdas

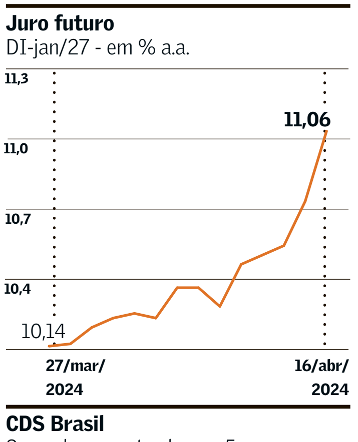
Ibovespa
Índice - em pontos



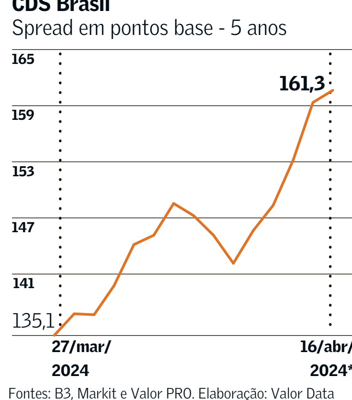
Dólar comercial
Cotação - em R$/US$



Juro futuro
DI-jan/27 - em % a.a.



CDS Brasil
Spread em pontos base - 5 anos



Fontes: B3, Markit e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Preliminar

Quando haverá uma nova intervenção no câmbio?

Análise

Alex Ribeiro
São Paulo

Operadores do mercado financeiro consideram cada vez mais provável uma intervenção do Banco Central (BC) no câmbio, com a venda de reservas internacionais ou swaps cambiais, para conter um pouco dos excessos da alta recente da cotação do dólar.

Mas alguns deles argumentam que, sem uma correção mais geral na mensagem de política monetária, a atuação no mercado de câmbio poderia ser contraproducente, desencadeando dúvidas sobre a disposição de agir para controlar a inflação.

Desde a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de março, a cotação do dólar saiu de R$ 4,95 para o pico de R$ 5,29 durante o pregão de ontem. A alta foi provocada pela piora do ambiente internacional, com o adiamento dos cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o BC americano) e acirramento dos conflitos no Oriente Médio, e na política fiscal doméstica, com a mudança da meta de resultado primário de 2025.

Na teoria, o BC não deveria intervir, se há uma mudança de fundamento econômico que faz a taxa de câmbio de equilíbrio mudar de patamar. Mas, na prática, há justificativas para agir. Nos últimos dias, em vários momentos o real se descolou de moedas de outras economias emergentes. Na última madrugada, países asiáticos fizeram intervenções cambiais.

De certa forma, o Brasil vive hoje uma situação semelhante à do início de 2021, quando o ambiente internacional azedou com o pacote de expansão fiscal do governo Biden e, aqui dentro, com as incertezas fiscais criadas pelo governo Bolsonaro com a PEC Emergencial. Naquela época, a autoridade monetária fez vendas maciças de dólares para acalmar os mercados.

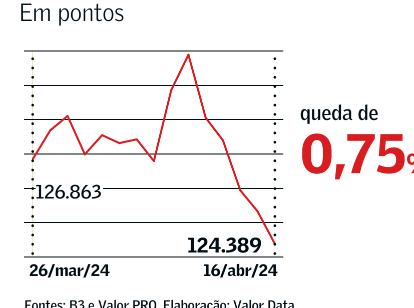
Mas um operador faz uma distinção importante do momento atual em relação ao anterior: em 2021, o BC estava começando a embarcar em um ciclo de alta dos juros, e não havia muita dúvida de que faria o que fosse preciso para colocar a inflação na meta, depois de se desamarrar de um "forward guidance" que o obrigava a manter os juros baixos.

Atualmente, a alta do dólar ocorre em paralelo com a deterioração nas expectativas inflacionárias. Primeiro, a inflação implícita para os próximos anos subiu acima de 4%. Mais recentemente, a previsão dos economistas para a inflação em 2025 no boletim Focus passou a aumentar. Nesta semana, foi de 3,53% para 3,56%.

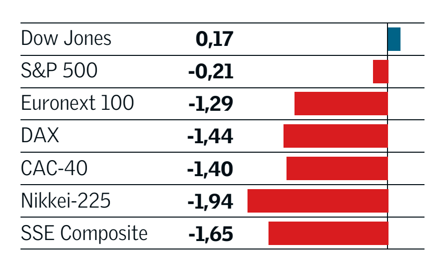
O deslocamento das expectativas sugere que há dúvidas no mercado sobre o combate à inflação, diz esse operador. O BC está comprometido com uma baixa de 0,5 ponto na Selic em maio, que alguns no mercado acham que não pode ser mais garantida de antemão. Da última vez que se pronunciou sobre assuntos monetários, o BC disse que o cenário básico do Copom não se alterou substancialmente. Também há dúvidas se, depois que Roberto Campos Neto deixar a presidência do BC, a autoridade monetária seguirá perseguindo a meta de inflação.

A ausência de uma sinalização mais firme do lado monetário faz com que o mercado coloque a carga na taxa de câmbio. Sem uma correção na mensagem mais geral do Copom, a intervenção cambial pode ser vista como um substituto para uma ação que porventura seja necessária nos juros.

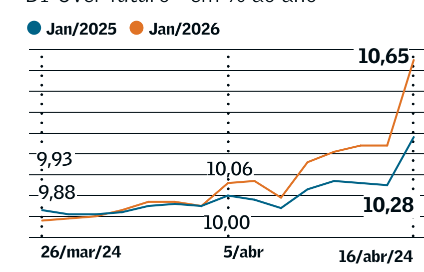
Ibovespa
Em pontos



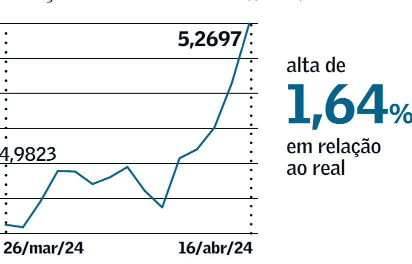
Bolsas internacionais
Variações no dia 16/abr/24 - em %



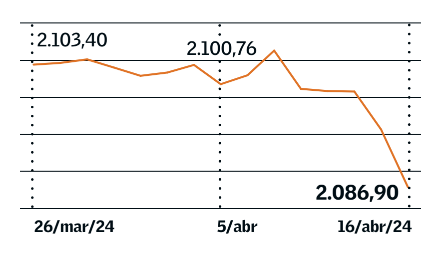
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Dívida Taxas das NTN-Bs de longo prazo sobem ao maior nível em um ano com estresse local e global

Com risco fiscal, Tesouro já paga juro real de 6%

Gabriel Roca e Victor Rezende
São Paulo

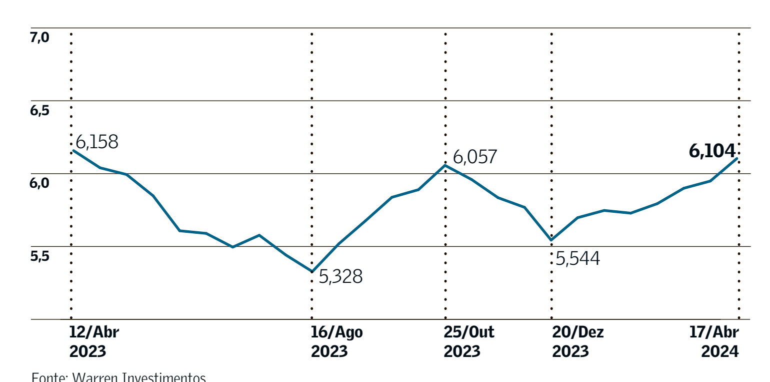
O estresse acentuado observado nos últimos dias com o adiamento dos cortes de juros nos Estados Unidos e, mais recentemente, com a mudança nas metas fiscais do Brasil para os próximos anos afetou em cheio o mercado de títulos públicos. No leilão semanal realizado ontem pelo Tesouro Nacional, as NTN-Bs — títulos atrelados à inflação — de longo prazo foram emitidas com taxas de 6,10%, alcançando os maiores níveis em um ano. O leilão acendeu um alerta para o encarecimento dos custos de financiamento do governo e para uma piora na composição da dívida pública.

Segundo o estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, a dinâmica de elevação das taxas vinha se dando, majoritariamente, por fatores externos. No entanto, desde o anúncio de alteração nas metas fiscais, na segunda-feira, os vetores de deterioração no mercado local também passaram a ser domésticos.

"Vimos que o real teve um desempenho pior que os pares nos últimos dias e isso revela que essa piora do fiscal gerou bastante estresse. Não só levou uma depreciação mais importante do real quanto também da curva doméstica", afirma. Assim, ele aponta que a precificação do mercado para uma Selic no fim do ciclo de ajuste entre 10,25% e 10,5%; em vértices mais longos, as taxas já se aproximam de 12%.

"Qual o impacto disso? Um aumento no custo de financiamento. Se quiser emitir prefixados ou NTN-Bs, o Tesouro vai incorrer em um custo bem mais alto do que há algum tempo. E, mesmo pensando nos pós-fixados, é bem provável que, caso o cenário externo continue adverso, a Selic 'terminal' seja mais alta do que a mediana dos economistas está esperando [no Focus]. Aumentaram as chances de uma Selic mais próxima de 10% e isso vai se refletir também no custo do estoque da dívida pós-fixada", afirma.

Acima dos 6%
Taxa aceita no leilão de NTN-B 2060 é a maior em um ano



Fonte: Warren Investimentos

Nesse sentido, o economista Antonio Madeira, da MCM Consultores, observa que, diante de um momento de forte aversão a risco no mercado local, o Tesouro optou por reduzir a oferta de NTN-Bs no leilão de ontem e ofertou apenas 150 mil papéis.

O aumento das taxas, na visão de Madeira, guarda relação com a piora externa, diante de uma alta significativa dos juros reais americanos nas últimas semanas. "O outro motivo é a parte local. A mudança da meta de resultado primário do próximo ano e o momento em que isso foi anunciado, de forte nervosismo e de dificuldade do governo em avançar com seus projetos no Congresso para aumentar a arrecadação, fizeram o investidor ficar mais cauteloso", avalia.

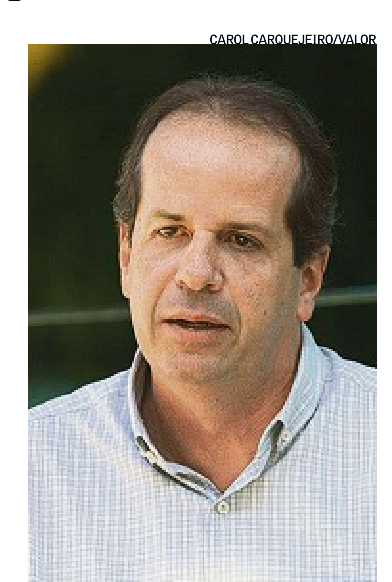
11,99%
é a taxa de juros no contrato de DI de 2033

Para o economista, essa questão ajuda a mostrar com mais clareza as dificuldades do governo para aumentar a arrecadação, mas também mostra uma falta de disposição para conter despesas. "E aí o mercado percebe que a consolidação fiscal, a estabilização da dívida, foi empurrada para frente. Isso faz com que os prêmios também subam."

Desde o início do ano, o Tesouro tem concentrado suas emissões em títulos atrelados à taxa Selic, as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Dos R$ 528 bilhões emitidos no ano de 2024, aproximadamente dois terços ocorreram por meio desta classe de títulos.

O movimento ocorreu em meio à forte elevação da curva de juros locais ao longo dos últimos meses e, neste contexto em que a curva de juros se desloca para cima de forma sustentada, há uma preferência natural do Tesouro por não emitir títulos prefixados (LTNs e NTN-Fs) e atrelados a índices de preços (NTN-Bs) devido ao seu custo crescente e para não adicionar ainda mais pressão ao mercado.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR


Goldenstein vê alta no custo da dívida

Para o gestor da Kinea Investimentos, Leandro Teixeira, do ponto de vista da gestão da dívida pública, o ideal é que a composição seja mais longa, barata e previsível possível. "Quando você emite uma LTN você sabe que, no vencimento, ela vale R$ 1 mil, não importa o que aconteça. Já no caso de um título atrelado à Selic, eu não sei o quanto ela vai valer porque ela vai variar com os juros. Forçando um pouco a barra, também é possível dizer que as receitas do governo também têm uma correlação boa com a inflação, portanto é desejável para o Tesouro emitir dívidas atreladas à inflação", afirma.

No entanto, segundo ele, o Tesouro está levando em consideração alguns motivos para concentrar suas dívidas em emissões de LFT. "Um é que ele considera a taxa alta e, em dias como hoje [ontem], que os juros futuros estão subindo muito, ele seria mais um agente forçando o mercado para cima. Desse ponto de vista, o Tesouro prefere ir para uma LFT. Ele julga que, mesmo a LFT sendo uma dívida mais danosa, ela, por ser desconhecida no futuro, ainda é considerada mais barata pelo Tesouro", afirma.

Segundo Goldenstein, pelo ocorrido no ano até o momento, a LFT tem boa chance de ficar acima do limite superior do Plano Anual de Financiamento (PAF) e as NTN-Bs de ficarem abaixo do limite inferior. "Vale lembrar que o PAF não representa uma obrigação, são diretrizes. Além disso, é provável que ele seja revisado ao longo do ano", aponta.

Teixeira, da Kinea, ainda afirma que não vê o Tesouro perto de um cenário em que seja obrigado a emitir algum papel por necessidade. "Eu não vejo o Tesouro em um momento de estar encurralado e não vejo isso no curto prazo a ponto de precisar tomar uma atitude que ele não goste".

Bancos centrais dos EUA e da zona do euro seguem caminhos opostos contra inflação

Eduardo Magossi
De São Paulo

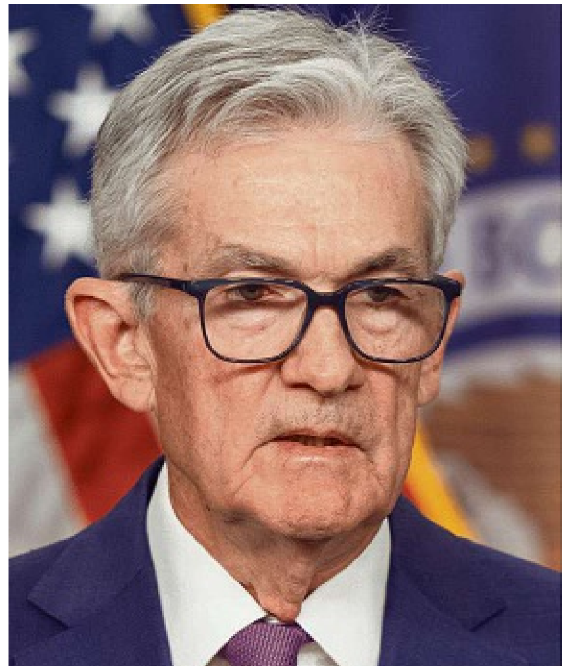
Os presidentes dos dois principais bancos centrais do mundo sinalizaram ontem que se preparam para seguir caminhos distintos em relação à política monetária. Enquanto o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, afirmou que neste momento é apropriado deixar a política monetária em um território restritivo pelo tempo que for necessário para levar a inflação de forma sustentável de volta à meta de 2%, a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, disse que o momento do primeiro corte está próximo.

Em seus comentários, Powell e Lagarde se mostraram atentos ao comportamento da inflação. Powell disse, durante participação em evento sobre as relações entre EUA e Canadá, que os dados recentes de inflação não trouxeram a confiança esperada para que o afrouxamento monetário tenha início, depois de três meses com a inflação mostrando maior resiliência que o esperado. Além da inflação, o forte resultado das vendas do varejo de março também revelou que a economia segue mais forte que o previsto.

"Os dados recentes claramente não nos deram maior confiança e, em vez disso, indicam que é provável que demore mais tempo do que o esperado para alcançar essa confiança", disse reiterando que, considerando a força do mercado de trabalho e o progresso da inflação até o momento, é apropriado permitir que a política restritiva tenha mais tempo para trabalhar.

Se Powell parece ter pisado no freio, Lagarde seguiu a trilha que vem construindo nos últimos meses, de que o BCE poderá começar a cortar os juros no verão do Hemisfério Norte, entre junho e julho. Em entrevista à rede CNBC, no intervalo entre reuniões ontem no Fundo Monetário Internacional (FMI), Lagarde disse que o início do corte de juros deve ocorrer em breve. Segundo ela, o processo desinflacionário da zona do euro está ocorrendo conforme o previsto. "Apenas precisamos ter mais confiança neste processo desinflacionário, mas se ele se mover de acordo com nossas expectativas, se não enfrentarmos nenhum choque, estamos caminhando para o momento em que teremos que moderar a política monetária restritiva", disse ela.

ALEX BRANDON/AP E TING SHEN/BLOOMBERG



Powell, do Fed, mantém política monetária contracionista, enquanto Lagarde, do BCE, vê corte de juros em breve

Lagarde reiterou, contudo, que isso vai acontecer caso não ocorra nenhum evento que traga mudanças ao movimento descendente da inflação. A presidente do BCE já havia afirmado, na semana passada, no comunicado de política monetária que deixou os juros inalterados, que a continuidade do processo desinflacionário sugeria que o momento do corte está próximo.

Ao manter sua expectativa de corte para breve, Lagarde também segue em sua posição de que o BCE é dependente de dados e não "dependente do Fed", como afirmou na semana passada.

A expectativa do mercado é que o primeiro corte de juros ocorra na reunião do BCE de junho. Já os analistas especulam que o primeiro corte do Fed poderá ocorrer apenas em setembro.

Com o BCE cortando os juros bem antes do Fed, o primeiro impacto será no câmbio. O economista da XP, Francisco Nobre, lembra que Lagarde afirmou, na semana passada, que o BCE não visa proteger diretamente o câmbio, o que reforça a probabilidade de um corte já em junho.

Para Claus Vistesen e Melanie Debono, economistas da Pantheon, o BCE não deveria se preocupar com a desvalorização do euro se cortar as taxas de juros antes do Fed. Segundo eles, os fundamentos econômicos não apoiam a ideia do euro possa cair em uma armadilha se o Fed mantiver as taxas inalteradas por mais tempo. Depois dos últimos dados que mostraram a resiliência da economia americana, Jonathan Petersen, da Capital Economics, revisou sua projeção para o dólar DXY para o fim do ano de 103 para 107 pontos, diante da expectativa de que o dólar siga forte em relação às demais outras moedas globais.

Uma forte alta do dólar e dos rendimentos dos Treasuries foram o respaldo dos comentários "hawkish" (favorável ao aperto) de Powell. O Índice DXY subiu 0,15% a 106,37 pontos, enquanto o rendimento do Treasury de 2 anos chegou a ser negociado acima de 5% e fechou a 4,998%, de 4,929% do dia anterior. Já as bolsas foram pressionadas pela aversão ao risco, com S&P 500 e Nasdaq registrando quedas respectivamente de 0,21% e 0,12%. O índice Dow Jones subiu 0,17% amparado pela alta das ações da UnitedHealth, que registrou lucro acima do esperado no primeiro trimestre.

FMI faz alerta sobre desinflação estagnada

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O processo de desinflação nas principais economias globais pode ter começado a se estagnar, afirma o capítulo 1 do Relatório de Estabilidade Financeira Global (GFSR), elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O órgão alerta para o risco de que, conforme os índices de preços se mostrem mais elevados, a narrativa de "última milha" da inflação seja colocada em xeque.

"Existem evidências recentes de que a desinflação pode ter se estagnado em alguns países e que a inflação subjacente pode ser persistente em alguns setores", afirmam os técnicos do organismo internacional. "A estagnação da desinflação poderá surpreender os investidores, que estão cada vez mais convencidos de que a batalha contra a inflação já foi vencida e as taxas baixas prevalecerão de novo."

O documento faz a ressalva de que "em alguns países, o núcleo da inflação foi superior às previsões dos analistas durante meses consecutivos". Para os especialistas do FMI, "leituras mais elevadas do que o esperado poderão desafiar a narrativa da última milha, conduzindo potencialmente a uma reavaliação dos preços no mercado financeiro e a uma maior volatilidade".

Uma mudança súbita de sentimento dos investidores pode afetar, especialmente, o mercado global de dívida. Segundo o FMI, "as vulnerabilidades da dívida continuam a crescer, com os setores público e privado em muitos países tendo contraído empréstimos pesados, embora as taxas de juro ainda estejam elevadas e o crescimento econômico provavelmente não acelere".

> Relatório aponta risco de narrativa de "última milha" ser posta em xeque e surpreender investidores

O GFSR lembra que "um sentimento de otimismo permeou os mercados financeiros, num contexto de confiança de que os BCs irão flexibilizar a política monetária nos próximos meses". O fundo ressalta que, diante destas expectativas, "os mercados de ações em todo o mundo subiram substancialmente e os 'spreads' [retorno acima do custo de oportunidade] de empréstimos corporativos e soberanos diminuíram". Além disso, "as moedas e os fluxos de capitais dos principais mercados emergentes permaneceram resilientes, enquanto vários mercados fronteiriços recuperaram o acesso ao financiamento internacional".

A perspectiva de um desafio maior que o esperado para os BCs globais, especialmente o Federal Reserve (Fed, dos EUA), conseguirem completar a missão de controle sustentado de preços pode aumentar a aversão à tomada de risco. Junto a essa questão, os especialistas do fundo ressaltam existirem outros obstáculos, como as tensões geopolíticas, vulnerabilidades na China e no setor imobiliário comercial nos EUA.

Após uma rápida desaceleração mundial, a inflação divergiu mais recentemente entre os países. "Os dados deste ano mostram que a inflação subjacente acelerou nos três meses mais recentes, em comparação com os três meses anteriores, numa série de grandes economias avançadas e emergentes."

O relatório de estabilidade financeira ressalta que, nas economias com inflação persistente e acima da meta, "os BCs não devem relaxar as condições muito cedo para evitar ter de recuar mais tarde e devem resistir às expectativas excessivamente otimistas quanto à flexibilização".

M&A Após dois anos de retração, transações envolvendo empresas somam 122 em março ante 165 em janeiro e fevereiro juntos

Fusões e aquisições começam a dar sinais de melhora no ano

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Depois de experimentar uma queda vertiginosa nos últimos dois anos, as operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) no Brasil voltaram a ganhar fôlego em março, refletindo um aumento de mandatos pelos bancos no país. Dados da consultoria PwC mostram que no mês foram anunciados 122 operações, ante 165 em janeiro e fevereiro juntos. Apesar disso o número de transações anunciadas apresentam pequena queda em relação ao começo do ano passado, período do que já foi muito fraco na esteira da crise da Americanas, deflagrada no início de 2023.

Se o cálculo for em valores, por outro lado, o início do ano representou crescimento na casa de 77%, chegando em R$ 31,2 bilhões, segundo dados coletados pela butique de M&A RGS. O resultado, contudo, contou com a influência da fusão bilionária do setor de moda entre Arezzo e Soma. Sem essa transação, o aumento teria sido de 33% no mesmo intervalo, com R$ 23 bilhões transacionados.

Segundo os dados coletados pela PwC, no primeiro trimestre foram um total de 287 transações, queda de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2023, foram anunciadas 1.287 operações de M&A, ante 1.556 em 2022 e 1.659 de um ano antes.

O sócio da PwC responsável pela área de M&A, Leonardo Dell'Oso, afirma que a queda do número de transações é explicada pelos juros elevados nos Estados Unidos, que impulsionou uma migração do capital para o Tesouro americano, mas que agora algumas das operações começaram a sair do papel.

O executivo aponta que outro fator que levou a uma queda das aquisições foi o chamado "freio de arrumação", com muitas empresas tendo que olhar para dentro de casa por conta das aquisições feitas em 2021, um ano de muitos operantes impulsionadas pela ampla liquidez global.

Para Dell'Oso, outro ponto que tem facilitado novos anúncios de transações tem sido, segundo ele, um ajuste nos preços de ativos, o que tem equacionado as demandas do lado dos vendedores e compradores. E, segundo ele, um impulsionador para maior atividade ao longo dos próximos meses deve vir dos fundos de private equity (que compram participação de empresas), que estão capitalizados e prontos para irem às compras.

O sócio da RGS, Fábio Jamra, aponta a estabilização dos juros nos Estados Unidos e a queda nas taxas no Brasil como catalisadores de novos negócios. "Também tem o fim do primeiro ano do novo governo, que sempre traz incerteza sobre a condução da política fiscal e econômica. Observamos melhoria no número e valor transacionado, assim como melhor distribuição entre os setores, com recuperação especialmente nos de saúde e educação, em relação a 2023", diz.

A atividade deverá acelerar de fato em 2025, sendo um importante vetor a reabertura do mercado de ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) no Brasil. Para este ano, Dell'Oso, da PwC, projeta um mercado entre 1.200 e 1.300 transações anunciadas, com o volume de 2022 sendo retomado no ano que vem.

DIVULGAÇÃO



"Juros altos nos Estados Unidos e 'freio de arrumação' explicam queda nas aquisições"
Leonardo Dell'Oso

Lula pede 'juros mais baixos' em nova linha de crédito para MEI

Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu em reunião ontem que o governo tem que garantir "juros mais baixos" e "prazos mais adequados" — do que os praticados atualmente no mercado — na linha de crédito que deve ser lançada nos próximos dias para microempreendedores. A informação foi confirmada ao **Valor** por auxiliares envolvidos no tema.

A reunião, realizada no Palácio do Planalto, envolveu tanto o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, como os titulares da Casa Civil, Rui Costa, e da secretaria-executiva da Fazenda, Dario Durigan.

O encontro serviu para que auxiliares de Dias fizessem uma apresentação ao presidente sobre as mudanças feitas para "reconstruir" o chamado Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O assunto é importante porque o cadastro deve servir de base para que o governo possa ofertar uma linha de crédito para microempreendedores individuais (MEIs).

Na visão do governo petista, o CadÚnico teria sido "destruído" na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro e, por isso, seria necessário sua "modernização" antes do lançamento da tal linha de crédito. O **Valor** apurou que a apresentação foi feita pela secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Letícia Bartholo, e agradou o presidente da República.

Segundo interlocutores, Lula defendeu, por exemplo, que a devida modernização e atualização do cadastro é relevante porque, desta forma, "cada centavo das políticas sociais chegará realmente a quem mais precisa".

Como mostrou o **Valor** há alguns dias, a nova linha de crédito deve ser objetivo de uma medida provisória (MP), a ser enviada ao Congresso Nacional. A MP seria lançada na última segunda-feira, mas o Palácio do Planalto decidiu adiar sua apresentação por conta de ajustes no texto. Ainda não foi divulgada uma nova data para a solenidade.

A MP deve trazer quatro medidas que facilitarão o crédito para MEIs e micro e pequenos empresários — isso porque pesquisas em poder do Planalto mostram que parcela importante desse segmento tem uma visão negativa do governo.

Em termos práticos, serão anunciadas linhas de crédito para inscritos no CadÚnico, a taxas de juros prefixadas, e empréstimos para MEIs e microempresas, em condições mais favoráveis do que as atualmente praticadas no mercado.

O crédito a MEIs e microempresários passará a contar com apoio do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Dessa forma, segundo simulações realizadas pela área técnica, as taxas de juros cobradas podem cair pela metade. Isso ocorre porque o FGO banca o risco de inadimplência, e por isso os bancos podem cobrar taxas menores.

O texto também prevê autorização para renegociação de dívidas do Pronampe e uma versão do Desenrola para empresas. Ainda constarão da MP regras do mecanismo de proteção cambial para investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis — o objetivo é dar mais segurança ao capital externo.

INÊS249

Investigação Apuração de supostos crimes cometidos por empresa de SC envolve gestora 'cripto'

Sócios da Titanium são indiciados pela PF

Ricardo Bomfim
De São Paulo

A investigação da Polícia Federal sobre supostos crimes cometidos pela Sbaraini Administradora de Capitais levou ao indiciamento de dois sócios da gestora focada em tecnologia e criptoativos Titanium Asset, que teve os fundos bloqueados para resgate dos cotistas. São eles os irmãos Claudio Miguel Miksza Filho e Guilherme Bernert Miksza, que aparecem como suspeitos de lavagem de dinheiro.

Criada pelos mesmos sócios fundadores da Titanium, a instituição de pagamento MK BR foi vendida em 2021 para o empresário Eduardo Sbaraini, que a utilizou para fazer captação de investimentos de clientes e gestão de capital. O objetivo declarado da empresa era oferecer uma rentabilidade para os investidores por meio de operações de arbitragem entre exchanges de criptomoedas.

Segundo Felipe Américo Moraes, advogado criminalista que representa diversos investidores que se apresentam como vítimas no caso, ainda não existem provas de que a Sbaraini funcionou como uma pirâmide financeira, embora haja suspeitas.

O caso veio à tona em novembro de 2023, quando a PF deflagrou a Operação Ouranós, na qual foram cumpridos 28 mandados de busca e apreensão e 11 medidas cautelares diversas da prisão contra 12 pessoas físicas e mais de 50 empresas ligadas a Sbaraini. A Titanium chegou a ser afastada da gestão dos fundos, mas depois retomou o trabalho. Os fundos estão fechados para resgate desde novembro, apesar de a Titanium ter recuperado a gestão deles em fevereiro. A PF disse, na ocasião, que investigava um esquema que teria captado R$ 1 bilhão em "estrutura semelhante a pirâmide financeira".

"A partir dessa captação bilionária, os recursos transitaram em várias contas de passagem, de diversas empresas, por meio de blindagem patrimonial, visando esvaziar o patrimônio da instituição financeira clandestina", informaram em nota as autoridades. Apesar de operar em Santa Catarina, a Sbaraini tinha mais de 7 mil clientes em 17 Estados e até no exterior.

Morais aponta, contudo, que o motivo principal para a PF ter determinado o bloqueio das contas da empresa é que ela operaria com investimento coletivo sem uma licença da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "Se a PF concluir que foi uma pirâmide, precisará encaminhar para a Polícia Civil. Por ora, o indiciamento trata de oferta irregular de investimentos", explica.

A entrada da Titanium no caso se deu pelas circunstâncias da venda da MK para Sbaraini. Uma fonte que não quis se identificar afirmou que os sócios da Titanium teriam recebido por volta de R$ 30 milhões na operação, e que estes valores foram usados como "seed money" para a instalação dos fundos da Titanium — esta sim uma empresa autorizada e regulada pela CVM para operar no segmento. A PF alega que fundos provenientes de crimes teriam sido ocultados pela gestora.

"Se a PF concluir que foi pirâmide, precisará encaminhar à Polícia Civil. Por ora, trata-se de oferta irregular de investimentos"
Felipe A. Moraes

Morais confirma que a versão é plausível, visto que a acusação que recai sobre a Titanium é de lavagem de dinheiro proveniente da prática de operações ilícitas. "O problema da Titanium é o capital que veio da Sbaraini. A conclusão da investigação é que teria ocorrido trânsito de dinheiro entre Titanium e Sbaraini", diz.

Paula Lima Hyppolito, advogada especialista em direito penal e sócia do Caputo, Bastos e Serra Advogados, afirma que para haver configuração de pirâmide é preciso que as vítimas sejam de alguma forma enganadas sobre o retorno de seus investimentos, mediante especulações ou fraudes. "Essa operação poderia constituir o início de um suposto esquema fraudulento", avalia.

Paula diz que, somadas as penas dos crimes investigados (pirâmide financeira, lavagem de dinheiro, operar instituição financeira sem autorização da autoridade competente, oferta irregular de valores mobiliários, gestão fraudulenta e organização criminosa), os envolvidos podem ser condenados a até 42 anos de prisão.

Em nota ao **Valor**, a Titanium respondeu que sempre respeitou parâmetros regulatórios e legais, nos termos das exigências da CVM, e em respeito às normas de prevenção de lavagem de dinheiro. "A empresa refuta qualquer ligação de sua marca com atividades ilícitas e ressalta que tem colaborado com a Justiça, fornecendo esclarecimentos e documentos pertinentes diretamente ao juízo, em respeito ao sigilo do caso", afirma a gestora.

Já a Sbaraini refutou em posicionamento enviado à reportagem as acusações de que seria uma pirâmide. "Reforçamos que a própria representação da autoridade policial desqualifica essa possibilidade no processo, visto que, em cinco anos, nunca houve atraso ou falta de pagamento aos nossos clientes, e sempre com todos os impostos devidamente recolhidos."

A Sbaraini Capital diz ainda que já obteve decisões tanto do Banco Central quanto da CVM que afastariam a insinuação de que a companhia atua sem autorização, e atribui a suspeita ao fato de o mercado de criptomoedas ser relativamente novo e sujeito a dúvidas. A empresa afirma que jamais passou recursos pela Titanium e que são "empresas diferentes e de proprietários distintos". Por fim, a Sbaraini responde que toda e qualquer forma de pagamento aos clientes lesados será acatada e realizada conforme futuras determinações judiciais.

"Ressaltamos que a Sbaraini Capital está empenhada em conseguir a liberação do acesso aos seus investimentos e a retomada das operações da empresa com a maior brevidade possível. Os esforços estão concentrados neste momento no restabelecimento da operação", disse a companhia.

Procurada, a PF não respondeu ao pedido de posicionamento até o fechamento desta edição.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 16/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.611,6821820	-0,06	0,21	2,67
IRF-M	1+**	19.903,1760430	-0,60	-1,54	-0,19
IRF-M	Total	18.062,3408040	-0,43	-1,00	0,66
IMA-B	5***	9.126,9829770	-0,28	-0,37	1,67
IMA-B	5+****	11.187,8670570	-0,72	-2,12	-3,59
IMA-B	Total	9.797,2572590	-0,51	-1,28	-1,11
IMA-S	Total	6.594,3378700	0,04	0,49	3,19
IMA-Geral	Total	8.047,4176110	-0,24	-0,40	1,23

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	02/04	01/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,90	31,88	32,47	28,05	30,69	33,17
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,98	24,61	23,89	23,95	23,58	25,93
Conta garantida pré - a.a.	43,89	45,31	43,07	44,57	43,10	50,67
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,61	24,56	23,88	23,97	24,41	28,29
Vendor pré - a.a.	15,27	15,36	15,10	15,36	15,82	18,63
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	15,36	15,30	19,09	15,40	17,68	23,52
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,54	17,54	16,41	16,99	15,85	18,18
Conta garantida pós - a.a.	24,94	24,70	24,29	24,49	24,94	26,61
ACC pós - a.a.	8,57	8,93	8,87	9,04	8,90	8,22
Factoring - a.m.	3,29	3,30	3,34	3,30	3,33	3,62

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	16/04/24	15/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3100	5,3400	5,3100	4,8000
1 mês	-	5,3300	5,3300	5,3224	5,3186	4,7585
3 meses	-	5,3481	5,3481	5,3506	5,3534	4,5900
6 meses	-	5,3898	5,3898	5,3888	5,3884	4,2333
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9070	3,9090	3,8990	3,9090	2,8960
1 mês	-	3,9129	3,9127	3,9121	3,9121	2,7720
3 meses	-	3,9252	3,9250	3,9239	3,9228	2,3902
6 meses	-	3,9429	3,9422	3,9414	3,9340	1,8866
1 ano	-	3,7233	3,7024	3,6738	3,6267	0,8161
Euribor ***						
1 mês	-	3,846	3,837	3,855	3,862	2,948
3 meses	-	3,888	3,916	3,892	3,928	3,175
6 meses	-	3,820	3,868	3,851	3,908	3,510
1 ano	-	3,693	3,695	3,669	3,709	3,723
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,38	5,38	5,37	5,38	5,38	4,03
T-Bill (3 meses)	5,36	5,35	5,37	5,36	5,38	5,05
T-Bill (6 meses)	5,37	5,36	5,32	5,31	5,34	5,02
T-Note (2 anos)	5,00	4,92	4,74	4,63	4,73	4,11
T-Note (5 anos)	4,71	4,62	4,37	4,22	4,33	3,61
T-Note (10 anos)	4,67	4,60	4,36	4,20	4,31	3,52
T-Bond (30 anos)	4,77	4,72	4,50	4,35	4,43	3,74

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	Mês fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,48	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,12	12,35
CDI	0,48	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,12	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-1,00	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	0,66	14,03
IMA-B	-1,28	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-1,11	11,81
IMA-S	0,49	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,19	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-2,90	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-7,30	25,74
Índice Small Cap	-7,89	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-11,66	24,13
IBrX 50	-2,25	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-6,22	24,88
ISE	-5,44	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-7,24	26,03
IMOB	-10,33	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-15,96	41,74
IDIV	-1,16	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-4,92	27,20
IFIX	-0,17	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	2,75	23,44
Dólar Ptax (BC)	5,35	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	8,72	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	5,07	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	8,60	-1,06
Euro (BC) (4)	3,65	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	4,55	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	3,45	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	4,23	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 16/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 11/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.415.566,23					14.313,95	48.455,11	181.254,81	123.081,21
RF Indexados (2)	153.659,88	-0,03	-0,20	1,41	9,88	-433,33	-486,77	741,86	-3.821,15
RF Duração Baixa Soberano (2)	675.860,76	0,04	0,33	2,77	11,54	3.819,52	26.409,28	50.681,96	31.177,45
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	799.813,88	0,04	0,37	3,18	13,07	1.308,57	5.005,83	22.184,59	12.772,87
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	126.451,06	0,04	0,05	3,20	12,65	880,21	3.347,08	23.788,53	30.128,66
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.263,04	0,01	0,13	2,54	8,99	25,27	625,53	-1.072,74	-5.440,10
RF Duração Livre Soberano (2)	231.932,11	0,01	0,20	2,46	11,14	492,68	718,35	8.906,97	-6.614,57
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	679.915,49	0,01	0,24	2,74	11,91	5.328,83	4.141,26	18.650,52	-14.902,41
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	316.820,44	-0,01	0,13	2,93	14,21	430,87	7.686,86	38.725,74	91.590,98
Ações	618.687,76					89,07	-267,08	-315,85	26.562,44
Ações Indexados (2)	11.174,90	-0,50	-0,58	-4,96	19,71	7,70	251,75	1.179,33	-875,11
Ações Índice Ativo (2)	35.205,07	-0,46	-1,00	-4,12	20,00	3,49	-59,35	-1.297,13	-3.477,90
Ações Livre	225.945,35	-0,37	-1,17	-1,62	24,85	-52,54	-531,11	-311,97	-12.809,29
Fechados de Ações	126.426,83	-0,36	-0,25	-2,73	6,16	13,09	166,70	-772,97	28.758,73
Multimercados	1.654.927,71					-747,14	-8.113,26	-37.657,35	-175.360,01
Multimercados Macro	162.787,67	-0,10	-0,71	0,46	7,76	-188,82	-2.797,85	-12.654,42	-44.756,06
Multimercados Livre	624.597,22	-0,02	-0,11	1,51	9,86	-428,00	2.198,11	6.543,84	-43.333,27
Multimercados Juros e Moedas	53.554,04	0,02	0,23	2,85	12,32	-39,60	-1.007,76	-3.155,78	-12.053,30
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.684,67	0,00	0,21	2,32	11,95	-120,55	-6.841,72	-29.424,00	-68.313,06
Cambial	6.077,59	0,21	1,82	6,60	7,91	-5,31	-51,68	-225,50	-1.432,65
Previdência	1.404.089,36					224,22	1.695,86	12.893,84	38.683,19
ETF	40.930,44					67,08	-1.555,12	-3.913,70	-1.296,72
Demais Tipos	1.967.178,66					2.832,69	2.944,45	33.461,13	34.934,36
Total Fundos de Investimentos	**7.140.279,09**					**13.941,87**	**40.163,84**	**152.036,26**	**10.237,46**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.564.273,22**					**1.087,75**	**6.793,74**	**3.950,31**	**71.202,94**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.751.991,54**					**15.029,62**	**46.957,58**	**155.986,56**	**81.440,40**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	16/04/24	15/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,00
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0235
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,43
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9811
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,36	10,30	10,30	10,36	10,49	13,60
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,28	10,17	10,04	10,05	10,14	13,43
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,52	10,57	10,66	10,76	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,40	10,42	10,50	10,64	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,30	10,30	10,37	10,49	13,60
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,31	10,23	10,19	10,25	10,35	13,55
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,28	10,17	10,05	10,06	10,15	13,44
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,17	9,89	9,85	9,90	12,82

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 16/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.558,67	10,664	209.511	10,656	10,666	10,660
Vencimento em jun/24	98.742,74	10,477	142.821	10,466	10,500	10,490
Vencimento em jul/24	97.977,98	10,406	1.151.104	10,372	10,436	10,434
Vencimento em ago/24	97.119,24	10,320	25.557	10,285	10,345	10,345
Vencimento em set/24	96.300,82	10,288	6.931	10,245	10,315	10,280
Vencimento em out/24	95.519,38	10,285	1.418.102	10,190	10,340	10,330
Vencimento em nov/24	94.674,03	10,276	5.112	10,250	10,285	10,275
Vencimento em dez/24	93.974,59	10,283	31.958	10,225	10,355	10,355
Vencimento em jan/25	93.211,80	10,282	3.124.051	10,180	10,350	10,335
Vencimento em fev/25	92.405,94	10,301	3.778	10,290	10,330	10,295
Vencimento em mar/25	91.673,52	10,323	1.584	10,250	10,360	10,320
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em mai/24	5.260,25	1,38	493.635	5.205,50	5.299,00	5.295,00
Vencimento em jun/24	5.273,34	1,38	390	5.249,50	5.324,00	5.324,00
Vencimento em jul/24	5.288,00	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.304,68	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.320,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em mai/24	5.594,97	1,43	5	5.605,50	5.605,50	5.605,50
Vencimento em jun/24	5.616,94	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.640,09	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em abr/24	124.393	-0,84	109.615	123.760	125.280	124.060
Vencimento em jun/24	126.108	-0,84	48.325	125.465	127.110	125.885
Vencimento em ago/24	127.918	-0,81	40	128.455	128.485	128.480

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 16/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2628	5,2635	1,72	5,35	8,72	6,43
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2691	5,2697	1,64	5,07	8,60	7,21
Dólar Turismo (R$/US$)	5,3003	5,4803	1,61	5,23	8,57	6,97
Euro (BC) - (R$/€)	5,5923	5,5951	1,59	3,65	4,55	3,04
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5963	5,5969	1,60	3,45	4,23	3,57
Euro Turismo (R$/€)	5,6627	5,8427	1,61	3,58	4,20	3,38
Euro (BC) - (US$/€)	1,0626	1,0630	-0,13	-1,61	-3,84	-3,19
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.382,91	0,05	6,08	15,38	18,98
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.369,00	0,93	7,34	14,87	16,38

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	16/04/24	15/04/24	No fim de mar/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	158.375,57	159.578,26	171.154,28	173.997,89	-0,75	-7,47	-8,98
Valor-Coppead Mínima Variância	95.193,53	95.956,19	96.143,88	93.533,91	-0,79	-0,99	1,77

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 16/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 16/04/24

Índice	16/04/24	15/04/24	Em 28/03/24	29/12/23	16/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	172,61	174,15	177,78	165,54	154,42	-0,88	-2,91	4,27	11,78
S&P BNY Emergentes	320,34	323,30	327,04	312,75	287,75	-0,92	-2,05	2,43	11,32
S&P BNY América Latina	203,39	207,13	215,02	225,28	195,69	-1,80	-5,41	-9,72	3,93
S&P BNY Brasil	201,59	205,73	214,40	232,95	195,13	-2,01	-5,97	-13,46	3,31
S&P BNY México	323,49	329,27	342,11	331,67	310,84	-1,76	-5,44	-2,46	4,07
S&P BNY Argentina	216,04	215,84	211,50	178,27	129,73	0,09	2,15	21,19	66,53
S&P BNY Chile	139,71	142,19	147,40	162,12	177,53	-1,75	-5,21	-13,82	-21,30
S&P BNY Índia	2.697,33	2.707,95	2.755,62	2.923,01	2.778,62	-0,39	-2,12	-7,72	-2,93
S&P BNY Ásia	201,48	203,83	206,96	189,60	171,06	-1,16	-2,65	6,26	17,78
S&P BNY China	292,32	295,95	306,36	336,11	337,98	-1,23	-4,58	-13,03	-13,51
S&P BNY África do Sul	223,79	227,93	205,76	199,87	248,79	-1,82	8,76	11,97	-10,05
S&P BNY Turquia	24,37	24,32	23,46	22,45	21,18	0,22	3,90	8,55	15,07

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
30/03 a 30/04	0,0769	0,6028	0,6028	0,7474
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861	0,5861	0,7563
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811	0,5811	0,7512
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464	0,5464	0,7065
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228	0,5228	0,6829
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812	0,5812	0,7513
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572	0,5572	0,7173
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212	0,5212	0,6812
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570	0,5570	0,7171
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828	0,5828	0,7530

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 16/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.389	-0,75	-2,90	-7,30	17,04
IBrX	52.544	-0,72	-2,74	-6,92	17,03
IBrX 50	20.834	-0,66	-2,25	-6,22	17,43
IEE	85.718	-1,12	-3,31	-9,73	10,01
SMLL	2.079	-0,85	-7,89	-11,66	10,49
ISE	3.491	-1,04	-5,44	-7,24	14,89
IMOB	849	-0,29	-10,33	-15,96	17,85
IDIV	8.627	-1,01	-1,16	-4,92	20,17
IFIX	3.403	-0,30	-0,17	2,75	22,33
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.632	-2,43	-7,83	-14,74	9,97
IBrX	9.983	-2,40	-7,68	-14,38	9,96
IBrX 50	3.958	-2,34	-7,22	-13,75	10,33
IEE	16.285	-2,79	-8,22	-16,97	3,36
SMLL	395	-2,52	-12,57	-18,74	3,81
ISE	663	-2,71	-10,25	-14,68	7,95
IMOB	161	-1,98	-14,89	-22,70	10,73
IDIV	1.639	-2,69	-6,18	-12,55	12,91
IFIX	646	-1,98	-5,24	-5,49	14,94

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 16/04/24	15/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	296	294	2,0	2,0	-49,0
África do Sul	379	375	4,0	0,0	53,0
Argentina	1.378	1.372	6,0	-74,0	-529,0
Brasil	221	216	5,0	11,0	26,0
Colômbia	278	278	0,0	9,0	13,0
Filipinas	82	74	8,0	2,0	24,0
México	174	174	0,0	6,0	7,0
Peru	113	110	3,0	7,0	11,0
Turquia	257	257	0,0	-10,0	-19,0
Venezuela	15.943	15.677	266,0	-2.180,0	-8.149,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	04/04/24	354.763
set/23	340.324	05/04/24	354.616
out/23	340.247	08/04/24	354.188
nov/23	348.406	09/04/24	354.798
dez/23	355.034	10/04/24	352.975
jan/24	353.563	11/04/24	352.230
fev/24	352.705	12/04/24	352.839
mar/24	355.008	15/04/24	351.796

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	16/04/24	15/04/24	12/04/24	11/04/24	10/04/24	09/04/24
Índice	2.086,90	2.094,65	2.099,77	2.099,83	2.100,13	2.105,29
Var. no dia	-0,37%	-0,24%	0,00%	-0,01%	-0,24%	0,16%
Var. no mês	-0,82%	-0,45%	-0,21%	-0,20%	-0,19%	0,06%
Var. no ano	1,05%	1,43%	1,67%	1,68%	1,69%	1,94%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 16/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6600	36,6800	0,14350	0,14360
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2628	5,2635
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,1982	36,2889	0,1450000	0,1454000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	6,9900	0,7529	0,7684
Colon (Costa Rica)	498,0000	503,0000	0,010460	0,010570
Coroa (Dinamarca)	7,0203	7,0213	0,7495	0,7498
Coroa (Islândia)	141,6300	141,9600	0,03707	0,03716
Coroa (Noruega)	10,9718	10,9748	0,4795	0,4797
Coroa (Rep. Tcheca)	23,7560	23,7660	0,2214	0,2216
Coroa (Suécia)	10,9411	10,9445	0,4809	0,4811
Dinar (Argélia)	134,5092	135,0992	0,03896	0,03913
Dinar (Kuwait)	0,3082	0,3083	17,0704	17,0782
Dinar (Líbia)	4,8226	4,8449	1,0863	1,0914
Direitos Especiais de Saque ***	1,3142	1,3142	6,9164	6,9173
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6723	3,6726	1,4330	1,4333
Dirham (Marrocos)	10,1640	10,1690	0,5175	0,5179
Dólar (Austrália)***	0,6408	0,6409	3,3724	3,3734
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2628	5,2635
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5884	2,6341
Dólar (Canadá)	1,3823	1,3827	3,8062	3,8078
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,3028	6,3800
Dólar (Cingapura)	1,3645	1,3653	3,8547	3,8575
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2628	5,2635
Dólar (Hong Kong)	7,8318	7,8321	0,6720	0,6721
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5883	0,5887	3,0961	3,0986
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7533	6,8260	0,7710	0,7794
Euro (Comunidade Européia)***	1,0626	1,0630	5,5923	5,5951
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8916	2,9496
Franco (Suíça)	0,9127	0,9131	5,7637	5,7670
Guarani (Paraguai)	7401,2200	7402,4400	0,0007110	0,0007112
Hryvnia (Ucrânia)	39,5500	39,6000	0,1329	0,1331
Iene (Japão)	154,5600	154,5900	0,03404	0,03405
Lev (Bulgária)	1,8399	1,8407	2,8591	2,8608
Libra (Egito)	48,4500	48,5500	0,1084	0,1086
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000059	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2433	1,2437	6,5432	6,5462
Naira (Nigéria)	1138,1300	1140,1300	0,00462	0,00463
Lira (Turquia)	32,5009	32,5090	0,1619	0,1619
Novo Dólar (Taiwan)	32,5120	32,5420	0,16170	0,16190
Novo Sol (Peru)	3,7596	3,7618	1,3990	1,4000
Peso (Argentina)	868,5000	869,0000	0,00606	0,00606
Peso (Chile)	984,7300	985,3200	0,005341	0,005345
Peso (Colômbia)	3931,6900	3933,6900	0,001338	0,001339
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2193	0,2193
Peso (Filipinas)	56,9530	56,9730	0,09237	0,09242
Peso (México)	16,9961	17,0066	0,3095	0,3097
Peso (Rep. Dominicana)	58,8300	59,3100	0,08873	0,08947
Peso (Uruguai)	38,8900	38,9200	0,13520	0,13530
Rande (África do Sul)	19,0188	19,0239	0,2766	0,2768
Rial (Arábia Saudita)	3,7510	3,7512	1,4030	1,4032
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001253	0,0001253
Ringgit (Malásia)	4,7900	4,7940	1,0978	1,0989
Rublo (Rússia)	94,1455	94,1545	0,05590	0,05591
Rúpia (Índia)	83,6370	83,6920	0,06288	0,06293
Rúpia (Indonésia)	16170,0000	16180,0000	0,0003253	0,0003255
Rúpia (Paquistão)	278,2500	278,4000	0,01890	0,01892
Shekel (Israel)	3,7471	3,7671	1,3970	1,4047
Won (Coréia do Sul)	1391,9500	1392,5500	0,003779	0,003781
Yuan Renminbi (China)	7,2383	7,2387	0,7270	0,7272
Zloty (Polônia)	4,0996	4,1008	1,2834	1,2839
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2385,99	0,01304	403,5890	403,6426

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	16/04/24	15/04/24	No dia	Variações % No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	37.798,97	37.735,11	0,17	-5,05	0,29	11,55	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.713,66	17.706,83	0,04	-2,96	5,28	35,43	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	15.865,25	15.885,02	-0,12	-3,14	5,69	30,86	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.051,41	5.061,82	-0,21	-3,86	5,90	22,08	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.642,88	21.740,20	-0,45	-2,36	3,27	5,17	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	55.797,25	55.984,00	-0,33	-2,74	-2,77	2,46	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.368,26	1.380,21	-0,87	2,65	14,48	9,17	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	65.445,70	64.994,51	0,69	17,67	13,16	132,78	28.289,42	65.445,70
Chile	Santiago	IPSA	6.430,61	6.479,67	-0,76	-3,21	3,76	18,71	5.226,93	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.393,84	27.455,16	-0,22	-3,43	5,52	21,87	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.203.237,81	1.197.527,13	0,48	-0,84	29,42	336,40	275.405,88	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.501,87	1.521,47	-1,29	-1,60	7,62	8,71	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.766,23	18.026,58	-1,44	-3,93	6,06	12,39	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	7.932,61	8.045,11	-1,40	-3,33	5,16	5,49	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	33.393,85	33.954,28	-1,65	-3,90	10,02	19,81	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.796,92	3.853,74	-1,47	-1,27	2,40	-1,07	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.613,41	2.648,05	-1,31	-2,10	14,45	25,33	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.526,90	10.687,20	-1,50	-4,95	4,21	12,43	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.357,30	1.390,69	-2,40	-4,57	4,96	23,08	1.085,11	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	874,67	884,07	-1,06	-0,81	11,17	14,88	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	65.428,99	67.407,86	-2,94	0,07	7,93	51,16	43.263,82	67.407,86
Polônia	Varsóvia	WIG	81.281,34	83.173,12	-2,27	-1,77	3,60	32,61	61.293,06	84.664,91
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.224,16	6.268,88	-0,71	-0,90	-2,69	1,15	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.155,46	1.166,92	-0,98	1,63	6,64	17,55	969,33	1.166,92
Suécia	Estocolmo	OMX	2.491,76	2.523,40	-1,25	-1,05	3,90	10,77	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.196,67	11.395,81	-1,75	-4,55	0,53	-1,29	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.548,09	9.679,80	-1,36	4,44	27,82	87,48	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.932,28	1.938,67	-0,33	-4,97	3,01	11,52	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	72.999,63	74.518,63	-2,04	-2,06	-5,06	-7,44	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.471,20	39.232,80	-1,94	-4,70	14,96	35,02	28.416,47	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.862,30	8.009,40	-1,84	-3,57	0,42	3,99	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.638,44	1.702,68	-3,77	-6,25	-10,85	-23,33	1.433,10	2.141,40
China	Xangai	SSE Composite	3.007,07	3.057,38	-1,65	-1,12	1,08	-9,92	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.609,63	2.670,43	-2,28	-4,99	-1,72	1,48	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.248,97	16.600,46	-2,12	-1,77	-4,68	-20,50	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	72.943,68	73.399,78	-0,62	-0,96	0,97	20,71	59.567,80	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.164,81	Feriado	-1,68	-1,70	-1,48	5,08	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	Feriado	-	1,34	-1,38	-12,32	1.356,54	1.600,41
Taiwan	Taipé	TAIEX	19.901,96	20.449,77	-2,68	-1,93	10,99	24,94	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares





TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

AVISO AOS ACIONISTAS

DELIBERAÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") comunica aos Senhores Acionistas que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de abril de 2024, aprovou a declaração de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"), nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei 9.249/95 e da Resolução CVM nº 143/2022, no montante bruto de R$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando no montante líquido de R$ 323.000.000,00 (trezentos e vinte e três milhões de reais), com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2024. O valor por ação está descrito na tabela abaixo:

Provento	Data da Declaração	Posição acionária	Valor Bruto por Ação	Imposto de Renda Retido na Fonte (15%)	Valor Líquido por Ação
Juros Sobre Capital Próprio	16/04/2024	29/04/2024	0,22994292518	0,03449143877	0,19545148641

Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em 2025.

O crédito dos JSCP será realizado de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 29 de abril de 2024. Após esta data as ações serão consideradas "ex-juros". O pagamento desse provento será realizado até 30 de abril de 2025, devendo a data ser definida pela Diretoria da Companhia.

Os valores dos JSCP por ação poderão sofrer ajustes a serem apurados considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 29 de abril de 2024 em função de eventuais aquisições de ações dentro do Programa de Recompra de Ações da Companhia em vigor.

Os acionistas imunes ou isentos do imposto de renda, de acordo com a legislação vigente, deverão fazer prova de tal condição, até o dia 03 de maio de 2024, junto ao Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A., instituição depositária de ações escriturais, situado na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo Velho, subsolo – Vila Yara – CEP: 06029-900 – Osasco - SP.

São Paulo, 16 de abril de 2024.

David Melcon Sanchez-Friera
CFO e Diretor de Relações com Investidores
Telefônica Brasil – Relações com Investidores
Tel: +55 11 3430 3687
Email: ir.br@telefonica.com
https://ri.telefonica.com.br/pt

INÊS249

Entrevista Presidente da B3, Gilson Finkelsztain, amplia aposta em novos produtos e análise de dados para enfrentar futura concorrência

‘Bolsa, em nenhum lugar do mundo, é negócio para fintech’

Daniele Camba
De São Paulo

Nas últimas semanas, a B3 se deparou com notícias de que há pelo menos dois grupos se movimentando para montar bolsas no Brasil. A primeira foi a CSD BR, que tem como sócios a Chicago Board Options Exchange (CBOE), o Santander e o BTG Pactual. E, mais recentemente, veio a notícia da ATS, uma controlada da ATG, comprada pelo fundo Mubadala de Abu Dhabi. Para o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, não há o que temer. Na visão dele, a bolsa já enfrenta concorrência em setores diferentes, sem contar a disputa global, que para ele é bem mais nociva.

Mesmo se mostrando tranquilo, Finkelsztain afirma que a bolsa está preparada para esse cenário, com todos os canhões voltados para a criação de novos produtos. A B3 tem lançado novidades com uma frequência que não se via antes. Para diversificar a receita, também vem trabalhando com afinco na área de dados e o presidente da empresa espera que essa frente de atuação, que hoje representa 5% da receita, possa chegar a ser 15%. Sobre o potencial do mercado, o executivo acredita que os 5 milhões de CPFs com contas na bolsa podem chegar aos 10 milhões.

A seguir, os principais trechos da entrevista que o presidente da B3 concedeu ao **Valor**:

Valor: *Existem grupos diferentes se movimentando para montar bolsas concorrentes da B3. Como o senhor vê a possibilidade de a bolsa enfrentar uma concorrência de fato pela primeira vez?*

Gilson Finkelsztain: Primeiro, já temos competição em vários mercados. Já temos outros players em balcão, a própria CSD, por exemplo, a Nuclea, a Laqus, depositária, Cerc, todas concorrentes da B3. Muita gente nos acusa de termos monopólio. Como assim monopólio? A regra é igual para todo mundo, quem quiser pode lançar uma bolsa. Só que é natural que, dada a relevância do negócio, exige capital, investimento, caixa. Então, é um negócio que, em nenhum lugar do mundo, é feito por fintechs, porque coloca em risco o mercado inteiro. No mundo, o negócio bolsa é concentrado. E, além da competição local, a gente enfrenta a competição global há muitos anos. Essa, aliás, é a que mais me preocupa. A competição local é ótima para provocar a gente para cada vez mais fazer as coisas [de forma] melhor e mais rápido. O que mais me preocupa é a competição global, porque as bolsas emergentes acabam exportando a sua liquidez para os mercados globais, como Nova York, Londres e Chicago.

Valor: *Como a B3 está se preparando para esses concorrentes que podem chegar ao Brasil?*

Finkelsztain: É claro que nos estimula a sermos ainda melhores. Mas já temos, por princípio, a missão de nos anteciparmos às necessidades do mercado, tendo uma disciplina muito forte na parte de inovação e de lançamento de produtos. A experiência mostra que, uma nova bolsa, em qualquer país que você for analisar, a chance de sucesso dela é muito maior se a bolsa que já está instalada não tiver infraestrutura ou tecnologia de ponta para fazer frente a esse novo integrante. E nenhuma dessas coisas me preocupa hoje. A B3 não tem nenhum gap tecnológico relevante e temos um leque muito forte de lançamentos de produtos para os próximos 12 meses, todos alinhados com as necessidades do mercado. Não há o que o mercado esteja precisando e que não estejamos pensando ou já até criamos. Às vezes, inclusive, nos antecipamos e lançamos produtos que demoram dois ou três anos para pegar. Foi assim com o COE [Certificado de Operações Estruturadas], com o Tesouro Direto, está sendo assim com os blocos de venda de ações, opção de Copom. A maior resposta que a gente tem para a concorrência é essa, de suprir os investidores naquilo que eles necessitam, nos antecipando, sempre.

Valor: *Os clientes da B3 aprovam a entrada de novas bolsas?*

Finkelsztain: Entendo que o marketing desses grupos seja: ‘olha, os clientes estão pedindo novas bolsas, eles querem uma concorrência nesse segmento’. Mas a gente não ouve isso dos clientes, eles não pedem uma nova bolsa. A gente ouve exatamente o contrário, que, eventualmente, dependendo do momento do mercado, muitas infraestruturas podem até ser pior, porque corre-se o risco de dividir a liquidez em várias bolsas.

Valor: *Mas por que isso não acontece no mercado americano, por exemplo, onde várias bolsas não comprometeram a liquidez?*

Finkelsztain: Porque o mercado americano é de cem a 150 vezes maior que o nosso. Então você pode ter um mercado fragmentado lá e mesmo assim continuar com liquidez suficiente para as 6 mil, 7 mil empresas listadas ainda terem um bom volume de negócios. Aqui, o que ouvimos dos clientes é que talvez ainda esteja muito cedo para isso.

Valor: *O senhor acha que existe a possibilidade de o mercado brasileiro continuar com uma única bolsa?*

Finkelsztain: Não tenho dúvida de que, em algum momento, o mercado vai crescer e teremos outras bolsas. Isso é sim ou sim. A gente ouve dos clientes que agora terão que se conectar com duas bolsas, monitorar dois books diferentes de negócios, executar o melhor preço que há entre os dois. Tudo isso vai exigir investimento por parte dos bancos, corretoras. E será que eles vão capturar esses investimentos com mais volume de negócios? Por isso que não há várias bolsas na Austrália, no México, na Espanha, na Itália, que são mercados mais comparáveis com o nosso.

Valor: *Fala-se no mercado que o calcanhar de Aquiles na concorrência para a B3 é a “internalização das operações”, quando uma corretora fecha um negócio entre dois clientes seus sem passar pela bolsa. É verdade?*

Finkelsztain: Hoje, a CVM já deixa que isso seja feito, mas tem um limite. Isso já existe desde 2019 e se chama RLP [sigla para “retail liquidity provider”, ou provedor de liquidez], que é quando a própria corretora se torna a contraparte da operação, em vez de outro investidor. Isso pode ser feito, mas tem um limite de 15% do volume total e 50% do volume de varejo. Nós, aqui da B3, advogamos que esses limites continuem. As corretoras internalizam as operações e só usam o sistema da bolsa para fechar a operação. Tem um marketing bonito de custo zero para o cliente. Só que não é. As corretoras ganham um spread para fazer isso. É justo? Nem sempre. Porque a corretora tenta fechar negócio entre clientes seus e os outros investidores, que estavam até antes na fila para fazer a operação, saem no fim do dia chupando o dedo. Na internalização não existe o princípio de bolsa, que é o do preço justo. O mercado passa a ter o que chamamos de ‘dark pool’, ou seja, preços no escuro, já que a formação de preços começa a ser feita de forma privada, dentro das corretoras. E quem paga a conta são os outros investidores que não participaram da formação de preços. Lá atrás, nos manifestamos para a CVM, dizendo que, mais do que a entrada de novas bolsas, nos preocupamos com a internalização mesmo.

“Eu já ficaria bastante satisfeito de ver esse número de CPFs em bolsa [hoje em 5 milhões] chegar em 10 milhões”

Valor: *Mas, se essa internalização não é boa para os mercados, por que é algo tão difundido nos EUA?*

Finkelsztain: Nos EUA, é algo bastante praticado, mas em vários outros mercados é proibido. No Canadá e no Japão é proibido, por exemplo. Tem vários outros mercados que proíbem também. E agora, nos Estados Unidos, eles estão se questionando se não foram longe demais nessa forma privada de mercado. Precisa tomar cuidado com esse marketing: ‘ah, nos EUA é super difundido, então é bom’.

Valor: *O senhor falou do esforço da bolsa de sempre estar lançando novos produtos. O que vem por aí?*

Finkelsztain: Estamos num momento fértil para muita coisa e o que mais me deixa animado agora é a evolução dos mercados de renda fixa privada. Esse mercado tá bombando. Há cinco, sete anos, os bancos se digladiavam para emprestar dinheiro para as empresas. Isso asfixiava o mercado de capitais. Os bancos já não emprestam mais tanto dinheiro. Então as operações de crédito para as empresas estão sendo feitas pelo mercado, de forma pulverizada, com uma boa participação de investidores pessoas físicas. Esse mercado se desenvolveu muito. Teve o advento das debêntures incentivadas de infraestrutura [com isenção de Imposto de Renda] que alavancou esse mercado de crédito. As corretoras fizeram um bom trabalho, fomentando esse mercado secundário de crédito privado, que já cresceu dez vezes.

Valor: *E quais produtos a bolsa está criando para esse mercado de dívida privada?*

Finkelsztain: Criamos uma plataforma de renda fixa, eletrônica, unificada para negociar títulos públicos, que é o Trademate. Estamos partindo agora para os títulos privados serem negociados nessa plataforma eletrônica. Então, faremos uma família de produtos na sequência. Queremos no futuro ter derivativo de crédito com base no spread desses títulos. Também ter o papel já ‘swapado’ [troca de rendimento] para um contrato futuro de DI ou um contrato futuro de inflação. Na família de renda fixa tem muita coisa por vir. Também lançamos uma combinação de taxa de juros, que é um contrato chamado de Exchange Defined Strategies (EDS), também conhecido como FRA. Também lançamos opções de juros. Aqui tem um mundo para se desenvolver em renda fixa, combinada com juros, com os swaps de inflação, por exemplo, que estão crescendo bastante em liquidez.

Valor: *E o que a bolsa pode fazer para ajudar no mercado de ações, que anda mais fraco?*

Finkelsztain: Os volumes de negociações de ações estão baixos. Mas o mercado de opções flexíveis de ações está bem forte. Então, as corretoras estão estimulando para os clientes institucionais e pessoas físicas operarem essas opções flexíveis. Isso nada mais é que você pegar as suas posições e tentar rentabilizar. O mercado tem sido muito criativo nas estratégias de opções flexíveis de ações e isso explica por que o número de pessoas físicas não está caindo.



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Gilson Finkelsztain, da B3: “Bolsas emergentes acabam exportando a sua liquidez para mercados globais como Nova York”

Valor: *Essas opções e outros tipos de produtos mais sofisticados estão mais do que compensando o mercado de ações parado neste ano?*

Finkelsztain: Se a gente olhar nos últimos dois anos, só para o mercado à vista de ações, incorretamente, dizemos que o mercado de capitais no Brasil não está evoluindo. Não, o mercado de ações evoluiu porque as pessoas físicas estão mais ativas, e mais ativas nessas operações mais sofisticadas. A evolução nos últimos cinco anos foi muito positiva. Hoje é muito democrático o acesso aos investimentos.

Valor: *Qual a sua expectativa para o segundo semestre?*

Finkelsztain: Eu espero que o mercado de ações melhore e que os IPOs voltem a acontecer. Mas o mercado não está parado.

Valor: *A bolsa está olhando outros mercados como, por exemplo, de infraestrutura para negociação de criptomoedas. Como está esse braço de atuação?*

Finkelsztain: Fizemos isso primeiro para o banco Inter e agora já estamos fechando outros contratos. Nós atuamos pela nossa empresa chamada B3 Digitas. Nesse mercado de cripto, cada instituição lança a sua plataforma. Então, o que a gente montou foi a infraestrutura para as corretoras oferecerem esse tipo de produto para os seus clientes. A B3 Digitas é um pouco da nossa vontade de estar perto do mundo de ‘tokenização’, da tokenização de ativos não regulados. Como é que vai ser esse futuro? Ninguém sabe, mas, eventualmente, podemos ter ativos não regulados negociados num formato de token, numa carteira digital. Já temos ativos muito diferentes sendo tokenizados e podemos, daqui a algum tempo, ter até ações. A gente tem provocado até o regulador [CVM]. Por que a gente não pode, num feriado em que a bolsa está fechada, por exemplo, transferir uma ação da Petrobras para uma carteira digital?

Valor: *Qual é a reação da CVM quando a B3 leva demandas tão sofisticadas para eles?*

Finkelsztain: Eles têm boa vontade em nos ouvir e pensar na viabilidade dessas ideias. Eles têm preocupações legítimas de proteção ao investidor, de transparência de preço. Em ativos regulados, como ações, por exemplo, está mais difícil convencê-los. É na B3 Digitas que estamos olhando e estudando esses novos mercados. A B3 Digitas vai começar a olhar até a digitalização e negociação de direitos musicais, algo super inovador. Existe todo um universo de ativos não regulados que estamos olhando e analisando como a B3 e suas empresas podem atuar.

Valor: *Essa onda de investimentos no exterior preocupa?*

Finkelsztain: Isso hoje não me preocupa. Tirava o meu sono quando havia uma desigualdade de tratamento. Quando o investidor podia ir para fora, mas não conseguia comprar BDR [recibos de ações brasileiras] na B3 porque os BDRs aqui eram proibidos. Mas isso mudou. Há dois anos, quando só os investidores qualificados podiam investir em BDRs, essa concorrência das plataformas oferecendo para os brasileiros irem investir direto no exterior me tirava sim o sono. No fim das contas, o investidor vai ter que ver se vale a pena pagar todas as taxas para investir lá fora. Essas contas no exterior possuem vários custos e muitos deles não são transparentes. Minha visão é que, para o investidor pequeno e médio, é muito vantajoso investir lá fora via BDRs. Essas contas são maravilhosas para quem faz despesa no exterior, porque isso é um cartão de débito.

Valor: *A B3 está fazendo algo para trazer mais investidores estrangeiros para o Brasil?*

Finkelsztain: Sim, a gente está conversando com a CVM para facilitarmos os trâmites de entrada do investidor não residente pessoa física no mercado brasileiro. Para o pequeno investidor, a vinda para o Brasil ainda é um pouco burocrática e com vários custos. Estamos trabalhando para melhorar isso. Deve ficar mais rápido e mais barato a vinda deles [dos estrangeiros] para cá. Em breve teremos novidades.

Valor: *Os atuais 5 milhões de CPFs que investem em ações podem chegar a quanto?*

Finkelsztain: O número que a gente persegue é o de toda a base de investidores que há no Brasil, para renda fixa e para ações, que é algo próximo de 20 milhões de CPFs. Mas nós não vamos chegar nesse número em ações, num curto espaço de tempo. Eu já ficaria bastante satisfeito de ver esse número de CPFs em bolsa chegar em 10 milhões.

“A gente está conversando com a CVM para facilitar a entrada do estrangeiro no mercado brasileiro”

Valor: *A B3 também está diversificando a sua receita, entre outras coisas, entrando no segmento de dados. Quanto essa nova área pode representar da receita da bolsa?*

Finkelsztain: Compramos duas empresas na área de dados (Neoway e Neurotech) e esse segmento hoje representa perto de 5% da receita da bolsa e imagino que possa chegar a 15%. Nós não estamos inventando a roda. A gente está copiando o que algumas bolsas fizeram lá fora. Essa diversificação tem um motivo bem claro, que é a receita da bolsa flutuar menos ao sabor do mercado. E dados tem uma geração de receita mais estável. Podemos empacotar esses dados, que podem virar soluções para os clientes, e cobrar por esses dados. As áreas de prevenção de fraudes e de redução de perdas têm sido grandes estimuladoras dessa nossa nova área. Na LSE [London Stock Exchange], por exemplo, que tem o maior destaque nessa área, mais de 80% da receita vem de dados e menos de 20% da negociação de ativos. A que ainda tem menos receita vinda de dados é a CME [Chicago Mercantile Exchange] e no meio do caminho está a Nyse, que tem se dedicado a dados do mercado imobiliário. A Nasdaq não é muito dessa área de dados, mas se dedica muito à tecnologia. Mais da metade da receita da Nasdaq vem de serviços de tecnologia. A bolsa que mais se manteve dentro do negócio original é a Bolsa de Chicago [CME], de derivativos.

Valor: *E como vem se comportando a receita da B3?*

Finkelsztain: A nossa receita cresceu muito de 2019 até 2021. E, desde então, está apenas se mantendo nos mesmos níveis. Mas não é que em todas as áreas os números estão parados. De 2021 para cá, os mercados de ações, que representam 40% da receita da B3, caíram perto de 15 a 20% ao ano. E todos os outros, renda fixa, derivativos, tecnologia, serviços e dados, que representam os outros 60%, cresceram entre 10% e 20%. Essa combinação é que fez a receita estagnar, mas pelo menos não cair. É um pouco frustrante ver esses números, claro, mas é muito diferente de dizer que todos os mercados não estão crescendo.


Marfrig
DESTAQUES
Receita Líquida de
R$ 136,5 bilhões
Diversificação de portfólio:
América do Norte 44%, BRF 39% e
América do Sul 17%.
Consolidação do controle na BRF
com mais de 50% do capital total.
Empresa do setor melhor posicionada
nos rankings globais de ESG
A Marfrig antecipou para 2025 a sua meta de
rastreabilidade total de seus fornecedores diretos e
indiretos em todos os biomas no Brasil.
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2023
www.marfrig.com.br

INÊS249

Marfrig

Marfrig Global Foods S.A.

CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 - Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras 2023



Relatório da Administração – 2023

A Administração da Marfrig Global Foods ("Marfrig" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações, com o parecer do Conselho Fiscal, e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados colaboradores, acionistas, clientes e parceiros:

Em 2023, avançamos nas duas principais avenidas de crescimento da Marfrig: a otimização do portfólio visando ao aumento de produtos de maior valor agregado e com marcas na Operação América do Sul, e o controle majoritário de nossa subsidiaria Brasil Foods - BRF.

No final de agosto, anunciamos a venda de 16 unidades de abate e um Centro de Distribuição da Operação América do Sul pelo valor total de R$ 7,5 bilhões. Mantivemos na operação os complexos industriais, com maior escala, interligados às plantas de processados e produtoras de marcas reconhecidas e valiosas, como Bassi, Montana, Paty e Vienissima!.

Além disso, ao longo dos últimos anos, realizamos investimentos significativos para aumentar a capacidade de nossas unidades remanescentes, promovendo um parque fabril mais eficiente e rentável. Isso se traduzirá em margens mais consistentes em todos os países onde atuamos.

Em relação à BRF, alcançamos ao final de 2023 o controle majoritário com 50,06% de participação no capital da companhia. Esse percentual é um importante marco na etapa de incremento de participação iniciada em 2021 e reflete nosso objetivo de capturar a geração de valor após a implementação, nos últimos dois anos, de um processo interno de melhoria na eficiência operacional e financeira da empresa, o programa BRF+.

Esse conjunto de movimentos, somados a uma sólida *performance* operacional, que detalharemos a seguir, é fundamental para prosseguirmos na estratégia de tornar a Marfrig cada vez mais diversificada tanto geograficamente quanto na produção de proteínas, tornando-a ainda mais resiliente aos ciclos voláteis inerentes ao nosso negócio.

Reforçamos também a capacidade de geração de caixa das nossas unidades de negócios e as ações de controle da alavancagem. Mesmo em um cenário mais desafiador, como foi em 2023, essa capacidade nos permitiu progredir no âmbito estratégico e ainda assim permanecer ao redor de 3x no indicador de alavancagem ajustado, quando medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA^{AJ}, considerando o montante à receber de R$ 6,0 bilhões pela venda dos ativos da América do Sul.

Encerramos 2023 com uma Receita Líquida gerencial consolidada de R$ 136,5 bilhões, com destaque para o recorde registrado na operação América do Norte, de US$ 11,9 bilhões, e os mais de R$ 53 bilhões em vendas da BRF. O EBITDA^{AJ} gerencial consolidado foi de R$ 9,3 bilhões, com margem de 6,8%.

No pilar estratégico de ESG, seguimos apresentando constante evolução do nosso plano Marfrig Verde+. Após três anos de resultados efetivos, a Marfrig investirá 100 milhões de reais para acelerar o programa e se comprometer a controlar 100% de sua cadeia de fornecimento de gado, direta e indireta, até 2025 em todos os biomas, antecipando a meta inicial de 2030.

Além de continuarmos na vanguarda da rastreabilidade, seguimos sendo reconhecidos e liderando os principais *rankings* relacionados à sustentabilidade, sendo a empresa do segmento mais bem avaliada na *FAIRR Initiative* (Rede colaborativa, sediada em Londres, com objetivo de aumentar a conscientização sobre os riscos e oportunidades em ESG no setor de proteína animal e laticínios) e no CDP (*Carbon Disclosure Project* é uma importante ONG cujo objetivo é o de construir e acelerar ações colaborativas para mitigar os impactos em relação às mudanças climáticas).

Seguimos compromissados na integridade dos indicadores de solidez financeira, sempre atuando de forma sustentável, na geração de valor para todos os nossos *stakeholders*, cadeia pecuária, para as comunidades em que atuamos, para nossos investidores e para todos os clientes e colaboradores da Companhia.

Por fim, gostaria de agradecer aos nossos acionistas, clientes, fornecedores pela confiança depositada na Companhia. Aos nossos mais de 120 mil colaboradores, nosso muito obrigado por se dedicar imensamente a uma atividade essencial para todos nós - a produção de alimentos.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

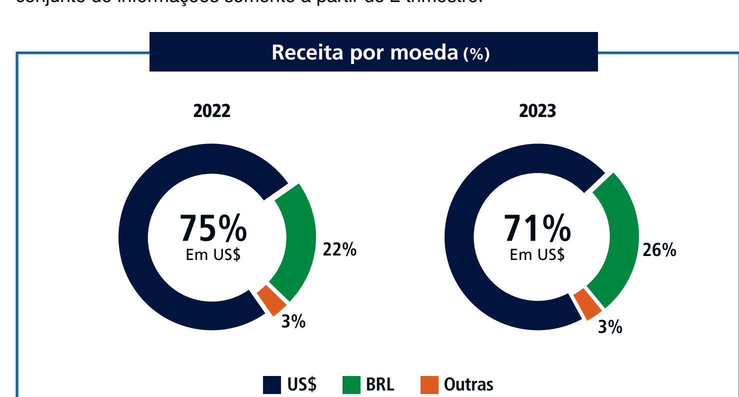
São Paulo, 27 de março de 2024, Marfrig Global Foods S.A. - Marfrig (B3 Novo Mercado: MRFG3 e ADR Nível 1: MRRTY) anuncia hoje os resultados do ano de 2023. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais nominais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os demonstrativos de resultados e Notas explicativas para o período encerrado em 31 de dezembro de 2023 arquivados na CVM.

RESULTADO CONSOLIDADO

Toneladas (Mil tons)	2023	2022	Var. %	Var. Absoluta
Volume Total	**8.285**	**7.156**	**15,8%**	**1.129**
Mercado Interno	5.278	4.865	8,5%	413
Mercado Externo	3.007	2.291	31,2%	716
R$ Milhões	**2023**	**2022**	**Var. %**	**Var. Absoluta**
Receita Líquida	**136.485**	**130.632**	**4,5%**	**5.853**
Mercado Interno	92.813	87.077	6,6%	5.736
Mercado Externo	43.672	43.555	0,3%	117
CPV	**(121.950)**	**(112.879)**	**8,0%**	**(9.071)**
Lucro Bruto	**14.535**	**17.752**	**-18,1%**	**(3.217)**
Margem Bruta (%)	10,65%	13,6%	-295 pbs	
DVGA	**(13.072)**	**(11.138)**	**17,4%**	**(1.934)**
(+) D&A	(6.926)	(5.572)	24,3%	(1,354)
EBITDA^{AJ}	**9.295**	**12.748**	**-27,1%**	**(3.453)**
Margem EBITDA^{AJ}	6,8%	9,8%	-298 pbs	

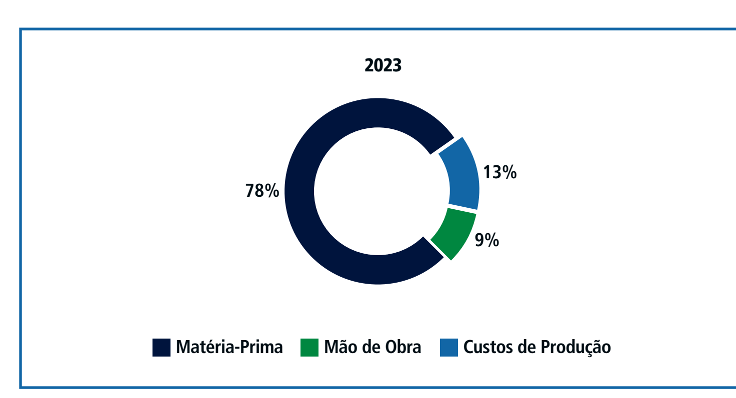
RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada da Marfrig, atingiu R$ 136.485 milhões em 2023, recorde da Companhia e aumentando 4,5% em relação ao ano anterior, o incremento é explicado, principalmente pelos maiores preços praticados na Operação América do Norte e pela contabilização completa dos resultados da BRF, que em 2022 passou a fazer parte do conjunto de informações somente a partir do 2 trimestre.



CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Em 2023, o custo dos produtos vendidos totalizou R$ 121.950 milhões 8,0% superior a 2022. O aumento é explicado pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (*vs* 3 trimestres em 2022), pelo maior custo do gado na América do Norte, e maior volume de vendas na Operação América do Sul. Os gastos com matéria prima representaram cerca de 78% dos custos totais.



DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVGA)

Em 2023, as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 13.072 milhões, uma alta de 17,4% em relação ao valor registrado em 2022 e explicada, principalmente pelo efeito da incorporação da BRF conforme explicado nos itens anteriores.

Em 2023, as despesas com vendas foram de R$ 11.026 milhões. As despesas com vendas em função da receita líquida foram de 8,08%, o percentual é 81 pbs superior ao ano anterior, explicado pelo consolidação da BRF e seu perfil de maiores despesas em *marketing*, principalmente com campanhas de comemorativos impactando *marketing* e *trade marketing*.

As despesas gerais e administrativas somaram R$ 2.046 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,50% em linha ao ano anterior.

EBITDA^{AJ} E MARGEM EBITDA^{AJ}

Em 2023, o EBITDA^{AJ} foi de R$ 9.296 milhões, uma redução de 27% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA^{AJ} foi de 6,8%, inferior em 295 pbs em relação a margem de 2022. A redução da rentabilidade é explicada principalmente pela queda de *performance* da Operação América do Norte e parcialmente compensados pelos resultados da Operação América do Sul e BRF.

RESULTADO FINANCEIRO

R$ Milhões	2023	2022	Var. %	Var. Absoluta
Juros Líquidos Provisionados	(4.314)	(2.896)	49,0%	(1.418)
Outras Receitas e Despesas Financeiras	(502)	(1.399)	-64,1%	897
Resultado Financeiro Recorrente	**(4.815)**	**(4.295)**	**12,1%**	**(520)**
Variação Cambial	(1.306)	(2.582)	-49,4%	1.276
Resultado Financeiro Líquido	**(6.122)**	**(6.877)**	**-11,1%**	**755**

O resultado financeiro líquido de 2023 totalizou uma despesa de R$ 6.122 milhões, uma redução de 11,1% comparado a R$ 6.877 milhões em 2022.

Excluindo do resultado financeiro o efeito de variação cambial, o resultado líquido foi uma despesa de R$ 4.815 milhões, 12,1% superior ao ano anterior, explicado principalmente pela consolidação completa das informações financeiras da BRF no resultado da Marfrig (em 2022 foram 3 trimestres).

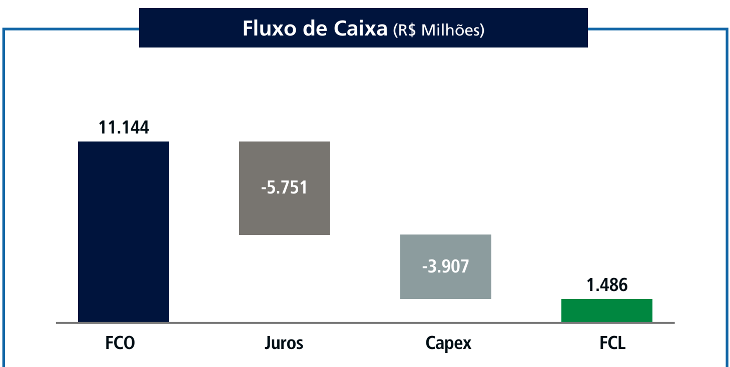
CAPEX

Em 2023, os investimentos consolidados foram de R$ 3.907 milhões, sendo R$ 1.470 destinados a investimentos na operação de bovinos como as expansões em curso das unidades de Várzea Grande no Brasil, Tacuarembó no Uruguai, San Jorge na Argentina, Liberal nos Estados Unidos, e a manutenção recorrente de todas as unidades fabris.

RESULTADO LÍQUIDO I ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR

Em 2023, o resultado líquido consolidado atribuído ao controlador foi negativo em R$ 1.518 milhões, comparado a um resultado líquido positivo de R$ 4.171 em 2022. Vale destacar que o ano anterior foi impactado em aproximadamente R$ 3,8 bilhões do laudo de avaliação a valor justo no investimento da BRF.

FLUXO DE CAIXA



Em 2023, o fluxo de caixa operacional consolidado, já considerando as informações financeiras da BRF e o adiantamento de R$ 1.500 milhões das vendas dos ativos foi positivo em R$ 11.144 milhões. Os investimentos realizados nos projetos de crescimento e manutenção do parque fabril no período foram de R$ 3.907 milhões, e o montante gasto com despesas financeiras foram de R$ 5.751 milhões. Como resultado, o fluxo de caixa livre recorrente do ano foi positivo em R$ 1.486 milhões.

DÍVIDA LÍQUIDA

Em função do perfil do endividamento da Companhia ser, em grande parte, atrelado à moeda norte-americana (a parcela da dívida bruta atrelada ao dólar ou outras moedas que não o Real ficou em torno de 63% ao final de 2023), as variações aqui explicadas consideram seus valores em dólares norte-americanos.

A Dívida Líquida Consolidada de 2023 foi de US$ 7.132 milhões, já considerando a inclusão do endividamento da BRF. Em reais, a dívida líquida no último dia do ano de 2023 foi de R$ 34.530 milhões, uma redução de 4% e 11% respectivamente em relação ao período findo em 2022.

No ano, além da variação cambial, outros movimentos contribuíram para evolução do estoque de dívida da Companhia:

- A geração de caixa livre recorrente de R$ 1.486 milhões; e
- O recebimento antecipado de R$ 1.500 milhões da venda dos ativos da América do Sul.

As operações de captação junto ao mercado de capitais de aproximadamente R$ 5,7 bilhões.

E as saídas de:

- R$ 3.011 milhões em compras de ações para elevar a participação da Marfrig de 33,27% para 50,06% no capital social da BRF; e
- R$ 341 milhões em dividendos para os minoritários da *National Beef*.

O índice de alavancagem, medido pela relação entre dívida liquida e o EBITDA^{AJ} ficou em 3,87x em dólares e, mensurado em Reais o índice foi de 3,72x.

Para efeito de comparação, se ajustássemos os indicadores pelo montante a receber, ou seja, o recebimento dos R$ 6 bilhões, quando a venda dos ativos da América do Sul for concretizada, o endividamento líquido Consolidado da Marfrig passaria a ser de R$ 28,6 bilhões ou US$ 5,9 bilhões, o que representa um índice de alavancagem, medido pela relação entre dívida liquida e o EBITDA^{AJ} UDM (últimos 12 meses) de 3,20x em dólares e, mensurado em Reais o índice de 3,07x.

AMÉRICA DO NORTE

Toneladas (Mil tons)	2023	2022	Var. %	Var. Absoluta
Volume Total	**1.979**	**2.098**	**-5,7%**	**(119)**
Mercado Interno	1.717	1.834	-6,4%	(117)
Mercado Externo	261	264	-1,0%	(3)
U$$ Milhões	**2023**	**2022**	**Var. %**	**Var. Absoluta**
Receita Líquida	**11.949**	**11.874**	**0,6%**	**75**
Mercado Interno	10.741	10.486	2,4%	255
Mercado Externo	1.207	1.389	-13,1%	(182)
CPV	**(11.156)**	**(10.191)**	**9,5%**	**(965)**
Lucro Bruto	**793**	**1.683**	**-52,9%**	**(890)**
Margem Bruta (%)	6,6%	14,2%	-756 pbs	
EBITDA^{AJ}	**484**	**1.322**	**-63,4%**	**(838)**
Margem EBITDA^{AJ}	4,1%	11,1%	-705 pbs	

RECEITA LÍQUIDA

Em 2023, o volume total de vendas da operação da América do Norte foi de 1.979 mil toneladas, uma redução de 5,7% comparado ao ano anterior. As vendas no mercado doméstico representaram 87% do volume total.

A receita líquida da Operação atingiu seu maior patamar histórico e foi de US$ 11.948 milhões, um crescimento de 0,6% em comparação com 2022. A receita líquida recorde é explicada pelo maior preço médio (+6,7% *vs* 2022) que compensaram o menor volume de vendas.

Em Reais, a receita líquida da operação foi R$ 59,6 bilhões.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Em 2023, o preço médio utilizado como referência para compra de gado - USDA KS *Steer* - foi de US$ 173,65/cwt, valor 22,4% superior a 2022, impulsionado pelo menor disponibilidade de animais.

A inflação também impactou outros custos operacionais, embora não igualmente em todas as categorias de custos. Os custos trabalhistas semanais permaneceram estáveis, enquanto os custos totais para embalagens, suprimentos e serviços sofreram leve acréscimo.

Portanto, em 2023, o custo dos produtos vendidos foi de US$ 11.156 milhões, ou 9,5% maior que 2022, explicado pelos itens acima e parcialmente compensados pelo menor volume vendido.

LUCRO BRUTO

Em 2023, o Lucro Bruto da operação América do Norte foi de US$ 793 milhões, uma redução de 52,9% em relação a 2022. O "cutout ratio" (preço médio de carne bovina dividido pelo custo médio de gado), foi de 1,70x em 2023 contra 1,86x em 2022, a queda é explicada pelo maior custo de matéria-prima, conforme explicado acima, menor volume de vendas e menor preço médio das exportações.

Essa combinação fez com que a margem bruta no ano de 2023 fosse de 6,6%, inferior em 7,6 p.p. em comparação ao ano anterior.

Em reais o lucro bruto foi de R$ 3.954 milhões.

EBITDA^{AJ} E MARGEM EBITDA^{AJ}

Em 2023, a operação América do Norte obteve um EBITDA^{AJ} de US$ 484 milhões e uma Margem EBITDA^{AJ} de 4,1%. Quando medido em reais, o EBITDA^{AJ} foi de R$ 2.407 milhões.

Os resultados da Operação a seguir são apresentados de forma gerencial, ou seja, considerando as operações continuadas e descontinuadas exceto quando destacados como somente operação continuada.

AMÉRICA DO SUL

Toneladas (Mil tons)	2023	2022	Var. %	Var. Absoluta
Volume Total	**1.464**	**1.461**	**0,2%**	**3**
Mercado Interno	880	913	-3,6%	(33)
Mercado Externo	584	548	6,6%	36
R$ Milhões	**2023**	**2022**	**Var. %**	**Var. Absoluta**
Receita Líquida	**23.490**	**27.632**	**-15,1%**	**(4.142)**
Mercado Interno	10.326	9.937	3,9%	389
Mercado Externo	13.164	17.694	-25,6%	(4.530)
CPV	**(19.590)**	**(23.938)**	**-18,2%**	**4.348**
Lucro Bruto	**3.900**	**3.694**	**5,6%**	**206**
Margem Bruta (%)	16,6%	13,4%	320 pbs	
EBITDA^{AJ}	**2.344**	**2.328**	**0,7%**	**16**
Margem EBITDA^{AJ}	10,0%	8,4%	157 pbs	

RECEITA LÍQUIDA

Em 2023, o volume de vendas da operação América do Sul foi de 1.464 mil toneladas, em linha ao volume de vendas do ano anterior, uma sólida *performance* mesmo considerando que no 1T23, o Brasil reduziu suas exportações para China por mais de 20 dias devido ao auto banimento relacionado a um caso atípico de EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina).

A receita líquida da Operação América do Sul foi de R$ 23.490 milhões em 2023, redução de 15,1% quando comparada à receita de 2022, explicada principalmente pelo menor preço médio das exportações, que na comparação contra 2022 foi 30,2% inferior.

Em 2023, as exportações representaram 56% da receita total da operação, uma redução de 8 pontos percentuais quando comparados ao ano anterior.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Em 2023, o custo de produtos vendidos da Operação América do Sul foi de R$ 19.590 milhões, menor em 18,2% em comparação a 2022, explicada pela redução no custo de matéria-prima (gado) principalmente no Brasil.

No Brasil, o custo de gado, base @ CEPEA, foi de R$ 255,11/@, uma redução de 19,7% em comparação ao ano de 2022.

Continuamos abordando maneiras de melhorar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal dos nossos colaboradores, oferecendo cargos de meio período em nossas unidades de produção para maior flexibilidade, proporcionando uma oportunidade para que os colaboradores de nossas unidades de processamento de carne bovina ganhem folgas adicionais de acordo com a sua assiduidade e fornecendo um horário predefinido e comunicação prévia das jornadas de trabalho para que os colaboradores planejem melhor suas folgas. Na Argentina o custo de matéria prima foi de US$ 3,99/kg, uma queda de 19,2% em comparação ao ano de 2022.

No Uruguai, de acordo com dados do INAC, o preço do gado foi 22,9% menor em comparação ao ano de 2022 (média de US$ 3,67/kg em 2023 *vs* média de US$ 4,76/kg em 2022).

LUCRO BRUTO

Em 2023, o Lucro Bruto da operação América do Sul foi de R$ 3.899 milhões com margem bruta de 16,6%, 5,6% e 3 p.p. maiores respectivamente em relação a 2022. O resultado é explicado pela redução da matéria prima, como exposto acima e maiores preços médios no mercado doméstico, que compensaram os menores preços de exportação.

EBITDA^{AJ} E MARGEM EBITDA^{AJ}

Em 2023, o EBITDA^{AJ} da Operação América do Sul foi de R$ 2.344 milhões, 1% acima do EBITDA^{AJ} de 2022. A Margem EBITDA^{AJ} no ano foi de 10%.

BRF

A MARFRIG PASSOU A DISPONIBILIZAR O "SEGMENTO BRF" A PARTIR DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022.

RESULTADO

BRF

Toneladas (Mil tons)	2023	2022*	Var. %	Var. Absoluta
Volume Total	**4.842**	**3.597**	**34,6%**	**1.244**
Mercado Interno	2.681	2.118	26,6%	563
Mercado Externo	2.161	1.479	46,1%	682
R$ Milhões	**2023**	**2022***	**Var. %**	**Var. Absoluta**
Receita Líquida	**53.443**	**41.627**	**28,4%**	**11.817**
Mercado Interno	28.955	22.933	26,3%	6.023
Mercado Externo	24.488	18.694	31,0%	5.794
CPV	**(44.610)**	**(34.607)**	**28,9%**	**(10.003)**
Lucro Bruto	**8.834**	**7.020**	**25,8%**	**1.814**
Margem Bruta (%)	16,5%	14,2%	233 pbs	
EBITDA^{AJ}	**4.721**	**3.807**	**24,0%**	**914**
Margem EBITDA^{AJ}	8,8%	11,1%	-227 pbs	

* A partir de 2T22.

Em 2023, o volume de vendas da BRF foi de 4.842 mil toneladas e a Receita Líquida foi de R$ 53.443 milhões. O Custo dos produtos vendidos foi de R$ 44.610 milhões.

Consequentemente, o lucro bruto foi de R$ 8.834 milhões, o que representa uma margem bruta de 16,5%.

Em 2023, o EBITDA^{AJ} da BRF foi de R$ 4.721 milhões e a Margem EBITDA^{AJ} foi de 8,8%.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO - ESCALA GLOBAL

A Companhia mantém constante diálogo com as agências de rating para que a percepção do risco reflita a performance operacional e financeira da Marfrig.

Agência	Escala Nacional	Escala Global	Perspectiva
S&P	brAAA	BB+	Estável
Fitch Ratings	AA+bra	BB+	Estável
Moody's	-	Ba2	Estável

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marfrig Global Foods S.A. possui um modelo de gestão de negócios que atende às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como às recomendações do Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A conduta dos negócios é baseada na transparência da divulgação de informações aos seus diversos públicos de interesse - acionistas, investidores, clientes, consumidores, fornecedores, colaboradores e sociedade - e estabelece práticas de governança corporativa que vão além das recomendações e obrigações legais.

Além do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal permanente, a Companhia possui quatro Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, cuja função principal é assegurar que as atividades da Companhia sejam conduzidas de forma a proteger e valorizar o seu patrimônio e otimizar o retorno sobre o investimento no longo prazo. São eles: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Financeiro, Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Sustentabilidade.

Destacam-se ainda, os instrumentos e políticas que apoiam o processo de Governança Corporativa na Marfrig:

- **Código de Ética e Conduta:** Aprovado pelo Conselho de Administração, o documento se aplica a todos os administradores e colaboradores da Marfrig e busca estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, alinhado às melhores práticas e exigências legais. É um conjunto de expectativas de comportamentos, práticas aceitáveis e proibidas na condução dos negócios da Companhia. A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações/atualizações, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, empregados e estagiários. O documento é disponibilizado em três idiomas (português, inglês e espanhol) e amplamente divulgado pelos canais de comunicação da Marfrig e submetido, assim como as demais Políticas de *Compliance*, ao processo de revisão anual da Companhia.
- **Política Anticorrupção:** Também aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o documento, baseado na legislação brasileira anticorrupção, estabelece orientações sobre o comportamento esperado dos colaboradores da Companhia, das Partes Interessadas e dos Terceiros agindo em nome da Companhia no que diz respeito a temas anticorrupção. O documento é disponibilizado em três idiomas (português, inglês e espanhol) e amplamente divulgado pelos canais de comunicação da Marfrig e submetido, assim como as demais Políticas de *Compliance*, ao processo de revisão anual da Companhia.
- **Canal de Denúncia:** Denominado *HELPLINE*, o canal é disponibilizado a todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores, prestadores de serviços, investidores, poder público e parceiros e tem como função receber toda e qualquer denúncia acerca de fatos que contrariem as normas e políticas da empresa, bem como a legislação vigente, em especial, à Lei nº 12.846/13 que dispõe sobre o combate a corrupção. As ocorrências recepcionadas via *HELPLINE* são tratadas de forma confidencial e sigilosa, sendo, ainda, permitido que o usuário registre sua ocorrência de forma identificada ou anônima.
- **Política de Negociação de Valores Mobiliários:** Estabelece as regras e procedimentos a serem adotados pela Companhia e pessoas a ela vinculadas, para negociação de valores mobiliários por ela emitidos, assegurando a todos os públicos interessados na companhia uma conduta ética daqueles que possuem informações relevantes.
- **Política de Divulgação:** Estabelece as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pelo Acionista Controlador, pelos Administradores e pelos Conselheiros Fiscais, bem como por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, possa vir a ter conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, com alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021. Os fatos relevantes são veiculados por intermédio do portal de notícias do Valor Econômico (http://www.valor.com.br/valor-ri), na página de relações com investidores na rede mundial de computadores da Companhia e no sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM (Sistema IPE).

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia") é uma multinacional que atua nos setores de alimentos, nos canais de *food service*, varejo e conveniência, industrial e de exportação, no Brasil e no mundo. Com base de produção distribuída no eixo das Américas e Oriente Médio, a Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerçadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, o que garante a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em aproximadamente 100 países. As atividades da Companhia se dividem em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de produtos à base de proteína animal (bovinos, suínos, ovinos, peixes e aves), massas, margarinas, *pet food*, vegetal e outros. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada na cidade de São Paulo.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui suas ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código MRFG3. Como participante do Novo Mercado da B3, está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, também é negociada como ADR (*American Depositary Receipt*), Nível I (código MRRTY), no Mercado de Balcão *Over-the-Counter* (OTC) nos Estados Unidos. Cada ADR (USOTC:MRRTY) equivale a uma ação ordinária (BOV:MRFG3).

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do Mercado de Capitais brasileiro, como o Ibovespa. As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Bovespa - IBOV; Índice Valor - IVBX 2; Índice Agronegócio - AGFS (IAGRO); Índice Brasil Amplo BM&FBOVESPA - IBrA; Índice Brasil 100 - IBrX 100; Índice Brasil 50 - IBrX 50; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC; Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado - IGC-NM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG; Índice Small Cap - SMLL; Índice Dividendos BM&FBOVESPA - IDIV B3. A Companhia também participa de índices referência em sustentabilidade, Índice Carbono Eficiente - ICO2 e Índice e Sustentabilidade Empresarial - ISE.

Acordo de leniência

Em 28 de dezembro de 2022, a controlada BRF assinou um Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União (conforme nota explicativa 26.3 das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022), no qual assumiu o compromisso de pagar o montante de R$ 583.977. O referido valor, atualizado conforme contrato, foi liquidado em junho de 2023 sendo: i) 70% com prejuízos fiscais no montante de R$ 435.128 (nota explicativa nº 9 Tributos a recuperar); e ii) 30% com créditos tributários de PIS e COFINS e IRPJ no montante de R$ 186.483 (nota explicativa nº 12 Imposto de renda e contribuição social diferidos).

Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes compromissos qualitativos: a) sanear as práticas identificadas e adotar medidas preventivas para impedir que tais práticas viessem novamente a ocorrer e b) aperfeiçoar continuamente seu programa de integridade com o apoio e monitoramento da CGU.

No decorrer do exercício de 2023, todos os compromissos mencionados foram cumpridos e a Companhia segue mantendo seu compromisso público de prosseguir no processo de aprimoramento contínuo de suas práticas de governança corporativa e *compliance.*

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 27 de março de 2024 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1. Declaração de conformidade

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nºs 11.638 de 28 de dezembro de 2007, 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008) e 12.973 de 13 de maio de 2014.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Certos ativos e instrumentos financeiros podem estar apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e as NBCs requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

2.3. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas de acordo com a moeda funcional de cada entidade.

Conforme dispõe a NBC TG 02/R3 (Resolução CVM 91/22) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos de ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do período ou exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício.

Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme a seguir:

a) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas;
b) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio, exceto no caso de controladas localizadas em economias hiperinflacionárias (taxa de fechamento); e
c) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados na rubrica de "ajustes acumulados de conversão".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) (Resolução CVM 116/22) - Receita com contratos de clientes, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas, entre as empresas do grupo.

Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como as receitas de juros obtidas por meio do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e as variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.1.2. Relatórios por segmento

Os segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme a NBC TG 22/R2 (Resolução CVM 103/22) - Informações por segmento. Os principais tomadores de decisões operacionais foram identificados como o diretor-presidente, diretor financeiro e diretor de cada divisão (Beef América do Norte, Beef América do Sul, Aves, Suínos e Industrializados - BRF e *Corporate*).

A Administração da Companhia identificou quatro principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com as divisões, conforme nota explicativa nº 33.

3.1.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

a) Determinação do valor justo de ativos biológicos (nota explicativa nº 3.1.6);
b) Mensuração correspondente aos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa nº 3.4);
c) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD (nota explicativa nº 6);
d) Perda estimada com a realização dos estoques (nota explicativa nº 7);
e) Perda por redução ao valor recuperável de tributos (nota explicativa nº 9.6);
f) Imposto de renda e contribuição social diferido ativo (nota explicativa nº 12);
g) Mensuração do valor justo das propriedades para investimento (nota explicativa nº 14);
h) Vida útil dos bens do ativo imobilizado, direito de uso e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº 15, nº 16 e nº 17, respectivamente);
i) Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio (nota explicativa nº 17);
j) Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis) (nota explicativa nº 25);
k) Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos (nota explicativa nº 31); e
l) Plano de opção de compra de ações - *stock option plan* (nota explicativa nº 36.5).

3.1.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, conforme Resolução CVM 76/22.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, pelo VJR ou pelo VJORA. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting*, que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

3.1.5. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas na NBC TG 02/R3 (Resolução CVM 91/22) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas na Holanda, Reino Unido e no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com a NBC TG 02/R3 (Resolução CVM 91/22) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.6. Ativos circulantes e não circulantes

As principais práticas adotadas para o ativo circulante e não circulante são:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras automáticas, cujos vencimentos, no momento da aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicação financeira e títulos e valores mobiliários

Compreendem praticamente aplicações nas modalidades: depósito ao prazo fixo (*time deposit*), depósito remunerado e operações compromissadas. Essas aplicações podem ser prontamente resgatadas e possuem um risco insignificante de mudança de valor. Adicionalmente, estão nessa rubrica as ações e ADR's de empresas listadas em bolsa e as debêntures não conversíveis em ações.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Resolução CVM 190/23) - ajuste a valor presente.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito estimadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9)/(Resolução CVM 76/22) - Instrumentos financeiros.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

Ativo biológico

Conforme a NBC TG 29/R2 (Resolução CVM 74/22) - ativo biológico e produto agrícola, a atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos, aves, suínos e florestas como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com a NBC TG 29/R2 (Resolução CVM 74/22) - ativo biológico e produto agrícola, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, e as aves, suínos e as florestas são determinados por meio de dados não observáveis, portanto são classificados na categoria de valor justo de Nível 3.

Caixa restrito

Refere-se a saldo em conta bancária cuja à utilização é temporariamente restrita, decorrente de combinações de negócio para garantir certos eventos de indenização. A classificação do caixa entre ativo circulante e não circulante se dá conforme as regras contratuais de liberação dos valores a cada uma das partes.

Investimentos

Os investimentos da controladora em empresas controladas, coligadas e *joint venture* são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis.

Propriedades para investimento

Propriedades para investimentos estão reconhecidos a valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço em conformidade com NBC TG 28/R3 (Resolução CVM 107/22).

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

A diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 15 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com a NBC TG 01/R4 (Resolução CVM 90/22) - redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

Arrendamentos (Direito de uso)

Os arrendamentos são contabilizados de acordo com a norma NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 (Resolução CVM 95/22), no qual exigem que todos os contratos, exceto enquadrado nas isenções, sejam reconhecidos os passivos assumidos pelos arrendatários em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos excederem o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição. Os intangíveis da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 17.

3.1.7. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC), o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

O ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das *BUs* da Companhia que se espera serem beneficiadas pelas sinergias da combinação que ocasionou o mesmo, para fins de teste de *impairment*.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

3.1.8. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.1.9. Provisões

As provisões são registradas quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados e estas possam ser estimadas com segurança.

3.1.10. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 36.5.

3.1.11. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. No consolidado, o imposto de renda diferido é estimado em conformidade com os regulamentos de diversas jurisdições onde os negócios são conduzidos e NBC TG 32/R4 (Resolução CVM 109/22) - tributos sobre lucro, o que requer estimar a posição fiscal atual e avaliar as diferenças temporárias que resultam na diferença entre o tratamento tributário e contábil.

Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável do exercício.

O valor contábil de um ativo diferido é revisado trimestralmente. O valor contábil de um ativo fiscal diferido quando baixado é porque não é provável que existam lucros tributáveis suficientes para permitir que parte ou todo benefício do ativo diferido seja utilizado. A constituição é feita quando é provável que existam lucros tributáveis suficientes para sua compensação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando a Companhia possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal.

Ademais, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados sobre o lucro tributável de acordo com a legislação vigente em cada jurisdição onde Companhia possui operação.

3.1.12. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, quando houver, é efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório e registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

3.1.13. Lucros por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme preconizado pela NBC TG 41/R2 (Resolução CVM 113/22) - resultado por ação, excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação não gera diferença material entre o lucro (prejuízo) básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 30.

3.1.14. Gastos com emissão de ações

De acordo com a NBC TG 08 (Resolução 188/23) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, exceto se tais gastos forem imateriais, sendo contabilizados no resultado do exercício.

3.1.15. Ações em tesouraria

Tratam das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 26.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da reserva de lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

3.1.16. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em exercícios anteriores.

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

3.1.17. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos da NBC TG 09 (Resolução CVM 117/22) - demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação adicional.

3.1.18. Economia hiperinflacionária

Os efeitos da economia hiperinflacionária foram reconhecidos em contrapartida à rubrica a "ajuste acumulado de conversão e ajustes de avaliação patrimonial e as variações cambiais", no resultado do exercício.

Conforme requerido pela norma contábil, os itens não monetários, assim como o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Nas demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a correção monetária por hiperinflação impactou positivamente o resultado da Companhia em R$ 1.082.808.

Argentina

A Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária desde 2018. No exercício de 2023, o Banco Central da Argentina elevou a taxa básica do país para 160%, para tentar conter a maior alta generalizada dos preços dos últimos anos.

A Companhia vem apresentando as demonstrações contábeis com a correção da inflação para as controladas nesse país, bem como os reflexos na demonstração consolidada da Companhia. O índice de preços definido e aplicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 161% (95% em 31 de dezembro de 2022).

Turquia

Os níveis de inflação na Turquia mantiveram-se elevados nos períodos recentes e ultrapassaram a inflação acumulada nos últimos 3 anos acima de 100%, conforme o *Turkish Statistical Institute*.

O índice de preços definido e aplicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 65% (64% em 31 de dezembro de 2022).

3.2. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

A Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

As combinações de negócios entre entidades sob controle comum são reconhecidas utilizando o método de aquisição quando os acordos possuem substância e pelo custo quando não for observada substância na transação.

Na avaliação da existência de substância são considerados fatores como envolvimento de terceiros na transação, criação de entidades novas, planos futuros para a nova entidade como eventual venda, mudança de controle, entre outros.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado (ganho por compra vantajosa).

3.3. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas considerando que a operação foi descontinuada desde o início do exercício comparativo, sendo assim incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2022.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Quando classificados como mantidos para venda, os intangíveis e o imobilizado não são amortizados ou depreciados.

Os ativos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente de outros ativos no balanço patrimonial. Da mesma forma, os passivos que estão relacionados aos ativos mantidos para venda também são apresentados separadamente de outros passivos.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único da demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

Estas informações estão sendo apresentadas na nota explicativa nº 11 Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada.

3.4. Plano de benefícios a funcionários

A controlada BRF patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição definida, além de outros benefícios pós-emprego, para os quais, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente, os quais são revisados pela Administração. O custeio dos benefícios definidos é estabelecido individualmente para cada plano, tendo como base o método de crédito unitário projetado.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos e o rendimento sobre os ativos do plano, são reconhecidas no balanço patrimonial em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes no exercício em que incorreram, com exceção da Homenagem por Tempo de Serviço, em que a contrapartida ocorre no resultado do exercício. As mensurações não são reclassificadas no resultado de exercícios subsequentes.

A controlada BRF reconhece o ativo líquido de benefício definido quando:

a) Controla o recurso e tem a capacidade de utilizar o superávit para gerar benefícios futuros;
b) O controle é resultado de eventos passados; e
c) Os benefícios econômicos futuros estão disponíveis para a controlada BRF na forma de redução nas contribuições futuras ou de restituição em dinheiro, seja diretamente à patrocinadora ou indiretamente para outro fundo deficitário. O efeito do limite dos ativos (superávit irrecuperável) é o valor presente desses benefícios futuros.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado do exercício nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

a) Data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviço; e
b) Data em que a controlada BRF reconhece os custos relacionados com reestruturação.

O custo dos serviços e os juros líquidos sobre o valor do passivo ou ativo de benefício definido são reconhecidos nas categorias de despesas relacionadas à função que o beneficiário executa e no resultado financeiro, respectivamente.

3.5. Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Hedge de fluxo de caixa: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida na rubrica de Outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva no Resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados ao resultado ou ao balanço patrimonial quando o objeto é reconhecido, ajustando a rubrica em que foi contabilizado o objeto de *hedge*.

Quando o instrumento é designado em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, as mudanças no valor justo do elemento futuro dos contratos de câmbio a termo e do elemento temporal das opções são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando da liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são reclassificados ao resultado em conjunto com o valor intrínseco dos instrumentos.

Uma relação de proteção é descontinuada prospectivamente quando deixa de atender aos critérios de qualificação como *hedge accounting*. Na descontinuidade de uma relação de *hedge* de fluxo de caixa em que ainda se espera que ocorram os fluxos de caixa futuros protegidos, o valor acumulado permanece na rubrica de Outros resultados abrangentes até que os fluxos ocorram e haja sua reclassificação ao resultado.

Hedge de valor justo: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de *hedge* é ou será reconhecido. O objeto de *hedge*, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo.

Hedge de investimento líquido no exterior: o resultado efetivo da variação cambial do instrumento é registrado em Outros resultados abrangentes, na mesma rubrica em que são reconhecidos os ganhos (perdas) na conversão dos investimentos objetos da relação. Apenas quando da alienação dos investimentos protegidos, o montante acumulado é reclassificado ao resultado do exercício.

Os passivos existentes indexados às taxas de juros de referência (Libor) possuem disposições contratuais prevendo a substituição por taxas similares. Desta forma, não se espera impacto relevante para a Companhia caso tais taxas de juros deixem de existir ou sejam substituídas.

3.6. Novas normas e interpretações

3.6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o exercício de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações a IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "informações relevantes sobre políticas contabilísticas". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro; e

O Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações a IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

A Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*. Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two.*

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two.* A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração entende que a Companhia não será materialmente afetada pelo escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos, pois a alíquota efetiva consolidada da Companhia é próxima de 15%.

d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros.

As alterações a IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3.6.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025; e
f) Em junho de 2023, o *International Sustainability Standard Board* ("ISSB") emitiu as normas IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability - related Financial Information* e IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações especificas relacionadas ao clima. A CVM aprovou a resolução que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, para companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadoras, a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

A Companhia analisará os impactos e a aplicabilidade destas revisões para o exercício com início em 1º de janeiro de 2024.

3.7. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 13.1 Investimentos diretos da controladora.

A tabela a seguir, apresenta as participações societárias diretas e indiretas que compõe as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023:

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

CONTROLADORA	ATIVIDADE PRINCIPAL
Marfrig Global Foods S.A.	Industrialização de produtos (composta por unidades de abate em atividade, sendo também utilizadas, para processamento de carne bovina e para fabricação de produtos de nutrição animal), e comercialização de produtos à base de proteína animal (bovinos, suínos, ovinos, peixes e aves) e vegetal. Localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Rio Grande do Sul, além de centros de distribuição localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, também utilizado para processamento de carne bovina.

SUBSIDIÁRIAS	ATIVIDADE PRINCIPAL
Masplen Ltd.	***Holding***
Pampeano Alimentos S.A.	Produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados
Marfrig Overseas Ltd.	**Entidade de propósito específico - SPE**
Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.	**Comercialização de energia e serviços associados**
Inaler S.A. (b)	**Industrialização e comercialização de produtos**
Establecimientos Colonia S.A. (b)	**Industrialização e comercialização de produtos**
Frigorífico Tacuarembó S.A.	**Industrialização e comercialização de produtos**
Indusol S.A.	Entidade de propósito específico para comissão da indústria do Uruguai
Prestcott International S.A. (b)	***Holding***
Cledinor S.A.	Industrialização e comercialização de produtos: bovinos e ovinos
Abilun S.A.	***Holding***
Dicasold	Comercialização e distribuição de produtos alimentícios
Marfrig Chile S.A.	**Industrialização e comercialização de produtos**
Frigorífico Patagônia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos
Marfrig Peru S.A.C.	**Comercialização de produtos**
Marfrig Paraguay S.A.	***Holding***
MFG Holdings SAU	***Holding***
Quickfood S.A.	**Industrialização e comercialização de produtos**
Marfrig Argentina S.A.	Industrialização e comercialização de produtos
Estancias del Sur S.A.	Industrialização e comercialização de produtos
Campo Del Tesoro S.A.	Industrialização e comercialização de produtos
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	***Holding* com atividade de captação de recursos financeiros**
Marfrig Beef (UK) Limited	***Holding***
Weston Importers Ltd.	*Trading*
MARB Bondco PLC	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros
MBC Bondco Limited	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros
Marfrig China Limited Liability Company	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros
Marfrig Beef International Ltd.	***Holding***
MFG US Holdings Limited	*Holding*
Marfrig NBM Holdings Ltd.	*Holding*
Marfrig US Holdings	*Holding*
Beef Holdings Limited	*Holding*
COFCO Keystone Supply Chain (H. Kong) Investment Ltd.	*Joint Venture*
COFCO Keystone Supply Chain (China) Investment Ltd.	*Joint Venture*
COFCO Keystone Supply Chain Logistics (China) Ltd.	*Joint Venture*
NBM US Holdings, Inc.	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros
MF Foods USA LLC	Comercialização de produtos
PlantPlus Foods, LLC	*Joint Venture*
PlantPlus Foods Brasil Ltda.	*Joint Venture*
PlantPlus Foods Canada Ltda.	*Joint Venture*
Sol Cuisine, Ltd.	*Joint Venture*
VG HilarysEatWell, LCC	*Joint Venture*
National Beef Packing Company, LLC	Industrialização e comercialização de produtos
Iowa Premium LLC	Industrialização e comercialização de produtos
National Carriers, Inc.	Transporte
NCI Leasing, Inc.	Transporte *Leasing*
National Beef California, LP	Industrialização e comercialização de produtos
National Beef Japan, Inc.	Comercialização de produtos
National Beef Korea, Ltd.	Comercialização de produtos
Kansas City Steak Company, LLC	DTC Comercialização de produtos
National Elite Transportation LLC	Transporte
National Beef Leatrhers, LLC	Industrialização de Couro
National Beef de León S. de R.L. de C.V.	Industrialização de Couro
National Beef Ohio	Industrialização e comercialização de produtos
National Beef aLF, LLC	*Holding*
ALF Ventures, LLV	Industrialização e comercialização de produtos
Fortunceres S.A. (a)	**Industrialização e comercialização de produtos**

SUBSIDIÁRIAS	ATIVIDADE PRINCIPAL
BRF S.A.	**Industrialização e comercialização de produtos**
BRF GmbH	*Holding*
BRF Arabia Holding Company (j)	*Holding*
BRF Foods UK Ltd. (k)	Prestação de serviços administrativos e *marketing*
BRF Foods GmbH	Industrialização, importação e comercialização de produtos
Al Khan Foodstuff LLC ("AKF") (d)	Importação, comercialização e distribuição de produtos
TBQ Foods GmbH	*Holding*
Banvit Bandirma Vitaminli	Importação, industrialização e comercialização de produtos
Banvit Enerji ve Elektrik Uretim Ltd. Sti. (c)	Geração e comercialização de energia elétrica
Nutrinvestments BV (c)	*Holding*
Banvit ME FZE (f)	Prestação de serviços de *marketing* e logística
BRF Foods LLC (n)	Importação, industrialização e comercialização de produtos
BRF Global Company Nigeria Ltd.	Prestação de serviços de *marketing* e logística
BRF Global Company South Africa Proprietary Ltd.	Prestação de serviços administrativos, *marketing* e logística
BRF Global GmbH	*Holding* e *trading*
BRF Japan KK	Prestação de serviços de *marketing* e logística, importação, exportação, industrialização e comercialização de produtos
BRF Korea LLC	Prestação de serviços de *marketing* e logística
BRF Shanghai Management Consulting Co. Ltd.	Prestação de serviços de consultoria e *marketing*
BRF Shanghai Trading Co. Ltd.	Importação, exportação e comercialização de produtos
BRF Singapore Foods PTE Ltd.	Prestação de serviços administrativos, *marketing* e logística
Eclipse Holding Cöoperatief U.A.	*Holding*
Buenos Aires Fortune S.A. (c)	*Holding*
Eclipse Latam Holdings	*Holding*
Perdigão Europe Ltda.	Importação, exportação de produtos e prestação de serviços administrativos
ProudFood Ltda.	Importação e comercialização de produtos
Sadia Chile S.A.	Importação, exportação e comercialização de produtos
Wellax Food Logistics C.P.A.S.U. Ltda. (i)	Importação, comercialização de produtos e prestação de serviços administrativos
One Foods Holdings Ltd.	*Holding*
Al-Wafi Food Products Factory LLC	Importação, exportação, industrialização e comercialização de produtos
Badi Ltd.	*Holding*
Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products	Importação e comercialização de produtos
Joody Al Sharqiya Food Production Factory LLC	Importação e comercialização de produtos
BRF Kuwait Food Management Company WLL (d)	Importação, comercialização e distribuição de produtos
One Foods Malaysia SDN. BHD. (l)	Prestação de serviços de marketing e logística
Federal Foods LLC (d)	Importação, comercialização e distribuição de produtos
Federal Foods Qatar (d)	Importação, comercialização e distribuição de produtos
Establecimiento Levino Zaccardi y Cia. S.A. (h)	Industrialização e comercialização de derivados de leite
BRF Energia S.A.	Comercialização de energia elétrica
BRF Pet S.A. (g)	Industrialização, comercialização e distribuição de rações e nutrimentos para animais
Hercosul Alimentos Ltda. (g)	Fabricação, comercialização de rações para animais
Hercosul Distribuição Ltda. (g)	Importação, exportação, comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios para animais
Hercosul International S.R.L. (g)	Fabricação, exportação, importação e comercialização de rações e nutrimentos para animais
Hercosul Soluções em Transportes Ltda. (g)	Transporte rodoviário de carga
Mogiana Alimentos S.A. (g)	Fabricação, distribuição e comercialização de produtos *Pet Food*
Potengi Holdings S.A. (e)	*Holding*
PR-SAD Administração de bem próprio S.A.	Administração de bens
PSA Laboratório Veterinário Ltda.	Atividades veterinárias
Sadia Alimentos S.A. (m)	*Holding*
Sadia Uruguay S.A.	Importação e comercialização de produtos
Vip S.A. Empreendimentos e Participações Imobiliárias	Atividade imobiliária
BRF Investimentos Ltda.	Participação em sociedades, administração de sociedades e empreendimentos e administração de bens próprios

(a) Em 04 de setembro de 2023 foi constituída a empresa Fortunceres S.A. no montante de R$ 10, com sede em São Paulo, sendo 100% subsidiária direta da Marfrig Global Foods S.A.;
(b) Ativos mantidos para venda;
(c) Subsidiárias com operações dormentes. A Companhia está avaliando a liquidação destas subsidiárias;
(d) Para estas entidades, a Companhia possui acordos que garantem a totalidade dos direitos econômicos, exceto para a AKF, cujos direitos econômicos são de 99%;
(e) Coligada com subsidiária da AES Brasil Energia S.A., cuja participação econômica é de 24%;
(f) Em 21 de março de 2023, a subsidiária Banvit ME FZE foi dissolvida;
(g) Em 13 de novembro de 2023, a Companhia encerrou o processo competitivo iniciado em 28 de fevereiro de 2023 para eventual alienação dessas empresas, com a opção de manter essas entidades em operação e, portanto, nenhum impacto foi registrado;
(h) Em 10 de julho de 2023 a Companhia dissolveu a subsidiária Establecimiento Levino Zaccardi y Cia. S.A.;
(i) Em 21 de julho de 2023 a Companhia dissolveu a subsidiária Wellax Food Logistics C.P.A.S.U. Lda.;
(j) Em 11 de dezembro de 2023 foi constituída a empresa BRF Arabia Holding Company com sede na Arábia Saudita, sendo 70% subsidiária indireta da BRF S.A.;
(k) Em 05 de outubro de 2023 foi constituída a empresa BRF Foods UK Ltd. com sede na Inglaterra, sendo 100% subsidiária direta da BRF S.A.;
(l) Em 27 de dezembro de 2023 a subsidiária One Foods Malaysua SDN BHD foi dissolvida;
(m) Em 31 de dezembro de 2023 a BRF S.A. passou a deter a totalidade do capital social da subsidiária Sadia Alimentos S.A.; e
(n) Em 15 de janeiro de 2024 a subsidiária BRF Foods LLC foi dissolvida.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em espécie disponível no caixa e depósitos bancários à vista, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Caixa e bancos	**1.930.667**	1.176.341	**5.586.182**	4.194.071
Equivalentes de caixa	**9.570**	542.988	**874.030**	2.209.717
	1.940.237	1.719.329	**6.460.212**	6.403.788

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa				
Reais	**10.409**	32.561	**178.136**	193.568
Dólar Norte-americano	**1.929.512**	1.686.201	**5.464.952**	5.248.541
Euro	**316**	567	**28.969**	101.281
Lira turca	**-**	-	**93.641**	83.339
Rial Saudita	**-**	-	**307.151**	307.440
Outros	**-**	-	**387.363**	469.619
	1.940.237	1.719.329	**6.460.212**	6.403.788

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A tabela a seguir demonstra as aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários por modalidade:

	PMPV (a)	Moeda	Taxa de juros média a.a.%	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22
Aplicações financeiras:					
Certificados de depósito bancário - CDB	-	Real	11,64%	**316.458**	583.618
Operações compromissadas	-	Real	11,04%	**1.442.393**	1.340.631
Titulo de renda fixa	-	Real	9,33%	**616**	123
Títulos de capitalização	1,02	Real	-	**1.763**	1.763
Time deposit	-	Dólar	5,65%	**292.438**	-
FIDC (b)	0,55	Real	15,56%	**33.660**	31.206
				2.087.328	1.957.341
Ativo circulante				**2.087.328**	1.957.341

(a) Prazo médio ponderado de vencimento em anos; e
(b) O prazo médio apresentado na operação de FIDC não está vinculado a realização imediata do investimento, ao qual poderá ser feita pela Companhia sem nenhum ônus financeiro.

	PMPV (a)	Moeda	Taxa de juros média a.a.%	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Aplicações financeiras:					
Certificados de depósito bancário - CDB	0,27	Real	11,87%	**5.193.319**	4.337.820
Operações compromissadas	-	Real	11,03%	**1.810.879**	1.450.595
Time deposit	0,02	Lira turca	42,83%	**56.473**	22.686
Time deposit	0,01	Dólar	1,89%	**7.277.012**	9.876.266
Time deposit	0,18	Won Sul Coreano	2,93%	**340**	84
Time deposit	0,01	Guarani paraguaio	2,55%	**3.893**	3.639
Time deposit	0,03	Euro	4,23%	**15.952**	-
Time deposit	0,23	Rial saudita	6,15%	**612.110**	-
Títulos de capitalização	1,02	Real	-	**1.763**	1.763
FIDC	0,72	Real	10,44%	**50.150**	46.711
Títulos de renda fixa	-	Real	9,33%	**616**	123
Total aplicações financeiras				**15.022.507**	15.739.687
Títulos e valores mobiliários:					
Títulos mobiliários "B3"	-	Real	-	**20**	20
LTF - Letra financeira do tesouro	0,79	Real	13,05%	**412.107**	364.543
Títulos mobiliários "ADRs"	1,09	Dólar	-	**12.103**	11.752
Nota de crédito externa	2,48	Kwanza angolano	6,08%	**291.402**	379.145
Total títulos e valores mobiliários				**715.632**	755.460
Total aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				**15.738.139**	16.495.147
Ativo circulante				**15.418.144**	16.088.745
Ativo não circulante				**319.995**	406.402

(a) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada BRF deu como garantia, sem restrição de uso, para operações de contratos futuros negociados na B3, o montante de R$ 9.179 (R$ 92.857 em 31 de dezembro de 2022) referente a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB

Os Certificados de Depósitos Bancários são aplicações realizadas junto a instituições financeiras, são pós-fixados e rendem em média de 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2. Operações compromissadas

Operações que têm por base sobras de caixas diárias que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

5.3. Títulos de renda fixa

São aplicações em títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas.

5.4. Títulos de capitalização

Os títulos de capitalização são aplicações programadas, normalmente oferecidas por instituições financeiras, durante um prazo pré-estabelecido.

5.5. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

São cotas de um fundo de investimento que têm como objetivo investir na aquisição de direitos creditórios. O prazo médio apresentado na operação de FIDC não está vinculado à realização imediata do investimento, ao qual poderá ser feita pela Companhia sem nenhum ônus financeiro.

5.6. Títulos Mobiliários "B3"

São títulos de propriedade (ação) ou de crédito (obrigação), emitidos por órgão público ou entidade privada com características e direitos padronizados. Está representado por ações da Embratel Participações S.A. adquirida pela controlada BRF.

5.7. *Time Deposit* - Depósito ao prazo fixo

São aplicações com taxas pré-fixadas, em instituições financeiras no mercado internacional. As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

5.8. Títulos Mobiliários "ADRs"

ADR (*American Depositary Receipt*), são títulos oferecidos por empresas estrangeiras na bolsa de valores norte americana e que são negociados em dólar. Está representado por ações da Aleph Farms, Ltd. adquirida pela controlada BRF.

5.9. Nota de crédito externa

São títulos de investimentos privados ou governamentais adquiridos fora do país de origem da Companhia. Está representado por títulos privados e títulos do Governo Angolano, adquirida pela controlada BRF, no qual estão apresentados líquidos de perdas de crédito estimadas no montante de R$ 16.466. Os valores são substancialmente denominados em Kwanza (AOA) e correspondem a *Time Deposit* e *Bonds* a uma taxa média ponderada de 11,75% e 16,50%, respectivamente. Incluem ainda aplicações indexadas ao Dólar Americano a uma taxa média ponderada de 6,34% e *Bonds* em Dólar Americano a uma taxa média ponderada de 5,90%.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Valores a receber - clientes nacionais	**332.221**	122.245	**4.111.676**	3.326.660
Terceiros	**293.849**	68.415	**4.103.988**	3.320.850
Partes relacionadas (a)	**38.372**	53.830	**7.688**	5.810
Valores a receber - clientes internacionais	**2.145.630**	1.868.141	**3.107.867**	3.405.775
Terceiros	**10.461**	121.300	**3.107.867**	3.405.775
Partes relacionadas (a)	**2.135.169**	1.746.841	**-**	-
	2.477.851	1.990.386	**7.219.543**	6.732.435
Valores a vencer:	**2.389.911**	1.915.654	**5.926.885**	5.557.492
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	**50.855**	68.705	**1.076.415**	892.529
de 31 a 60 dias	**17.397**	464	**116.998**	134.393
de 61 a 90 dias	**19.688**	5.563	**114.596**	132.855
Acima de 90 dias	**22.076**	40.507	**644.726**	700.948
(-) Ajuste a valor presente	**-**	-	**(29.284)**	(24.819)
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	**(22.076)**	(40.507)	**(630.793)**	(660.963)
	2.477.851	1.990.386	**7.219.543**	6.732.435
Ativo circulante	**2.477.851**	1.990.386	**7.213.646**	6.727.128
Ativo não circulante	**-**	-	**5.897**	5.307

(a) Os valores a receber de clientes com partes relacionadas estão detalhados conforme nota explicativa nº 35 - Partes relacionadas.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD, foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos seus créditos, com base na análise individual e histórica dos títulos em aberto, no qual se aproximam dos títulos vencidos acima de 90 dias.

A movimentação da PECLD está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(40.507)**	**(660.963)**
Estimativa líquida	**(12.795)**	**(40.020)**
Variação cambial	**-**	**38.678**
Reclassificação para ativo mantido para venda	**31.226**	**31.512**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(22.076)**	**(630.793)**

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda a prazo no mercado interno, no valor de R$ 173.000 (principal). Em 31 de dezembro de 2023, havia R$ 134.343 de faturas negociadas com o fundo MRFG.

A controlada BRF possui seguro para contas a receber oriundo de exportações no montante de R$ 1.003.891.

A Companhia, através de sua subsidiária BRF, realizava cessões de créditos sem direito de regresso ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Clientes BRF ("FIDC BRF"), que tinha como objetivo exclusivo adquirir direitos creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus clientes no Brasil.

A primeira estruturação ocorreu em 18 de dezembro de 2018 e teve duração de cinco anos, tendo amortização final em dezembro de 2023.

Em 06 de dezembro de 2023, a Companhia estruturou um novo fundo ("FIDC BRF II") para substituir e dar continuidade às operações realizadas pelo FIDC BRF.

Em 31 de dezembro de 2023, o FIDC BRF II possuía o saldo de R$ 1.072.964 (R$ 947.488 em 31 de dezembro de 2022, referente ao FIDC BRF) em aberto referente a tais direitos creditórios, os quais foram baixados do balanço da Companhia no momento da cessão.

7. ESTOQUES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Produtos acabados	**469.238**	850.922	**6.082.922**	8.185.925
Produtos em elaboração	**-**	-	**482.182**	550.095
Matérias-primas	**12.953**	12.259	**2.235.710**	2.612.965
Embalagens e almoxarifados	**58.060**	104.057	**1.515.916**	1.871.208
(-) Ajuste a valor presente (a)	**-**	-	**(129.848)**	(205.313)
(-) Perdas estimadas	**(14.886)**	(9.800)	**(73.764)**	(162.795)
	525.365	957.438	**10.113.118**	12.852.085

(a) Este ajuste refere-se a contrapartida do lançamento inicial do AVP das contas de fornecedores na controlada BRF, o que é realizado para o custo conforme o giro dos estoques.

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda e avaliação da realização subsequente (mercado), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(9.800)**	**(162.795)**
Estimativa líquida	**(7.861)**	**87.505**
Variação cambial	**-**	**(1.306)**
Reclassificação para ativo mantido para venda	**2.775**	**2.832**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(14.886)**	**(73.764)**

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia procedeu com a avaliação da estimativa da perda estimada para os estoques, de forma a concluir estar suficiente, considerando a controladora e o consolidado.

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos biológicos são compostos por gado, aves, suínos e florestas, conforme detalhamento a seguir:

	Consolidado	
	31/12/23	31/12/22
Ativo biológico - gado	**54.519**	49.081
Ativo biológico - aves	**1.020.224**	1.274.950
Ativo biológico - suínos	**1.681.941**	1.876.602
Ativo biológico - corrente	**2.756.684**	3.200.633
Ativo biológico - aves	**668.606**	688.100
Ativo biológico - suínos	**646.613**	613.871
Ativo biológico - floresta	**543.097**	347.162
Ativo biológico - não corrente	**1.858.316**	1.649.133
Total	**4.615.000**	4.849.766

8.1. Movimentação ativo biológico (Corrente)

	Consolidado			
	Gado	Aves	Suínos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**49.081**	**1.274.950**	**1.876.602**	**3.200.633**
Aumento devido a aquisições	103.474	16.800.642	10.298.293	27.202.409
Gastos com insumo para engorda	62.594	-	-	62.594
Diminuição devido a vendas	(14.438)	-	-	(14.438)
Redução líquida devido às mortes	(776)	-	-	(776)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	30.284	2.837.905	121.798	2.989.987
Variação cambial	(66.902)	(64.359)	-	(131.261)
Transferência para estoque	(108.798)	(19.828.914)	(10.614.752)	(30.552.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**54.519**	**1.020.224**	**1.681.941**	**2.756.684**

8.2. Movimentação ativo biológico (Não corrente)

	Consolidado			
	Aves	Suínos	Floresta	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**688.100**	**613.871**	**347.162**	**1.649.133**
Aumento devido a aquisições	165.385	544.736	69.515	779.636
Diminuição devido a vendas	-	-	(15.966)	(15.966)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	834.546	(157.015)	-	677.531
Ganho ou perda no ajuste de valor justo	-	-	187.735	187.735
Amortização/depreciação/exaustão	(987.161)	(354.979)	(48.410)	(1.390.550)
Reclassificação (a)	-	-	3.061	3.061
Variação cambial	(32.264)	-	-	(32.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**668.606**	**646.613**	**543.097**	**1.858.316**

(a) Valores reclassificados do direito de uso.

A Companhia possui florestas dadas em garantia para financiamentos, contingências fiscais e cíveis em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 71.399.

8.3. Tabela de análise de sensibilidade

O valor justo de aves, suínos e florestas são determinados por meio de dados não observáveis, portanto são classificados na categoria de valor justo de Nível 3. Abaixo são apresentadas as principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo e, o impacto destas na mensuração.

Ativo	Técnica de avaliação	*Inputs* significativos não observáveis	O valor justo estimado poderia sofrer alterações se: Aumentar	Reduzir
Florestas	Abordagem de receita	Preços estimados de madeira em pé	Preço da madeira superior	Preço da madeira inferior
		Produtividade estimada por hectare	Rendimento por hectare superior	Rendimento por hectare inferior
		Custo de colheita e transporte	Custo da colheita menor	Custo da colheita maior
		Taxa de desconto	Taxa de desconto menor	Taxa de desconto maior
Animais vivos	Abordagem de custo	Preços de insumos para ração	Custo da ração superior	Custo da ração inferior
		Custo com alojamento	Custo com alojamento superior	Custo com alojamento inferior
		Custos com integrados	Custo com integrado superior	Custo com integrado inferior

Os preços utilizados na avaliação referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada e foram obtidos por meio de pesquisas de mercado. A taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado.

O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo biológico (florestas) em 31 de dezembro de 2023 foi equivalente a R$ 76,22 por estéreo. A taxa de desconto real utilizada na avaliação do ativo biológico (florestas) em 31 de dezembro de 2023 foi de 8,1%.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Valor Agregado - IVA	**473.171**	651.595	**2.604.642**	2.895.628
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	**1.005**	3.005	**1.095.890**	1.019.763
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	**-**	-	**485.096**	366.236
Crédito de PIS e COFINS (a)	**1.687.034**	1.789.864	**4.257.325**	4.473.021
IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar (a)	**3.252.806**	3.042.815	**3.787.516**	3.506.583
Outros	**10.075**	7.010	**166.698**	199.609
(-) Perda por redução ao valor recuperável	**(199.525)**	(99.525)	**(386.963)**	(276.667)
	5.224.566	5.394.764	**12.010.204**	12.184.173
Ativo circulante	**1.220.697**	1.663.007	**2.920.641**	3.261.989
Ativo não circulante	**4.003.869**	3.731.757	**9.089.563**	8.922.184

(a) Em junho de 2023 a controlada BRF S.A. utilizou créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R$ 81.334 e IRPJ no montante de R$ 105.149 para pagamento de parte do compromisso assumido em Acordo de Leniência, conforme nota explicativa nº 1 Contexto operacional - Acordo de leniência.

9.1. ICMS e IVA

O saldo credor do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos nas aquisições de matérias-primas, insumos, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas suas vendas, tendo como principal operação geradora de crédito as vendas destinadas ao mercado externo, pois as mesmas, são isentas. A Companhia vem buscando formas de otimização destes saldos, quando autorizado pelo Fisco Estadual, por meios de venda do ICMS para terceiros ou para pagamento de fornecedores de insumos e ativo imobilizado.

Em diversas outras jurisdições fora do Brasil, incidem o IVA em operações regulares da Companhia com bens e serviços, com expectativa de realização a curto e longo prazos.

9.2. IPI

A Companhia possui registrados ativos tributários decorrentes de ganhos de causas judiciais, em especial o crédito prêmio.

9.3. INSS

O saldo de INSS a recuperar corresponde a diferenças de contribuições previdenciárias discutidas judicialmente sobre salário maternidade, risco de acidente do trabalho, um terço de férias, acordos trabalhistas, auxílio-doença e aviso prévio.

9.4. PIS e COFINS

A Companhia é detentora de créditos de PIS e COFINS não cumulativos, nos termos das Leis nºˢ 10.637/02, 10.833/03, 10.865/04, 10.925/04, 11.033/04, 12.058/09 e 12.350/10, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado interno e externo.

A realização desses saldos normalmente ocorre por meio de compensação com saldo a pagar em operações de venda no mercado interno de produtos tributados, com outros tributos federais e com as alterações promovidas pela Lei nº 13.670 em agosto 2018, que permitiu a compensação de débitos previdenciários com demais créditos do contribuinte gerados a partir daquela data, a Companhia passou a liquidar seus débitos previdenciários com tais créditos.

9.5. IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre serviços, aplicações financeiras, saldo negativo de imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores e imposto de renda pago no exterior sobre os lucros disponibilizados no Brasil. O imposto de renda pago no exterior, é realizável mediante a compensação com o imposto de renda e contribuição social apurada sobre os lucros de exercícios futuros e não há prazo para prescrição.

9.6. Perdas por redução ao valor recuperável de tributos

As perdas foram calculadas com base na melhor estimativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS e COFINS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento nesta rubrica está demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(99.525)**	**(276.667)**
Estimativa líquida (a)	**(100.000)**	**(119.259)**
Transferências (b)	**-**	**3.771**
Variação cambial	**-**	**4.502**
Reclassificação para ativo mantido para venda	**-**	**690**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(199.525)**	**(386.963)**

(a) A Companhia com base em sua avaliação julgou necessário a constituição da perda por redução ao valor recuperável de tributos relativos a PIS e COFINS, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e Consolidado, de forma a julgar suficiente para suprir eventuais perdas quando a realização dos créditos tributários em questão; e
(b) As transferências ocorrem da rubrica de Tributos a Recuperar para as rubricas de Outros Ativos Circulantes e Outros Ativos Não Circulantes, quando se efetivam vendas dos créditos a terceiros.

10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Partes relacionadas (a)	**8.727.233**	7.803.680	**31.932**	31.841
Alienação de granjas	**-**	-	**12.325**	33.660
Alienação de imóveis	**-**	-	**-**	6.123
Alienação de fazenda (b)	**-**	-	**54.000**	-
Ajuste a valor presente	**-**	-	**(2.223)**	(386)
Outros títulos a receber	**707**	2.384	**2.866**	1.431
	8.727.940	7.806.064	**98.900**	72.669
Ativo circulante	**554.995**	486.618	**96.770**	60.977
Ativo não circulante	**8.172.945**	7.319.446	**2.130**	11.692

(a) O valor apresentado na controladora se refere, em sua maior parte, a saldos gerados nas transações de mútuo com suas empresas controladas, conforme descrito na nota explicativa nº 35 - Partes relacionadas; e
(b) O valor apresentado decorre da venda da Fazenda Concórdia, localizada no Estado do Mato Grosso, realizada pela controlada BRF, em 26 de junho de 2023, e com expectativa de liquidação dentro do exercício de 2024.

11. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento *Beef* América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R$ 7.500.000, sendo um sinal de R$ 1.500.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023, registrado na rubrica "Antecipação por venda de ativo" e o saldo de R$ 6.000.000 a ser pago no fechamento da operação.

A conclusão desta transação está sujeita a aprovações regulatórias e concorrenciais usuais nesse tipo de operação, a qual estima-se que ocorra no segundo semestre de 2024.

Conforme previsto na Resolução CVM 108/22 (NBC TG 31/R4 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada), os ativos e passivos dessas unidades foram reclassificados para a rubrica de Ativos e Passivos Mantidos para Venda, e adicionalmente a demonstração de resultado e fluxo de caixa são apresentadas como operação descontinuada. Ainda consoante com a NBC TG 31/R4, a Companhia informa que os ativos imobilizados e intangíveis estão mensurados pelo custo histórico (custo menos depreciação) conforme descritos, respectivamente, nas notas explicativas nº 15 Imobilizado, nº 16 Direito de uso e nº 17 Intangível, e que os impactos estão refletidos na mesma rubrica.

Os valores consolidados estão sendo apresentados considerando as eliminações dos saldos entre as empresas do grupo.

continua...



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os ativos e os passivos relacionados mantidos para venda em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	Ativo			Passivo	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Ativo circulante	**31/12/23**	**31/12/23**	**Passivo circulante**	**31/12/23**	**31/12/23**
Caixa e equivalentes de caixa	282	93.602	Fornecedores - terceiros	451.537	861.368
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	-	316	Fornecedores - partes relacionadas	13.555	4.690
Valores a receber de clientes - terceiros	172.492	214.408	Fornecedores risco sacado	155.604	155.604
Valores a receber de clientes - partes relacionadas	1.071.837	34	Pessoal, encargos, benefícios a funcionários	68.196	115.849
Estoques	291.611	508.756	Impostos, taxas e contribuições	95.797	124.230
Tributos a recuperar	275.399	303.602	Empréstimos e financiamentos	1.176.578	1.329.515
Despesas do exercício seguinte	2	230	Antecipações de clientes - terceiros	214.908	225.206
Títulos a receber	371	371	Antecipações de clientes - partes relacionadas	11.626	-
Adiantamentos a fornecedores	352.784	355.203	Arrendamentos a pagar	11.609	11.690
Instrumentos financeiros derivativos	2.614	2.614	Instrumentos financeiros derivativos	20.232	20.232
Outros valores a receber	27.374	28.567	Outras obrigações	8.796	22.184
	2.194.766	1.507.703		2.228.438	2.870.568
Ativo não circulante			**Passivo não circulante**		
Depósitos judiciais	14.253	14.253	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.375	3.817
Tributos a recuperar	-	435	Empréstimos e financiamentos	3.407.752	3.587.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.084	41.864	Arrendamentos a pagar	68.671	68.710
Instrumentos financeiros derivativos	68.681	68.681	Provisão para contingência	-	2.924
Outros valores a receber	1	1	Instrumentos financeiros derivativos	24.625	24.625
	84.019	125.234		3.503.423	3.687.270
Investimentos	864.416	7			
Imobilizado	2.438.532	2.809.827			
Direito de uso	106.641	106.817			
Intangível	21.480	549.615			
	3.431.069	3.466.266			
	3.515.088	3.591.500			
Total do ativo mantido para venda	**5.709.854**	**5.099.203**	**Total do passivo relacionado a ativo mantido para venda**	**5.731.861**	**6.557.838**

O resultado das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2023	Acumulado 2022	**Acumulado 2023**	Acumulado 2022
Receita líquida de vendas	**5.781.184**	8.546.550	**4.266.894**	5.260.338
Custo dos produtos vendidos	**(4.877.741)**	(7.437.389)	**(3.109.327)**	(3.989.069)
Lucro bruto	**903.443**	1.109.161	**1.157.567**	1.271.269
Receitas (despesas) operacionais	**(541.985)**	(719.245)	**(756.568)**	(799.281)
Resultado financeiro líquido	**(501.906)**	(580.509)	**(519.090)**	(701.989)
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	**(140.448)**	(190.593)	**(118.091)**	(230.001)
Imposto de renda e contribuição social	**(28.942)**	(474.966)	**(51.526)**	(446.826)
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	**(169.390)**	(665.559)	**(169.617)**	(676.827)
Participação dos acionistas controladores - operação descontinuada	**(169.390)**	(665.559)	**(169.390)**	(665.559)
Participação dos acionistas não controladores - operação descontinuada	**-**	-	**(227)**	(11.268)
	(169.390)	(665.559)	**(169.617)**	(676.827)

O fluxo de caixa descontinuado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2023	Acumulado 2022	**Acumulado 2023**	Acumulado 2022
Resultado líquido do controlador no exercício - descontinuado	**(169.390)**	(665.559)	**(169.390)**	(665.559)
Itens de resultado que não afetam caixa	**593.999**	968.800	**772.237**	941.544
Mutações patrimoniais	**(1.017.076)**	1.290.009	**(2.015.379)**	1.069.767
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(592.467)**	1.593.250	**(1.412.532)**	1.345.752
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(151.096)**	(520.034)	**(204.884)**	(570.988)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(579.910)**	1.128.104	**(612.126)**	1.062.755
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa - descontinuada	**-**	-	**4.424**	(4.329)
Fluxo de caixa do exercício	**(1.323.473)**	2.201.320	**(2.225.118)**	1.833.190
Caixa e equivalentes de caixa	**282**	-	**93.602**	-
Operações descontinuadas líquidas de caixa	**(1.323.755)**	2.201.320	**(2.318.720)**	1.833.190

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Imposto de renda	**-**	-	**1.986.994**	2.314.863
Contribuição social	**-**	-	**599.771**	697.108
Impostos diferidos ativos	**-**	-	**2.586.765**	3.011.971
Imposto de renda	**(14.981)**	(217.134)	**(7.076.326)**	(7.946.513)
Contribuição social	**(1.476)**	(72.312)	**(2.477.186)**	(2.773.146)
Impostos diferidos passivos	**(16.457)**	(289.446)	**(9.553.512)**	(10.719.659)
Total impostos diferidos	**(16.457)**	(289.446)	**(6.966.747)**	(7.707.688)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal e a mesma entidade jurídica.

Os créditos de impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, são reconhecidos contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições e exclusões das diferenças temporárias, que também são gerados em virtude dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, limitadas ao prazo de dez anos, são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

As estimativas para avaliar a probabilidade da ocorrência ou não de lucros futuros para realização dos créditos tributários mencionados acima, levam em consideração julgamento e premissas nas projeções. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais (devido às incertezas e ao alto grau de julgamento inerentes para a determinação dessas premissas e estimativas). Assim, as estimativas e premissas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas à época das respectivas avaliações.

Cabe ressaltar que as projeções levaram em consideração as premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade da Companhia, ajustadas por fatos relevantes mais recentes, tendo em vista os diversos panoramas econômicos de cada um dos mercados de atuação, em função da presença global e com o eixo diversificado das Américas que a Companhia possui.

Em junho de 2023 a controlada BRF utilizou créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais no montante de R$ 435.128 para pagamento de parte do compromisso assumido em Acordo de Leniência, conforme nota explicativa *nº* 1 Contexto operacional - Acordo de leniência.

Com base no exposto acima, destacamos que a expectativa de realização do “Ativo Fiscal Diferido”, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, está definida da seguinte forma:

Exercícios	Consolidado
2024	121.885
2025	211.424
2026	219.491
2027	221.507
2028	249.077
2029 a 2033	1.563.381
	2.586.765

A seguir está apresentada a composição dos tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Ativo				
Prejuízos fiscais de IRPJ	**519.713**	709.864	**3.362.459**	3.822.949
Base de cálculo negativa de CSLL	**187.677**	256.546	**1.132.825**	1.292.317
Diferenças temporárias	**95.545**	118.244	**1.463.934**	1.437.134
Total do ativo	**802.935**	1.084.654	**5.959.218**	6.552.400
Passivo				
Diferenças temporárias	**(819.392)**	(1.374.100)	**(12.925.965)**	(14.260.088)
Total do passivo	**(819.392)**	(1.374.100)	**(12.925.965)**	(14.260.088)
Impostos diferidos líquidos	**(16.457)**	(289.446)	**(6.966.747)**	(7.707.688)

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Participação em sociedades controladas e coligadas	**23.685.943**	22.408.593	**-**	-
Ágio derivado de combinação de negócios	**205.915**	756.358	**-**	-
Outros investimentos	**21.010**	16.042	**654.638**	701.933
	23.912.868	23.180.993	**654.638**	701.933

13.1. Investimentos diretos da controladora

As informações dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2023 são apresentadas a seguir:

	Ações/quotas	% participação	País	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado líquido continuado	Resultado líquido descontinuado	Patrimônio líquido conforme % participação	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores no patrimônio líquido	Receita líquida continuada	Receita líquida descontinuada	Participação - resultado líquido continuado	Participação - resultado líquido descontinuado	Ágio	Ágio reclassificado para ativo mantido para venda
Marfrig Chile S.A.	9.950	99,50	Chile	63.795	207.954	72.411	(45.657)	206.914	363.408	155.444	10	601.662	13.053	72.049	(45.429)	-	-
Inaler S.A.	325.673.004	100,00	Uruguai	44.924	75.181	-	14.693	75.181	298.752	223.571	-	-	772.840	-	14.693	-	106.125
Frigorífico Tacuarembó S.A.	163.448.688	99,96	Uruguai	30.951	129.111	102.489	-	129.056	847.957	718.846	-	1.811.577	-	102.445	-	158.716	-
Masplen Ltd.	5.050	100,00	Ilha Jersey	17.872	(145.910)	(39.986)	-	(145.910)	-	145.910	-	-	-	(39.986)	-	47.199	-
Prestcott International S.A.	15.927.783	100,00	Uruguai	14.147	93.953	-	30.447	93.953	476.338	382.385	-	-	889.040	-	30.447	-	61.012
Estab. Colonia S.A.	256.562.625	100,00	Uruguai	168.013	202.793	(7.041)	34.313	202.793	552.012	349.219	-	185.449	927.193	(7.041)	34.313	-	326.761
Marfrig Overseas Ltd.	1	100,00	Ilhas Cayman	-	(777.243)	(123.874)	-	(777.243)	7.146.402	7.923.645	-	-	-	(123.874)	-	-	-
Marfrig Com. de Energia Ltda.	9.999.985	100,00	Brasil	30.000	24.928	(1.290)	-	24.928	1.027.556	1.002.628	-	55.747	-	(1.290)	-	-	-
Marfrig Holdings (Europe) BV	426.842	100,00	Holanda	2.255.634	3.699.967	75.481	-	3.699.967	8.936.487	5.236.520	-	-	-	75.481	-	-	-
Marfrig Beef (UK) Limited	2.001	100,00	Reino Unido	1.988.435	1.864.688	224.525	-	1.864.688	2.879.178	1.014.490	-	-	-	224.525	-	-	-
Marfrig Beef International Limited	2.001	100,00	Reino Unido	942.526	3.505.987	70.546	-	3.505.987	9.629.385	6.123.398	-	-	-	70.546	-	-	-
Abilun S.A.	400.000	100,00	Uruguai	50	5.193	7.834	-	5.193	54.290	49.097	-	270.006	-	7.834	-	-	-
MFG Holdings SAU	49.800.000	100,00	Argentina	50.472	11.697	(138.382)	(33.864)	11.697	1.012.385	975.596	25.092	3.278.437	1.219.184	(138.382)	(33.864)	-	-
QuickFood S.A.	5.263.796.526	10,00	Argentina	117.793	249.887	(36.484)	(37.627)	24.989	1.033.715	783.828	-	3.219.789	1.198.111	(3.648)	(3.763)	-	-
Marfrig Paraguay S.A.	301.950.000	99,00	Paraguai	214	(6)	(35)	-	(6)	249	255	-	-	-	(35)	-	-	-
BRF S.A.	842.165.702	50,06	Brasil	13.349.156	30.274.521	(3.612.389)	-	15.153.972	86.250.944	55.197.398	779.025	53.615.439	-	(1.151.653)	-	-	-
PlantPlus Brasil	68.841	0,70	Brasil	9.835	(9.336)	(3.140)	-	(65)	10.922	20.258	-	9.460	-	-	(22)	-	-
Fortunceres S.A.	9.999	99,99	Brasil	10	10	-	-	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-

A movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2023 é apresentada a seguir:

	31/12/2022	Dividendos	Aumento de capital	Ágio em transações de capital	Outros resultados abrangentes	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial (descontinuada)	Aquisição/ (baixa) sob controle comum (a)	Ativos mantidos para venda	31/12/2023 (b)
Marfrig Chile S.A.	203.375	-	-	-	(23.226)	72.024	(45.429)	-	-	206.744
Inaler S.A.	66.185	-	-	-	(4.312)	-	(11.683)	-	(50.190)	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	104.407	(70.674)	-	-	(7.747)	102.049	-	-	-	128.035
Masplen Ltd.	(120.763)	-	-	-	94	(42.238)	-	-	-	(162.907)
Prestcott International S.A.	94.980	(26.234)	-	-	(4.528)	-	10.921	-	(75.139)	-
Estab. Colonia S.A.	189.281	-	-	-	(11.657)	(6.079)	14.523	-	(186.068)	-
Marfrig Overseas Ltd.	(713.152)	-	-	-	59.783	(123.874)	-	-	-	(777.243)
Marfrig Argentina S.A.	(1.996)	-	-	-	-	-	-	1.996	-	-
Marfrig Com. de Energia Ltda.	(132)	-	26.350	-	-	(1.290)	-	-	-	24.928
Marfrig Holdings (Europe) BV	3.908.891	-	-	-	(284.405)	75.481	-	-	-	3.699.967
Marfrig Beef (UK) Limited	3.987.344	(2.048.843)	-	-	(298.342)	224.526	-	-	-	1.864.685
Marfrig Beef International Limited	5.266.043	(1.458.034)	-	-	(372.568)	70.546	-	-	-	3.505.987
Abilun S.A.	(2.618)	-	-	-	(23)	7.834	-	-	-	5.193
MFG Holdings SAU	87.776	-	164.263	-	(68.359)	(138.123)	(33.864)	-	-	11.693
QuickFood S.A.	32.785	-	18.251	-	(20.069)	(4.017)	(3.763)	1.904	-	25.091
Marfrig Paraguay S.A.	29	-	-	-	-	(35)	-	-	-	(6)
Campo Del Tesoro	3.900	-	-	-	-	-	-	(3.900)	-	-
BRF S.A.	9.302.258	-	4.798.299	2.013.747	191.234	(1.151.697)	-	-	-	15.153.841
PlantPlus Brasil	-	-	69	-	(112)	(22)	-	-	-	(65)
Total	22.408.593	**(3.603.785)**	**5.007.232**	**2.013.747**	**(844.237)**	**(914.915)**	**(69.295)**	**-**	**(311.397)**	**23.685.943**

(a) Valores referentes à reestruturação societária na Argentina, para mais detalhes veja nota explicativa nº 13.2.1. Reorganização societária - Argentina; e

(b) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros nos estoques não realizados quando da consolidação de balanço.

Investimento em subsidiárias reclassificadas para ativos mantidos para venda

	31/12/2022	Ativos mantidos para venda	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial (descontinuada)	31/12/2023 (a)
Inaler S.A.	-	50.190	-	(1.386)	-	26.342	75.146
Prestcott International S.A.	-	75.139	-	(1.594)	-	20.229	93.774
Estab. Colonia S.A.	-	186.068	-	(3.513)	(962)	19.995	201.588
Fortunceres S.A.	-	-	10	-	-	-	10
Total	-	**311.397**	**10**	**(6.493)**	**(962)**	**66.566**	**370.518**

(a) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros nos estoques não realizados quando da consolidação de balanço.

13.2. Investimentos diretos

Abaixo seguem as movimentações de investimentos diretos durante o exercício de 2023:

13.2.1. Reorganização societária - Argentina

Em 1º de janeiro de 2023, a Companhia deliberou pela reorganização societária entre as empresas do Grupo Quickfood S.A., Marfrig Argentina S.A. e Campo Del Tesoro S.A., todas alocadas em território argentino. A reorganização trata-se de uma incorporação da Marfrig Argentina S.A. e da Campo Del Tesoro S.A., realizada pela Quickfood S.A. Essa incorporação gerou um aumento líquido de investimento na Quickfood S.A. no valor de $ 923.143.314 de pesos argentinos (R$ 19.040). Do valor total incorporado, a sócia MFG Holding SAU tem direito a 90%, o que representa $ 830.828.982 de pesos argentinos (R$ 17.136) e a Marfrig Global Foods S.A. tem direito aos 10% restantes, representados por $ 92.314.331 de pesos argentinos (R$ 1.904).

13.2.2. MFG Holding SAU

Em 31 de março de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de $ 3.754.980.000 de pesos argentinos (R$ 94.123), passando dos $ 39.900.000 de pesos argentinos (R$ 1.181) para $ 3.794.880.000 de pesos argentinos (R$ 92.213). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Em 27 de junho de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de $ 1.376.205.036 de pesos argentinos (R$ 25.868), passando dos $ 3.794.880.000 de pesos argentinos (R$ 92.213) para $ 5.171.085.036 de pesos argentinos (R$ 97.216). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Em 1º de dezembro de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de $ 3.240.896.399 de pesos argentinos (R$ 44.272), passando dos $ 5.171.085.036 de pesos argentinos (R$ 97.216) para $ 8.411.981.435 de pesos argentinos (R$ 50.472). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

13.2.3. QuickFood S.A.

Em 31 de março de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de $ 4.172.200.000 de pesos argentinos (R$ 104.581), passando dos $ 10.329.853.508 de pesos argentinos (R$ 274.411) para $ 14.502.053.508 de pesos argentinos (R$ 352.400). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: $ 3.754.980.000 de pesos argentinos (R$ 94.123), aportados pela MFG Holding SAU e $ 417.220.000 de pesos argentinos (R$ 10.458) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A.

Em 03 de abril de 2023, o sócio Marcos Antonio Molina dos Santos efetivou, conforme deliberado em 31 de março de 2023, o aporte de capital no valor de $ 62.107 de pesos argentinos (R$ 117), passando dos $ 14.502.053.508 de pesos argentinos (R$ 352.400) para $ 14.502.115.615 de pesos argentinos (R$ 326.298).

Em 27 de junho de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de $ 1.529.118.349 de pesos argentinos (R$ 28.769), passando dos $ 14.502.115.615 de pesos argentinos (R$ 326.298) para $ 16.031.233.964 de pesos argentinos (R$ 301.387). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: $ 1.376.205.036 de pesos argentinos (R$ 25.892), aportados pela MFG Holding SAU, $ 152.894.964 de pesos argentinos (R$ 2.874) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A. e $ 18.349 de pesos argentinos (R$ 3) aportados pelo sócio Marcos Antonio Molina dos Santos.

Em 1º de dezembro de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de $ 3.601.000.000 de pesos argentinos (R$ 49.192), passando dos $ 16.031.233.964 de pesos argentinos (R$ 301.387) para $ 19.632.233.964 de pesos argentinos (R$ 117.793). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: $ 3.240.896.399 de pesos argentinos (R$ 44.272), aportados pela MFG Holding SAU, $ 360.060.389 de pesos argentinos (R$ 4.919) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A. e $ 43.212 de pesos argentinos (R$ 1) aportados pelo sócio Marcos Antonio Molina dos Santos.

13.2.4. Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia deliberou por aumentar o capital de R$ 3.650 para R$ 10.000, sendo o aumento no valor total de R$ 6.350, mediante a emissão de 6.350.000 milhões de novas quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 real cada quota, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia nesta data.

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia deliberou por aumentar o capital de R$ 10.000 para R$ 30.000, sendo o aumento no valor total de R$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 milhões de novas quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 real cada quota, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia nesta data.

13.2.5. Projeto Biomas

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia investiu em conjunto com Suzano, Rabobank e Vale, na Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (“Biomas”), o valor de R$ 5.000, nos termos dos respectivos acordos de investimento, uma vez que foram cumpridas as condições precedentes e realizados os atos de fechamentos estabelecidos em referidos acordos.

A Biomas atuará nas atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil.

13.2.6. BRF S.A.

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* (“ADR’s”).

13.3. Investimentos indiretos

Abaixo seguem as movimentações de investimentos indiretos durante o exercício de 2023:

13.3.1. PlantPlus Foods Brasil Ltda.

Em 17 de março de 2023, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Foods Brasil Ltda., no montante de R$ 5.225, passando dos R$ 4.609 para R$ 9.834. Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: R$ 5.173 pela sócia PlantPlus Foods, LLC, R$ 36 pela sócia Marfrig Global Foods S.A. e R$ 16 pela sócia ADM Investments Limited. Foram emitidas 5.225.251 milhões de novas quotas, com valor nominal de R$ 1,00 real cada, totalmente subscritas pelas sócias.

13.3.2. PlantPlus Foods, LLC.

Durante exercício de 2023, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Food, LLC, no montante de US$ 14,5 milhões, a subsidiária NBM US Holdings Inc., aportou o montante de US$ 10,2 milhões, equivalente a 70% do capital deliberado.

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

13.3.3. PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A.

Durante exercício de 2023, foi deliberado pela controlada BRF aumentos de capital social, no montante de R$ 769 de sua coligada PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A., passando dos R$ 7.314 para R$ 8.083.

13.4. Empreendimentos controlados em conjunto - *Joint Venture*

Todos os empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Venture*), são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados conforme NBC TG 18/R3 (Resolução CVM 118/22) - Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto. As participações da Companhia em empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Venture*) são descritas a seguir:

a) A Companhia possui participação direta de 0,7% na PlantPlus Foods Brasil Ltda., com sede no Brasil;
b) A Companhia, através de sua controladora direta BRF, possui participação de 24,0% na Potengi Holdings S.A., com sede no Brasil;
c) A Companhia, através de sua controladora indireta Beef Holdings Limited, possui participação de 45,0% na COFCO Keystone Supply Chain Invest. Ltd., com sede em Hong Kong; e
d) A Companhia, através de sua controladora indireta NBM US Holdings, Inc., possui participação de 70,0% na PlantPlus Foods LLC, com sede nos Estados Unidos da América.

14. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A propriedade para investimento corresponde aos curtumes e plantas industriais que dentro da estratégia da Companhia são mantidas para auferir rendimento de aluguel, os valores estão contabilizados a valor justo.

	Controladora e Consolidado		
	Terrenos	Edificações e instalações	Total
Curtume de Promissão	4.233	3.149	7.382
Curtume de Bataguassu	-	42.868	42.868
Planta de Capão do Leão	3.655	44.199	47.854
Planta de Mato Leitão	2.419	14.642	17.061
Saldo líquido em 31/12/2023	**10.307**	**104.858**	**115.165**

Movimentação de propriedades para investimento:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/22	Alteração no valor justo	31/12/23
Curtume de Promissão	6.989	393	**7.382**
Curtume de Bataguassu	44.837	(1.969)	**42.868**
Planta de Capão do Leão	43.816	4.038	**47.854**
Planta de Mato Leitão	15.687	1.374	**17.061**
Saldo líquido	111.329	3.836	**115.165**

Os valores justos são baseados em valores de mercado, e refletem o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. A Companhia faz a reavaliação do valor justo anualmente.

15. IMOBILIZADO

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos.

Movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora Imobilizado				
Descrição	Terrenos, edificações e instalações	Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Taxas anuais médias de depreciação	**3,46%**	**13,51%**	**-**	**16,15%**	
Custo de aquisição	4.586.376	1.405.624	203.636	428.433	6.624.069
Depreciação acumulada	(1.176.606)	(774.072)	-	(293.056)	(2.243.734)
Saldo líquido em 31/12/2022	**3.409.770**	**631.552**	**203.636**	**135.377**	**4.380.335**
Adições	5.213	61.005	184.269	7.546	258.033
Baixas	-	(408)	-	(74)	(482)
Transferências	160.843	2	(171.672)	10.827	-
Reclassificação (a)	-	-	(26.859)	-	(26.859)
Reclassificação para ativo mantido para venda	(1.948.107)	(278.923)	(84.989)	(106.168)	(2.418.187)
Depreciação do exercício	(207.823)	(78.250)	-	(24.246)	(310.319)
Saldo líquido em 31/12/2023	**1.419.896**	**334.978**	**104.385**	**23.262**	**1.882.521**
Custo de aquisição	1.695.534	555.006	104.385	75.398	2.430.323
Depreciação acumulada	(275.638)	(220.028)	-	(52.136)	(547.802)
Saldo líquido no final do exercício	**1.419.896**	**334.978**	**104.385**	**23.262**	**1.882.521**

(a) Valores reclassificados para o intangível.

	Consolidado Imobilizado				
Descrição	Terrenos, edificações e instalações	Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Taxas anuais médias de depreciação	**3,10%**	**10,00%**	**-**	**9,44%**	
Custo de aquisição	26.909.965	31.032.281	2.932.777	1.047.057	61.922.080
Depreciação acumulada	(5.516.216)	(9.842.140)	-	(533.064)	(15.891.420)
Saldo líquido em 31/12/2022	**21.393.749**	**21.190.141**	**2.932.777**	**513.993**	**46.030.660**
Adições	14.793	84.485	2.077.684	30.057	2.207.019
Baixas	(174.980)	(310.949)	(17.970)	(681)	(504.580)
Transferências	847.076	1.532.157	(2.448.578)	69.345	-
Reclassificação (a)	20.886	(104.008)	(63.252)	2.821	(143.553)
Variação cambial	(256.084)	(72.550)	(205.618)	(48.287)	(582.539)
Reclassificação para ativo mantido para venda	(2.112.130)	(399.800)	(163.286)	(112.294)	(2.787.510)
Depreciação do exercício	(835.857)	(2.657.034)	-	(79.902)	(3.572.793)
Saldo líquido em 31/12/2023	**18.897.453**	**19.262.442**	**2.111.757**	**375.052**	**40.646.704**
Custo de aquisição	24.102.814	30.751.636	2.111.757	693.381	57.659.588
Depreciação acumulada	(5.205.361)	(11.489.194)	-	(318.329)	(17.012.884)
Saldo líquido no final do exercício	**18.897.453**	**19.262.442**	**2.111.757**	**375.052**	**40.646.704**

(a) Valores reclassificados para o direito de uso e intangível.

De acordo com a NBC TG 01/R4 (Resolução CVM 90/22) - Redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não identificamos indícios de ativos registrados nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A Companhia e suas controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado, totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos, conforme apresentados a seguir:

	Controladora 31/12/23
Descrição	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação
Terrenos, edificações e instalações	2
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	43.737
Outras imobilizações	18.059
	61.798

	Consolidado 31/12/23	
Descrição	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação
Terrenos, edificações e instalações	49.549	452.452
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	77.766	1.170.831
Outras imobilizações	-	44.764
	127.315	**1.668.047**

16. DIREITO DE USO

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos. Com a adoção da NBC TG 06/R3 (Resolução CVM 95/22), os ativos atrelados aos arrendamentos passaram a ser reconhecidos como ativos de direito de uso.

Movimentação de direito de uso:

	Controladora Direito de uso		
Descrição	Plantas industriais	Outros	Total
Taxas anuais médias de depreciação	**7,00%**	**20,00%**	
Custo de aquisição	203.099	3.988	207.087
Depreciação acumulada	(70.421)	(2.227)	(72.648)
Saldo líquido em 31/12/2022	**132.678**	**1.761**	**134.439**
Reclassificação para ativo mantido para venda	(106.678)	(59)	(106.737)
Depreciação do exercício	(11.664)	(587)	(12.251)
Saldo líquido em 31/12/2023	**14.336**	**1.115**	**15.451**
Custo de aquisição	38.818	3.522	42.340
Depreciação acumulada	(24.482)	(2.407)	(26.889)
Saldo líquido no final do exercício	**14.336**	**1.115**	**15.451**

	Consolidado Direito de uso			
Descrição	Plantas industriais	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Taxas anuais médias de depreciação	**13,22%**	**15,32%**	**26,48%**	
Custo de aquisição	4.420.190	742.853	733.434	5.896.477
Depreciação acumulada	(1.915.539)	(397.071)	(367.334)	(2.679.944)
Saldo líquido em 31/12/2022	**2.504.651**	**345.782**	**366.100**	**3.216.533**
Adições	1.063.267	459.155	138.595	1.661.017
Baixas	(86.484)	(5.420)	(5.110)	(97.014)
Transferências	(9.110)	12.983	(3.873)	-
Reclassificação (a)	(3.061)	40	1.202	(1.819)
Variação cambial	(6.462)	(32.067)	(20.278)	(58.807)
Reclassificação para ativo mantido para venda	(106.858)	-	(59)	(106.917)
Depreciação do exercício	(609.680)	(182.548)	(189.575)	(981.803)
Saldo líquido em 31/12/2023	**2.746.263**	**597.925**	**287.002**	**3.631.190**
Custo de aquisição	4.596.964	1.088.998	542.027	6.227.989
Depreciação acumulada	(1.850.701)	(491.073)	(255.025)	(2.596.799)
Saldo líquido no final do exercício	**2.746.263**	**597.925**	**287.002**	**3.631.190**

(a) Valores reclassificados para o ativo biológico (não corrente) e do imobilizado.

17. INTANGÍVEL

A Companhia possui ativo intangível, compondo o ativo não circulante, apresentado de acordo com a NBC TG 04/R4 (Resolução CVM 93/22) - ativo intangível.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Ágio	**-**	-	**1.122.704**	1.786.570
Canais de venda	**165.527**	177.722	**165.528**	177.722
Softwares e licenças	**24.929**	16.170	**280.527**	289.782
Marcas e patentes	**42.844**	54.715	**12.320.867**	12.582.866
Relacionamento com clientes	**-**	-	**1.989.691**	2.441.554
Relacionamento com fornecedores	**-**	-	**2.629.942**	3.036.737
Acordos de não concorrência	**-**	-	**7.243**	19.927
Outros intangíveis	**-**	-	**35.472**	77.266
Total	**233.300**	**248.607**	**18.551.974**	**20.412.424**

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a NBC TG 15/R4 (Resolução CVM 71/22) - combinação de negócios. Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas.

As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a NBC TG 15/R4 (Resolução CVM 71/22) - combinação de negócios, para mais detalhes sobre as combinações negócios e os respectivos valores provenientes de cada uma delas, veja as demonstrações contábeis anteriores da Companhia.

Conforme NBC TG 01/R4 (Resolução CVM 90/22) - redução ao valor recuperável de ativos, o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização, dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável.

Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de *impairment* testado anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período máximo dos próximos 5 anos, absolutamente alinhado com a regra contábil pertinente. Estes fluxos de caixa estão em linha com o plano estratégico da Companhia e com as projeções de crescimento embasadas em séries históricas atualizadas por fatos relevantes à Companhia. As taxas de descontos destes fluxos de caixa utilizam o método do WACC e foram devidamente discutidas e validadas com a Administração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não identificamos indícios de ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

17.1. Movimentação do intangível

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	Controladora						
	Taxa média de amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Aquisição	Reclassificação (a)	Amortização	Reclassificação para ativo mantido para venda	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Canais de venda	5,50%	177.722	-	-	(12.195)	-	**165.527**
Software e licenças	20,60%	16.170	50	26.708	(6.357)	(11.642)	**24.929**
Marcas e patentes	2,56%	54.715	-	-	(2.184)	(9.687)	**42.844**
Total		**248.607**	**50**	**26.708**	**(20.736)**	**(21.329)**	**233.300**

(a) Valores reclassificados do imobilizado.

	Consolidado									
	Taxa média de amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Aquisição	Baixa	Variação cambial	Reclassificação (a)	Transferências	Amortização	Reclassificação para ativo mantido para venda	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Ágio	-	1.786.570	-	-	(96.669)	-	-	-	(567.197)	**1.122.704**
Canais de venda	5,50%	177.722	-	-	-	-	-	(12.194)	-	**165.528**
Software e licenças	39,78%	289.782	1.519	(4.336)	(2.512)	40.114	201.444	(233.270)	(12.214)	**280.527**
Marcas e patentes	1,75%	12.582.866	-	693	(137.256)	-	(2)	(115.747)	(9.687)	**12.320.867**
Relacionamento com clientes	7,27%	2.441.554	-	(2.107)	(129.210)	-	1	(320.547)	-	**1.989.691**
Relacionamento com fornecedores	6,67%	3.036.737	-	-	(123.972)	-	-	(282.823)	-	**2.629.942**
Acordos de não concorrência	45,32%	19.927	-	(941)	1.968	-	-	(13.441)	(270)	**7.243**
Outros intangíveis	-	77.266	167.473	(2.762)	(1.691)	(3.371)	(201.443)	-	-	**35.472**
Total		**20.412.424**	**168.992**	**(9.453)**	**(489.342)**	**36.743**	**-**	**(978.022)**	**(589.368)**	**18.551.974**

(a) Valores reclassificados do imobilizado.

Os ágios gerados em aquisições de participações societárias no exterior estão expressos na moeda funcional da unidade de negócio e estão convertidos a taxa de fechamento, de acordo com a normas descritas na NBC TG 02/R3 (Resolução CVM 91/22) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Terceiros	**1.116.166**	1.881.232	**16.872.907**	19.019.268
Partes relacionadas (a)	**13.456**	36.784	**618**	23.000
(-) Ajuste a valor presente	**-**	-	**(166.123)**	(210.127)
	1.129.622	1.918.016	**16.707.402**	18.832.141
Passivo circulante	**1.129.622**	1.918.016	**16.706.980**	18.824.682
Passivo não circulante	**-**	-	**422**	7.459

(a) Os fornecedores com partes relacionadas, est*ão* detalhados conforme nota explicativa nº 35 - Partes relacionadas.

A Companhia possui parcerias com diversas instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis e, portanto, transferirem o direito do recebimento das faturas junto às instituições financeiras ("**Risco Sacado**" ou "**Programa**"). Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição financeira.

O Programa pode gerar benefícios nas relações comerciais da Companhia e seus fornecedores, como preferência e prioridade de abastecimento em casos de oferta restrita, melhores condições comerciais, entre outros, sem que a essência mercantil da relação seja modificada.

As faturas incluídas no Programa são pagas conforme as mesmas condições de preço e prazo negociadas com seus fornecedores sem a incidência de qualquer encargo para a Companhia, de forma que não há alterações das condições comerciais após negociação e faturamento dos bens ou serviços.

O saldo de faturas incluídas no Risco Sacado é de R$ 330.501 na Controladora e R$ 5.272.217 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (Em 31 de dezembro de 2022 não havia saldo na Controladora e R$ 5.794.841 no Consolidado).

A Companhia mensura e discrimina o ajuste a valor presente para todas as suas operações mercantis efetuadas a prazo, especificando itens financeiros e operacionais.

Visando aprimorar a apresentação das demonstrações consolidadas, a Companhia, desde as informações intermediárias de 31 de março de 2023, agrupou os saldos de 31 de dezembro de 2022 mantidos em grupo segregado do balanço patrimonial denominado Fornecedores Risco Sacado na rubrica de Fornecedores, no montante de R$ 1.393.137 no Consolidado.

19. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de pessoal, encargos e benefícios sociais foram avaliados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Salários e encargos	**82.776**	137.171	**1.115.030**	1.148.494
Bonificações	**12.346**	11.015	**460.832**	837.441
Benefícios a funcionários	**-**	-	**540.821**	521.312
Outros	**-**	-	**7.373**	16.023
	95.122	148.186	**2.124.056**	2.523.270
Passivo circulante	**95.122**	148.186	**1.669.658**	2.066.326
Passivo não circulante	**-**	-	**454.398**	456.944

19.1. Bonificações

O pagamento dos valores de bonificação é associado ao cumprimento de métricas de desempenho da companhia e ao desempenho individual de seus colaboradores, sendo necessário o atingimento do EBITDA estipulado pelos Administradores para que haja o pagamento da bonificação.

19.2. Benefícios a funcionários

19.2.1. Plano de aposentadoria suplementar

A controlada BRF é patrocinadora dos seguintes planos de previdência complementar, voltados aos seus funcionários e administradores: i) Plano II - Contribuição variável com opção de benefício definido - Fechado para adesões; ii) Plano III - Contribuição definida - Aberto para adesões; e iii) Plano FAF - Benefício definido - Fechado para adesões.

A administração destes planos é executada pela subsidiária da controlada BRF denominada BRF Previdência, entidade fechada de previdência complementar, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, que por meio de seu Conselho Deliberativo é responsável por estabelecer os objetivos e políticas previdenciárias, assim como estabelecer diretrizes fundamentais e normas de organização, operação e administração. O Conselho Deliberativo é formado por representantes da patrocinadora e participantes, na proporção de 2/3 e 1/3, respectivamente.

19.2.1.1. Planos de benefício definido

O Plano II é um plano de contribuição variável estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das provisões matemáticas com a opção de transformação do saldo de conta aplicável em renda mensal vitalícia (benefício definido) na data da concessão do benefício. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior à prevista nas tábuas de mortalidade e (ii) rentabilidade real do patrimônio abaixo da taxa de desconto real.

O Plano FAF (Fundação Attílio Francisco Xavier Fontana) tem como finalidade suplementar o benefício pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"). O benefício é apurado com base na renda do participante e os montantes variam conforme o tipo de aposentadoria e outros critérios definidos no plano. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior à prevista nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior à esperada, (iii) crescimento salarial acima do esperado, (iv) rentabilidade real do patrimônio abaixo da taxa de desconto real, (v) alterações das regras da previdência social, e (vi) composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.

As avaliações atuariais dos planos administrados pela BRF Previdência são efetuadas anualmente por especialistas independentes e revisadas pela Administração, de acordo com normas vigentes.

Na hipótese da ocorrência de resultado deficitário nos planos, em valores superiores aos definidos pela legislação, o mesmo deverá ser equacionado pela patrocinadora, participantes e assistidos, na proporção existente entre suas contribuições.

O benefício econômico apresentado como um ativo considera apenas a parte do superávit que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação do superávit dos planos se dá por meio de reduções em contribuições futuras.

19.2.1.2. Planos de contribuição definida

O Plano III é um plano na modalidade de contribuição definida, em que as contribuições são conhecidas e o valor do benefício dependerá diretamente do valor das contribuições efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, do tempo de contribuição e do resultado obtido por meio do investimento das contribuições. As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R$ 26.911 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 25.507 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o Plano possuía 35.644 participantes (39.715 participantes em 31 de dezembro de 2022).

Caso os participantes dos Planos II e III encerrem o vínculo empregatício com a patrocinadora, o saldo não utilizado de contribuições da patrocinadora no pagamento de benefícios formará um fundo de sobra que poderá ser utilizado para compensar as contribuições futuras da patrocinadora.

19.2.1.3. Movimentação de benefício definido e contribuição variável

Os ativos e passivos atuariais bem como a movimentação das obrigações e direitos relacionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	FAF		Plano II	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Composição dos ativos e passivos atuariais				
Valor presente das obrigações atuariais	**3.348.786**	3.121.348	**21.789**	20.822
Valor justo dos ativos	**(3.647.431)**	(3.603.611)	**(22.845)**	(22.745)
(Superávit) déficit	**(298.645)**	(482.263)	**(1.056)**	(1.923)
Superávit irrecuperável (efeito do limite do ativo)	**298.645**	482.263	**1.056**	1.923
(Ativo)/passivo atuarial líquido	**-**	-	**-**	-
Movimentação no superávit irrecuperável				
Superávit irrecuperável no início do exercício	**482.263**	207.230	**1.923**	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	**47.021**	18.152	**187**	-
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	**(230.639)**	256.881	**(1.054)**	1.923
Superávit irrecuperável do final do exercício	**298.645**	482.263	**1.056**	1.923

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

				Consolidado
		FAF		Plano II
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Movimentação do valor presente das obrigações				
Valor presente das obrigações no início do exercício	**3.121.348**	3.340.497	**20.822**	23.981
Juros sobre obrigações atuariais	**293.231**	283.241	**1.935**	1.997
Custo do serviço corrente	**18.153**	23.189	**-**	-
Benefícios pagos pelo plano	**(233.865)**	(213.804)	**(1.947)**	(1.838)
(Ganhos) perdas atuariais - experiência	**81.782**	(36.292)	**460**	(1.358)
(Ganhos) perdas atuariais - hipóteses econômicas	**68.137**	(242.957)	**519**	(1.414)
(Ganhos) perdas atuariais - hipóteses demográficas	**-**	(32.526)	**-**	(546)
Valores das obrigações no final do exercício	**3.348.786**	3.121.348	**21.789**	20.822
Movimentação do valor justo dos ativos				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**(3.603.611)**	(3.547.727)	**(22.745)**	(22.298)
Receita de juros sobre ativos do plano	**(340.252)**	(301.394)	**(2.122)**	(1.851)
Benefícios pagos pelo plano	**233.865**	213.804	**1.947**	1.838
Rendimento de ativos (maior) menor que projeção	**62.567**	31.706	**75**	(434)
Valor dos ativos no final do exercício	**(3.647.431)**	(3.603.611)	**(22.845)**	(22.745)
Movimentação dos resultados abrangentes				
Saldo do início do exercício	**23.190**	26.741	**3.385**	(2.485)
Reversão para resultados acumulados	**(23.190)**	(26.741)	**(3.385)**	2.485
Perdas atuariais	**(149.919)**	311.776	**(979)**	2.772
Rendimento de ativos maior (menor) que projeção	**(62.567)**	(31.705)	**(75)**	434
Mudança no superávit irrecuperável	**230.639**	(256.881)	**1.054**	179
Valor dos resultados abrangentes no final do exercício	**18.153**	23.190	**-**	3.385
Custo reconhecido no resultado				
Custo dos serviços correntes	**(18.153)**	(23.190)	**-**	-
Juros sobre obrigações atuariais	**(293.231)**	(283.241)	**(1.935)**	(1.997)
Rendimento esperado do ativo do plano	**340.252**	301.394	**2.122**	1.851
Juros sobre superávit irrecuperável	**(47.021)**	(18.153)	**(187)**	-
Valor do custo reconhecido no resultado	**(18.153)**	(23.190)	**-**	(146)
Estimativa de custos para o exercício seguinte				
Custo de benefício	**(19.226)**	(18.153)	**-**	-
Valor estimado para o exercício seguinte	**(19.226)**	(18.153)	**-**	-

19.2.1.4. Hipóteses atuariais e dados demográficos

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

				Consolidado
		FAF		Plano II
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Premissas atuariais				
Hipóteses econômicas				
Taxa de desconto	**9,54%**	9,75%	**9,43%**	9,73%
Taxa de inflação	**3,50%**	3,50%	**3,50%**	3,50%
Taxa de crescimento salarial	**4,60%**	4,60%	**N/A**	N/A
Hipóteses demográficas				
Tábua de mortalidade	**AT-2000 básico, por sexo**	AT-2000 básico, por sexo	**AT-2000 básico, por sexo**	AT-2000 básico, por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	**CSO-58**	CSO-58	**CSO-58**	CSO-58
Dados demográficos				
Nº de participantes ativos	**5.314**	5.669	**-**	-
Nº de participantes beneficiários assistidos	**7.972**	7.884	**51**	51

19.2.1.5. Composição das carteiras de investimentos dos planos

A composição das carteiras de investimentos dos planos é apresentada a seguir:

								Consolidado
				FAF				Plano II
		31/12/23		31/12/22		**31/12/23**		31/12/22
Composição de carteira do fundo								
Renda fixa	**2.607.913**	**71,5%**	2.385.591	66,2%	**20.629**	**90,3%**	19.969	87,8%
Renda variável	**339.211**	**9,3%**	421.622	11,7%	**937**	**4,1%**	1.115	4,9%
Imóveis	**368.391**	**10,1%**	342.343	9,5%	**23**	**0,1%**	23	0,1%
Outros	**331.916**	**9,1%**	454.055	12,6%	**1.256**	**5,5%**	1.638	7,2%
	3.647.431	**100%**	3.603.611	100%	**22.845**	**100%**	22.745	100%
% de retorno nominal sobre os ativos	**9,44%**		8,50%		**9,33%**		8,30%	

19.2.1.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros, bem como a duração média das obrigações dos planos:

		Consolidado
	FAF	Plano II
2024	**240.517**	**1.954**
2025	**239.946**	**1.935**
2026	**239.731**	**1.914**
2027	**240.288**	**1.888**
2028	**239.854**	**1.859**
2029 a 2033	**1.223.676**	**8.698**
Duração média ponderada - em anos	**10,95**	**8,88**

19.2.1.7. Análises de sensibilidade do plano de benefício definido - FAF

A análise de sensibilidade quantitativa em relação às hipóteses significativas do plano de benefício definido - FAF em 31 de dezembro de 2023 é demonstrada a seguir:

		Variação (+ 1%)		Variação (- 1%)	
Hipóteses significativas	Premissa utilizada	Taxa	VPO (a)	Taxa	VPO (a)
Plano de benefícios - FAF					
Taxa de desconto	9,54%	10,54%	3.031.526	8,54%	3.729.735
Crescimento salarial (b)	1,06%	2,06%	3.373.686	0,06%	3.322.461

(a) Valor presente da obrigação; e

(b) Taxa real.

19.2.2. Descrição e características dos benefícios e riscos associados

A controlada BRF têm como política de recursos humanos oferecer os seguintes benefícios pós-emprego e outros benefícios a funcionários, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos nas demonstrações financeiras.

		Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Plano médico	**66.245**	119.729
Multa do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	**70.535**	60.657
Homenagem por tempo de serviço	**125.991**	112.225
Gratificação por aposentaria	**52.403**	45.670
Seguro de vida	**9.174**	8.871
Benefício definido	**216.473**	174.160
	540.821	521.312

19.2.2.1. Plano médico

A controlada BRF oferece o benefício de plano médico com contribuição fixa aos funcionários aposentados de acordo com a Lei nº 9.656/98.

Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (ii) rotatividade inferior à esperada; e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

19.2.2.2. Multa do FGTS por ocasião de desligamento na aposentadoria

Conforme pacificação emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho ("TRT") em 20 de abril de 2007, a aposentadoria não surte efeito no contrato de trabalho estabelecido entre a Companhia e seus funcionários. No entanto, a partir do momento em que o funcionário está aposentado perante o INSS e eventualmente ocorre o seu desligamento da empresa, a controlada BRF pode firmar em certos casos, acordo mútuo concedendo o pagamento do benefício que equivale a 20% de multa sobre o saldo do FGTS. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (ii) rotatividade inferior à esperada; e (iii) crescimento salarial acima do esperado.

19.2.2.3. Homenagem por tempo de serviço

A controlada BRF têm como política premiar seus funcionários ativos que atingem 10 anos de serviços prestados e a partir desta data, sucessivamente a cada 5 anos, com uma remuneração adicional. Os principais riscos atuariais são: (i) rotatividade inferior à esperada; (ii) crescimento salarial acima do esperado; e (iii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade.

19.2.2.4. Gratificação por aposentadoria

Por ocasião da aposentadoria, os funcionários com mais de 8 anos de serviços prestados à controlada BRF, além das verbas legais, são elegíveis a indenização complementar. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) rotatividade inferior à esperada; (ii) crescimento salarial acima do esperado; e (iii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade.

19.2.2.5. Seguro de vida

A controlada BRF oferece o benefício do seguro de vida ao funcionário que no momento do seu desligamento estiver aposentado e que durante o contrato de trabalho era optante pelo seguro, com o período de benefício variando de 2 a 3 anos. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (ii) rotatividade inferior à esperada; e (iii) crescimento salarial acima do esperado.

19.2.2.6. Benefício definido

A controlada BRF possui registrado passivo relacionado a benefício definido para certas subsidiárias localizadas na Turquia, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Kuwait, relacionado a pagamentos no evento de desligamento caso certas condições sejam atingidas, as quais variam de acordo com a legislação de cada país. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) rotatividade inferior à esperada; e (ii) crescimento salarial acima do esperado.

19.2.2.7. Movimentação das obrigações atuariais dos benefícios

As movimentações das obrigações atuariais relacionadas a outros benefícios, preparadas com base em laudo atuarial e revisadas pela administração, estão apresentadas a seguir:

								Consolidado
		Plano médico		Multa FGTS		Homenagem por tempo de serviço		Outros (a)
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Composição dos passivos atuariais								
Valor presente das obrigações atuariais	**66.245**	119.729	**70.535**	60.657	**125.991**	112.225	**278.050**	228.700
Passivo líquido reconhecido	**66.245**	119.729	**70.535**	60.657	**125.991**	112.225	**278.050**	228.700
Movimentação do valor presente das obrigações								
Valor presente no início do exercício	**119.729**	-	**60.657**	-	**112.225**	-	**228.700**	-
Juros sobre obrigação atuarial	**11.434**	14.448	**5.052**	3.053	**10.104**	5.998	**16.947**	12.937
Custo do serviço corrente	**508**	678	**2.669**	2.480	**5.707**	5.221	**22.123**	17.319
Custo do serviço passado	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.326**	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	**(4.562)**	(8.811)	**(4.937)**	(11.482)	**(16.201)**	(14.542)	**(44.141)**	(25.641)
Adição por meio de combinação de negócios	**-**	197.702	**-**	54.899	**-**	100.473	**-**	187.203
(Ganhos) perdas atuariais - experiência	**(62.276)**	(55.928)	**5.938**	13.589	**12.745**	17.357	**103.847**	15.764
(Ganhos) perdas atuariais - hipóteses demográficas	**-**	(12.325)	**-**	2.237	**-**	1.935	**(6.504)**	1.623
(Ganhos) perdas atuariais - hipóteses econômicas	**1.412**	(16.035)	**1.156**	(4.119)	**1.411**	(4.217)	**(6.747)**	19.775
(Ganhos) perdas atuariais - variação cambial	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**(39.501)**	(280)
Valor das obrigações no final do exercício	**66.245**	119.729	**70.535**	60.657	**125.991**	112.225	**278.050**	228.700
Movimentação do valor justo dos ativos								
Benefícios pagos diretamente pela empresa	**4.562**	8.811	**4.937**	11.482	**16.201**	14.542	**44.141**	26.633
Contribuições da patrocinadora	**(4.562)**	(8.811)	**(4.937)**	(11.482)	**(16.201)**	(14.542)	**(44.141)**	(26.633)
Valor justo dos ativos no final do exercício	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-

								Consolidado
		Plano médico		Multa FGTS		Homenagem por tempo de serviço		Outros (a)
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Movimentação dos resultados abrangentes								
Saldo no início do exercício	**49.568**	-	**(5.071)**	-	**-**	-	**(84.008)**	-
Adição por meio de combinação de negócios	**-**	(34.720)	**-**	6.636	**-**	-	**-**	(84.050)
Ganhos (perdas) atuariais	**60.864**	84.288	**(7.094)**	(11.707)	**-**	-	**(90.596)**	(37.162)
Variação cambial	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**40.331**	37.204
Valor dos resultados abrangentes no final do exercício	**110.432**	49.568	**(12.165)**	(5.071)	**-**	-	**(134.273)**	(84.008)
Custos reconhecidos no resultado								
Juros sobre obrigações atuariais	**(11.434)**	(14.448)	**(5.052)**	(3.053)	**(10.104)**	(5.998)	**(16.947)**	(12.937)
Custo do serviço corrente	**(508)**	(678)	**(2.669)**	(2.480)	**(5.707)**	(5.221)	**(22.123)**	(22.804)
Custo do serviço passado	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**(3.326)**	-
Reconhecimento imediato de perdas	**-**	-	**-**	-	**(14.156)**	(15.075)	**-**	-
Valor do custo reconhecido no resultado	**(11.942)**	(15.126)	**(7.721)**	(5.533)	**(29.967)**	(26.294)	**(42.396)**	(35.741)
Estimativa de custos para o exercício seguinte								
Custo do serviço corrente	**(19)**	(508)	**(3.021)**	(2.669)	**(6.146)**	(5.707)	**(30.317)**	(22.804)
Juros sobre obrigações atuariais	**(6.268)**	(11.434)	**(5.669)**	(5.052)	**(10.893)**	(10.104)	**(35.728)**	(15.388)
Valor estimado para o exercício seguinte	**(6.287)**	(11.942)	**(8.690)**	(7.721)	**(17.039)**	(15.811)	**(66.045)**	(38.192)

(a) Considera a somatórios dos benefícios de Gratificação por aposentadoria, Seguro de vida e Benefício definido concedido em certas subsidiárias da controlada BRF.

19.2.2.8. Hipóteses atuariais e dados demográficos

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são a seguir resumidas:

						Consolidado
		Plano médico		Multa FGTS		Outros (a)
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Premissas atuariais						
Hipóteses econômicas						
Taxa de desconto	**9,61%**	9,73%	**9,42%**	9,66%	**13,77%**	8,71%
Taxa de inflação	**3,50%**	3,50%	**3,50%**	3,50%	**11,75%**	4,88%
Inflação médica	**6,60%**	6,60%	**N/A**	N/A	**N/A**	N/A
Taxa de crescimento salarial	**N/A**	N/A	**3,50%**	3,50%	**8,34%**	4,88%
Crescimento do saldo de FGTS	**N/A**	N/A	**3,41%**	3,70%	**N/A**	N/A
Hipóteses demográficas						
Tábua de mortalidade	**AT-2000 Básico por sexo**	AT-2000 Básico por sexo	**AT-2000 Básico por sexo**	AT-2000 Básico por sexo	**-**	**-**
Tábua de entrada em invalidez	**N/A**	N/A	**Álvaro Vindas desagravada em 30%**	Álvaro Vindas desagravada em 30%	**-**	**-**
Tábua de rotatividade - histórico BRF	**2023**	2022	**2023**	2022	**-**	**-**
Dados demográficos						
Nº de participantes ativos	**1.015**	13.776	**92.120**	91.490	**-**	**-**
Nº de participantes beneficiários assistidos	**1.415**	1.610	**-**	-	**-**	**-**

(a) Inclui benefícios de gratificação por aposentadoria e seguro de vida.

19.2.2.9. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, bem como a duração média destas:

	Plano médico	Multa FGTS	Homenagem por tempo de serviço	Outros (a)	Total
2024	**2.016**	**20.718**	**20.704**	**42.985**	**86.423**
2025	**2.350**	**4.955**	**16.507**	**19.058**	**42.870**
2026	**2.773**	**5.652**	**16.355**	**20.007**	**44.787**
2027	**3.212**	**6.385**	**15.453**	**21.680**	**46.730**
2028	**3.603**	**6.237**	**18.939**	**22.861**	**51.640**
2029 a 2033	**25.324**	**41.929**	**86.808**	**221.431**	**375.492**
Duração média ponderada - em anos	**15,62**	**5,59**	**5,15**	**9,61**	

(a) Considera a somatórios dos benefícios de Gratificação por aposentadoria, Seguro de vida e Benefício definido concedido em certas subsidiárias da controlada BRF.

19.2.2.10. Análise de sensibilidade dos benefícios pós-emprego

A controlada BRF efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

		(+) Variação		(-) Variação	
Hipóteses significativas	Premissa utilizada	Taxa (%)	VPO (a)	Taxa (%)	VPO (a)
Planos médicos					
Taxa de desconto	9,61%	10,61%	56.322	8,61%	78.929
Inflação médica	6,60%	7,60%	78.902	5,60%	56.260
Homenagem por tempo de serviço					
Taxa de desconto	9,42%	10,42%	120.327	8,42%	132.249
Rotatividade	Histórico	+3%	107.233	-3%	151.251
Multa do FGTS					
Taxa de desconto	9,42%	10,42%	67.125	8,42%	74.375
Crescimento salarial	3,50%	4,50%	71.226	2,50%	69.899
Rotatividade	Histórico	+3%	59.720	-3%	86.071

(a) Valor presente da obrigação.

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

		Controladora		Consolidado
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
ICMS a recolher	**-**	-	**247.623**	274.156
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**183.224**	57.870	**639.486**	545.028
Parcelamentos especiais	**2.710**	10.822	**109.346**	121.373
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**9.305**	15.830	**113.768**	150.363
	195.239	84.522	**1.110.223**	1.090.920
Passivo circulante	**135.839**	23.128	**763.562**	673.199
Passivo não circulante	**59.400**	61.394	**346.661**	417.721

A movimentação dos parcelamentos especiais está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Saldo inicial	**10.822**	101.812	**121.373**	101.812
(+) Adesão ao parcelamento	**1.593**	-	**17.643**	-
(+) Juros de atualização	**1.521**	7.849	**11.901**	15.813
(-) Pagamentos/compensações efetuadas	**(11.226)**	(98.839)	**(41.571)**	(110.296)
Adição por meio de combinação de negócios	**-**	-	**-**	114.044
Saldo devedor	**2.710**	10.822	**109.346**	121.373

Em 31 de março de 2023, a Companhia, através de sua controlada BRF, aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal do Governo Federal ("Litígio Zero"), para determinadas causas que envolvem discussões sobre PIS e COFINS. A adesão ao Litígio Zero gerou uma reversão de provisão para contingências no montante de R$ 21.176. A liquidação dos valores aderidos será: i) 70% com o uso de prejuízos fiscais, no montante de R$ 31.279 e ii) 30% em caixa em nove parcelas, no montante de R$ 13.405, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o saldo foi liquidado.

Em 27 de abril de 2023, a Companhia através da sua subsidiária Mogiana Alimentos, aderiu ao Parcelamento de ICMS, no montante de R$ 2.645, que serão liquidados em caixa em sessenta parcelas.

Em 08 de maio de 2023, a Companhia aderiu ao Parcelamento dos débitos devidos ao Convênio para Arrecadação Direta com Prestação de Serviços Assistências ao SESI, os valores referem-se ao período de julho de 2018 a abril de 2019 e perfazem o montante de R$ 1.593, os pagamentos serão realizados em sessenta parcelas.

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

					Controladora
Linha de crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	31/12/23	31/12/22
Moeda nacional:					
NCE/capital de giro	CDI	-	-	**-**	670.128
CPR/CCB	CDI	13,54%	1,72	**3.805.840**	6.079.882
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI/IPCA	12,24%	5,31	**4.971.440**	5.184.835
Total moeda nacional		**12,80%**		**8.777.280**	11.934.845
Moeda estrangeira:					
NCE/pré-pagamento (US$)/ACC (US$)	Taxa Fixa + SOFR	8,08%	3,55	**3.408.454**	4.927.762
Empréstimo bancário (US$)	Taxa Fixa + SOFR + V.C.	5,29%	1,89	**208.936**	353.862
Total moeda estrangeira		**7,92%**		**3.617.390**	5.281.624
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures		**11,38%**		**12.394.670**	17.216.469
Passivo circulante				**3.181.118**	6.598.771
Passivo não circulante				**9.213.552**	10.617.698

					Consolidado
Linha de crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	31/12/23	31/12/22
Moeda nacional:					
NCE/Capital de giro	CDI/Pré-fixado	12,93%	2,68	**2.361.124**	4.692.869
CPR/CCB	CDI	13,54%	1,72	**3.805.840**	6.079.882
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI/IPCA	12,24%	5,31	**4.971.440**	6.184.481
Incentivos fiscais	Pré-Fixado	2,40%	-	**6.604**	5.286
Debêntures	CDI/IPCA	10,80%	5,72	**6.486.619**	5.768.475
Total moeda nacional		**12,08%**		**17.631.627**	22.730.993
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento/NCE/ACC (US$)	Taxa Fixa + SOFR/Pré-Fixado + V.C.	7,00%	3,33	**6.003.525**	5.218.815
Bonds (US$)	Taxa Fixa + V.C./Pré-Fixado	5,32%	8,80	**18.891.545**	24.788.824
Empréstimo bancário (US$)	Taxa Fixa + Libor/SOFR + V.C.	7,08%	2,17	**5.667.881**	6.263.450
Linha de crédito rotativo - *Revolving*	Taxa Fixa + Libor	7,17%	4,73	**2.452.259**	1.656.705
Capital de giro	Pré-Fixado/Taxa flutuante/Eibor	15,68%	1,84	**938.755**	514.004
Total moeda estrangeira		**6,33%**		**33.953.965**	38.441.798
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures		**8,30%**		**51.585.592**	61.172.791
Passivo circulante				**7.509.414**	12.813.280
Passivo não circulante				**44.076.178**	48.359.511

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Abaixo está apresentada a movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Descrição	31/12/22	Ingressos	Custo sobre empréstimos	Pagamentos	Juros	Juros capitalizados	Variação cambial	Ajuste de conversão de balanço	Reclassificado (a)	31/12/23
Controladora	17.216.469	9.875.216	36.053	(11.577.601)	1.973.024	-	(207.289)	-	(4.921.202)	**12.394.670**
Consolidado	61.172.791	51.714.212	159.340	(59.010.660)	5.582.683	56.872	(927.626)	(1.863.910)	(5.298.110)	**51.585.592**

(a) Passivos relacionados a ativos mantidos para venda.

Os ingressos e os pagamentos apresentados no quadro acima incluem as operações de capital de giro.

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
2023	**-**	6.598.771	**-**	12.813.280
2024	**3.181.118**	2.529.040	**7.509.414**	6.694.216
2025	**1.848.275**	1.833.686	**7.114.288**	5.788.310
2026	**1.181.057**	1.082.720	**11.385.522**	10.303.766
2027	**2.021.969**	1.325.138	**4.159.849**	3.619.778
2028 em diante	**4.162.251**	3.847.114	**21.416.519**	21.953.441
	12.394.670	17.216.469	**51.585.592**	61.172.791

21.1. *Bonds* - (US$)

Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela total equivalente a US$ 52 milhões do principal das notas seniores (*bonds*) em circulação com vencimento em 2026, 2029 e 2031, conforme abaixo:

a) parcela equivalente a US$ 15 milhões do principal das notas sênior em circulação com remuneração de 7,000% ao ano e vencimento em 2026 ("Notas 2026"), emitidas pela NBM US Holdings Inc;
b) parcela equivalente a US$ 13 milhões do principal das notas sênior em circulação com remuneração de 6,625% ao ano e vencimento em 2029 ("Notas 2029"), emitidas pela NBM US Holdings Inc; e
c) parcela equivalente a US$ 24 milhões do principal das notas sênior em circulação com remuneração de 3,950% ao ano e vencimento em 2031 ("Notas 2031"), emitidas pela MARB BondCo PLC.

Em 20 de setembro de 2023, a controlada BRF efetuou recompras de *Senior Notes* 4,350% com vencimento em 2026. Efetuando o pagamento do montante equivalente a R$ 984.886 pela recompra destes passivos, valor que inclui principal, juros, prêmio e impostos (valor principal agregado de US$ 200 milhões). Ainda, nesta data, todas as *Senior Notes* com vencimento em 2024 foram resgatadas por 100% (cem por cento) do seu valor agregado de principal de US$ 295 milhões acrescido dos juros acumulados e não pagos, efetuando o pagamento do montante equivalente a R$ 1.521.887.

Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela total equivalente a US$ 81 milhões do principal das notas seniores (*bonds*) em circulação com vencimento em 2026, 2029 e 2031, conforme abaixo:

a) parcela equivalente a US$ 42 milhões do principal das notas sênior em circulação com remuneração de 7,000% ao ano e vencimento em 2026 ("Notas 2026"), emitidas pela NBM US Holdings Inc;
b) parcela equivalente a US$ 11 milhões do principal das notas sênior em circulação com remuneração de 6,625% ao ano e vencimento em 2029 ("Notas 2029"), emitidas pela NBM US Holdings Inc; e
c) parcela equivalente a US$ 28 milhões do principal das notas sênior em circulação com remuneração de 3,950% ao ano e vencimento em 2031 ("Notas 2031"), emitidas pela MARB BondCo PLC.

21.2. Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Em 13 de julho de 2023, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada.

No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 273ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 1.125.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio, CRA, representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). O procedimento de *bookbuilding* foi concluído pelos Coordenadores em 07 de agosto de 2023.

Em 06 de novembro de 2023, por meio de RCA foi aprovada a 14ª escritura para emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, no montante de R$ 500 milhões com prazo total de 5 anos. Os recursos serão usados para recomprar e cancelar dívidas vincendas.

21.3. Pré-pagamento/NCE/ACC (US$)

Em 13 de novembro de 2023, a Companhia contratou junto a um sindicato de bancos um empréstimo na modalidade "PPE" - "*Export Prepayment Credit Agreement*" no montante de US$ 535 milhões com um prazo total de 5 anos. Em 21 de novembro de 2023 a Companhia concluiu a contratação com o sindicato composto por oito bancos, sendo sete deles internacionais.

21.4. Linha de crédito rotativo - *Revolving*

Em 21 de novembro de 2023, a Companhia concluiu, através de sua subsidiária National Beef Packers, o processo de aumento de limite e alongamento de prazo da "*Revolving Credit Facility RCF*" disponível. Agora, a linha tem montante total de US$ 1.125 bilhões e seu vencimento passou de 2026 para 2028. Participam da operação o "Farm Credit System" e mais seis bancos internacionais.

Visando manter uma posição prudencial e sustentável de liquidez de curto prazo e em continuidade à estratégia de extensão do prazo médio e redução do custo de suas dívidas, em 27 de dezembro de 2019, a controlada BRF contratou junto ao Banco do Brasil uma linha de crédito rotativo no valor de até R$ 1.500.000, com vencimento em três anos, sendo renovada para mais dois anos na data de 26 de outubro de 2022. A referida linha de crédito poderá ser desembolsada total ou parcialmente a critério da Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2023 as linhas estavam disponíveis, porém não utilizadas.

21.5. Garantias dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Saldo de financiamentos	**12.394.670**	17.216.469	**51.585.592**	61.172.791
Garantias:				
Nota promissória	**124.462**	262.071	**124.462**	262.071
Fiança bancária	**-**	-	**62.235**	196.675
Aval	**2.019.670**	162.770	**2.298.922**	805.738
Instalações	**-**	-	**3.250.378**	1.667.140
Aplicação financeira	**-**	-	**-**	11.814
Carta de crédito	**246.767**	474.894	**246.767**	474.894
Incentivos fiscais	**-**	-	**6.604**	5.286
Corporate guarantee	**-**	-	**484.888**	521.219
Sem garantias	**10.003.771**	16.316.734	**45.111.336**	57.227.954

21.6. *Covenants*

A Companhia possui determinados contratos de empréstimos e financiamentos que registram cláusulas de manutenção de seu nível de endividamento consolidado, por meio de *covenants*.

Estes *covenants* tratam da relação entre a Dívida Líquida e o LAJIDA (EBITDA) dos últimos doze meses da Companhia (LTM), e possuem limite de 4,75x. O não cumprimento dos mesmos pode implicar em solicitação por parte dos credores, no vencimento antecipado da dívida da Companhia.

Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado - últimos doze meses), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado), ficou em 3,65x.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/23
Dívida bruta consolidada	**56.502.301**
(-) Disponibilidade consolidada	**21.972.274**
(-) Efeito de variação cambial (*carve-out*)	**584.438**
Dívida líquida consolidada ajustada	**33.945.589**
LAJIDA Ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	**9.295.493**
Indicador de alavancagem	**3,65**

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2023.

22. ANTECIPAÇÕES DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023, o montante das antecipações de clientes na Controladora era de R$ 3.523.193, sendo R$ 26.536 referente às Partes Relacionadas (R$ 2.540.988 em 31 de dezembro de 2022, sendo R$ 487.786 referente a Partes Relacionadas) e no Consolidado era de R$ 4.614.640 (R$ 2.405.785 em 31 de dezembro de 2022). Referem-se a valores recebidos antecipadamente de clientes de acordo com as políticas de crédito da Companhia, no qual o prazo médio para a realização desses adiantamentos é de 3 meses.

23. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia mensura seus passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento, conforme a NBC TG 06/R3 (Resolução CVM 95/22).

A seguir está apresentado a composição dos arrendamentos a pagar:

Arrendamento	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22
Plantas, instalações e edificações	7,00%	2,30	**19.893**	128.507
Outros	5,10%	1,40	**1.241**	2.117
Juros financeiros a incorrer	-	-	**(3.144)**	(15.307)
Total			**17.990**	115.317
Passivo circulante			**4.167**	20.118
Passivo não circulante			**13.823**	95.199

Arrendamento	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Plantas, instalações e edificações	8,42%	3,20	**3.337.318**	2.915.003
Licença *software*	-	-	**-**	1.603
Máquinas e equipamentos	7,24%	3,40	**629.419**	357.829
Outros	6,71%	1,90	**280.232**	351.651
Juros financeiros a incorrer			**(8.408)**	(22.988)
Total			**4.238.561**	3.603.098
Passivo circulante			**1.080.298**	819.547
Passivo não circulante			**3.158.263**	2.783.551

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Abaixo está apresentada a movimentação dos arrendamentos a pagar:

Descrição	31/12/22	Ingressos	Despesa financeira	Pagamentos	Baixas	Variação cambial	Ajuste de conversão de balanço	AVP	Reclassificado (a)	31/12/23
Controladora	115.317	-	3.238	(16.569)	-	-	-	168	(84.164)	**17.990**
Consolidado	3.603.098	1.661.017	307.942	(1.079.807)	(106.460)	63	(63.139)	168	(84.321)	**4.238.561**

(a) Passivos relacionados a ativos mantidos para venda.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
2023	**-**	20.118	**-**	819.547
2024	**4.167**	14.951	**1.080.298**	671.467
2025	**4.314**	13.262	**803.449**	518.805
2026	**3.592**	8.689	**607.369**	396.747
2027	**3.550**	8.689	**528.588**	295.251
2028 em diante	**2.367**	49.608	**1.218.857**	901.281
	17.990	115.317	**4.238.561**	3.603.098

23.1. Direito potencial de PIS e COFINS

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de alguns arrendamentos de plantas industriais, edificações, máquinas e equipamentos e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação arrendamento	19.893	17.097	226.862	207.932
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.840	1.581	20.985	19.234

23.2. Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06/R3 (Resolução CVM 95/22) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas, para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06/R3 (Resolução CVM 95/22) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado.

As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia utilizou o Índice de Preços Amplo - IPCA (4,62% a.a.) para correção do saldo.

Ativos de direito de uso	Controladora	Consolidado
Fluxo real	**31/12/23**	**31/12/23**
Direito de uso	**27.702**	**4.612.993**
Depreciação	**(12.251)**	**(981.803)**
Fluxo inflacionado	**31/12/23**	**31/12/23**
Direito de uso	**28.983**	**4.777.280**
Depreciação	**(12.817)**	**(1.016.837)**

Passivos de Arrendamento	Controladora	Consolidado
Fluxo real	**31/12/23**	**31/12/23**
Passivo de arrendamento	**21.228**	**4.546.503**
Despesa financeira	**(3.238)**	**(307.942)**
Fluxo inflacionado	**31/12/23**	**31/12/23**
Passivo de arrendamento	**22.419**	**4.850.695**
Despesa financeira	**(3.388)**	**(318.924)**

24. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Títulos a pagar investimentos Brasil (a)	**-**	88.567	**251.390**	334.538
Partes relacionadas (b)	**21.274.144**	20.395.963	**-**	-
Acordo de leniência (c)	**-**	-	**-**	585.577
Outros	**8.546**	14.546	**8.546**	14.546
	21.282.690	20.499.076	**259.936**	934.661
Passivo circulante	**7.046**	77.939	**196.697**	816.905
Passivo não circulante	**21.275.644**	20.421.137	**63.239**	117.756

(a) O montante apresentado se refere substancialmente a aquisição do total das ações da empresa Mogiana Alimentos S.A. (adquirida pela controlada BRF em fevereiro de 2022, com vencimento em 6 anos);
(b) O montante apresentado refere-se a transações de mútuos com as controladas. Na nota explicativa nº 35 Partes relacionadas apresentamos a composição detalhada do saldo; e
(c) O montante apresentado em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao acordo de leniência descrito na nota explicativa nº 1 Contexto operacional - Acordo de leniência.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

25.1. Provisões

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas trabalhistas, fiscais e cíveis, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais.

As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Trabalhistas e previdenciárias	**53.266**	48.581	**588.192**	709.014
Fiscais	**44.522**	50.386	**4.410.894**	4.784.011
Cíveis	**110.337**	110.924	**1.182.733**	1.234.012
	208.125	209.891	**6.181.819**	6.727.037
Passivo circulante	**-**	-	**720.187**	867.294
Passivo não circulante	**208.125**	209.891	**5.461.632**	5.859.743

A seguir está apresentada a movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
31 de dezembro de 2022	48.581	50.386	110.924	209.891	709.014	4.784.011	1.234.012	6.727.037
Estimativa líquida	**40.884**	**(4.168)**	**4.308**	**41.024**	**253.812**	**(202.126)**	**18.887**	**70.573**
Pagamentos	**(36.199)**	**(1.696)**	**(4.895)**	**(42.790)**	**(310.495)**	**(165.800)**	**(54.948)**	**(531.243)**
Variação cambial	**-**	**-**	**-**	**-**	**(60.888)**	**(5.191)**	**(13.949)**	**(80.028)**
Reclassificado (a)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.251)**	**-**	**(1.269)**	**(4.520)**
31 de dezembro de 2023	**53.266**	**44.522**	**110.337**	**208.125**	**588.192**	**4.410.894**	**1.182.733**	**6.181.819**

(a) Passivos relacionados a ativos mantidos para venda.

25.1.1. Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público. Na opinião da Administração e dos assessores legais a provisão constituída é considerada suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas se refere a temas comumente alegados no segmento, tais como, justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, acidentes de trabalho, horas "*in itinere*", risco ergonômico entre outros, no montante de R$ 588.192.

Na opinião da Administração da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevante.

25.1.2. Fiscais

Baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia revisou sua estimativa para riscos tributários não materializados no montante total de R$ 4.410.894, tendo em vista as fases de alguns processos e discussões jurídicas a nível do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), além de decisões exaradas sobre as matérias em discussões.

As principais discussões são glosas de ICMS decorrentes do aproveitamento de créditos de ICMS sobre materiais de uso e consumo, crédito presumido de ICMS, substituição tributária de ICMS, diferencial de alíquota do ICMS sobre produtos temperados, glosa de créditos de PIS e COFINS sobre insumos, glosa de compensação do IRPJ/CSLL na estimativa, ausência de adição dos lucros no exterior no cálculo do imposto, contribuição sobre a renda, GILRAT e ICMS e a exclusão de ICMS da base do PIS e da COFINS.

A Companhia suportada pelos seus assessores jurídicos julgou suficientes os montantes registrados em provisão para potenciais impactos, caso tais riscos venham a se materializar.

25.1.3. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão das ações classificadas como de risco provável, no total de R$ 1.182.733, cujas ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais, indenizatórias, alegações de inadimplemento contratual, questões regulatórias, ambientais e imobiliárias, relações de consumo, dentre outros temas, adicionalmente a Companhia tem o montante provisionado que é substancialmente composto pela rescisão de contrato para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, firmado com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e reflete atualização monetária do risco existente.

25.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes, cuja probabilidade de perda para a Companhia, foi definida por seus Assessores Jurídicos Externos como "possível", que por sua vez, não são sujeitos ao registro contábil, conforme NBC TG 25/R2 Resolução (CVM 72/22), estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Trabalhistas e previdenciárias	**77.977**	70.042	**316.307**	238.526
Fiscais	**1.139.686**	1.157.006	**13.217.920**	10.113.931
Cíveis	**61.625**	10.469	**1.586.457**	1.137.540
	1.279.288	1.237.517	**15.120.684**	11.489.997

25.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como: justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, acidentes de trabalho, horas "*in itinere*", risco ergonômico entre outros, totalizando o montante de perdas possíveis de R$ 316.307.

25.2.2. Fiscais

A seguir estão apresentadas as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas, no montante de R$ 13.217.920.

Impostos e contribuições federais

Em 31 de dezembro de 2023, constam processos administrativos e judiciais movidos pelos órgãos da União, pelo valor total histórico de R$ 10.096.276 exigindo:

a) Ausência de adição no lucro real e na base da IRPJ/CSLL de lucros no exterior relativo ao ano calendário de 2007/2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mútuo ativos com controladas no exterior;
b) Glosa de créditos de PIS/COFINS do ano calendário de 2014/2019 utilizados para a compensação de tributos;
c) Cobrança de IOF do ano calendário de 2016, em face de contratos de conta corrente celebrados entre empresas do grupo;
d) Glosas de créditos de PIS e COFINS decorrentes da sistemática não cumulativa em face de divergência quanto ao conceito de insumos glosados e utilização no processo produtivo, bem como a exigência de tributação de receitas relativas a créditos presumidos de ICMS, diferenças relativas à classificação fiscal de carnes temperadas, Decretos-Lei nº 2.445/88 e 2.449/88 (semestralidade), créditos extemporâneos e outros;
e) Restituição e compensação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, inclusive em decorrência do reconhecimento de decisão judicial relativa ao Plano Verão e autos de infração exigindo IRPJ e CSLL relativos à compensação do prejuízo fiscal acima do limite de 30% quando da incorporação de empresas;
f) A controlada BRF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por suposta falta de recolhimento de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro em relação aos lucros auferidos por suas subsidiárias estabelecidas no exterior. As defesas estão suportadas no fato de que as subsidiárias no exterior estão sujeitas exclusivamente à tributação integral nos países em que estão sediadas em decorrência de tratados para evitar a dupla tributação;
g) Não homologação de compensações de créditos presumidos de IPI decorrentes de aquisições de produtos não tributados e de materiais intermediários;
h) Cobrança de contribuições previdenciárias sobre a remuneração em folha de pagamento, participação de funcionários no lucro, adicional de GILRAT para financiamento de aposentadoria especial, SAT/RAT, bem como outras verbas de diversas naturezas; e
i) Multa aduaneira na importação, suposta falta de comprovação drawback e glosa de crédito de reintegra.

ICMS

Em 31 de dezembro de 2023, constam processos administrativos e judiciais movidos pelos órgãos do Estado, pelo valor total histórico de R$ 3.106.425 exigindo:

a) Autos de infração para cobrança de ICMS lavrados pelo Estado de Goiás relativos à glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo do valor devido a título de ICMS, falta de estorno do crédito outorgado na operação de saída em razão da devolução da mercadoria, falta de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisição de insumos/mercadorias em proporção às saídas, não comprovação de exportação de mercadorias enviadas para o exterior;
b) Glosa pelos Estados de destino da mercadoria, do crédito de ICMS proveniente de incentivos fiscais concedidos pelos Estados de origem de forma unilateral, sem aprovação de convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária ("CONFAZ"), a denominada "guerra fiscal"; a não comprovação da exportação; autos de infração do Estado do Rio de Janeiro referentes ao período de 2014 a 2018, em face de suposto descumprimento de Termo de Acordo (TARE) que dispunha sobre benefício fiscal; Ação Civil Pública no Rio de Janeiro em face de utilização de benefício fiscal; e auto de infração de ICMS em Goiás referente à exclusão do estorno do crédito da base de cálculo do PROTEGE; dentre outros processos; As reduções nas contingências relativas à guerra fiscal devem-se ao reconhecimento dos créditos pelos Estados, em função da LC 160 e Convênio ICMS 190; e
c) Supostas diferenças de substituição tributária: glosa de crédito presumido de ICMS proveniente de benefício fiscal previsto no PRODEPE por suposto descumprimento de obrigação acessórias; glosa de crédito presumido sobre transferências por entender o Fisco que o benefício do PRODEIC aplica-se apenas a operações de venda; glosa de crédito de ICMS sobre entradas por transferência de mercadorias destinadas à comercialização sob alegação de que a base de cálculo praticada teria sido superior ao custo de produção definido na Lei complementar 87/96 (art. 13, § 4º); e glosa de crédito de ICMS sobre materiais intermediários que o Fisco classificou como de uso e consumo.

Tributos municipais

A Companhia possui processo judicial que visa à cobrança de tributos municipais, tais como supostas diferenças de IPTU, taxas e ISSQN, no montante de R$ 15.219.

25.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e outras se referem principalmente a litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, controvérsias relativas à propriedade intelectual, questões regulatórias, ambientais e imobiliárias, relações de consumo, dentre outros temas, totalizando o montante de perdas possíveis de R$ 1.586.457.

25.3. Informações adicionais

Recompra da McKey Korea LLC

O processo de recompra da McKey Korea LLC (sociedade coreana pertencente à Keystone Foods) pela Companhia encontra-se na fase de produção de provas e oitiva de testemunhas.

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Negócio National Beef

Há cinco ações coletivas e vinte e nove ações judiciais individuais foram ajuizadas nos Estados Unidos, e duas ações coletivas no Canadá, alegando que a Companhia e/ou sua subsidiária, National Beef, com outras empresas do setor, conspiraram para controlar os preços do gado e da carne. Em todas as ações, o tribunal proferiu decisões que excluíram a Companhia como ré e mantiveram a National Beef. A National Beef também foi notificada de uma investigação civil conduzida pelo Departamento de Justiça dos EUA e por aproximadamente trinta procuradores estaduais sobre a compra de gado alimentado e venda de carne bovina. A National Beef respondeu aos pedidos de informações federais e estaduais e cooperou com as investigações. A National Beef também é réu em uma ação coletiva movida nos Estados Unidos, alegando que ela e outras empresas de proteínas conspiraram para reduzir e fixar salários e benefícios.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição do patrimônio líquido era apresentada da seguinte forma:

	Nota Explicativa	31/12/23	31/12/22
Capital social	26.1.	10.367.391	8.204.391
Reserva de capital e ações em tesouraria	26.2.	(515.881)	(2.434.260)
Reserva legal	26.3.	484.848	484.848
Reserva de incentivo fiscal	26.4.	229.403	517.726
Reservas de lucros	26.5.	2.927.390	4.443.963
Outros resultados abrangentes	26.6.	(5.861.827)	(5.646.808)
		7.631.324	5.569.860

26.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 10.367.391 dividido em 932.000.000 de Ações e em 31 de dezembro de 2022, era de R$ 8.204.391 representado por 660.000.000 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, 597.163.480 ações ou 64,07% do capital social da Companhia eram detidas pelos acionistas controladores: Marcos Antonio Molina dos Santos, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos e empresas quais são sócios. (controlada por Marcos e Marcia, cada um com 50% de participação), o "*free float*" era de 330.701.596 ações ou 35,48%, sendo que 2.867.443 ações ou 0,31% do capital da Companhia eram detidas pela tesouraria e 1.267.481 ações ou 0,14% estão em poder do Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal (CF) e Diretoria Estatutária (DE).

A seguir demonstramos o cálculo do "*free float*", de acordo com a Resolução CVM 80/2022:

	Capital social	
Ações ordinárias	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Acionistas controladores	597.163.480	350.480.340
Total acionistas controladores	597.163.480	350.480.340
Ações em tesouraria	2.867.443	310.192
Ações em poder do CA, CF e DE	1.267.481	1.227.359
Free float	330.701.596	307.982.109
Total	334.836.520	309.519.660
Quantidade de ações	932.000.000	660.000.000
Total capital social (R$ mil)	10.367.391	8.204.391

Aumento de capital

Em 29 de setembro de 2023, a Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite autorizado previamente em reunião realizada pelo Conselho de Administração no dia 14 de agosto de 2023, em razão da verificação da subscrição e integralização de 300.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), ao preço de emissão de R$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, no montante total de R$ 2.163.000. Os gastos incorridos com essa emissão foram contabilizados no resultado do exercício, visto que não foram significativos por se tratar de uma emissão privada.

26.2. Reserva de capital e ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de capital e ações em tesouraria era composto conforme descrito abaixo:

Reserva de capital e ações em tesouraria	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Variação cambial	Aquisição/ (alienação)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Reserva de capital				
Ganho em transações de capital - BRF	-	-	2.013.747	2.013.747
Ágio em transações de capital - National Beef	(1.671.812)	119.049	-	(1.552.763)
Ágio em transações de capital - Tacuarembó	(158)	-	-	(158)
Ágio em *stock option*	(17.446)	-	(1.264)	(18.710)
Ações ordinárias	184.800	-	-	184.800
	(1.504.616)	119.049	2.012.483	626.916
Ações em tesouraria				
Ações em tesouraria	(929.644)	-	(213.153)	(1.142.797)
	(929.644)	-	(213.153)	(1.142.797)
	(2.434.260)	119.049	1.799.330	(515.881)

Reserva de capital

A reserva de capital reflete as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionadas à formação ou ao incremento do capital social, as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em obtenção ou perda de controle, bem como ganhos e/ou ágio em transações de capital.

Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha 2.867.443 ações ordinárias de sua emissão em tesouraria. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R$ 23.277, o que corresponde ao custo médio por ação de R$ 8,12.

O saldo total de ações em tesouraria é de R$ 1.142.797, sendo que R$ 1.119.520 são referentes a ações em tesouraria cancelada.

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

Saldo em tesouraria	Quantidade de ações	Valor (R$ mil)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	310.192	6.578
(+) Aquisição - programa de recompra	32.098.600	224.112
(-) Cancelamento de ações em tesouraria	(28.000.000)	(196.455)
(-) Alienação - plano de opções	(1.541.349)	(10.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.867.443	23.277

Programa de recompra de ações

Em 21 de novembro de 2023, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado um novo Plano de Recompra ("Plano de Recompra") de até 31.000.000 (trinta e um milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O prazo máximo para realização das aquisições é de 18 meses, iniciando-se em 21 de novembro de 2023 e encerrando-se em 20 de maio de 2025.

Cancelamento de ações em tesouraria

Em 21 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por aprovar o cancelamento de 28.000.000 (vinte e oito milhões) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia e mantidas em sua tesouraria nesta data, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento de ações deliberado, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 932.000.000 (novecentas e trinta e dois milhões) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Dessa forma, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que versa sobre o capital social da Companhia, deverá ser ajustado em Assembleia Geral de Acionistas a ser oportunamente convocada.

26.3. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 484.848, mantendo-se o mesmo em relação a 31 de dezembro de 2022.

26.4. Reserva de incentivo fiscal

A Companhia possui subvenções de ICMS concedidos pelos governos estaduais, sendo: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), Programa Estadual de Desenvolvimento, Coordenação e Qualidade do Sistema Agroindustrial da Carne de Gado Vacum, Ovino e Bufalino (Agregar-RS Carnes), Programa do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional (CONDER-RO), Programa de incentivo fiscal as indústrias LC 93/2001 (MS), tais incentivos estão diretamente ligados ao investimento em unidades produtivas, geração de empregos, desenvolvimento social e econômico, além do crescimento harmônico e integrado das operações industriais.

O saldo de reserva de incentivo fiscal em 31 de dezembro de 2023 era R$ 229.403, o montante de R$ 288.323 foi reclassificado para passivos relacionados a ativos mantidos para venda, em 31 de dezembro de 2022 o montante era R$ 517.726.

26.5. Reserva de lucros

O saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 2.942.881, em 31 de dezembro de 2022 o montante era de R$ 4.443.963.

26.6. Outros resultados abrangentes

Nessa conta são reconhecidos, enquanto não computadas no resultado do exercício, as variações cambiais resultantes da conversão das informações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado sobre os investimentos em controladas detidas pela Companhia, direta e indiretamente, ganhos ou perdas em *hedge* de investimento líquido e atuariais de planos de pensão e benefícios pós-emprego, pagamento baseado em ações e ações em tesouraria nas subsidiárias.

Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Nesta conta também foram reconhecidos os efeitos de adoção do *"deemed cost"* e diferenças cambiais de conversão de operações de mútuo.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos outros resultados abrangentes era composto conforme descrito abaixo:

Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeito cambial	Constituição/ realização	Reclassificado (a)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Variação cambial sobre os investimentos líquidos e conversão dos balanços	2.836.499	(852.139)	-	107.818	2.092.178
Variação cambial sobre mútuo	(9.221.009)	406.727	-	-	(8.814.282)
Variação cambial sobre ágio	791.461	(553.849)	-	318.118	555.730
Deemed cost	50.391	-	(1.203)	15.492	64.680
Ganhos (perdas) em hedge de investimento líquido	(117.543)	-	56.500	-	(61.043)
Ganhos em *hedge* de juros líquido	-	1.598	-	1.143	2.741
Ganhos (perdas) atuariais de planos de pensão e benefícios pós-emprego	13.817	-	(11.504)	-	2.313
Pagamento baseado em ações na subsidiária BRF	(6.266)	-	3.434	-	(2.832)
Ações em tesouraria na subsidiária BRF	5.842	-	4.523	-	10.365
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	288.323	288.323
	(5.646.808)	(997.663)	51.750	730.894	(5.861.827)

(a) Passivos relacionados a ativos mantidos para venda.

26.7. Remuneração aos acionistas

Quando proposto pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em Lei e no estatuto da Companhia.

27. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Receita de venda de produtos mercado interno				
Terceiros	3.949.142	2.715.395	97.233.472	89.098.524
Partes relacionadas	459.930	463.184	10.323	9.131
	4.409.072	3.178.579	97.243.795	89.107.655
Receita de venda de produtos mercado externo				
Terceiros	126.430	86.428	43.782.755	44.002.166
Partes relacionadas	4.690.635	7.059.951	1.215	-
	4.817.065	7.146.379	43.783.970	44.002.166
Receita operacional bruta	9.226.137	10.324.958	141.027.765	133.109.821
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre vendas	(232.602)	(247.405)	(5.001.563)	(4.298.415)
Devoluções e abatimentos	(311.455)	(830.243)	(3.808.192)	(3.440.046)
	(544.057)	(1.077.648)	(8.809.755)	(7.738.461)
Receita líquida de vendas	8.682.080	9.247.310	132.218.010	125.371.360

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Custos dos produtos e mercadorias vendidas				
Custos dos estoques	(6.321.628)	(7.121.837)	(103.108.949)	(95.435.908)
Depreciação e amortização	(148.695)	(181.333)	(5.648.708)	(4.460.512)
Salários e benefícios a empregados	(367.716)	(331.072)	(10.082.883)	(8.993.894)
	(6.838.039)	(7.634.242)	(118.840.540)	(108.890.314)
Despesas comerciais				
Depreciação e amortização	(1.189)	(706)	(684.907)	(332.230)
Salários e benefícios a empregados	(63.876)	(58.518)	(1.988.808)	(1.466.458)
Fretes	(275.527)	(255.256)	(5.433.014)	(4.845.760)
Despesas com exportação	(58.286)	(116.252)	(715.414)	(661.970)
Marketing	(40.232)	(41.885)	(1.060.953)	(829.642)
Outros	(28.908)	(27.832)	(547.980)	(732.750)
	(468.018)	(500.449)	(10.431.076)	(8.868.810)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(21.852)	(23.214)	(406.617)	(539.951)
Salários e benefícios a empregados	(125.335)	(74.103)	(795.557)	(574.835)
Serviços com terceiros	(115.775)	(91.333)	(467.121)	(260.226)
Outros	(20.163)	(13.079)	(297.210)	(182.371)
	(283.125)	(201.729)	(1.966.505)	(1.557.383)

29. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro da Companhia está apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	121.058	58.544	1.474.471	978.015
Juros provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(1.402.880)	(748.228)	(5.398.619)	(3.379.240)
Correções monetárias, despesas bancárias, amortizações custos sobre dívida e outros	(496.198)	(552.049)	(502.603)	(443.794)
Perda com títulos mobiliários	-	(1.494.449)	-	(795.309)
Variação cambial ativa e passiva	149.374	(397.689)	(1.175.664)	(2.534.398)
Total	(1.628.646)	(3.133.871)	(5.602.415)	(6.174.726)
Receitas financeiras				
Terceiros	2.198.206	3.326.799	11.521.121	11.069.887
Partes relacionadas	404.199	327.783	-	-
	2.602.405	3.654.582	11.521.121	11.069.887
Despesas financeiras				
Terceiros	(3.554.628)	(5.971.993)	(17.123.536)	(17.244.613)
Partes relacionadas	(676.423)	(816.460)	-	-
	(4.231.051)	(6.788.453)	(17.123.536)	(17.244.613)
Total	(1.628.646)	(3.133.871)	(5.602.415)	(6.174.726)

30. RESULTADO POR AÇÃO

As tabelas a seguir demonstram a reconciliação do cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares, exceto quando mencionado outro valor):

	31/12/23	31/12/22
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	(1.348.386)	4.831.386
Prejuízo atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	(169.390)	(665.559)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(1.517.776)	4.165.827
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	661.098.901	660.000.000
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria (em unidades)	(19.671.399)	(9.314.753)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em unidades)	641.427.502	650.685.247
Lucro (prejuízo) básico (em R$)	(2,1022)	7,4251
Prejuízo básico (em R$) das operações descontinuadas	(0,2641)	(1,0229)
Resultado básico atribuído aos acionistas da Companhia	(2,3663)	6,4022

	31/12/23	31/12/22
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	(1.348.386)	4.831.386
Prejuízo atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	(169.390)	(665.559)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(1.517.776)	4.165.827
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	661.098.901	660.000.000
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria (em unidades)	(19.671.399)	(9.314.753)
Número de ações potenciais	-	468.263
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em unidades)	641.427.502	651.153.510
Lucro (prejuízo) diluído (em R$) (a)	(2,1022)	7,4197
Prejuízo diluído (em R$) das operações descontinuadas	(0,2641)	(1,0221)
Resultado diluído atribuído aos acionistas da Companhia	(2,3663)	6,3976

(a) Em virtude do cenário de prejuízo em 31 de dezembro de 2023, não houve diferença entre o valor calculado do resultado básico e diluído.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1. Contexto geral

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, renda variável, flutuação das taxas de juros e a preços das *commodities*. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela Companhia destacamos o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, a mensuração dos mesmos e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Companhia será representada exclusivamente por seus Diretores e Procuradores conforme limites estabelecidos em seu Estatuto Social e a aprovação do Conselho de Administração será requerida para atos e operações com valores superiores a esse limite.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção máxima a moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial, referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Instrumentos financeiros derivativos - a receber	99.677	66.651	752.772	205.245
Instrumentos financeiros derivativos - a pagar	(62.714)	(178.628)	(215.690)	(447.612)
Instrumentos financeiros derivativos - ativos mantidos para venda	26.438	-	26.438	-
	63.401	(111.977)	563.520	(242.367)

31.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

	Controladora			
	Custo amortizado		Valor justo por meio Resultado e ORA	
Ativos financeiros	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa	1.940.237	1.719.329	-	-
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	2.087.328	1.957.341	-	-
Valores a receber de clientes	2.477.851	1.990.386	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	99.677	66.651
Títulos a receber - partes relacionadas	8.727.233	7.803.680	-	-
	15.232.649	13.470.736	99.677	66.651

	Custo amortizado		Valor justo por meio Resultado e ORA	
Passivos financeiros	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Fornecedores	1.129.622	1.918.016	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.394.670	17.216.469	-	-
Arrendamento a pagar	17.990	115.317	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	62.714	178.628
Títulos a pagar - investimentos Brasil	-	88.567	-	-
Títulos a pagar - partes relacionadas	21.274.144	20.395.963	-	-
	34.816.426	39.734.332	62.714	178.628

(a) Todos os derivativos estão classificados com valor justo pelo resultado. No entanto, aqueles designados como instrumentos de *hedge accounting* têm seus efeitos também no Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido ou em Estoques.

	Consolidado			
	Custo amortizado		Valor justo por meio Resultado e ORA	
Ativos financeiros	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa	6.460.212	6.403.788	-	-
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	15.738.139	16.495.147	-	-
Valores a receber de clientes	7.219.543	6.732.435	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	752.772	205.245
Títulos a receber - partes relacionadas	31.932	31.841	-	-
	29.449.826	29.663.211	752.772	205.245

	Custo amortizado		Valor justo por meio Resultado e ORA	
Passivos financeiros	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Fornecedores	16.707.402	18.832.141	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	51.585.592	61.172.791	-	-
Arrendamento a pagar	4.238.561	3.603.098	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	215.690	447.612
Títulos a pagar - investimentos Brasil	251.390	334.538	-	-
	72.782.945	83.942.568	215.690	447.612

(a) Todos os derivativos estão classificados com valor justo pelo resultado. No entanto, aqueles designados como instrumentos de *hedge accounting* têm seus efeitos também no Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido ou em Estoques.

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 3.1.

31.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da *Bloomberg*, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o NBC TG 40/R3 (Resolução CVM 121/22), a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma, classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativo circulante e não circulante				
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	-	2.087.328	-	15.738.139
Instrumentos financeiros derivativos	-	99.677	-	752.772
Passivo circulante e não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	(62.714)	-	(62.714)	(152.976)
Total	(62.714)	2.187.005	(62.714)	16.337.935

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas controladas.

31.4. Administração do risco de crédito

A Companhia e as suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia e as suas controladas limitam suas exposições por meio de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

a) Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
b) Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, por meio da avaliação do seu *rating*; e
c) Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas se encontra apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro, sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa	**1.940.237**	1.719.329	**6.460.212**	6.403.788
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	**2.087.328**	1.957.341	**15.738.139**	16.495.147
Valores a receber de clientes	**2.477.851**	1.990.386	**7.219.543**	6.732.435
Outros valores a receber	**115.928**	40.994	**894.594**	826.187
	6.621.344	5.708.050	**30.312.488**	30.457.557

31.5. Administração do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

O principal indicador para monitoramento é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre as disponibilidades (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e título e valores mobiliários) e o endividamento circulante (curto prazo). Os índices apresentados abaixo são referentes a operação continuada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Disponibilidades	**4.027.565**	3.676.670	**21.878.356**	22.492.533
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	**3.181.118**	6.598.771	**7.509.414**	12.813.280
Indicador de liquidez modificado	**1,27**	0,56	**2,91**	1,76

31.6. Administração do risco de mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado em função dos preços das *commodities*, taxas de juros, renda variável (ações) e taxas de câmbio. Para cada risco a Companhia realiza uma administração contínua e estudos de sensibilidade apresentados nesta nota.

31.7. Risco de taxas de juros

Refere-se ao risco da Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*) ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Exposição à taxa CDI:				
NCE/Capital de giro	**-**	670.128	**2.361.124**	4.692.869
CPR/CCB	**3.805.840**	6.079.882	**3.805.840**	6.079.882
CRA	**4.971.440**	5.184.835	**4.971.440**	6.184.481
Debêntures	**-**	-	**6.486.619**	5.768.475
(-) CDB-DI (R$)	**(316.458)**	(583.618)	**(5.193.319)**	(4.337.820)
Subtotal	**8.460.822**	11.351.227	**12.431.704**	18.387.887
Exposição à taxa LIBOR e SOFR:				
Pré-pagamento/NCE/ACC (US$)	**3.005.013**	1.482.250	**3.373.928**	1.615.137
Linha de crédito rotativo (US$)	**-**	-	**2.452.259**	1.656.705
Empréstimos bancários (US$)	**107.516**	161.330	**3.883.752**	3.999.692
Subtotal	**3.112.529**	1.643.580	**9.709.939**	7.271.534
Total	**11.573.351**	12.994.807	**22.141.643**	25.659.421

Os instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição a taxas de juros em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	*Notional*		Consolidado 31/12/23 MTM R$
Swap de juros	Debênture - 1ª Emissão - 3ª Série - IPCA + 5,50% a.a.	IPCA + 5,50% a.a.	CDI + 0,57% a.a.	**200.000**	BRL	**30.943**
Swap de juros	Debênture - 1ª Emissão - 3ª Série - IPCA + 5,50% a.a.	IPCA + 5,50% a.a.	100% do CDI	**200.000**	BRL	**25.580**
Swap de juros	Debênture - 2ª Emissão - 1ª Série - IPCA + 5,30% a.a.	IPCA + 5,30% a.a.	CDI + 2,20% a.a.	**400.000**	BRL	**63.003**
Swap de juros	Debênture - 2ª Emissão - 2ª Série - IPCA + 5,60% a.a.	IPCA + 5,60% a.a.	CDI + 2,29% a.a.	**595.000**	BRL	**80.526**
Swap de juros	Debênture - 3ª Emissão - Série única - IPCA + 4,78% a.a.	IPCA + 4,78% a.a.	CDI + 0,12% a.a.	**1.000.000**	BRL	**177.896**
Swap de juros	Debênture - 1ª Emissão - 1ª série - IPCA + 6,83% a.a.	IPCA + 6,83% a.a.	109,32% do CDI	**990.000**	BRL	**151.881**
Swap de câmbio e juros	Dívida USD	V.C. + 7,33% a.a.	100% CDI + 2,20% a.a.	**30.000**	USD	**(17.201)**
Swap de câmbio e juros	Dívida USD	V.C. + 6,32% a.a.	100% CDI + 1,61% a.a.	**130.000**	USD	**(34.948)**
Swap de taxa de juros	Empréstimo Bancário (US$)	SOFR	Pré	**100.000**	USD	**3.435**
				3.645.000		**481.115**

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia e suas controladas designam como *hedge* de fluxo de caixa, instrumentos financeiros derivativos para proteção do fluxo de caixa (*swap*), trocando entre si fluxos de caixa baseados em um valor de referência, um prazo e outras condições e critérios preestabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato de *swap* que se caracteriza como *hedge accounting* de fluxo de caixa, mensurado ao valor justo Nível 1, ou seja, cotação (não ajustada) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (IPCA x CDI).

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	*Notional*	Consolidado 31/12/23 MTM R$
Swap de taxa de juros	CRA	IPCA	CDI	**5.334.875**	**63.213**
				5.334.875	**63.213**

31.8. Risco dos preços de *commodities*

Commodities de gado

A Companhia realiza em suas atividades a compra de *commodity* de gado, maior componente individual do custo de produção do segmento *beef* e sujeito a determinadas variáveis. O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e dos níveis de demanda no mercado internacional. Para diminuir o impacto dos riscos nos preços da *commodity* do gado, a Companhia mantém confinamento de gado e negocia instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro, entre outras operações.

Os instrumentos financeiros derivativos para proteção do risco dos preços de *commodities* do gado em 31 de dezembro de 2023 e que não são designados para *hedge accounting*, estão demonstrados a seguir:

Instrumento	Objeto de proteção	Registro	*Notional* US$	*Notional* R$	Consolidado 31/12/23 MTM R$
Futuro	Boi gordo	B3	**(25.169)**	**(121.849)**	**188**
Futuro	Boi gordo	CME	**-**	**-**	**(2.384)**
			(25.169)	**(121.849)**	**(2.196)**

Commodities de milho e farelo, grão e óleo de soja

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão expostos aos riscos de preços decorrentes de compras futuras. A gestão deste risco é feita por meio de estoques físicos, saldos de pedidos a preço fixo e por meio de instrumentos financeiros derivativos.

São estabelecidos limites para proteção de fluxo de compra de milho, farelo de soja, soja grão e óleo de soja, com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento de preço destas matérias-primas, e compreende a possível utilização de instrumentos derivativos ou da administração de estoques.

A controlada BRF efetua compras de *commodities* com preços a fixar nos mercados futuro e *spot* e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição ativa (compra) para fixar antecipadamente tais preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de preço de *commodities* de milho e do farelo, grão e óleo de soja a fixar em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Indexador	Vencimento	Quantidade		Taxa de preço (a)	Consolidado 31/12/23 MTM R$
Non-deliverable forward - compra	Compras de farelo de soja - preço a fixar	Farelo de Soja - CBOT	1º Tri. 2024	**4.000**	ton	445,83	**(390)**
Collar - compra	Compras de farelo de soja - preço a fixar	Farelo de Soja - CBOT	1º Tri. 2024	**8.000**	ton	458,42	**(357)**
Collar - compra	Compras de farelo de soja - preço a fixar	Farelo de Soja - CBOT	2º Tri. 2024	**31.992**	ton	460,11	**(3.009)**
Non-deliverable forward - compra	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	2º Tri. 2024	**119.944**	ton	198,28	**(2.154)**
Non-deliverable forward - compra	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	3º Tri. 2024	**119.944**	ton	198,57	**(1.633)**
Non-deliverable forward - compra	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	4º Tri. 2024	**119.944**	ton	200,93	**(1.509)**
Collar - compra	Compras de milho - preço a fixar	Milho - CBOT	2º Tri. 2024	**82.008**	ton	199,53	**(1.153)**
Collar - compra	Compras de milho - preço a fixar	Milho - B3	1º Tri. 2024	**49.545**	ton	1.136,19	**1.106**
Non-deliverable forward - compra	Compras de óleo de soja - preço a fixar	Óleo de Soja - CBOT	2º Tri. 2024	**6.001**	ton	1.107,23	**(918)**
Non-deliverable forward - compra	Compras de óleo de soja - preço a fixar	Óleo de Soja - CBOT	3º Tri. 2024	**4.001**	ton	1.094,04	**(451)**
Collar - compra	Compras de milho - preço a fixar	Milho - B3	2º Tri. 2024	**87.750**	ton	1.178,85	**2.207**
				633.129			**(8.261)**

(a) Preço base de cada *commodity* em USD/ton, exceto Milho - B3 denominado em R$/ton.

Em certas situações, a controlada BRF efetua compras futuras de *commodities* com preços fixos e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição passiva (venda) para manter os preços de tais compras a mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de valor justo para proteção da exposição ao risco de preço fixo de *commodities* em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Indexador	Vencimento	Quantidade		Taxa de preço (a)	Consolidado 31/12/23 MTM R$
Futuros de milho - venda	Compras de milho - preço fixo	Milho - B3	3º Tri. 2024	**69.633**	ton	1.199,42	**(592)**
				69.633			**(592)**

(a) Preço base de cada *commodity* em USD/ton, exceto Milho - B3 denominado em R$/ton.

31.9. Risco cambial

Exposição de balanço patrimonial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

Descrição	**31/12/23**	31/12/22	Controladora Efeito no resultado variação cambial 2023
Operacional			
Contas a receber	**2.145.630**	1.868.141	**(7.250)**
Importações a pagar	**(7.159)**	(17.766)	**8.024**
Dividendos a receber	**-**	-	**(82)**
Outros	**-**	-	**19**
Subtotal	**2.138.471**	1.850.375	**711**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	**(3.617.390)**	(5.281.624)	**128.965**
Títulos a pagar e a receber	**41.432**	39.400	**(3.738)**
Saldo de bancos e aplicações financeiras (a)	**1.929.828**	1.686.768	**23.436**
Subtotal	**(1.646.130)**	(3.555.456)	**148.663**
Total	**492.341**	(1.705.081)	**149.374**
Variação cambial ativa			**1.862.060**
Variação cambial passiva			**(1.712.686)**
Variação cambial líquida			**149.374**

(a) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

Descrição	**31/12/23**	31/12/22	Consolidado Efeito no resultado variação cambial 2023
Operacional			
Contas a receber	**3.107.867**	3.405.775	**(355.507)**
Importações a pagar	**(2.259.358)**	2.914.448	**(361.350)**
Dividendos a receber	**(242)**	-	**(83)**
Outros	**(721.507)**	1.000.819	**(887.621)**
Subtotal	**126.760**	7.321.042	**(1.604.561)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	**(33.953.965)**	(38.441.798)	**849.303**
Títulos a pagar e a receber	**(333.764)**	7.187	**(102.369)**
Saldo de bancos e aplicações financeiras (a)	**6.652.705**	2.785.781	**322.835**
Instrumentos financeiros derivativos	**502.292**	-	**(640.872)**
Subtotal	**(27.132.732)**	(35.648.830)	**428.897**
Total	**(27.005.972)**	(28.327.788)	**(1.175.664)**
Variação cambial ativa			**7.793.838**
Variação cambial passiva			**(8.969.502)**
Variação cambial líquida			**(1.175.664)**

(a) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

A Companhia possui mais passivos financeiros em moeda estrangeira do que ativos e, portanto, contratou NDF (*Non-Deliverable Forward*), não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio sobre suas exportações, conforme composição apresentada abaixo:

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Registro	Ativo	Passivo	*Notional*	Consolidado 31/12/23 MTM R$
Operações não designadas para _hedge accouting_						
NDF	Tx Câmbio	Balcão	USD	GBP	**(33.658)**	**(2.973)**
NDF	Tx Câmbio	Balcão	USD	EUR	**(1.990)**	**(258)**
NDF	Tx Câmbio	Balcão	USD	AUD	**(83)**	**(16)**
NDF	Tx Câmbio	Balcão	USD	CLP	**(1.500)**	**25**
Futuros	Tx Câmbio	Balcão	BRL	USD	**(224.250)**	**(3.289)**
Futuros	Tx Câmbio	Balcão	USD	BRL	**224.250**	**3.444**
Swap	Tx Câmbio	Balcão	USD + 4,35% a.a.	86,52% do CDI	**145.000**	**(41.087)**
Swap	Tx Câmbio	Balcão	USD + 4,35% a.a.	CDI - 0,51% a.a.	**115.000**	**(18.732)**
NDF	Tx Câmbio	Balcão	EUR	TRY	**5.000**	**460**
NDF	Tx Câmbio	Balcão	USD	TRY	**14.900**	**(2.008)**
NDF	Tx Câmbio	Balcão	USD	AOA	**12.000**	**(1.282)**
					254.669	**(65.716)**

Exposição de resultado operacional

A gestão da exposição de resultado operacional tem como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A controlada BRF possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como *hedge accounting* de fluxo de caixa.

A controlada BRF possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição. Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e valor justo para proteção da exposição cambial de resultado operacional.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores de hedge de fluxo de caixa (instrumentos derivativos), estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício		*Notional*	Consolidado 31/12/23 MTM R$
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2024	5,2959	USD	**128.500**	**52.159**
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2024	5,1633	USD	**65.500**	**14.564**
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2024	5,2487	USD	**45.500**	**11.528**
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2024	5,0122	USD	**295.000**	**15.693**
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2024	5,0151	USD	**40.000**	**2.014**
							574.500	**95.958**

Instrumentos de _hedge_ nas informações financeiras

Em 16 de dezembro de 2021 foram descontinuadas as relações de *hedge* de fluxo de caixa, pois os instrumentos de *hedge* eram instrumentos financeiros não derivativos (empréstimos) e não mais atendiam à estratégia e aos objetivos da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2023, o empréstimo Bond BRF S.A. BRFSBZ 3.95, designado como instrumento de proteção de exportações, foi liquidado e o montante de R$ (548.639), anteriormente acumulado em Outros Resultados Abrangentes, foi reclassificado ao resultado do exercício na rubrica de Receita Líquida.

Exposição de investimentos

A controlada BRF possui tanto investimentos (ativos líquidos) quanto empréstimos (passivos financeiros) denominados em moeda estrangeira. Para equilibrar os efeitos contábeis, certos passivos financeiros não derivativos são designados como instrumentos de proteção à exposição cambial gerada por tais investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros não derivativos designados como *hedge accounting* de investimento líquido estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de valor justo - Instrumentos não derivativos	Objeto (investimento)	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício		*Notional*	Consolidado 31/12/23 MTM R$ (a)
Bond - BRF S.A. BRFSBZ 4.35	Federal Foods LLC	USD	3º Tri. 2050	3,7649	USD (b)	**44.158**	**(82.409)**
Bond - BRF S.A. BRFSBZ 4.35	BRF Kuwait food Management Company WLL	USD	3º Tri. 2050	3,7649	USD (b)	**88.552**	**(96.199)**
Bond - BRF S.A. BRFSBZ 4.35	Al Khan Foodstuff LLC	USD	3º Tri. 2050	3,7649	USD (b)	**53.446**	**(70.185)**
Bond - BRF S.A. BRFSBZ 4.35	BRF Foods GmbH	USD	3º Tri. 2050	5,1629	USD (c)	**170.721**	**33.138**
Bond - BRF S.A. BRFSBZ 4.35	Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products	USD	3º Tri. 2050	5,1629	USD (c)	**23.426**	**8.639**
						380.303	**(207.016)**

(a) Corresponde à parcela efetiva do resultado do *hedge* acumulada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes;
(b) Designado em 1º de agosto de 2019; e
(c) Designado em 1º de novembro de 2022.

31.10. Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços, e outras variáveis.

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo:

Seleção dos riscos

Em 31 de dezembro de 2023, os principais riscos que podem afetar o valor dos instrumentos financeiros da Companhia são:

a) Taxa de câmbio US$/R$; US$/GBP, US$/EUR, US$/CLP e US$/AUD;
b) Taxa de câmbio R$/EUR, R$/TRY, R$/KRW, R$/PYG, R$/AOA e R$/SAR;
c) Taxa de juros flutuante LIBOR e SOFR;
d) Taxa de inflação IPCA; e
e) Taxa de juros CDI e SELIC.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, não reflete na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Seleção dos cenários

O cenário provável da taxa de câmbio dólar-real e outras moedas emergentes e taxa de juros CDI levou em conta os cenários usados para o plano orçamentário da companhia para 2024. A estimativa para o final de 2024 para o dólar é de R$ 5,00, enquanto espera-se que a Selic encerre o período em 9,00% a.a. A taxa Selic é utilizada como referência para as análises de sensibilidade ao CDI.

Para as taxas de juros LIBOR/SOFR, optou-se por utilizar a projeção para 1 ano de LIBOR de 5,00% e de SOFR de 4,76%, consistente com as curvas de mercado para 2024.

Para a projeção de IPCA para o final do ano de 2024, o cenário provável de 3,90% levou em conta o relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) de 29 de dezembro de 2023.

Na análise de sensibilidade, para cada variável foram estimadas as variações de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente.

continua...



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário:

Taxa de câmbio - Dólar x Real				**Consolidado** Ganhos e (Perdas)
Instrumento	**Cenário valores expostos**	**Cenário provável**	**Cenário possível 25%**	**Cenário remoto 50%**
Time deposit	7.277.012	238.544	2.117.433	3.996.322
Títulos mobiliários "ADRs"	12.103	397	3.522	6.647
Pré-pagamento/NCE/ACC (US$)	(6.003.525)	(196.798)	(1.746.879)	(3.296.960)
Bonds (US$)	(18.891.545)	(619.273)	(5.496.978)	(10.374.683)
Empréstimo bancário (US$)	(5.667.881)	(185.796)	(1.649.215)	(3.112.634)
Linha de crédito rotativo - *Revolving*	(2.452.259)	(80.386)	(713.547)	(1.346.709)
Capital de giro	(938.755)	(30.773)	(273.155)	(515.537)
Swap USD x CDI	(1.373.538)	(45.025)	(399.666)	(754.307)

Taxa de câmbio - Outras moedas				**Ganhos e (Perdas)**
Instrumento	**Cenário valores expostos**	**Cenário provável**	**Cenário possível 25%**	**Cenário remoto 50%**
Time deposit - Euro	15.952	523	4.642	8.760
Time deposit - Lira turca	56.473	1.851	16.432	31.013
Time deposit - Won Sul Coreano	340	11	99	187
Time deposit - Guarani paraguaio	3.893	128	1.133	2.138
Time deposit - Riyal saudita	612.110	20.065	178.109	336.153
Nota de crédito externa - Kwanza angolano	291.402	9.552	84.791	160.029
NDF CLP x Dólar	(7.262)	(238)	(2.113)	(3.988)
NDF EUR x Dólar	(9.636)	(316)	(2.804)	(5.292)
NDF GBP x Dólar	(162.946)	(5.341)	(47.413)	(89.485)
NDF AUD x Dólar	(403)	(13)	(117)	(221)

Taxa LIBOR/SOFR				**Ganhos e (Perdas)**
Instrumento	**Cenário valores expostos**	**Cenário provável**	**Cenário possível 25%**	**Cenário remoto 50%**
Pré-pagamento/NCE/ACC (US$)	(3.197.130)	20.341	(17.735)	(55.811)
Swap SOFR x Pré	484.130	(3.080)	2.686	8.451

Taxa de juros - CDI				**Ganhos e (Perdas)**
Instrumento	**Cenário valores expostos**	**Cenário provável**	**Cenário possível 25%**	**Cenário remoto 50%**
Certificados de depósito bancário - CDB	316.458	(8.703)	(1.661)	5.380
Operações compromissadas	1.442.393	(39.666)	(7.573)	24.521
Títulos de renda fixa	616	(17)	(3)	10
Títulos de capitalização	1.763	(48)	(9)	30
FIDC	33.660	(926)	(177)	572
CPR/CCB	(3.805.840)	104.661	19.981	(64.699)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	(691.365)	19.013	3.630	(11.753)

Taxa de juros - IPCA				**Ganhos e (Perdas)**
Instrumento	**Cenário valores expostos**	**Cenário provável**	**Cenário possível 25%**	**Cenário remoto 50%**
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	(3.879.269)	(15.517)	(53.340)	(91.163)
Swap IPCA x CDI	3.961.337	15.845	54.468	93.091

As flutuações das taxas de juros não afetam significativamente o resultado da controlada BRF, portanto, os instrumentos financeiros atrelados à taxa fixa da controlada BRF não estão sendo apresentados no quadro de sensibilidade acima.

***Commodities* de gado**

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para o preço da *commodities* do gado. A Companhia considerou o cenário I como apreciação de 10%, e os cenários II e III como 25% e 50% de deterioração, para a volatilidade do preço da *commodities* do gado, utilizando como referência a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2023.

Paridade - Cotação USDA - Gado - R$/US$					**Consolidado**
Instrumento	**Risco**	**Cenário atual**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Futuro	Aumento no preço do boi gordo	**188**	**19**	**(47)**	**(9)**
Futuro	Aumento no preço do boi gordo	**(2.384)**	**(238)**	**596**	**119**
		(2.196)	**(219)**	**549**	**110**

***Commodities* de milho e farelo, grão e óleo de soja**

Para o cenário provável das *commodities* a Companhia usa como referência o valor futuro dos ativos em 31 de dezembro de 2023 e desta forma entende que não tem mudanças no resultado das operações. Já para o câmbio, o cenário provável é referenciado por fontes externas como o relatório Focus do Bacen e da *Bloomberg* com base no câmbio previsto para o próximo ano ou na ausência desse a última data disponível.

Nos cenários possível e remoto foi considerado em ambos os casos uma variação tanto positiva como negativa em 15% e 30% respectivamente a partir do cenário provável. Tais cenários de sensibilidade se originam de informações e premissas utilizadas pela Administração no monitoramento dos riscos anteriormente mencionados.

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição em 31 de dezembro de 2023. Os valores estimados podem diferir significativamente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Companhia. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

Resultado operacional - Câmbio					**Consolidado** Cenário
	Remoto -30%	**Possível -15%**	**Provável**	**Possível 15%**	**Remoto 30%**
Farelo de Soja - CBOT	**289**	**350**	**412**	**474**	**536**
Custo dos produtos vendidos	**5.440**	**2.720**	**-**	**(2.720)**	**(5.440)**
Collar	**(4.628)**	**(2.079)**	**-**	**359**	**1.831**
NDF	**(496)**	**(248)**	**-**	**248**	**496**
Efeito líquido	**316**	**393**	**-**	**(2.113)**	**(3.113)**
Óleo de Soja - CBOT	**835**	**1.014**	**1.193**	**1.372**	**1.551**
Custo dos produtos vendidos	**3.579**	**1.789**	**-**	**(1.789)**	**(3.579)**
NDF	**(3.579)**	**(1.789)**	**-**	**1.789**	**3.579**
Efeito líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Milho - CBOT	**139**	**169**	**199**	**228**	**258**
Custo dos produtos vendidos	**26.323**	**13.162**	**-**	**(13.162)**	**(26.323)**
Collar	**(3.755)**	**(1.412)**	**-**	**343**	**2.282**
NDF	**(21.476)**	**(10.738)**	**-**	**10.738**	**21.476**
Efeito líquido	**1.092**	**1.012**	**-**	**(2.081)**	**(2.565)**

Resultado operacional - câmbio					**Consolidado** Cenário
	Remoto -30%	**Possível -15%**	**Provável**	**Possível 15%**	**Remoto 30%**
Milho - B3	**756**	**918**	**1.079**	**1.241**	**1.403**
Custo dos produtos vendidos	**21.911**	**10.955**	**-**	**(10.955)**	**(21.911)**
Collar	**(15.696)**	**(349)**	**-**	**12.520**	**38.068**
Futuro	**22.039**	**11.019**	**-**	**(11.019)**	**(22.039)**
Efeito líquido	**28.254**	**21.625**	**-**	**(9.454)**	**(5.882)**

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei nº 12.973/2014.

O cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora		**Consolidado**	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	**(1.522.168)**	4.424.895	**(4.541.228)**	2.991.832
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal (34%)	**517.537**	(1.504.464)	**1.544.018**	(1.017.223)
Ajustes para apuração de alíquota efetiva:				
Tributação de lucro de empresas no exterior	**(142.039)**	(844.737)	**(224.614)**	(851.642)
Crédito de imposto pago no exterior	**214.246**	878.149	**214.246**	899.210
Efeito de diferenças de alíquotas de empresas no exterior	**-**	-	**(597.790)**	1.116.784
Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL reconhecimentos de anos anteriores	**(5.618)**	884.107	**5.018**	913.862
Incentivo fiscal	**35.963**	17.178	**186.872**	124.684
Equivalência patrimonial	**(311.398)**	976.729	**(21.591)**	(21.956)
Outras adições/exclusões	**(134.909)**	(471)	**(16.560)**	(715.749)
Total	**173.782**	406.491	**1.089.599**	447.970
Total tributo corrente	**15.382**	686.874	**(223.020)**	(241.386)
Total tributo diferido	**158.400**	(280.383)	**1.312.619**	689.356
	173.782	406.491	**1.089.599**	447.970
Alíquota efetiva (a)	**11%**	-9%	**24%**	-15%

(a) A diferença entre a alíquota nominal e alíquota efetiva é substancialmente afetada pelos resultados de equivalência patrimonial e pela tributação de lucros no exterior.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, que consiste em unidades de produção instaladas em locais estratégicos, combinadas a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores do mundo.

A Companhia acredita que a melhoria contínua dos seus processos internos lhe permitirá alcançar maior eficiência e controle de custos, o que, somado a uma administração voltada para resultados e comprometida com o crescimento rentável, possibilitará o aumento da lucratividade do negócio e fortalecimento da geração de caixa.

A Companhia estabeleceu os segmentos de acordo com as atividades de negócio das quais se podem obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para qual haja informação individualizada disponível, portanto os segmentos que a companhia administra os negócios são: "*Beef* América do Norte", "*Beef* América do Sul", "Aves, Suínos e Industrializados - BRF" e "*Corporate*", conforme demonstrado abaixo:

	Receita líquida		**Lucro operacional**	
	Acumulado 2023	Acumulado 2022	**Acumulado 2023**	Acumulado 2022
Beef América do Norte	**59.551.759**	61.373.456	**1.625.965**	6.054.047
Beef América do Sul (a)	**19.222.955**	22.371.397	**1.313.393**	4.980.132
Aves, Suínos e Industrializados - BRF	**53.443.296**	41.626.507	**836.097**	390.700
Corporate	**-**	-	**(2.714.268)**	(2.258.321)
Total	**132.218.010**	125.371.360	**1.061.187**	9.166.558

(a) Os detalhes dos valores receita líquida/lucro operacional de operação descontinuada do segmento *Beef* América do Sul, são apresentados na nota explicativa nº 11.

	Ativo não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Beef América do Norte	**6.641.489**	6.873.062
Beef América do Sul (a)	**7.886.529**	11.283.288
Aves, Suínos e Industrializados - BRF	**31.317.828**	31.350.102
Corporate	**33.007.990**	35.999.793
Total	**78.853.836**	85.506.245

(a) Os detalhes dos valores de ativos não circulantes reclassificados como mantido para venda do segmento *Beef* América do Sul, são apresentados na nota explicativa nº 11.

34. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Com base na ponderação máxima de risco, não é política da Companhia manter seguros na modalidade lucros cessantes, uma vez que há uma ampla disposição geográfica de suas plantas, e as operações podem ser remanejadas, no caso de uma eventual necessidade.

A seguir o resumo dos valores de cobertura dos seguros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias para as operações continuadas:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Edificações e instalações frigoríficas	**1.035.542**	2.791.541	**10.103.055**	12.418.840
Estoques	**265.926**	620.156	**1.181.400**	1.815.133
Armazém de terceiros	**32.705**	181.552	**134.810**	256.393
Veículos	**36.776**	12.800	**50.193**	35.183
Transporte de mercadorias	**1.120.712**	82.263	**3.961.432**	4.372.278
Garantia de direitos	**242.065**	260.885	**484.145**	610.619
Responsabilidade civil	**30.000**	30.000	**715.295**	907.849
Aeronaves	**242.065**	292.736	**727.771**	816.204
Outros	**371.942**	279.671	**390.746**	314.958
	3.377.733	4.551.604	**17.748.847**	21.547.457

Os ativos mantidos para venda possuem coberturas nos montantes de R$ 2.455.913 e R$ 4.494.742, respectivamente para a Controladora e Consolidado, tais valores são suficientes para cobrir eventuais perdas, conforme julgamento da Administração.

35. PARTES RELACIONADAS

35.1. Partes relacionadas com a controladora

A tabela a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas aos acionistas controladores, mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais:

	Controladora Saldos em aberto											
	Clientes		**Fornecedor**		**Títulos a receber**		**Títulos a pagar**		**Adto. de fornecedor**		**Antecipação de cliente**	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Masplen Ltd.	**-**	-	**-**	-	**1.206**	1.114	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Pampeano Alimentos S.A.	**11.034**	21.788	**-**	3	**788.189**	936.667	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.	**-**	-	**-**	-	**2.266**	9.764	**701.000**	3.650	**-**	-	**-**	-
Marfrig Overseas Ltd.	**-**	-	**-**	-	**2.927.025**	1.987.280	**728.883**	-	**-**	-	**-**	-
Marfrig Chile S.A.	**-**	-	**-**	-	**133**	113	**-**	-	**-**	-	**26.536**	60.532
Frigorífico Tacuarembó S.A.	**-**	21	**5.272**	1.198	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Prestcott International S.A.	**-**	-	**-**	3.732	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Establecimientos Colonia S.A.	**-**	234	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Marfrig Holdings (Europe) BV	**-**	-	**-**	-	**2.026.033**	1.544.477	**8.720.408**	9.131.415	**-**	-	**-**	-
MF Foods USA LLC	**4.314**	957	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Weston Importers Ltd.	**2.130.854**	1.741.512	**-**	-	**1.160.538**	1.281.886	**10.848.836**	11.254.945	**-**	-	**-**	427.225
Marfrig Beef International Limited	**-**	-	**-**	-	**1.410.824**	1.450.805	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Marfrig Beef (UK) Limited	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**317**	318	**-**	-	**-**	-
Marb Bondco PLC	**-**	-	**-**	-	**2.149**	2.316	**5.641**	5.635	**-**	-	**-**	-
Marfrig NBM Global Holdings	**-**	-	**-**	-	**113**	114	**-**	-	**-**	-	**-**	-
NBM US Holdings, Inc.	**-**	-	**-**	-	**133**	178.940	**269.059**	-	**-**	-	**-**	-
Beef Holdings Limited	**-**	-	**-**	-	**11.138**	11.143	**-**	-	**-**	-	**-**	-
MFG Holdings SAU	**-**	4.117	**1.042**	-	**370.926**	372.678	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Marfrig Paraguay S.A.	**-**	-	**-**	-	**242**	215	**-**	-	**-**	-	**-**	-
BRF S.A.	**19.652**	26.234	**6.958**	11.169	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	29
PlantPlus Foods Brasil Ltda.	**7.677**	5.698	**-**	-	**9.375**	9.236	**-**	-	**-**	-	**-**	-
MFG US Holding Ltd.	**-**	-	**-**	-	**2**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Marfrig US Holding	**-**	-	**-**	-	**9**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Acionistas controladores (a)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	15.438	**-**	**-**	**-**	**-**
Pessoal-chave da administração	**4**	12	**184**	846	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Outras partes relacionadas	**6**	98	**-**	19.836	**16.932**	16.932	**-**	-	**304.225**	491.378	**-**	-
	2.173.541	1.800.671	**13.456**	36.784	**8.727.233**	7.803.680	**21.274.144**	20.411.401	**304.225**	491.378	**26.536**	487.786

(a) Os valores apresentados como acionistas controladores estão registrados na rubrica de "Outras obrigações".

	Controladora Reconhecidos no resultado									
	Vendas		**Custos**		**Receitas financeiras**		**Despesas financeiras**		**Despesas administrativas**	
		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Masplen Ltd.	**-**	-	**-**	-	**59**	27	**-**	-	**-**	-
Pampeano Alimentos S.A.	**142.518**	184.733	**-**	(379)	**14.262**	18.049	**-**	-	**71.963**	66.769
Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.	**-**	-	**(27.760)**	-	**35**	218	**-**	-	**2.327**	2.171
Marfrig Overseas Ltd.	**-**	-	**-**	-	**150.869**	63.525	**(6.294)**	(4.699)	**-**	-
Marfrig Argentina S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	882
Marfrig Chile S.A.	**71.022**	3.407	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**612**	621
Frigorífico Tacuarembó S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**1.775**	1.574
Inaler S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**779**	851
Prestcott International S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**761**	697
Establecimientos Colonia S.A.	**378**	1.084	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**1.042**	1.025
Marfrig (Europe) BV	**-**	-	**-**	-	**91.345**	157.229	**(255.551)**	(386.450)	**-**	-
MF Foods USA LLC	**8.354**	3.391	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Weston Importers Ltd.	**4.607.482**	7.049.012	**-**	-	**58.858**	36.320	**(411.310)**	(425.047)	**-**	-
Marfrig Beef International Limited	**-**	-	**-**	-	**66.617**	38.936	**-**	-	**-**	-
Marfrig Beef (UK) Limited	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**(23)**	(14)	**-**	-
Marb Bondco PLC	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**(425)**	(250)	**-**	-
Marfrig NBM Global Holdings	**-**	-	**-**	-	**8**	5	**-**	-	**-**	-
NBM US Holdings, Inc.	**-**	-	**-**	-	**(13)**	21	**(2.820)**	-	**58.025**	54.006
Beef Holdings Limited	**-**	-	**-**	-	**1**	1	**-**	-	**-**	-
MFG Holdings SAU	**2.185**	3.056	**-**	-	**22.158**	13.452	**-**	-	**4.133**	1.899
Campo del Tesoro S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	317
BRF S.A.	**307.116**	269.542	**(53.386)**	(46.199)	**-**	-	**-**	-	**-**	-
PlantPlus Foods Brasil Ltda.	**11.435**	8.839	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Acionistas controladores	**5**	12	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Pessoal-chave da administração	**64**	54	**(726)**	(1.442)	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Outras partes relacionadas	**6**	5	**(224.599)**	(358.940)	**-**	-	**-**	-	**-**	-
	5.150.565	7.523.135	**(306.471)**	(406.960)	**404.199**	327.783	**(676.423)**	(816.460)	**141.417**	130.812

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas (controladora e controladas) são geridas por meio de conta correntes entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela controladora.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

35.2. Partes relacionadas consolidadas

										Consolidado
										Saldos em aberto
	Clientes		Fornecedor		Títulos a receber		Outras obrigações		Adto. de fornecedor	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Acionistas controladores (a)	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**-**	15.438	**-**	-
Pessoal-chave da administração	**4**	12	**488**	3.163	**-**	-	**-**	-	**-**	-
PlantPlus Foods LLC	**-**	-	**-**	-	**5.625**	5.673	**-**	-	**-**	-
PlantPlus Foods Brasil Ltda.	**7.677**	5.698	**130**	-	**9.375**	9.236	**-**	-	**-**	-
Outras partes relacionadas	**7**	100	**-**	19.837	**16.932**	16.932	**-**	-	**304.225**	491.378
	7.688	5.810	**618**	23.000	**31.932**	31.841	**-**	15.438	**304.225**	491.378

(a) Os valores apresentados como acionistas controladores estão registrados na rubrica de "Outras obrigações".

				Consolidado
				Reconhecidos no resultado
	Vendas		Custos	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Acionistas controladores	**5**	12	**-**	-
Pessoal-chave da administração	**76**	71	**(726)**	(1.442)
PlantPlus Foods Brasil Ltda.	**11.435**	8.839	**-**	-
Outras partes relacionadas	**22**	209	**(224.599)**	(358.940)
	11.538	9.131	**(225.325)**	(360.382)

35.3. Partes relacionadas de ativos mantidos para venda

			Controladora
	Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023		
	Clientes	Fornecedor	Antecipação de clientes
Pampeano Alimentos S.A.	**13.415**	**119**	**-**
Marfrig Chile S.A.	**-**	**-**	**11.626**
Frigorífico Tacuarembó S.A.	**955**	**-**	**-**
Inaler S.A.	**-**	**511**	**-**
Prestcott International S.A.	**-**	**2.078**	**-**
Establecimientos Colonia S.A.	**63**	**5.261**	**-**
Weston Importers Ltd.	**1.050.399**	**-**	**-**
MFG Holdings SAU	**3.919**	**-**	**-**
BRF S.A.	**3.052**	**896**	**-**
Pessoal-chave da administração	**8**	**474**	**-**
Outras partes relacionadas	**26**	**4.216**	**-**
	1.071.837	**13.555**	**11.626**

				Controladora
				Reconhecidos no resultado
	Vendas		Custos	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Pampeano Alimentos S.A.	**215.905**	246.538	**(36)**	(5)
Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.	**-**	-	**(35.383)**	-
Marfrig Argentina Ltd.	**-**	-	**-**	(20.681)
Marfrig Chile S.A.	**187.567**	181.671	**-**	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	**-**	-	**(19.434)**	(33.920)
Inaler S.A.	**-**	-	**(1.332)**	(2.513)
Prestcott International S.A.	**-**	-	**(7.241)**	(22.751)
Establecimientos Colonia S.A.	**1.347**	5.010	**(5.374)**	(13.330)
MF Foods USA LLC	**2.355**	-	**-**	-
Weston Importers Ltd.	**2.502.726**	4.482.853	**-**	-
National Beef Packing LLC	**-**	1.492	**(372)**	-
MFG Holdings SAU	**31.700**	3.800	**(2.145)**	-
Quickfood S.A.	**-**	-	**(1.066)**	(2.345)
BRF S.A.	**52.704**	22.360	**(792)**	(530)
PlantPlus Foods Brasil Ltda.	**207**	358	**-**	-
Acionistas controladores	**1**	11	**-**	-
Pessoal-chave da administração	**81**	108	**(7.259)**	(6.102)
Outras partes relacionadas	**99**	126	**(350.475)**	(701.711)
	2.994.692	4.944.327	**(430.909)**	**(803.888)**

		Consolidado
	Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023	
	Clientes	Fornecedor
Pessoal-chave da administração	**8**	**474**
Outras partes relacionadas	**26**	**4.216**
	34	**4.690**

				Consolidado
				Reconhecidos no resultado
	Vendas		Custos	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Acionistas controladores	**1**	11	**-**	-
Pessoal-chave da administração	**81**	108	**(7.259)**	(6.102)
PlantPlus Foods Brasil Ltda.	**207**	358	**-**	-
Outras partes relacionadas	**99**	126	**(350.475)**	(701.711)
	388	603	**(357.734)**	(707.813)

35.4. Acionistas controladores

Foram celebrados contratos de fiança com o acionista controlador, MMS Participações Ltda., no qual oferecem garantia para determinadas obrigações da Companhia. Essas transações foram realizadas em condições de mercado dentro de diretrizes internas formalmente estabelecidas pela Companhia.

35.5. Outras partes relacionadas

Os acionistas controladores detêm quotas em outras entidades que conduziram negócios com o Grupo Marfrig e o valor agregado das transações está representado no quadro acima como "outras partes relacionadas". As transações são majoritariamente relacionadas à venda de animais para abate. Estas transações são realizadas em condições de mercado dentro de diretrizes internas formalmente estabelecidas pela Companhia, e são verificadas pela Administração da Companhia de forma periódica para atestar sua adequação *às condições mercadológicas.* Adicionalmente a Companhia é garantidora da MFG Agropecuária Ltda. em contratos de empréstimos.

36. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja de curto prazo ou longo prazo (bônus e *stock option*). Tal política visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho por meio do pagamento de incentivo (curto prazo e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

36.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente para cada um dos membros e paga de forma mensal, não há remuneração variável. A composição da remuneração dos conselheiros é feita por meio de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Companhia.

36.2. Diretores estatutários

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração fixa

É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável

É composta de remuneração de curto prazo (bônus) e longo prazo (*stock option*) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e metas individuais. Como parte do pagamento da remuneração, a Companhia tem a opção de até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução CVM 77/22, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável ocorrida em 30 de abril de 2023.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo, ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações dos "Programas Específicos" tem como Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual ("*vesting*") obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão; e
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita por meio de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macros políticas são aprovadas pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

36.3. Conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal se tornou órgão de funcionamento permanente. A remuneração do Conselho Fiscal é fixada anualmente e paga de forma mensal, não há remuneração variável.

36.4. Remuneração consolidada

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de cinco membros do Conselho de Administração (os outros dois membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão), seis membros do Conselho Fiscal (sendo três membros suplentes) e quatro membros da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração consolidada dos Administradores	**33.184**	45.659
Total	**33.184**	45.659

36.5. Plano de opção de compra de ações - *Stock Option Plan*

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, foram transferidas 409.523 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações.

A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Total de opções exercidas por mês	
	Quantidade de ações exercidas	Preço médio de mercado (a) (R$ por ação)
Janeiro/23	762	8,29
Março/23	12.222	6,82
Abril/23	35.937	6,36
Maio/23	144.083	6,56
Junho/23	57.753	7,23
Julho/23	32.248	7,24
Agosto/23	22.813	7,44
Setembro/23	94.753	7,27
Outubro/23	2.449	6,68
Novembro/23	6.503	8,30
Opções exercidas - 2023	**409.523**	

(a) Cotação de média mensal divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação consolidada	2023	2022
(Opções)		
Saldo inicial	**468.263**	1.366.311
Opções exercidas	**(409.523)**	(818.316)
Opções canceladas e vencidas	**(28.429)**	(79.732)
Saldo final	**30.311**	468.263

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de *performance* ("*vesting*") é de 0,003% do total de ações em 31 de dezembro de 2023, conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de diluição	Plano ESP XIII LP 18-19	Plano ESP XIV LP 19-20	Total
Data de concessão	14/08/2019	11/11/2020	
Contratos em aberto	-	30.311	30.311
Ações em tesouraria	-	-	2.867.443
Total de ações exceto ações em tesouraria	-	-	929.132.557
Percentual de diluição	**0,000%**	**0,003%**	**0,003%**

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme detalhado na tabela a seguir:

Efeitos decorrentes do exercício de opções (R$ mil)	2023	2022
Valor recebido pela venda de ações - opções exercidas	**1.128**	2.399
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	**(2.916)**	(17.518)
Efeito na alienação das ações	**(1.788)**	(15.119)

Devido ao exercício das opções a Companhia incorreu na absorção nos custos de ações em tesouraria alienadas no montante de R$ 2.916. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil das ações em tesouraria estava registrado no patrimônio líquido da Companhia ao montante de R$ 23.277 (R$ 6.578 em 31 de dezembro de 2022).

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, se baseando no modelo de precificação *Black-Scholes*, com base nas seguintes premissas:

Desvio padrão: 29,57%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da B3 sob o código MRFG3, no período de 01/07/2023 a 31/12/2023.

Taxa de juros livre de risco: 6,55% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no *website* da Receita Federal: www.gov.br/receitafederal-idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributária/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-de-longo-prazo-tjlp.

O valor justo das opções em 31 de dezembro de 2023 se estabeleceu em R$ 3,58 por ação para os planos ESPECIAIS.

A movimentação dos programas de opções é demonstrada a seguir:

Planos	Data de concessão	Período de *performance* (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas/ vencidas no período	Opções exercidas/ canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção
Opções exercidas/Canceladas em períodos anteriores				**12.954.382**	**12.423.243**	**-**	**-**	**12.486.119**	**468.263**	**-**
ESP XIII LP 18-19	14/08/2019	03/03/2022	02/09/2022	470.753	470.753	762	-	469.991	-	R$ 2,9110
ESP XIII LP 18-19	14/08/2019	03/03/2023	02/09/2023	470.514	470.514	386.715	20.161	63.638	-	R$ 2,9110
ESP XIV LP 19-20	11/11/2020	03/03/2022	03/09/2022	30.314	30.314	-	-	30.314	-	R$ 6,1857
ESP XIV LP 19-20	11/11/2020	03/03/2023	02/09/2023	30.314	30.314	22.046	8.268	-	-	R$ 6,1857
ESP XIV LP 19-20	11/11/2020	03/03/2024	02/09/2024	30.311	-	-	-	-	30.311	R$ 6,1857
Total em	**31/12/2023**			**12.954.382**	**12.924.071**	**409.523**	**28.429**	**12.486.119**	**30.311**	

Planos	Data de concessão	Valor de mercado das opções não vestidas ao final do período (R$ mil)	Valor de mercado das opções vestidas em aberto ao final do período (R$ mil)	Efeitos no resultado do período em caso de contabilização (R$ mil)
ESP XIII LP 18-19	14/08/2019	N/A	N/A	-
ESP XIII LP 18-19	14/08/2019	N/A	N/A	-
ESP XIV LP 19-20	11/11/2020	N/A	N/A	-
ESP XIV LP 19-20	11/11/2020	109	-	59
		109	**-**	**59**
Total em	**31/12/2023**	**109**	**-**	**59**

36.6. Outorga direta de ações

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, foram transferidas 1.131.826 ações aos Administradores da Companhia.

Período	Total de ações outorgadas por mês Quantidades de ações outorgadas
Maio - 23	**731.114**
Junho - 23	**336.689**
Julho - 23	**19.079**
Agosto - 23	**2.909**
Setembro - 23	**21.053**
Outubro - 23	**13.650**
Novembro - 23	**4.549**
Dezembro - 23	**2.783**
Ações outorgadas - 2023	**1.131.826**

37. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Em atendimento ao item 43 e 44(a) da NBC TG 03/R3 (Resolução CVM 92/22) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos passivos provenientes das atividades de financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

						Controladora
			Alterações não caixa			
Descrição	Saldo em 31/12/22	Fluxo de caixa	Movimento de taxa de câmbio	Outros (a)	Ativos mantidos para venda	Saldo em 31/12/23
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.216.469	(1.702.385)	(207.289)	2.009.077	(4.921.202)	**12.394.670**
Arrendamentos a pagar	115.317	(16.569)	-	3.406	(84.164)	**17.990**
Reservas de capital e ações em tesouraria	(2.434.260)	(213.153)	119.049	2.012.483	-	**(515.881)**
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	1.957.341	129.987	-	-	-	**2.087.328**
	16.854.867	**(1.802.120)**	**(88.240)**	**4.024.966**	**(5.005.366)**	**13.984.107**

(a) Os valores apresentados em outros para empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar referem-se a despesas de juros incorridos, custo na emissão de operação financeiras e ajuste a valor presente de arrendamento, no exercício.

							Consolidado
			Alterações não caixa				
Descrição	Saldo em 31/12/22	Fluxo de caixa	Novos contratos	Movimento de taxa de câmbio	Outros (a)	Ativos mantidos para venda	Saldo em 31/12/23
Participação de não controladores	20.879.749	(340.763)	-	(1.273.595)	(2.006.880)	-	**17.258.511**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	61.172.791	(7.296.448)	-	(2.791.536)	5.798.895	(5.298.110)	**51.585.592**
Arrendamentos a pagar	3.603.098	(1.079.807)	1.661.017	(63.076)	201.650	(84.321)	**4.238.561**
Reservas de capital e ações em tesouraria	(2.434.260)	(213.153)	-	119.049	2.012.483	-	**(515.881)**
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	16.495.147	(581.569)	-	(175.439)	-	-	**15.738.139**
	99.716.525	**(9.511.740)**	**1.661.017**	**(4.184.597)**	**6.006.148**	**(5.382.431)**	**88.304.922**

(a) Os valores apresentados em outros para empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar referem-se a despesas de juros incorridos, custo na emissão de operação financeiras e ajuste a valor presente de arrendamento, no exercício e para participação de não controladores refere-se ao valor atribuído ao resultado do exercício.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Transação entre partes relacionadas

Em 19 de janeiro de 2024, a BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi Holdings S.A. no âmbito de sua 1ª emissão de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal unitário é de R$ 1, sendo que a BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão.

Programa de recompra de ações BRF

Em 07 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da BRF aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão até o limite 14.000.000 ações ordinárias, em um prazo máximo de 18 meses. Não houve recompra de ações em 2023 no âmbito desse programa. Em 2024, até 26 de fevereiro de 2024, foram recompradas 7.584.700 ações com custo médio de R$ 12,62, totalizando R$ 95.752.

Elevação de participação em subsidiária

Em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia passou a deter o total de 842.547.574 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 50,06% para 50,08% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada.

No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 318ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 1.500.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio ("CRA"), representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). A emissão foi concluída em 26 de março de 2024, e o montante total captado foi de R$ 1.500.000.

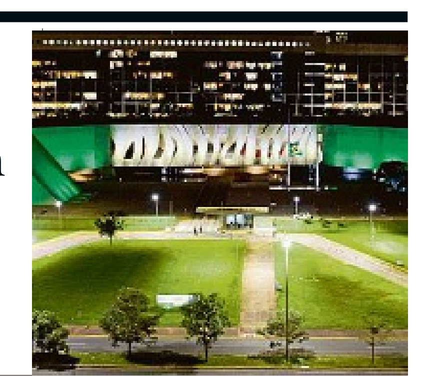
continua...

Justiça Federal
Caixa não terá que indenizar por pedir comprovante de deficiência
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
O Direito Contratual na revisão do Código Civil
E2

Empresarial
STJ veta plano de recuperação com deságio de 90%
valor.globo.com/legislacao



Tributário Para 1ª Turma da Câmara Superior, deve ser aplicada apenas a multa de ofício, de 75%

Carf impede aplicação de duas multas por falta de pagamento de IRPJ e CSLL

Adriana Aguiar
De São Paulo

A 1ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) alterou novamente seu entendimento e manteve, em recente decisão, apenas uma das duas multas normalmente aplicadas pela Receita Federal contra empresas por falta de pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. A decisão, por maioria de votos, trouxe esperança de que a última instância do órgão volte a adotar — e consolide — posicionamento favorável aos contribuintes.

A Receita Federal aplica a dupla penalidade com base na Lei nº 11.488, de 2007. A norma permite a cobrança da multa isolada sobre estimativas mensais não recolhidas e da multa de ofício por falta de pagamento do IRPJ e da CSLL apurados no ajuste anual. Há, porém, uma súmula do Carf, de nº 105, posterior à lei, que estabelece que, nessa situação, vale apenas a multa de ofício.

Os contribuintes alegam que não se pode aplicar duas penalidades para o mesmo fato gerador. Apesar da empresa recolher os impostos por estimativa, argumentam, o fato gerador do IRPJ e da CSLL é o dia 31 de dezembro de cada ano. Para eles, se a Receita aplica a pena maior para a infração maior, essa é que deve prevalecer — a multa de ofício, de 75%.

A diferença de entendimentos traz um impacto financeiro enorme. Somadas, as multas geram acréscimo de 125% sobre o valor devido — além dos 75% da multa de ofício, 50% da multa isolada.

A decisão recente da 1ª Turma da Câmara Superior beneficia uma empresa do setor de energia. O relator, conselheiro Luis Henrique Marotti Toselli, representante do contribuinte, destaca, em seu voto, que "não se pode perder de vista que as estimativas são meras antecipações do tributo devido, não figurando, portanto, como tributos autônomos".


DIVULGAÇÃO
Advogado Daniel Lamarca: decisão contou com a reversão do entendimento do conselheiro Guilherme Mendes, representante da Fazenda

De acordo com ele, não se nega que o não recolhimento das estimativas e o não recolhimento dos tributos efetivamente devidos são infrações distintas, como foi reconhecido pela Lei nº 11.488/2007. "Todavia, e este é o ponto central para a discussão, quando ambas as obrigações não foram cumpridas pelo contribuinte, o princípio da absorção ou consunção impõe que a infração pelo inadimplemento do tributo devido prevaleça, afinal o dever de antecipar o pagamento por meio de estimativas configura etapa preparatória para o dever de recolher o tributo efetivamente devido, este sim o bem jurídico tutelado pela norma."

Assim, o conselheiro conclui que a alteração legislativa mencionada não possui qualquer efeito sobre a aplicação da Súmula nº 105 para fatos geradores posteriores a 2007. "Admitir o contrário permitiria punir o contribuinte em duplicidade, em clara afronta aos princípios da consunção, estrita legalidade e proporcionalidade" (processo nº 10510.724763/2011-12).

Ele cita, em seu voto, julgamentos no mesmo sentido do STJ (REsp 1496354 e REsp 1567289) e da 1ª Turma da Câmara Superior, de setembro de 2020, com aplicação do voto de desempate favorável ao contribuinte (artigo 19-E da Lei n º 10.522/2002). Ele foi acompanhado pela maioria dos conselheiros.

Daniel Lamarca, do BMA Advogados, que assessora a empresa de energia, explica que colaborou para a decisão a reversão do entendimento do conselheiro Guilherme Mendes, representante da Fazenda, que passou a votar a favor do contribuinte. Assim, conselheiros entenderam que a Súmula 105 poderia ser aplicada para casos posteriores a 2007. "O que prevaleceu na Câmara Superior é que deve apenas prevalecer a multa pelo aditamento do tributo", diz.

A decisão representa uma nova guinada no posicionamento da 1ª Turma da Câmara Superior. Em 2023, no julgamento de um caso de uma empresa do setor de construção, ficou decidido, por maioria, que poderiam ser aplicadas as duas multas concomitantemente.

Em seu voto, o conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado, representante da Fazenda, afirma que "inexiste qualquer conflito legal para aplicação da multa de ofício pela falta de recolhimento do tributo em conjunto com a multa isolada pela falta de recolhimento de estimativas."

De acordo com o conselheiro, a Lei nº 11.488/2007 "prevê expressamente aplicação da penalidade isolada no caso do descumprimento da obrigação de recolher o tributo estimado mensalmente, mesmo se apurado prejuízo ao final do exercício. Entendeu o legislador que tal infração (falta de recolhimento da estimativa) não deve ser ignorada."

Antes de 2023, contudo, havia entendimento consolidado na 1ª Turma contra a aplicação das duas multas. Além do impacto financeiro, essa oscilação, segundo especialistas, traz insegurança para as empresas, que algumas vezes ganham a discussão e outras não, mesmo tendo seus casos julgados no mesmo colegiado.

Caio Quintella, ex-conselheiro da Câmara Superior e sócio da Nader Quintella Advogados, afirma que diversos fatores que explicam essa oscilação. Um deles, é que o conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, representante da Fazenda, tem uma tese diferente sobre o tema e, por isso, vota algumas vezes a favor da Fazenda e em outras vezes a favor do contribuinte.

Para o julgador, a base de cálculo final do IRPJ e CSLL em 31 de dezembro representaria um limite. Nos casos em que esse limite foi respeitado nas estimativas mensais, ele vota a favor dos contribuintes. Caso contrário, vota com a Fazenda.

Além disso, diz Quintella, houve a saída do conselheiro Gustavo Fonseca, que era representante dos contribuintes, mas nessa discussão votava com a Fazenda e não aplicava a Súmula nº 105.

Ainda houve mudança na aplicação dos critérios de desempate no Carf, que também podem influenciar no resultado final. Antes o empate era favorável ao contribuinte. Agora, com a Lei nº 14.689/2023, é a favor da Fazenda. Contudo, nesses casos caem automaticamente a aplicação das multas.

Para Quintella, decisões divergentes fazem parte de um cenário natural e esperado de uma Corte administrativa, "onde existe tanta rotatividade e discricionariedade da presidência em relação aos membros da Câmara Superior". Contudo, diz, "o saldo ainda é positivo, pois os julgamentos são muito tecnicos".

União quer recuperar R$ 12 bi com transações

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta
De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pretende lançar ainda neste primeiro semestre quatro editais de transação tributária de temas em discussão nas esferas administrativa e judicial. A estimativa é de recuperar neste ano, por meio de acordos envolvendo teses tributárias com o órgão e a Receita Federal, pelo menos R$ 12 bilhões.

Os editais de transação previstos tratam da tese de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, da tributação de subvenções, cobranças de PIS e Cofins (referentes ao conceito de insumo para aproveitamento de crédito fiscal e de inclusão do ISS e do PIS e da Cofins na sua própria base) e de desmutualização da bolsa de valores. Não há estimativa geral de quanto poderia ser recuperado só com esses editais.

O edital de transação da tese sobre afretamento pode ser publicado em breve, ainda nesta semana ou na próxima. A informação foi dada ontem pela procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, durante apresentação do relatório "PGFN em Números".


BRENNO CARVALHO / AGÊNCIA O GLOBO

"Edital sobre afretamento deve ser publicado nesta semana ou na próxima"
Anelize de Almeida

A tese de afretamento é uma das principais para a Petrobras no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A adesão da companhia poderia colocar fim em uma disputa que envolve processos que somam R$ 55,234 bilhões e, ao mesmo tempo, ajudar o governo na missão de zerar o déficit primário neste ano. Outras empresas do setor também discutem a questão.

A minuta de edital foi colocada em consulta pública pela PGFN e pela Receita Federal e recebeu contribuições até sexta-feira passada. Alguns "grandes players" fizeram sugestões, segundo a procuradora. O edital, acrescentou, deve ser publicado antes do que tratará de subvenções. "Está prontíssimo. Já foi realizada a consulta pública. Tivemos algumas sugestões e deve sair rápido."

Foram apresentadas sugestões sobre percentuais de desconto, de uso de prejuízo fiscal e número de meses para o parcelamento — que poderá ser maior em relação aos já abertos. De acordo com a procuradora, a Petrobras não fez nenhum contato sobre a intenção de aderir ou não a essa transação.

O **Valor** noticiou no início do mês que, segundo fontes, haveria um acordo do governo com a atual diretoria da Petrobras para que venha aderir à transação, na opção de pagamento que oferecerá desconto de 60% sobre o valor total do débito. O restante deveria ser pago com entrada de, no mínimo 30%, e o saldo remanescente, em até seis parcelas mensais.

A PGFN estima recuperar R$ 24 bilhões de valores inscritos na dívida ativa da União com transações e mais cerca de R$ 22 bilhões com outras medidas de cobrança. No primeiro trimestre já ingressaram no caixa do Tesouro R$ 5,4 bilhões referentes a valores de transações fechadas e pagos nesse período.

Em 2023 foram recuperados R$ 48,3 bilhões — R$ 20,7 bilhões originados de transações tributárias (negociações de valores já inscritos em dívida ativa) e o restante das demais formas de cobrança. O valor entra direto no caixa do Tesouro.

Já por meio de julgamentos tributários no Judiciário, em 2023, foram evitadas perdas de R$ 195,6 bilhões. Na esfera administrativa — que se encerra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) —, foram R$ 109 bilhões. A Fazenda Nacional, de acordo com a PGFN, saiu vitoriosa em todos os processos tributários julgados com repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) — que devem ser seguidos pelas instâncias inferiores.

O valor referente ao Judiciário é uma estimativa, que leva em consideração o valor de cinco anos anteriores que teriam que ser devolvidos em caso de derrota e mais o ano seguinte. Já para o contencioso administrativo são considerados os valores das autuações fiscais.

Apesar das vitórias e da recuperação de valores por meio de transações tributárias, a dívida ativa da União atingiu, em 2023, R$ 2,9 trilhões — dos quais R$ 931 bilhões estão em situação regular e R$ 2,1 trilhões estão em cobrança. Esse valor é referente a mais de 24,7 milhões de inscrições, de titularidade de 10,2 milhões de devedores.

A dívida ativa do FGTS somou R$ 50,4 bilhões em cobrança, por meio de 462 mil inscrições. Existem cerca de 226 mil devedores em todo o país.

Destaque

Saúde mental
O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) declarou a constitucionalidade da Lei Municipal nº 9.019/23, de Marília, que institui, nas escolas municipais, um programa voltado para saúde mental de alunos e professores, com ações continuadas de promoção e prevenção. A decisão foi unânime. Conforme consta na decisão, a Prefeitura ajuizou ação direta de inconstitucionalidade alegando invasão de competência por parte do Poder Legislativo. Entretanto, o relator do caso, desembargador Vianna Cotrim, escreveu em seu voto que o assunto não se enquadra entre aqueles de competência exclusiva do Executivo no rol taxativo previsto na Constituição Estadual, tratando-se de "norma abstrata e genérica de inegável relevância, mormente diante do importante papel das escolas no desenvolvimento psíquico do indivíduo, contribuindo para a construção de habilidades sociais, de empatia e autocontrole". E acrescentou: "Não se vislumbra qualquer ingerência na esfera privativa do Poder Executivo, constituindo a norma hostilizada importante instrumento de concretização do direito fundamental à saúde" (processo nº 2306096-21.2023.8.26.0000).

O Direito Contratual na revisão do Código Civil

Opinião Jurídica

Carlos Eduardo Pianovski

No segundo semestre de 2023, o presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), constituiu comissão de juristas, presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a elaboração de anteprojeto de revisão e atualização do Código Civil.

Aos 20 anos de sua vigência, o Código Civil de 2002, advindo de projeto de lei do ano de 1975, demanda uma reforma que assegure a efetividade de sua força normativa, diante de uma sociedade veloz, dúctil e digital.

Após meses de intenso trabalho, com amplos debates, inclusive em audiências públicas, a comissão de juristas, no último dia 4 de abril, concluiu a redação do anteprojeto, a ser apresentado ao presidente do Senado. A proposta, que pretende modificar cerca de mil artigos do Código Civil, busca atender às demandas da contemporaneidade.

O anteprojeto é atento à necessidade de promover a livre iniciativa e a eficiência das relações de mercado, com respeito aos investimentos, à liberdade dos contratantes e à segurança jurídica.

A disciplina dos contratos, na proposta legislativa, foi guiada pelos vetores da liberdade econômica, da confiança legítima e da atenção à dimensão funcional dos diferentes tipos contratuais, além do aperfeiçoamento de regras sobre formação de contratos, inclusive digitais, extinção dos contratos em suas diferentes modalidades, e obrigações de garantia.

Para essa finalidade, a comissão levou em consideração a jurisprudência consolidada no STJ, além de experiências legislativas estrangeiras exitosas, do que são exemplos as reformas do Direito das Obrigações na Alemanha e na França, o recente Código Civil argentino, além de princípios consagrados nos contratos comerciais internacionais (Unidroit).

No anteprojeto de revisão do Código Civil, são preservados e aprofundados os princípios da intervenção mínima e da excepcionalidade da revisão contratual nos contratos paritários.

Sem prejuízo da necessária unidade sistemática da teoria das obrigações e dos contratos, o projeto prevê normas que diferenciam as funções dos diversos tipos contratuais, determinando, por exemplo, que o tratamento legal de contratos empresariais, civis, de consumo e de trabalho deve levar em consideração suas peculiaridades. No âmbito dos contratos empresariais, de modo especial, prestigia-se a força obrigatória necessária às cadeias produtivas. As relações de consumo, a seu turno, permanecem regidas pelo Código de Defesa do Consumidor, que não é modificado pela reforma do Código Civil.

Aplicam-se aos contratos empresariais os princípios próprios do Direito de Empresa, além de se levar em consideração a sua natural atipicidade. O anteprojeto prevê também a possibilidade do emprego, no silêncio do contrato, de usos e costumes empresariais, considerando-se cada ramo específico de atividade, além de reconhecer a especial forma de aplicação da boa-fé a essas relações contratuais, em atenção à confiança legítima reciprocamente despertada entre os agentes econômicos.

A ampliação da autonomia privada em contratos paritários e simétricos, em atenção à livre iniciativa e, de modo mais amplo, à liberdade econômica, é um dos vetores da proposta apresentada pela subcomissão, bem como a preservação da confiança nas relações contratuais, por meio da boa-fé.

Nessa linha, a proposta estabelece, mesmo nas excepcionais hipóteses de revisão dos contratos, a garantia da preservação da alocação de riscos definida pelos próprios contratantes, em prestígio à autonomia privada e ao cumprimento dos contratos.

Traz, ainda, expressamente, mecanismo de incentivo às soluções consensuais, nas hipóteses de alterações posteriores das circunstâncias no âmbito dos contratos de longa duração, por meio da previsão, à escolha dos contratantes, da cláusula de "hardship", verdadeiro mecanismo de preservação da autonomia privada e incentivo às negociações entre as partes.

Entre os exemplos de ampliação da autonomia privada estão o afastamento da intervenção judicial quanto ao valor da cláusula penal, prevalecendo o contratado, bem como, a possibilidade de cláusulas de exclusão e limitação do dever de indenizar, em ambos os casos, desde que em contratos paritários e simétricos.

Ampliam-se as escolhas do adquirente de bens no âmbito da garantia por vícios ocultos, permitindo-se, além da extinção do contrato e do abatimento do preço, a realização de reparos na coisa viciada.

Nas diferentes espécies contratuais, além da modernização da sua disciplina, há a ampliação da autonomia privada em contratos de seguro paritários e simétricos, especialmente aqueles referentes a grandes riscos, sempre preservada a aplicação das normas protetivas do CDC quando se tratar de relação de consumo.

A segurança jurídica, em benefício do credor, também tem incremento por meio da expressa adoção da figura da quebra (resolução) antecipada do contrato, quando "antes de a obrigação tornar-se exigível, houver evidentes elementos indicativos da impossibilidade", e do aperfeiçoamento da exceção de inseguridade (quando a garantia patrimonial do devedor se tornar insuficiente para o pagamento da dívida).

As garantias contratuais são também uma preocupação do anteprojeto, havendo um importante aperfeiçoamento do regime das garantias reais, o que vem em reforço da efetividade da obrigatoriedade dos contratos e da segurança jurídica.

Apresenta-se, pois, à sociedade e ao Congresso Nacional, um anteprojeto coerente com as necessidades de seu tempo, que, espera-se, possa servir como instrumento útil à liberdade e ao desenvolvimento econômico.

Carlos Eduardo Pianovski é integrante da comissão constituída pelo Senado Federal para a elaboração de anteprojeto de revisão e atualização do Código Civil, advogado e parecerista e professor da UFPR

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 352ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0608916) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 352ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 352ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de maio de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **07 de maio de 2024, às 14:45 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 352ª Série da 1ª Emissão – (IF 21E0608916)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 163ª, 164ª E 165ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 20L0522230/20L0522964/ 20L0523180) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 163ª, 164ª e 165ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 163ª, 164ª e 165ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de maio de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 163ª, 164ª e 165ª Séries da 4ª Emissão – (IF 20L0522230/20L0522964/20L0523180)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 478ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0945873) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **08 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 478ª Série da 1ª Emissão – (IF 22B0945873)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 051/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO - 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 021/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de realização de eventos esportivos específicos, a serem realizados pela Secretaria de Turismo da Estância Turística de Presidente Epitácio. O pregão** eletrônico ocorrerá no dia **30/04/2024 ás 14:00 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Otavio Ribeiro Marinho - Secretário de Turismo.**

PROC. 043/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 016/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de óleo lubrificante, filtros, fluídos, ativado, graxa e material de limpeza para veículos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **13/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação.**

PROC. 045/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 018/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de mobiliário Escolar, para atender a demanda da Secretaria de Educação.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **14/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação.**

PROC. 049/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 019/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de empresa especializada em prestação de serviços de equoterapia, para atender a demanda da Secretaria de Saúde.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **15/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e José Carlos Botelho Tedesco - Secretário de Saúde.**

PROC. 052/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 022/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de rastreamento da frota municipal.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **16/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Bruno Cesar dos Santos Ramos - Secretário de Administração.**

PROC. 038/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica nº 013/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório, para contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de construção de prédio para abrigar crianças, adolescentes - CASA LAR, com recursos oriundos da Secretaria de Governo e Relações Institucionais, Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais e recursos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **21/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Dulce Mara Rizzatto Menezes - Secretária de Assistência Social e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 046/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica nº 017/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório, para contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de cobertura de Quadra Esportiva na EMEFEI Armênio Macário, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **22/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação e Esportes e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 039/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica nº 014/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório, para contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de drenagem de águas pluviais em vias públicas do Bairro Jardim Real 2 - Bacias B8 e B9, com recursos do FEHIDRO, Contrato nº 496/2023 e contrapartida municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **23/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 041/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica nº 016/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório, para contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de revitalização e incremento do Horto Florestal - Fase 02, com recursos oriundos da Secretaria de Turismo e Viagens, Termo de Convênio nº 025/2023 e contrapartida municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **24/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Otavio Ribeiro Marinho - Secretário de Turismo e Cultura e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 047/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica nº 018/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório, para contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de cobertura e arquibancada na piscina do Ginásio de Esportes Municipal - DEREPE, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **25/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 17 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação e Esportes e Cultura e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90027/2024,** referente ao processo nº **024.00180803/2024-56**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/04/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 17/04/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

SHOPPING CENTER IBIRAPUERA S/A

CNPJ/MF nº 58.579.467/0001-18 - NIRE nº 35300118502

Edital de Convocação

Ficam convidados os Acionistas do **Shopping Center Ibirapuera S/A** (Companhia) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, **sob forma exclusivamente digital**, a ser realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril de 2024, às 10:00 horas (dez horas), para deliberar sobre as matérias dispostas no art. 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Informações Gerais:** O voto do acionista será proferido mediante envio de Boletim de Voto a Distância. Os acionistas que tiverem interesse em participar e votar na AGO deverão, impreterivelmente, até o dia 25 de abril de 2024, encaminhar e-mail para assembleiasa@ibirapuera.com.br e em resposta à Companhia fornecerá as demais instruções, bem como o link da plataforma digital a ser utilizada e o modelo de Boletim de Voto.

São Paulo, 10 de abril de 2024

Salim Haddad Netto

Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 143ª E 144ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 20G0926826/ 20G0926827) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 143ª e 144ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 143ª e 144ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **08 de maio de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 143ª e 144ª Séries da 4ª Emissão – (IF 20G0926826/20G0926827)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 211ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21K1027203) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 211ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 211ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 11:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 211ª Série da 4ª Emissão – (IF 21K1027203), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 206ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21K0002029) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 206ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 206ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **15 de maio de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 206ª Série da 4ª Emissão – (IF 21K0002029), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 354ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0001447) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 08 de maio de 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 354ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 354ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 28 de maio de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **08 de maio de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de maio de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 354ª Série da 1ª Emissão – (IF 21F0001447), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: 01/04/2024 às 10h na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3565 - Quadra GL lote A, Ingahi, Itapevi, São Paulo/SP, CEP 06696-000. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Presentes todos os Acionistas. **Mesa:** Presidente o Sr. Maurizio Billi. Secretário Sr. Alexandre Mendes Palhares. **Ordem do Dia e Deliberações:** Os Acionistas presentes deliberaram: **(i)** aprovaram a alteração de endereço da sede da Companhia; **(ii)** alteração do caput do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia e **(iii)** consolidação do Estatuto Social. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é por todos assinada. Íntegra e anexos estão registrados na **JUCESP** nº 140.369/24-7 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. São Paulo/SP, 01/04/2024 e sua versão na íntegra está disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 - NIRE nº 35.300.502.329

Aviso aos Acionistas

A **UHE São Simão Energia S.A.** informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 1, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei n° 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 17 de abril de 2024. **A Administração.** (17, 18 e 19/04/2024)

